

Diário do Legislativo de 10/11/1999

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Adatao - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Hely Tarquínio

Vice-Líderes: Ailton Vilela e Mauro Lobo

2) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Antônio Andrade

Vice-Líder: José Henrique

3) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Bené Guedes

Vice-Líder: Marcelo Gonçalves

4) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Luiz Fernando Faria

Vice-Líder: Glycon Terra Pinto

5) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Sebastião Navarro Vieira

Vice-Líder: Paulo Piau

6) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Olinto Godinho

Vice-Líder: Cristiano Canêdo

7) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Rogério Correia

Vice-Líder: Adelmo Carneiro Leão

8) LIDERANÇA DO PSD:

Líder: Djalma Diniz

Vice-Líder: Dalmo Ribeiro Silva

9) LIDERANÇA DO PL:

Líder: José Milton

Vice-Líder: Sargento Rodrigues

10) LIDERANÇA DO PPS:

Líder: Marco Régis

Vice-Líder: Márcio Kangussu

11) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Alberto Pinto Coelho

Vice-Líderes: Eduardo Hermeto, Maria José Hauelsen e Rêmoló Aloise

12) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Paulo Pettersen

13) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Carlos Pimenta

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB Presidente

Deputado Doutor Viana PDT Vice-Presidente

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Sargento Rodrigues PL

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Arlen Santiago PTB

SUPLENTES:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Eduardo Daladier PDT

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputada Elaine Matozinhos PSB

Deputado Ivo José PT

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Ambrósio Pinto PTB Presidente

Deputado Eduardo Brandão PMDB Vice-Presidente

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado José Henrique PMDB

SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado José Milton PL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado César de Mesquita PMDB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Ermano Batista PSDB Presidente

Deputado Antônio Júlio PMDB Vice-Presidente

Deputado Eduardo Daladier PDT

Deputado Agostinho Silveira PL

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado Paulo Piau PFL

Deputado Irani Barbosa PSD

SUPLENTE:

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado José Milton PL

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Ronaldo Canabrava PMDB

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14 horas

EFETIVOS:

Deputado João Paulo PSD Presidente

Deputada Elaine Matozinhos PSB Vice-Presidente

Deputado Mauri Torres PSDB

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Bené Guedes PDT

SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputada Maria José Haueisen PT

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputado João Leite PSDB Presidente

Deputado Glycon Terra Pinto PPB Vice-Presidente

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Irani Barbosa PSD

SUPLENTE:

Deputada Elbe Brandão PSDB

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado João Batista de Oliveira PDT

Deputado Edson Rezende PSB

Deputado Cabo Morais PL

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa PFL Presidente

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB Vice-Presidente

Deputado João Pinto Ribeiro PTB

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado José Milton PL

SUPLENTE:

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputado Paulo Piau PFL

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Edson Rezende PSB

Deputado Agostinho Silveira PL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Márcio Cunha PMDB Presidente

Deputado Mauro Lobo PSDB Vice-Presidente

Deputado Eduardo Hermeto PFL

Deputado Rêmoló Aloise PFL

Deputado Miguel Martini PSN

Deputado Rogério Correia PT

Deputado Olinto Godinho PTB

SUPLENTES:

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado Arlen Santiago PTB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Cabo Morais PL Presidente

Deputada Maria José Haueisen PT Vice-Presidente

Deputado Fábio Avelar PPS

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Adelino de Carvalho PMDB

SUPLENTES:

Deputado Eduardo Brandão PMDB

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Wanderley Ávila PPS

Deputado César de Mesquita PMDB

Deputado Arlen Santiago PTB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado João Batista de Oliveira PDT Presidente

Deputado Paulo Piau PFL Vice-Presidente

Deputado Márcio Kangussu PPS

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

SUPLENTES:

Deputada Maria José Hauelsen PT

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Fábio Avelar PPS

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputado Dinis Pinheiro PSD

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Elmo Braz PPB Presidente

Deputado Djalma Diniz PSD Vice-Presidente

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputada Maria Olívia PSDB

Deputado Marco Régis PPS

SUPLENTE:

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

Deputado João Paulo PSD

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Miguel Martini PSN

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Edson Rezende PSB Presidente

Deputado César de Mesquita PMDB Vice-Presidente

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Cristiano Canêdo PTB

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

SUPLENTE:

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Ronaldo Canabrava PMDB

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15h30min

EFETIVOS:

Deputado Ivo José PT Presidente

Deputado Amilcar Martins PSDB Vice-Presidente

Deputado Cristiano Canêdo PTB

Deputado Luiz Menezes PPS

Deputado Ronaldo Canabrava PMDB

SUPLENTES:

Deputado Rogério Correia PT

Deputado João Leite PSDB

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Eduardo Hermeto PFL

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Álvaro Antônio PDT Presidente

Deputado Arlen Santiago PTB Vice-Presidente

Deputado Wanderley Ávila PPS

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

SUPLENTES:

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Antônio Andrade PMDB

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputada Elbe Brandão PSDB Presidente

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT Vice-Presidente

Deputado Márcio Cunha PMDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Pastor George PL

SUPLENTES:

Deputado Amilcar Martins PSDB

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 50ª Reunião Especial

1.2 - 43ª Reunião Extraordinária

1.3 - 44ª Reunião Extraordinária

1.4 - 45ª Reunião Extraordinária

2 - MATÉRIA VOTADA

2.1 - Plenário

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATA

ATAS

ATA DA 50ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 26/10/99

Presidência dos Deputados Anderson Aduino e Cristiano Canêdo

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Deputado Cristiano Canêdo - Palavras do Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Palavras do Deputado João Pinto Ribeiro - Palavras do Deputado Antônio Carlos Andrada - Palavras do Sr. Pio Soares Canêdo Júnior - Apresentação do Coral da ASLEMG - Entrega de placa - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aduino - Durval Ângelo - Gil Pereira - Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alencar da Silveira Júnior - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Benê Guedes - Carlos Pimenta - César de Mesquita - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Daladier - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Elmo Braz - Fábio Avelar - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ivo José - João Leite - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Márcio Kangussu - Maria José Haueisen - Maria Olívia - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rômulo Aloise - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduino) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado César de Mesquita, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Pio Soares Canêdo Júnior, representante da família do homenageado; Desembargador José Brandão de Rezende Filho, representante do Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, Desembargador Sérgio Lellis Santiago; Carlos Fernando, Prefeito Municipal de Muriaé; Geni Carneiro da Rocha, Presidente da Câmara Municipal de Muriaé; e José Alcino Bicalho, Cônsul do Reino do Marrocos em Minas Gerais; e o Deputado Cristiano Canêdo, um dos autores do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a homenagear a memória do Dr. Pio Canêdo, pelos relevantes trabalhos prestados ao Estado ao longo de sua vida.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir a execução do Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

Ilmos. Srs. Pio Canêdo Júnior, Desembargador José Brandão de Rezende Filho, Dr. Carlos Fernando, Vereador Geni Carneiro, José Alcino Bicalho e Deputado Cristiano Canêdo, autor do requerimento, senhoras e senhores presentes, dizia Paul Valéry, o consagrado intelectual francês, que o grande homem morre duas vezes. Primeiro, como homem; depois, como grande homem. Pois é assim que nos sentimos com o recente falecimento de Pio Soares Canêdo: sua morte foi para nós dupla perda, já que nos privou de um dos grandes mineiros deste século.

Minas sempre constituiu celeiro de talentos, particularmente em se falando de políticos e de homens públicos. A semente dos ideais da Inconfidência aqui germinou, gerando muitos vultos que se notabilizaram no trato da causa do povo. Desde a chamada República Velha, o cenário nacional viu despontar, vindas das Alterosas, personalidades do porte de Afonso Pena, Delfim Moreira, Bias Fortes, Juscelino Kubitschek, Pedro Aleixo, Milton Campos, Tancredo Neves e, por último, mas não menos, Pio Soares Canêdo. Sobrevivendo à maioria dos contemporâneos ilustres, nosso homenageado era considerado, com justiça, um dos sábios da política mineira.

Um mergulho na biografia de Pio Canêdo constitui verdadeira aula de arte política, no melhor sentido da palavra, e de dedicação ao bem público. Desde os tempos de Muriaé, onde ilustrou a Câmara Municipal e a Prefeitura, ao longo da trajetória em que, também, ocupou interinamente o Palácio da Liberdade, deu-nos ele lições de inteligência, sagacidade e compromisso para com o povo. Porque inteligente e sagaz ele foi, da mesma forma que o compromisso se traduzia em capacidade de conciliação, honestidade e coragem.

Veja-se, por exemplo, sua atuação durante o Governo do Dr. Israel Pinheiro. Minas Gerais era, à época, uma praça sitiada, onde o Executivo, naquela época, democraticamente eleito, contrastava com a ditadura militar encastelada em Brasília. Pois foi graças ao trabalho objetivo e principalmente discreto de Pio Canêdo que Israel conseguiu governar e, principalmente, impedir que aqui tivéssemos uma intervenção.

Esse foi apenas um dos belos lances da vida de nosso homenageado. Quis Deus que ele estivesse entre nós por nada menos que 90 anos, durante os quais fez valer sua contribuição inestimável. E quis Deus, também, que seu passamento se desse em Ouro Preto, berço do ideal libertário das nossas Minas Gerais.

Aos familiares do Dr. Pio Soares Canêdo - que têm nesta Casa digno representante na pessoa do ilustre companheiro Deputado Cristiano Canêdo -, apresentamos a mensagem de apreço do Palácio da Inconfidência. Estejam certos de que a figura do patriarca extrapolou o círculo da família para se inserir na História, como exemplo perene de mineiridade e civismo. É esse exemplo que nós, representantes do povo na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, procuramos seguir no cumprimento da missão a nós delegada. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Cristiano Canêdo

Sr. Presidente, demais componentes da Mesa, Srs. Deputados, demais convidados para esta cerimônia, Pio Canêdo certamente saiu da vida para ficar na história. Espírito conciliador por natureza, Pio conquistava todas as pessoas com seu carisma e caráter. Militante fiel do histórico PSD de Juscelino, Tancredo Neves e outros, Pio Canêdo foi um dos membros mais dignos e ativos desta Casa, por 12 anos, chegando a presidi-la em 1962.

Em 1966, bem no início da ditadura militar, renunciou ao mandato parlamentar para se tornar Vice-Governador de Israel Pinheiro. Foi nesse período que, dando prova de sua capacidade de articulação, neutralizou, com habilidade e sabedoria, ações truculentas do regime que pôs a pique a democracia no País.

Sempre disponível para o trabalho em prol da coletividade, exerceu diversos cargos na administração pública, imprimindo sempre a marca da seriedade e da competência.

Para ele, a política era uma arte e um ideal, aos quais se entregou de forma abnegada, com a paixão ardente de quem trabalha por uma causa nobre.

A vida inteira, sem jamais trair os princípios da ética e da convivência civilizada com os adversários, batalhou pelo verdadeiro sentido da ação política: buscar o bem-estar coletivo e a melhoria da sociedade; combater, de modo pertinaz, a mentalidade estreita e obtusa do fisiologismo; lutar pelo resgate dos pobres e excluídos; possibilitar condições de vida digna para todos.

Homem público que sempre se pautou pela retidão de caráter, dono de inigualáveis qualidades humanas, esse legítimo representante da melhor estirpe política de Minas cultivava, como poucos, a prudência, a paciência, a tolerância, a fidalguia e o pendor para a conciliação.

Nascido na Muriaé do início do século, foi lá que ele fez nome e conquistou fama como político simples, que se identificava com o povo humilde de sua terra. A todos o Dr. Pio atendia de coração aberto e com elegância, sempre solícito e sensível aos apelos da população carente.

Para nós, os que ficamos - parentes e amigos -, ele deixa o seu passado de cidadão digno e honrado, o seu exemplo de retidão de caráter, a lembrança indelével de seu carisma e simplicidade envolventes. Muito obrigado.

Palavras do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Exmo. Sr. Deputado Anderson Aduato, DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Ilmo. Sr. Pio Canêdo Júnior, representante da família do homenageado; Exmos. Srs. Desembargador José Brandão de Rezende Filho, representante do Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Sérgio Lellis Santiago; Carlos Fernando, DD. Prefeito Municipal de Muriaé; Vereador Geni Carneiro da Rocha, DD. Presidente da Câmara Municipal de Muriaé; José Alcino Bicalho, Cônsul do Reino do Marrocos em Minas Gerais; caríssimo colega e amigo Deputado Cristiano Canêdo, autor do requerimento que deu origem a esta reunião; meus senhores, minhas senhoras, imprensa aqui presente, entre as várias atividades humanas, a política é, sem dúvida, uma das mais nobres. Não foi por mero acaso que Platão, um dos maiores pensadores do Ocidente, ao traçar os contornos de seu Estado ideal, a reservou aos filósofos. Segundo o célebre autor dos "Diálogos", a preparação para as tarefas de governo só se completaria quando o

candidato, com mais de 50 anos, dominasse os segredos da dialética e fosse um mestre na arte de submeter os impulsos dos estratos mais grosseiros de seu ser aos comandos soberanos da razão.

Ainda segundo o autor, o político deveria ser despojado de qualquer apego ao poder, exercendo o mando, quando esse lhe fosse confiado, mais como o cumprimento de um dever para com a comunidade que como um benefício ou uma prerrogativa.

Uma análise, mesmo que superficial, nos mostra como são difíceis de se encontrar nas coletividades homens de tal têmpera, que se façam dignos da vocação para a vida pública e a exerçam com o desapego, a coragem e a retidão que ela exige.

Para as sociedades que os possuem, eles são dádivas de Deus, pois mantêm a unidade dos cidadãos e fazem prevalecer os princípios da justiça e da convivência harmônica, sem usar da força, mas a partir, simplesmente, da legitimidade de sua autoridade moral. Por isso, é fácil avaliar a extensão da perda quando um desses espíritos de escol parte em busca de paragens mais excelsas para receber a glória que fez por merecer.

No último 21 de agosto, Minas ficou mais pobre. Deixou-nos o Dr. Pio Canêdo. Num tempo em que as razões econômicas querem suplantar as outras dimensões do ser humano, em que o amor à causa pública freqüentemente cede lugar às motivações egoístas e mesquinhas, sua morte representou para nós uma perda irreparável.

Nosso homenageado nasceu de uma das mais tradicionais estirpes mineiras. De Muriaé, celeiro de vocações políticas, a família Canêdo agigantou-se para brilhar como estrela de primeira grandeza na constelação dos grandes vultos da história de Minas. Afonso Augusto, respeitado chefe político local, dividiu com a esposa, D. Maria Soares Canêdo, a tarefa de educar os filhos, na observância dos mais elevados princípios éticos, no cumprimento do dever e na dedicação incondicional à vivência da cidadania.

Antes de ingressar na vida pública, o Dr. Pio Canêdo exerceu, com brilhantismo, a advocacia em sua terra natal, em Belo Horizonte, na Zona da Mata e no vale do rio Doce, fazendo luzir o fulgor da sua privilegiada inteligência em comarcas do Rio de Janeiro, do Espírito Santo e em outros locais do Brasil.

As lides forenses alimentaram-lhe na alma o ímpeto humanitário e a vontade de servir, encaminhando-o à carreira política. Na Câmara de Muriaé, tomou gosto pelo debate democrático e iniciou-se naquela que seria a paixão de uma vida toda: a luta pelo bem comum e pela causa do povo. Numa trajetória em que os êxitos se sucediam, foi Prefeito da cidade natal e, ao término do mandato, foi convocado a emprestar sua inteligência e capacidade ao Executivo mineiro. Ocupou várias Secretarias de Estado e fez parte, como membro do Conselho Consultivo, do Banco Mineiro da Produção, no Governo Juscelino Kubitschek, que colocaria Minas, definitivamente, no caminho da modernidade e do desenvolvimento. Em 1951, Pio Canêdo passa a integrar esta Casa como um dos mais atuantes parlamentares de que dá notícia a história desta instituição. Por três vezes consecutivas, o povo o conduziu a este parlamento, demonstrando sua incondicional confiança nas qualidades e na sabedoria do grande líder. Aqui ocupou funções de relevo, tendo-lhe o espírito conciliador e a capacidade de diálogo conduzido à Presidência do Legislativo mineiro. Na 5ª Legislatura, interrompeu o mandato para exercer o honroso cargo de Vice-Governador do Estado.

Depois de ter integrado a diretoria da Fundação João Pinheiro, exerceu a Vice-Presidência do BEMGE e participou da Comissão de Limites Minas-Espírito Santo. Por indicação do Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, presidiu ainda o Conselho Nacional de Política Penitenciária.

Deus nos levou o Dr. Pio Canêdo! Deixou-nos, entretanto, o maior legado moral e humano que ele construiu em décadas de incondicional dedicação à causa da justiça e da democracia. Seus ideais permanecem vivos entre nós, incorporados aos bens mais valiosos do patrimônio espiritual mineiro, encarnados em seus descendentes, que dão continuidade à história política da própria família.

Tributamos a toda a família, na pessoa do nobre colega Deputado Cristiano Canêdo, justa e reverente homenagem, reconhecendo no seu caráter irretorquível um grande exemplo a ser seguido, como luzeiro a clarear os caminhos das nossas Minas Gerais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - A Presidência gostaria de informar aos presentes que a coleção "Memória Política de Minas" teve a honra de contar com a contribuição do nosso homenageado, que concedeu entrevista aos pesquisadores da Assembléia que participaram da elaboração do livro que contém a biografia do Dr. Pio Canêdo. Esse livro pode ser adquirido na saída do Plenário.

Palavras do Deputado João Pinto Ribeiro

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Anderson Aduato; demais autoridades que compõem a Mesa; parentes e amigos de Pio Canêdo; meus senhores; minhas senhoras; Srs. Deputados; saudar a memória de Pio Canêdo é homenagear o que de mais nobre existe na política, a política com "p" maiúsculo, virtude que muitos homens públicos de Minas souberam e sabem cultivar. Ao ouvirmos o nome de Pio Canêdo surge em nossa mente um rico painel de imagens e lembranças de uma bela folha de serviços prestados ao povo mineiro e aos brasileiros em geral. A vida de Pio Canêdo confirma a tradição, ao projetar para todo o Brasil os valores essenciais que alguns políticos de Minas Gerais imortalizaram: a idoneidade no trato da coisa pública, a firmeza de princípios e os ideais de liberdade bem dosados com o bom-senso e o espírito de conciliação.

Pio Canêdo ocupou praticamente os mais importantes cargos da atividade política como parlamentar ou como administrador, deixando em todos eles as marcas da sua personalidade culta, honesta e lúcida. Destacam-se, nessa respeitável trajetória cívica, a sua atuação como parlamentar na Assembléia Legislativa de Minas; no Governo Estadual, como Secretário; na Comissão de Limites Minas-Espírito Santo; e na Presidência do Conselho Nacional de Política Penitenciária.

Não tive a felicidade de desfrutar da boa companhia de Pio Canêdo por muito tempo, porém esse curto período bastou para impressionar-me vivamente, pelo porte elevado de sua figura em todos os campos da atividade social e familiar. A propósito, foi no intenso convívio com dois de seus familiares - Ronaldo Canêdo, com quem durante longos anos trabalhamos nesta Casa, sendo sempre um exemplo de seriedade, dedicação e de honestidade, lembrando sempre o Dr. Pio Canêdo; e, mais recentemente, com Cristiano Canêdo, companheiro da atividade parlamentar - que percebi também a presença daquelas magníficas virtudes características do cidadão consciente e do ser humano realizado, que, tenho certeza, foram influenciadas pelo modelo inesquecível de Pio Canêdo.

Lamentamos, neste momento, que a política contemporânea, tão necessária para a solução dos graves problemas da população, não possa ostentar tantos nomes como o de Pio Canêdo.

Por isso, hoje, mais do que nunca, o seu exemplo inconfundível, que criou seguidores em todas as épocas, poderá constituir-se em fonte de inspiração para todos quantos se proponham a militar no campo da política, em sua missão maior de servir ao povo com dignidade e dedicação. Muito Obrigado!

Palavras do Deputado Antônio Carlos Andrada

Exmo. Sr. Deputado Anderson Aduato, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Ilmo. Sr. Pio Soares Canêdo Júnior, representante da família do homenageado; Exmo. Sr. Desembargador José Brandão de Rezende Filho, representante do Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Sérgio Lellis Santiago; Exmo. Sr. Dr. Carlos Fernando, Prefeito Municipal de Muriaé; Exmo. Sr. Vereador Geni Carneiro da Rocha, Presidente da Câmara Municipal de Muriaé; Exmo. Sr. José Alcino Bicalho, Cônsul do Reino do Marrocos em Minas Gerais; Exmo. Sr. Deputado, prezadíssimo colega, Cristiano Canêdo, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, prezados familiares, convidados, prezados parlamentares, sumamente honrado com a minha designação para falar em nome da bancada da Minoria, na oportunidade desta reunião especial em homenagem à memória dessa exponencial figura da política mineira, o saudoso Dr. Pio Soares Canêdo, convocada por iniciativa dos ilustres Deputados Cristiano Canêdo e Dalmo Ribeiro Silva, desejo afirmar, inicialmente, que é com grande satisfação que o faço, na condição de homem público que compreende a dimensão da magnífica obra política que realizou, e como cidadão mineiro que se sente orgulhoso de ter nos anais da sua história uma personalidade de tão grande magnitude.

Dando o exato relevo à personalidade de Pio Canedo no quadro histórico da política mineira, podemos dizer, sem receio de errar, que um homem da formação e da estatura desse

grande ex-governante do nosso Estado não se imporia à memória dos seus concidadãos, não fora, ao lado de suas realizações materiais, os valores morais que a sua figura incorporou à história de Minas, entre as quais se sobressaíram, principalmente, a sua honestidade pessoal no trato das coisas do Estado, o seu idealismo e as suas qualidades de político probo, sério e sempre devotado às causas de Minas. Com a sua morte, podemos dizer que Minas perdeu um político, um homem público na verdadeira acepção da palavra.

Nascido em Muriaé, muito cedo Pio Soares Canêdo sentiu-se atraído pela política. Após bacharelar-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, no ano de 1931, retornou à sua terra natal, onde iniciou suas atividades na advocacia, atuando em diversas comarcas da Zona da Mata e do vale do rio Doce, e ainda nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Mas, já em 1936, não resistindo à sua natural vocação, candidatou-se, pelo antigo Partido Republicano Mineiro, a Vereador à Câmara Municipal de Muriaé, onde teve atuação destacada, até ser nomeado Prefeito daquele município, em 1943.

A partir daí, o seu nome começou a projetar-se no ambiente administrativo do Estado. Em 1946 foi escolhido pelo então Interventor Federal em Minas, Júlio Ferreira de Carvalho, para exercer o cargo de Secretário do Interior e Justiça. No governo seguinte foi nomeado pelo Interventor Noraldino Lima Secretário de Estado da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho, e, posteriormente, no Governo Juscelino Kubitschek de Oliveira, passou a fazer parte do Conselho Consultivo do Banco Mineiro da Produção, tendo ali permanecido por quatro anos. Em todas essas funções deu contribuição exemplar, seja pela eficácia do trabalho realizado, seja pela postura sempre ética e digna, conciliatória mas efetiva, características próprias da boa mineiridade.

Eleito Deputado Estadual, permaneceu Pio Canêdo na Assembléia Legislativa por três legislaturas seguidas, a partir de 1955, sendo que, em 1962, presidiu, com invulgar brilho, esta Casa Legislativa. Durante esse período, intensificou-se a sua atividade política, quando ficaram evidenciadas as suas inegáveis qualidades de liderança, não só dentro de seu partido, o PSD, como também das bancadas da Maioria e da Minoria.

No transcurso da 3ª Legislatura da Assembléia, Pio Canêdo veio a renunciar ao mandato, para assumir o cargo de Vice-Governador do Estado, eleito que fora na chapa de Israel Pinheiro, em cuja administração teve papel de grande relevo, chegando mesmo a exercer, temporariamente, a Chefia do Governo. Como Vice-Governador, pôde Pio Canêdo revelar suas naturais e verdadeiras qualidades de homem público, muito tendo contribuído para o êxito da gestão de Israel Pinheiro - que alguns consideravam hostil ao Governo Federal, que sobreveio à revolução de 1964 -, graças ao seu espírito conciliador e à sua atuação harmonizadora das diversas correntes políticas então existentes.

Mas Pio Canêdo nunca deixou a vida pública. Após findo o seu mandato, exerceu ainda vários outros cargos. Depois de ter integrado a diretoria da Fundação João Pinheiro, passou a exercer a Vice-Presidência do Banco do Estado de Minas Gerais. Participou também da Comissão de Limites Minas-Espírito Santo, contribuindo para que se eliminassem os antigos conflitos lindeiros entre os dois Estados, tendo presidido, posteriormente, por indicação do então Ministro da Justiça Ibraim Abi-Ackel, o Conselho Nacional de Política Penitenciária.

Durante todo esse tempo, e até sobrevir-lhe a morte, que tanto lamentamos, aos 90 anos, nunca deixou Pio Soares Canêdo de interessar-se pelos acontecimentos políticos do Estado e do País, os quais acompanhava com inextinguível interesse e discernimento, a ponto de ser freqüentemente convocado pelos sucessivos governantes de nosso Estado, para aconselhamento e troca de idéias, sempre que algum problema de maior relevância ou gravidade surgisse no cenário político mineiro. Deixa assim essa notável figura uma lacuna que dificilmente será preenchida, pelo muito que sua vida representou para o Estado de Minas Gerais.

Ao encerrar a minha alocução, Sr. Presidente, o faço ressaltando, mais uma vez, a minha enorme satisfação. Tive a honra e o prazer de ter conhecido o Dr. Pio Canêdo e de ter estado com ele em diversas ocasiões. E, em todas elas, observava atento, como um atento aluno, o seu jeito, suas expressões e as suas sábias lições. E agia assim porque, desde jovem, criança ainda, ouvia de meus pais e avós palavras de admiração e respeito para com ele. Era uma posição que se colocava acima das lides políticas, numa dimensão talvez rara, naqueles tempos de UDN e PSD. Mas era assim. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Cristiano Canêdo) - Com a palavra, o Sr. Pio Soares Canêdo Júnior, que falará em nome da família do homenageado.

Palavras do Sr. Pio Soares Canêdo Júnior

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Anderson Adaute; autoridades que compõem a Mesa; senhoras e senhores; prezados amigos; modestamente, sucedo os oradores Dalmo Ribeiro, Antônio Carlos Andrada e João Pinto Ribeiro, em nome da família e, em especial, de minhas irmãs Auta Isla, Ângela e Cândida, pontuando reflexões e sentimentos que transbordam nesses dias difíceis de dor e lembranças, tantas as lembranças e tantos os exemplos que nos ficam de nosso pai.

Tem esta solenidade significado especial ao reunir amigos, um valor maior de Pio Canêdo, que tinha o gosto de cultivar as amizades com fidelidade, carinho e dedicação sempre exclusivos, amizades sólidas, que nos confortam em sua ausência. Tem esta homenagem sentido especial por partir desta Casa Legislativa, da democracia representativa mineira, do parlamento que ele presidiu, onde exerceu três mandatos e exercitou a arte da política com raro espírito conciliador e senso de justiça, como me contam a história, o nosso convívio e minhas reminiscências da infância, pois outro homem ele não era junto à família.

Através desta solenidade, colhe-se, portanto, um simbolismo sugestivo: os representantes do povo mineiro, reunidos na Assembléia Legislativa, prestam culto, junto aos parentes e amigos, à memória de um homem público que, podemos dizer, foi um legítimo representante do povo mineiro, como homem e como cidadão.

Representante do povo mineiro como cidadão, porque, na vida pública, sempre exerceu seus mandatos unguído pelo voto popular. Representante do povo mineiro como homem, porque bem poucos, tanto quanto ele, simbolizam as características dos montanheses.

Somos mineiros todos os que, eventualmente, nascemos no abençoado solo de Minas Gerais. Porém, quantos aqui nascem que, ao longo da vida, nada fazem por merecer as tradições indelévels do modo de ser do povo das Alterosas?

Outros tantos, no entanto, são os que, por seu modo de ser e de agir, são e agem como verdadeiros mineiros, pois nossos maiores edificaram, nesta província brasileira, uma civilização peculiar, que lutamos por honrar e nos manter firmes no propósito de preservar para sempre.

Hoje, aqui nos reunimos para dizer a nós mesmos e às gerações que nos hão de suceder que consideramos ser essa uma forma virtuosa e digna de viver, pela qual vale a pena nos sacrificarmos, porque, fora dela, no nosso modo mineiro de entender, a vida perde a nobreza de seu sentido.

De autor anônimo, ficou-nos uma indelével apreciação sobre esse caráter dos mineiros, afirmando que "ser mineiro é ter simplicidade, pureza e modéstia, coragem e bravura, é ser singelo, sóbrio e reservado, é falar baixo, conversar pouco e escutar muito, é ter fidalguia nos atos e grandeza nos ideais". Conclui afirmando que "ser mineiro é ser religioso, conservador, do mesmo natural recolhido e grave; é cultivar as letras e as artes, ser poeta e literato; é viver nas montanhas, é ter vida interior, é pensar na Pátria, gostar de política e amar a liberdade".

Na juventude, procurei, certa feita, descobrir - como é tão comum aos jovens - a origem do nome de minha família - Canêdo - e descobri, através de Antenor Nascentes e de Mansur Guérios, que os árabes legaram inúmeras palavras ao vocabulário dos povos de origem latina, sendo uma delas o verbo "Kanata", que gerou "Canet" na França, Cañedo na Espanha e Canêdo em Portugal, significando sóbrio, temperado, prudente.

Haverá virtudes mais mineiras do que ser sóbrio no modo de viver, de vestir, de falar, de agir; ser temperado em suas ambições, nas lutas e fadigas; ser prudente no aconselhamento e nas atitudes, construindo uma carreira política sem nunca machucar alguém, como lembrou há pouco, por ocasião de seu falecimento, o venerando sacerdote?

Em seu "Pequeno Tratado das Grandes Virtudes", André Comte-Sponville, entre as 18 virtudes que considera cardeais, arrola, exatamente, a temperança e a prudência, considerando que "ser temperante é poder contentar-se com pouco; mas não é o pouco que importa, é o poder e é o contentar-se", pois alguns podem ter pouco sem se revelarem temperantes; serão temperantes aqueles que, tendo, ou podendo ter muito, satisfazem-se com o pouco.

Para o referido filósofo francês da modernidade, a polidez é a origem das virtudes; a fidelidade, o seu princípio; a prudência, a sua condição. Polidez, fidelidade, prudência... A polidez foi uma grande marca do modo de agir do homenageado de hoje; sua fidelidade às origens - à querida terra natal, Muriaé, uma constante; e a prudência, sua característica como forma de ação política.

Essas divagações, senhoras e senhores, servem para demonstrar aos mais autorizados representantes do povo mineiro a nossa profunda gratidão não só pela iniciativa desta sessão solene, como também pela análise da biografia do nosso saudoso pai, considerado um dos últimos, senão o último representante de uma geração de homens públicos, que elevou a política mineira às culminâncias de um verdadeiro paradigma.

Discreto, cauteloso, previdente, porém firme e determinado, sem fazer alarde de suas virtudes e coragem, sua vida desenrolou-se ao longo de uma época conturbada pelos movimentos políticos, sem que se desviasse de sua linha de conduta. Deixou incontáveis exemplos de atitudes a comprovar como sempre procurou consolidar os princípios democráticos, as virtudes republicanas e prestigiar a autoridade civil, emanada do voto popular, principalmente nos movimentos revolucionários, que, a todo o instante, exigem demonstrações de coragem - a dignidade sob pressão - como definida por um estadista americano.

Há pouco tempo, tornou-se conhecido o episódio de sua missão junto ao Governo Federal, visando à preservação do mandato do saudoso Governador Israel Pinheiro, coroada de êxito. Mas poucos sabem que, entre os desdobramentos dele, outros episódios evidenciaram-lhe a coragem e a firmeza de atitude.

Quando ele assumiu o Governo do Estado, por motivo de viagem ao exterior do então Governador Israel Pinheiro, determinada autoridade militar, no exercício de função relevante no Secretariado, em vez de ir despachar pessoalmente com o governante, resolveu incumbir seu Chefe de Gabinete de despachar determinados expedientes que considerava urgentes, talvez para testá-lo. Recebeu como resposta, transmitida pelo também Chefe de Gabinete do Governador, que os deixasse com ele para serem posteriormente despachados.

Entendendo o "recado", o Secretário verificou que outro caminho não lhe restava senão ir pessoalmente, como deveria ter feito desde o primeiro instante.

Nesse intervalo, o Governador havia admitido, em audiência, um Deputado Federal e, avisado da presença do mencionado Secretário, determinou-lhe que esse aguardasse, pois, "pelo protocolo, Deputado Federal tem precedência hierárquica sobre Secretário de Estado", justificou.

Concluída a audiência do Deputado, recebeu o Secretário e, ante a insistência deste para que despachasse prontamente os expedientes, recomendou-lhe que os deixasse em sua mesa, esclarecendo-lhe que: "quem decide sobre a urgência das medidas administrativas estaduais é o Governador do Estado". Como resultado, a referida autoridade mudou a sua apreciação sobre a figura do Sr. Pio Canêdo, passando a demonstrar-lhe grande respeito e admirar-lhe a firmeza.

Talvez a divulgação desse pequeno episódio não fosse do agrado dele, sempre discreto, tanto que só os íntimos e auxiliares mais próximos tiveram dele conhecimento. Mas meu modesto depoimento, hoje, visa tão-somente ao conhecimento de todos os fatos, da época e das condições em que se desenrolaram. Após eloqüentes demonstrações de conhecimento de sua biografia, evidenciando a grandeza dos oradores que se fizeram ouvir, que sejam conhecidos também esses pormenores, que, nos dias correntes, distantes no tempo e sem a vivência dos perigosos momentos então experimentados, podem parecer banais e corriqueiros.

Enfim, Srs. Deputados, senhoras e senhores, caríssimos amigos, "ecce homo". Parafaseando outro grande mineiro: sóbrio, como é do gosto dos mineiros, temperado, como convém à República, e prudente, como aconselha a sã política.

Agradeço novamente e enalteço as palavras do Exmo. Sr. Presidente desta Casa, Deputado Anderson Aداuto, e dos nobres Deputados Dalmo Ribeiro, Antônio Carlos Andrada e João Pinto Ribeiro. Agradeço ao Deputado Cristiano Canêdo, nosso primo afetuoso. A família, por mim representada, só tem uma expressão para demonstrar a profundidade de sua emoção, dizendo, a todos e a cada um aqui presente, num comovido abraço, muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aداuto) - A assessoria do Deputado Ibraim Abi-Ackel comunica a todos aqui presentes que, exatamente neste momento, o Deputado está no Plenário da Câmara Federal, fazendo o mesmo que estamos fazendo aqui: um discurso enaltecendo o nosso homenageado.

Apresentação do Coral da ASLEMG

O Sr. Presidente - Convidamos os presentes a ouvir a apresentação do Coral da ASLEMG, sob a regência de Guilherme Bragança, que também é servidor desta Assembléia Legislativa.

- Procede-se à apresentação do Coral da ASLEMG.

Entrega de Placa

O Sr. Presidente - A Presidência convida o Deputado Cristiano Canêdo a, em nome da Assembléia Legislativa, passar às mãos do Sr. Pio Soares Canêdo Júnior uma placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres: "In memoriam, a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais tributa ao Dr. Pio Soares Canêdo a homenagem do povo mineiro, enaltecendo sua notável trajetória na vida pública e sua figura humana exemplar, com os méritos singulares que fazem gravar seu nome na galeria dos grandes vultos de nossa história. Belo Horizonte, 26 de outubro de 1999".

- Procede-se à entrega da placa.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença, em especial ao Sr. Pio Soares Canêdo Júnior e aos outros familiares de nosso ilustre homenageado, bem como ao Coral da ASLEMG, e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando os Deputados para as reuniões extraordinárias de amanhã, dia 27, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária da mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 43ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 27/10/99

Presidência dos Deputados Anderson Aداuto, José Braga, Durval Ângelo e Gil Pereira

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Requerimento do Deputado Álvaro Antônio; discursos dos Deputados Álvaro Antônio e João Leite; questão de ordem; discursos dos Deputados Márcio Cunha, Hely Tarquínio, Miguel Martini, Sebastião Costa e Carlos Pimenta; aprovação; declarações de voto; discursos dos Deputados Miguel Martini e Márcio Cunha - Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.125; discurso do Deputado Hely Tarquínio; questões de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; discursos dos Deputados Miguel Martini e Sebastião Costa; questões de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; discursos dos Deputados Sebastião Costa e Antônio Carlos Andrada; questão de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; discurso do Deputado Antônio Carlos Andrada; questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Adauto - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arlen Santiago - Bené Guedes - Carlos Pimenta - César de Mesquita - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Brandão - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Elmo Braz - Ermano Batista - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Gil Pereira) - Às 9h14min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Glycon Terra Pinto, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 1ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta. Vem à Mesa requerimento do Deputado Álvaro Antônio, solicitando, na forma regimental, que seja alterada a ordem desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 209/99 seja apreciado em primeiro lugar entre as matérias em fase de discussão. Para encaminhar a votação do requerimento, com a palavra, o Deputado Álvaro Antônio.

O Deputado Álvaro Antônio - Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 209/99, de minha autoria, tem precedência sobre o Projeto de Lei nº 302/99. Minha solicitação se dá pela seguinte razão: o Projeto de Lei nº 302/99 prejudica integralmente o Projeto de Lei nº 209/99. E o meu projeto não altera em absolutamente nada o Projeto de Lei nº 302/99. Daí a razão, Sr. Presidente, de eu ter solicitado a inversão da pauta da reunião de ontem, tendo em vista que durante todos esses dias em que houve obstrução o nosso projeto, por meio de uma constante atuação da assessoria da Casa, esteve sempre em primeiro lugar. Estranhamente, ontem, quando não pude comparecer aqui por questões de saúde, porque estou profundamente gripado, houve um pedido de inversão da pauta justamente para prejudicar o projeto.

Posteriormente, após esclarecer devidamente os fatos, vou dar nome aos bois, denunciando aqueles Deputados que deslealmente se utilizaram desse expediente na ausência de um colega.

Sr. Presidente, o que estou pedindo não é propriamente a inversão da pauta, é que se faça cumprir aquilo que vinha acontecendo há mais de 10 ou 15 dias, o meu projeto ter precedência sobre o Projeto de Lei nº 302/99. A aprovação desse projeto prejudica frontalmente o Projeto de Lei nº 209/99, de minha autoria, que trata de legalizar a maior fonte de água mineral do mundo, com uma vazão de mais de 4.500.000 litros em 24 horas e com uma parte captável de mais de 1.500.000 litros diários.

Então, Sr. Presidente, não é qualquer projeto que irá impedir que uma fonte de água dessa natureza tenha sua seqüência normal. Além disso, quando o município é uma estância hidromineral, recebe várias benesses do Governo Federal, o que lhe dá condições de prosperar na área das termas. Isso interessa não somente à cidade de Mário Campos, mas sobretudo a Belo Horizonte, porque aquela cidade está a menos de 30km da nossa Capital. Portanto, é justo o nosso pedido.

Até ontem, essa Presidência manteve o projeto naquela ordem cronológica, mas, a pedido do Deputado João Leite, ela foi alterada. Posteriormente, vamos saber quais foram as razões que levaram o Deputado João Leite a assim proceder, para que possamos discutir com maior profundidade e maior empenho aqui, neste Plenário.

O Sr. Presidente - Para encaminhar a votação do requerimento, com a palavra, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, encaminhamos favoravelmente e achamos que temos que apreciar a proposta do Deputado Álvaro Antônio. Trata-se realmente de um município que possui uma reserva mineral, que foi encontrada recentemente. Assim, interessa-nos apreciar o projeto do Deputado Álvaro Antônio que, é claro, será comparado ao do Deputado Sebastião Navarro Vieira. Gostaria de dizer que temos várias matérias importantes a serem apreciadas na pauta, além da discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 209/99, do Deputado Álvaro Antônio, que solicita inversão da pauta. Gostaria de chamar a atenção para outros projetos que se encontram na pauta e que dependem de apreciação. Estamos interessados em discuti-los, estamos interessados em que o projeto do Deputado Álvaro Antônio seja posto em discussão. Temos também a discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 302/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que dispõe sobre reconhecimento de localidade como estância hidromineral. Pensamos que esses projetos devem ser discutidos em bloco. Estaremos acompanhando, durante todo este dia, a votação e, especialmente, a discussão desses projetos. Muito obrigado.

Questão de Ordem

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, gostaria de levantar uma questão de ordem e de solicitar de V. Exa. que nos diga qual era a presença de Deputados em Plenário, quando houve a abertura dos nossos trabalhos, já que o Deputado Hely Tarquínio nos afirmou que não havia número regimental e que, mesmo assim, a reunião foi aberta.

O Sr. Presidente - Respondendo à questão de ordem do Deputado João Leite, tínhamos 26 Deputados e, agora, temos 43 Deputados presentes na reunião.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o Deputado Márcio Cunha.

O Deputado Márcio Cunha - Sou favorável à solicitação do Deputado Álvaro Antônio, pelas razões já aludidas pelo próprio Deputado, mas gostaria de salientar a importância de vencermos a pauta, portanto, da importância da compreensão dos Deputados em relação à presença e à questão da obstrução. Pediria aos companheiros que avançássemos um pouco em relação à pauta. Sabemos que o Regimento Interno está aí para ser cumprido e ser utilizado por aqueles que desejam participar ativamente das reuniões. Esses preceitos regimentais estão disponíveis para todos. O apelo que fazemos é para votar esse projeto. Eu mesmo tenho um projeto, um dos primeiros a entrar nesta Casa, que, infelizmente, até hoje não foi aprovado. Trata-se de um projeto importantíssimo para o Município de Belo Horizonte. Ontem pedi a compreensão dos Deputados para que votássemos esse projeto, que trata da doação de um imóvel situado no Bairro Cidade Nova para a UEMG.

Aproveito o ensejo para convidá-los para a audiência pública que tratará da Proposta de Emenda à Constituição nº 24, do Deputado Paulo Piau, que vai consagrar recursos definitivos e orçamentários para a UNIMONTES e para a UEMG. Muito obrigado

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o Deputado Hely Tarquínio.

O Deputado Hely Tarquínio* - Em primeiro lugar, queria apresentar um protesto, embora compreenda a necessidade de votar as matérias, mas V. Exa. começou a reunião, de fato,

sem número regimental. Não havia nem 23 Deputados quando V. Exa. disse que já havia "quorum" para a abertura dos trabalhos. Isso foi manipulado. Eu estava aqui, mas não vamos discutir isso.

Sou favorável à proposta do Deputado Álvaro Antônio, em que se pede a inversão da pauta, a fim de apreciarmos o Projeto de Lei nº 209/99, que certamente vai merecer discussão desta Casa, pois trata de estabelecer os critérios da implantação das estâncias hidrominerais no Estado.

Com relação à fala do ilustre Deputado Márcio Cunha, gostaria de dizer que ele pediu o desarquivamento de um projeto do Governador anterior e pede agilização. Nós o parabenizamos, mas vamos discutir essa matéria com todo o interesse porque percebemos que a Oposição quer valorizar os trabalhos do Governador anterior, coisa que queremos fazer com o atual Governador.

Sr. Presidente, encaminhamos favoravelmente à inversão da pauta para atender ao ilustre Deputado Álvaro Antônio.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, sou favorável e gostaria de fazer uma ressalva àquilo que o Deputado Márcio Cunha disse aqui. Ontem, fui procurado pelo Prof. Aluísio Pimenta, que deverá conversar comigo hoje e me disse do equívoco do Deputado Márcio Cunha em relação à doação desse imóvel.

Na época, acompanhei o problema, que envolvia a questão da universidade na região da Cidade Nova. Ocorre que é um terreno do Estado e nele ia ser construído, naquela época, uma delegacia de roubo de carros. Seria um depósito de carros roubados junto com uma delegacia. A comunidade local se organizou comigo, com o Deputado Federal Osmânio Pereira, com o então Vereador Márcio Cunha e com outros, e fomos ao Governador Eduardo Azeredo, que interrompeu a construção da cadeia, a construção desse depósito. Num ato público, numa solenidade realizada na Cidade Nova, o Governador Eduardo Azeredo doou esse terreno para a construção de uma universidade, passando-o da Secretaria da Segurança para a UEMG. Então, o terreno já pertence à UEMG.

Ocorre que o problema não reside ali, o problema reside em R\$38.000.000,00 que o BNDES estava liberando, que já deviam ter sido liberados, Minas Gerais já deveria ter esse dinheiro para a construção desse "campus" universitário.

Hoje mesmo o Prof. Aluísio Pimenta estará conversando comigo, e deveremos apresentar um projeto que vai gerar benefícios para essa região. Doar um terreno que já foi cedido pelo Governo à UEMG, para a construção desse "campus", é sofismar, é fazer um ato desnecessário. O que queremos é lutar pelo financiamento - que o BNDES tem disponível - para a construção dessa universidade.

Então gostaria de dar esse esclarecimento aqui, porque até me assustei. O Deputado Márcio Cunha já havia me falado nesse projeto, e tenho interesse na construção dessa universidade, pois sou votado também nessa região. Contudo, a doação do terreno não vai resolver o problema coisíssima nenhuma. Essa é apenas uma das etapas, que pode até não atrapalhar, mas enganam-se os que dizem que isso resolve o problema. O grave problema, mesmo, é o financiamento. O terreno já está cedido pelo Governo do Estado - isso foi feito pelo Governador Eduardo Azeredo, em um ato público, na Cidade Nova, na Paróquia de Santa Luzia -, e com essa doação, agora, isso apenas vai ser formalizado. Mas isso não vai resolver o problema. O grave problema, mesmo, é resgatar o pedido que o Governador havia mandado para esta Casa, solicitando a autorização de liberação de R\$38.000.000,00, para a construção da universidade.

Temos de colocar esse dado aqui. Acho que o Deputado Márcio Cunha, que também é votado ali, tem a obrigação, tanto quanto eu, de lutar em defesa daquela região, mas precisamos defendê-la de verdade; a doação do imóvel não vai resolver o problema. É apenas uma das etapas, e, eu diria, não a mais importante. A mais importante, já que o imóvel é do Estado e já está pertencendo, já foi doado, já foi cedido para a UEMG, que também é do Estado de Minas Gerais, é, agora, trabalharmos pelo financiamento desse recurso. E ele depende da aprovação desta Casa e de uma decisão política. Ai, sim, como governista que é, acho que o Deputado Márcio Cunha vai conseguir que o Governador Itamar Franco conclua aquilo que o Governador Eduardo Azeredo já começou. Ele já começou esse processo; agora o que é preciso é uma decisão política deste Governo - aliás, não sei bem se posso chamá-lo de governo, mas pelo menos de Governador, uma vez que o Estado não está sendo exatamente governado, mas levado. Então, que ele fizesse alguma coisa para ajudar nessa liberação.

Vamos apresentar, então, nesta Casa o que for necessário, até mesmo resgatar o que o Governador Eduardo Azeredo já mandou para a Assembléia Legislativa. Acho que esse esclarecimento é importante para todos os Deputados, para que, ao votarmos, tenhamos claro qual é a real situação e que benefícios trará, de fato, para aquela comunidade.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o Deputado Sebastião Costa.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, concordo com a ansiedade do Deputado Álvaro Antônio em ver aprovado, aqui, o projeto de sua autoria. Todavia, é meu dever esclarecer a pretensão do Deputado Sebastião Navarro Vieira. O que ele está propondo é que sejam estabelecidos critérios para se instituir e criar estâncias hidrominerais. Tenho certeza de que o Deputado Álvaro Antônio, criterioso que é, não proporia localidades que não tivessem os requisitos necessários. Porém, quero lembrar que, a meu ver, o projeto do Deputado Sebastião Navarro Vieira não atrapalha o do Deputado Álvaro Antônio: um estabelece critérios para se instituir e criar estância hidromineral; o outro cria a estância. São duas fases distintas: se pudermos simbolizá-los como uma obra da construção civil, um, o do Deputado Sebastião Navarro Vieira, é a base; o outro, do Deputado Álvaro Antônio, é o acabamento, a conclusão. Portanto, não vejo como uma coisa prejudica a outra.

Com relação à UEMG, quero lembrar que o projeto do Deputado Márcio Cunha é da maior importância. Tanto assim que já mereceu a atenção também do Governo anterior. Todavia, da forma como está caminhando, está dando com uma mão e tirando com a outra, porque condiciona a UEMG a construir com seus recursos, em determinado prazo.

Nesse momento em que o orçamento estadual aumenta os recursos da UNIMONTES e reduz os da UEMG, como a UEMG poderá construir? Esse foi o motivo de eu ter apresentado uma emenda, que foi rejeitada na comissão. Minha proposta era que o próprio Estado entregasse a obra concluída à UEMG. São essas as considerações.

Entendo a preocupação do Deputado Álvaro Antônio; todavia, quero crer que jamais a base prejudicará o acabamento de qualquer construção, e o Deputado Álvaro Antônio, engenheiro que é, sabe perfeitamente que, nessas considerações, uma coisa não tem nada que ver com a outra.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação do requerimento, o Deputado Carlos Pimenta.

O Deputado Carlos Pimenta - Quero concordar com o Deputado Álvaro Antônio, que pede a inversão da pauta em favor do Projeto de Lei nº 209/99, de sua autoria, que reconhece como estância hidromineral a localidade de Bom Jardim, Fazenda Esperança, no Município de Mário Campos.

Quero aproveitar, Sr. Presidente, ao tratar do requerimento de inversão, para também poder entrar no mérito do projeto, que considero importante. Temos em Minas várias estâncias hidrominerais. Tive o prazer, com minha família, de conhecer algumas delas, no começo do ano, e as achei fantásticas. Mas tive também a oportunidade de conversar com algumas pessoas ligadas a essas cidades - que apenas conheço, não sou votado nelas, não as represento -, e eles me disseram da necessidade de o Estado ou esta Casa fazer um trabalho para que essas estâncias de fato e de direito passem para o domínio do município, para a total administração do município.

No momento em que a Assembléia encerra a sua participação constitucional de reconhecer algumas cidades como estâncias hidrominerais, como área de importância ecológica ou turística, temos de avançar um pouco mais, não basta apenas reconhecê-las porque, se não, vamos deixar o trabalho pela metade.

Concordo com o projeto do Deputado Álvaro Antônio, que já é antigo, e gostaria que a comissão permanente desta Casa entrasse nesse mérito para que possamos dar oportunidade ao município de ter sob seu domínio essas estâncias hidrominerais. Ai, sim, estaremos fazendo um trabalho completo.

Existem várias estâncias hidrominerais e várias cidades que possuem próprios estaduais. Essas cidades poderiam explorar essas fontes alternativas de riqueza que vão gerar desenvolvimento e progresso. Temos Araxá, Poços de Caldas, cidades importantes que possuem prédios, que possuem hotéis, que têm uma forte atração turística, e é necessário que possamos fazer um trabalho nesse sentido. Quero parabenizar o Álvaro e nos colocar à sua disposição para que possamos avançar um pouco mais nessa questão.

Acho que temos de procurar reconhecer a localidade como estância hidromineral, aproveitando todo o seu potencial natural, as suas águas minerais. A própria iniciativa privada da cidade poderia estar hoje explorando essas águas minerais, que são verdadeiras fortunas que temos, um patrimônio hídrico fantástico que Minas Gerais tem, já que exporta água mineral para todo o País, acho que podemos avançar nesse assunto.

Nesta inversão, também fica a nossa mensagem de promover um debate mais aprofundado, mais sério, proporcionando a esses municípios mineiros uma verdadeira oportunidade de crescimento e de desenvolvimento. Tenho a certeza de que com o debate a ser feito por esta Casa, pelos Vereadores dessas cidades, poderíamos enriquecer esse pensamento e atender a esse clamor dos Prefeitos, das lideranças, dos Vereadores, fazendo com que as estâncias hidrominerais, as cidades turísticas explorem de fato e de direito esse potencial que não pertence ao Estado e tem muito mais que ver com o município e com o debate nas Câmaras Municipais do que no recinto desta Casa Legislativa. Essas riquezas pertencem aos municípios, não ao Poder Legislativo nem ao Estado.

Fica nossa mensagem, nosso voto de inversão da pauta, porque queremos prestigiar esse Deputado, que já vem, de outros mandatos, fazendo um trabalho fantástico nesta Casa, não só no setor de transportes como em todos os setores. Fica aqui a homenagem do PSDB ao Deputado Álvaro Antônio para que se inverta a pauta e avancemos numa discussão mais ampla sobre as estâncias hidrominerais de nosso Estado.

O Sr. Presidente - Em votação, o requerimento do Deputado Álvaro Antônio. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Declarações de Voto

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de explicar ao preocupado Deputado Miguel Martini que eu ia usar da palavra pelo art. 164. Por solicitação da Presidência, resolvi por bem pedir declaração de voto. Gostaria de dizer ao Deputado Miguel Martini que ele mais parece estar enciumado com minha posição naquela comunidade, onde atuo há 16 anos, antes mesmo de me tornar Deputado. Embora eu tenha sido criado à imagem e à semelhança de Deus, não sou Deus, nem sou candidato a Deus para resolver os problemas da UEMG da noite para o dia. Estou fazendo minha parte. Que ele faça a dele, sem atacar os colegas, sem vir com esse ciúme besta que muito me admira, vindo de um homem dessa idade, Deputado há mais de uma legislatura. Que besteira é essa?

Gostaria de saber da Mesa se a palavra "ciúme" me faz incorrer em falta de decoro parlamentar. Se for assim, vou pedir desculpas ao Deputado Miguel Martini. Deputado Miguel Martini, se eu estiver incorrendo em falta de decoro parlamentar, vou pedir desculpas a V. Exa. Não estou faltando com respeito a V. Exa. Gostaria de ter mais respeito por parte de V. Exa., o mesmo respeito que até agora tenho tido com V. Exa. Na Comissão de Fiscalização Financeira, o tempo todo, V. Exa. faz questão de se dirigir a este Deputado provocando. A todo o momento, respeitei V. Exa. Mas agora, como Deputado, não como membro da Comissão de Fiscalização Financeira, não vou aceitar isso de V. Exa., que deve me respeitar como sempre o respeitei.

Quero até citar o que aconteceu na Cidade Nova. Procuramos o Deputado Miguel Martini, que nos ajudou. Como sou do PMDB, era oposição ao Governo do Estado. Na época, procuramos o Deputado Miguel Martini e o Deputado Federal Osmâni Pereira, alinhados ao Governador Azeredo, e recebemos deles uma colaboração. Em primeiro lugar, é importante dizer que fui Vereador por aquela comunidade durante 16 anos. Portanto, estou fazendo, neste caso da UEMG, a minha parte. Fui à tribuna ontem para defender a proposta de emenda à Constituição do Deputado Paulo Piau, que é do PFL, que é oposição ao meu partido. No entanto, reconheço no esforço do Deputado Paulo Piau também a sua colaboração para resolver os problemas da UEMG. Portanto, acho que estamos aqui para somar. Agora, o que vem o Deputado Miguel Martini fazer? Vem depreciar o meu trabalho, vem dizer que isso não resolve o problema. Estou fazendo a minha parte. Acho que ele deveria respeitar isso. Ele deveria dizer: "Márcio Cunha, parabéns. Quero dizer para você que, também votado naquela comunidade, vou te ajudar, vou ajudar o povo de Belo Horizonte e vou apresentar um projeto". Penso que é isso que ele deveria fazer, e não vir depreciar um projeto de um colega. Eu nunca fiz isso com ele nem com nenhum Deputado. Quero e exijo respeito da parte dele. Gostaria, então, que a Mesa me respondesse. Se a palavra "ciúme" fizer com que incorra em decoro parlamentar, peço desculpas. Se não, fica mantido o que eu disse.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, quero aqui expressar o meu voto favorável à inversão da pauta, quando o Deputado Álvaro Antônio solicita que o seu projeto seja apreciado logo depois do veto. Agora, o que queremos dizer é que a sua pretensão que reconhece como instância hidromineral a localidade de Bom Jardim, Fazenda Esperança, no Município de Mário Campos, será discutida, será encaminhada a votação. Temos os interesses da Oposição na figura do nosso ilustre Deputado Sebastião Navarro, mas acho que poderemos, depois, ilustrar Deputado Álvaro Antônio, acordar uma forma de satisfazer o interesse dos dois ilustres Deputados. Então, fica aqui o nosso voto favorável ao ilustre Deputado Álvaro Antônio.

O Deputado Miguel Martini - Quero dizer a V. Exa. que votei favoravelmente ao Deputado Álvaro Antônio. Exijo que o Deputado Márcio Cunha se retrate dos termos que usou contra a minha pessoa. Exijo isso, porque não depreciarei o seu projeto. Eu não o agredi nem tenho ciúme, pois não preciso disso, graças a Deus. O que eu quis dizer e chamar a atenção - e vou reafirmar aqui - é que esse terreno que é do Estado, que estava na Secretaria da Segurança Pública, já foi, pelo Ex-Governador Eduardo Azeredo, num ato público, transferido para a UEMG. Eu digo que, até ontem, estava - e disse para o Deputado Márcio Cunha - apoiando a iniciativa, como vou votar favoravelmente à doação desse terreno, apesar de achar que é desnecessário. Eu não tenho ciúme disso. Estou chamando a atenção para o fato de que isso não vai resolver o problema, porque o grave problema é o recurso do BNDES, que estava disponível para a construção da unidade, e sobre o que não se está mexendo. O Ex-Governador Eduardo Azeredo já mandou isso para esta Casa. Então, fui procurado pelo Prof. Aluísio Pimenta e conversei com o ex-Governador Eduardo Azeredo; disseram-me que não estavam entendendo qual era aquele projeto que estava tramitando lá. Eu, então, como representante do povo, tenho o dever de esclarecer a opinião pública sobre o que se passa aqui. Não estou denegando. Penso que o fato de se doar o terreno é um ato desnecessário, mas não atrapalha em absolutamente nada. Agora, não pode parecer que isso vai resolver o problema. Isso não vai resolvê-lo de forma nenhuma. Então, o nosso posicionamento aqui não é de ciúme, não precisamos de coisas pequenas como essa. Se outros Deputados pensam assim, acredito que é um pensamento menor. Eu não faço política só em Belo Horizonte. Faço política em todo o Estado de Minas Gerais. E não é por causa de dez votos a mais, de dez votos a menos. Quando fui lá, não o fiz na expectativa de ter voto. Fui pela obrigação que tenho, por ser um representante e ser votado naquela região, por obrigação de defender os interesses da comunidade, que deu um exemplo para Minas Gerais, uma comunidade que não aceitou a truculência do Secretário da Segurança, que disse que ia construir, no peito, uma delegacia ali; uma comunidade que se mobilizou. Milhares de assinaturas foram colhidas, as pessoas foram para a frente do terreno e não deixaram acontecer. Usaram os seus representantes à época, que eram os Deputados Osmani Pereira, que mora ali, e Miguel Martini, que é votado na região e tem relação de amizade com eles. Fomos ao Governador e conseguimos com que ele fizesse o Secretário interromper a obra, fosse a um ato público na Igreja de Santa Luzia e fizesse a transferência do terreno. O terreno já pertence à UEMG.

O que não aceitamos é que projetos venham com demagogia. Queremos, é verdade, aquilo que é benefício para a sociedade; queremos construir sobre o que já está feito. Não se trata de destruir. Só porque foi o Governador Eduardo Azeredo que fez a transferência, vamos anulá-la? Não. O que ele fez já está feito. Vamos para a frente. Vamos, Márcio Cunha, juntos brigar pelo financiamento do BNDS, que são os R\$38.000.000,00. Esse recurso existe, outras universidades se habilitaram a ele, e nós também já deveríamos ter feito o mesmo. É isso que estamos querendo. Longe de mim ter ciúme. Eu teria ciúme de coisas muito maiores.

O Deputado Álvaro Antônio - Sr. Presidente, antes de tecer qualquer consideração, agradeço aos nobres pares que compreenderam a importância do projeto que transforma em estância hidromineral o Município de Mário Campos.

Lerei para os senhores os itens que traz a Lei Federal nº 2.671, de 3/2/55, com referência à ajuda que o Governo pode prestar a uma estância hidromineral. (- Lê:)

"I - elaboração, para cada uma das estâncias, de um plano diretor de melhoramentos que compreenderá: planta cadastral, fixação da área de proteção das fontes federais, rede de abastecimento de água, rede de esgotos, estudo completo do problema de energia elétrica, plano de urbanismo, plano rodoviário;

II - realização dos estudos das águas minerais de aplicação medicinal;

III - delimitação das áreas que, adquiridas pela União e incorporadas ao seu patrimônio, devam ser por esta reforestadas, a fim de proteger os mananciais e as fontes."

E assim, Sr. Presidente, chega a 23 itens a ajuda que o Governo Federal dá a um município que tenha as características de uma estância hidromineral.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Projeto de Lei nº 302/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que é Líder do nosso partido, e o Projeto de Lei nº 209/99, do Deputado Álvaro Antônio, não têm nenhuma identidade. Por isso, votei favoravelmente ao requerimento do Deputado Álvaro Antônio.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira quer estabelecer critérios para a criação de estância hidromineral, e o Deputado Álvaro Antônio especifica a área que quer transformar em estância hidromineral. Uma coisa nada tem a ver com a outra.

Além do mais, estamos aguardando, com ansiedade, o momento da discussão, quando teremos um prazo mais dilatado, para trazer ao conhecimento dos mineiros o que o Deputado Sebastião Navarro Vieira entende como necessário para se criar uma estância hidromineral. Isso faremos na discussão dos dois projetos, oportunidade em que procuraremos conscientizar o parlamento mineiro de que a criação de um estância hidromineral não tem muito a ver com os critérios de sua criação. Os critérios já deveriam estar pré-estabelecidos, mas, como não estão, o Deputado Sebastião Navarro Vieira vai fazê-lo por meio do Projeto de Lei nº 302/99. Entendo, neste momento, que a ordem dos fatores não altera o produto, e, assim sendo, votei favoravelmente ao requerimento do Deputado Álvaro Antônio, resguardando, é lógico, a ocasião da discussão de ambos os projetos, contando com 1 hora na tribuna cada um de nós, para que possamos mostrar à sociedade mineira a importância dos critérios e a relevância de uma estância hidromineral.

O Deputado Mauro Lobo - Sr. Presidente, o projeto do Deputado Álvaro Antônio é muito oportuno e demonstra o conhecimento que ele tem sobre a Grande Belo Horizonte e sobre a importância das estâncias hidrominerais para Minas Gerais. Esse é o grande diferencial de Minas em relação aos demais Estados do País. Minas, a chamada caixa-d'água do País, tem também a qualidade ímpar de suas águas minerais.

Quando o Governo Federal procura dar uma nova feição à gestão dos nossos recursos hídricos, é importante que Minas Gerais tenha aprovadas as suas estâncias hidrominerais. Com a criação da Agência Nacional das Águas - ANA -, obviamente, quem estiver preparado, quem já tiver legalmente constituídas as suas estâncias hidrominerais estará caminhando à frente. Nós queremos nos associar a essa iniciativa do Deputado Álvaro Antônio, muito oportuna e que demonstra o conhecimento do nobre colega sobre os problemas de Minas, sobre a oportunidade de Minas com a exploração do turismo. É importante a definição de estância hidromineral para a cidade de Mário Campos.

Cumprimento o Deputado, esperando que esse projeto tenha tramitação rápida e seja aprovado em curto prazo.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de me manifestar a respeito da inversão de ordem solicitada ontem com relação à aprovação do projeto do Deputado Sebastião Navarro Vieira. Como se disse aqui, ele é disciplinador quanto às estâncias hidrominerais no Estado. São recursos de nosso Estado para incentivar o turismo, para preservar as nossas águas, e para definir critérios com outras conseqüências, como a abertura dos cassinos.

Compreendo a preocupação do Deputado Álvaro Antônio, que já está com esse projeto há anos. A sua intenção é estabelecer um plano diretor para a preservação de uma beleza natural do referido município. Portanto, quero louvar a atitude dos dois parlamentares. Não se trata de uma disputa, porque esta Casa estabelece critérios, e a lei é feita para disciplinar a vida do cidadão. Tanto o Deputado Álvaro Antônio como o Deputado Sebastião Navarro Vieira têm razão nesse aspecto. Acho que é uma discussão sadia e procedente, que deve ser aprofundada no momento da votação do projeto do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que estabelece os critérios.

Quero manifestar a nossa alegria de ter votado favoravelmente a essa inversão de pauta, porque um projeto não prejudica o outro. Pelo contrário, os dois projetos são importantes, um numa situação real de invasão de uma área que é beleza natural, e outro que cria e disciplina os critérios para todo o Estado de Minas Gerais.

Quero parabenizar o Deputado Álvaro Antônio pela oportunidade de defender os recursos naturais do Estado e sugerir a esta Casa que reflita sobre os critérios estabelecidos no projeto do Deputado Sebastião Navarro Vieira, para que Minas Gerais possa utilizar esse importante recurso que são as águas do nosso Estado. Muito obrigado.

O Deputado Dinis Pinheiro - Sr. Presidente, quero manifestar a nossa posição favorável ao requerimento do Deputado Álvaro Antônio. Como é do conhecimento de todos, o Deputado Álvaro Antônio é engenheiro, empreendedor, realizador, tocador de obras, uma pessoa que fez uma gloriosa carreira pública. Fico muito feliz que ele possa desenvolver a sua luta, o seu esforço, a sua inteligência a favor da cidade de Mário Campos, onde tenho a felicidade de atuar a seu lado, na condição de Deputado Estadual majoritário. Fico feliz, também, em testemunhar a intervenção do Deputado Sebastião Navarro Vieira, apresentando um projeto pertinente. Tenho certeza de que, com a sua sabedoria ímpar, conseguirá definir, escolher critérios, normas, parâmetros para que qualquer cidade possa se classificar como estância hidromineral. É necessário um debate mais amplo, mais minucioso, e estou certo de que esse projeto do Deputado Álvaro Antônio será rápido, ágil e contará com a contribuição salutar do Deputado Sebastião Navarro Vieira.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Eu também, conforme meus pares anteriores, gostaria de declarar que votei a favor porque achamos que as ponderações do Deputado Álvaro Antônio são pertinentes. De fato, o projeto do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que infelizmente não está aqui, mas que teria esse raciocínio, é um projeto genérico, que dispõe sobre as condições e critérios para o reconhecimento de estâncias hidrominerais. Já a proposição do Deputado Álvaro Antônio é específica e trata de um caso concreto. Entendemos que, tendo preferência sobre a matéria, não ficaria ela sujeita à análise de novos critérios se a proposição seguinte for aprovada. Estaria, assim, garantido o pleito do Deputado Álvaro Antônio que, em conversa conosco, disse da importância para a região metropolitana do seu projeto, já que essa localidade tem uma reserva extraordinária de água. É isso que é um fato muito importante que a lei precisa assegurar. É isso que esse projeto visa. Ao declararmos os nossos votos, queremos parabenizar o Deputado Sebastião Navarro Vieira, que é um Deputado brilhante e que se tem pautado pelo desenvolvimento do nosso Estado e pela questão específica das estâncias hidrominerais, já que o Estado é rico nessa matéria. E o Deputado, muito preocupado com isso, quer discipliná-la. Temos a certeza de que com o seu conhecimento, com a sua competência e experiência, estará S. Exa. fazendo isso de uma maneira muito sensata, que muito vai ajudar o desenvolvimento do nosso Estado. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Não é muito o que vou falar. É só para dizer ao Deputado que me citou que não existe nada de pessoal e nenhum tipo de ciúme. É apenas o desejo de restaurar a verdade, porque o que queremos aqui é a verdade. Se for necessário - e acho que não será, vou até verificar - que se vote um projeto de lei para doação do imóvel, vou votar com ele, porque acho que, se não precisar disso, atrapalhar não vai. Vou votar com ele, e não há problema algum em dizer que o projeto é dele.

Estou querendo chamar a atenção e dizer a ele que isso não é motivado por sentimentos menores. É que fui procurado ontem por quem entende da matéria, que é o Prof. Aluísio Pimenta, que esteve envolvido com isso na época, que brigou por isso e que estava extremamente preocupado. Disse a ele para conversarmos, para saber que medidas tomaríamos nesta Casa. O que não queremos é criar nenhum engodo, queremos gerar o benefício para a construção do "campus" universitário naquela região, que é própria para isso.

Ele citou a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e nela eu tenho um papel de oposição e, como tal, usarei o que o Regimento Interno me permite. O que tenho dito a ele, enquanto Presidente, é sempre isto: "Sr. Presidente, exijo que se cumpra o Regimento", nada mais, nada menos. Se me indica relator ou se não o faz, é decisão da Presidência, mas tenho o direito de me manifestar na Comissão ou em qualquer lugar, de acordo com o que acho que é certo ou errado.

E quero dizer a ele que as questões não são pessoais, são questões legislativas, processuais, regimentais, políticas, que estão na cabeça, ainda não chegaram ao coração. De modo algum me dirigi de maneira desrespeitosa a ele nem a nenhum companheiro desta Casa. Se falo com veemência, com entusiasmo, é decorrência da minha característica, mas não é com nenhuma agressão pessoal. Mas tentar me tratar como se fosse uma pessoa menos importante, com gracejo, isso não admito. Exijo o respeito, da mesma forma que o respeito.

Então, que fique claro aqui, Deputado, que voto com a doação, só que acho que já não é necessário, e vou verificar isso. Vamos esquecer essa fase de doação, porque isso já é da Universidade do Estado, e vamos trabalhar para resgatar aquilo que o Governador Eduardo Azeredo iniciou. Só porque é oposição ao Governador, e agora é o PMDB que está no poder, aquilo que o outro fez de bom não vale nada? Tem de começar tudo de novo? É uma maneira madura de fazer política que estamos querendo, é buscar o que é melhor, não importa quem faça.

Se vocês querem ficar com os louros, não há problema algum. O que eu quero é trabalho e resultado positivo. Mas, da mesma forma que eu respeito, exijo ser respeitado e exijo que se faça uma retratação. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o Deputado Márcio Cunha.

O Deputado Márcio Cunha* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, illustre colega Deputado Miguel Martini, em primeiro lugar, gostaria de dizer que já tive a oportunidade de subir à tribuna, conforme podem comprovar nos anais da Casa, para agradecer o empenho do ex-Governador Azeredo e do Prof. Aluísio Pimenta. Aliás, é bom que se diga que o Prof. Aluísio Pimenta nasceu em Nélson de Sena, distrito onde nasceu meu sogro, e é parente de minha esposa. Na época da doação do referido imóvel para a UEMG, a idéia surgiu num telefonema que dei ao professor. Muito embora sendo do PMDB e da Oposição, utilizei-me desses laços familiares e depois de uma conversa que tive com o nosso pároco para sugerir que, em função das características do local, o imóvel fosse doado para ser o campus da universidade. O Prof. Aluísio Pimenta imediatamente se empenhou, assim como os Deputados Miguel Martini e Osmânio Pereira, que eram ligados ao Governador Eduardo Azeredo. O Governador esteve lá, e dei créditos a eles - ao Governador e aos Deputados -, no meu jornal de campanha, na época em que era Vereador.

Portanto, é importante esclarecer que eu não estou fazendo demagogia com relação a esse projeto. Chamo a atenção de todos para um detalhe no qual, talvez, o Deputado Miguel Martini não tenha prestado atenção: logo que eu soube, por meio da UEMG e do próprio Governo do Estado, da necessidade de formalizar esse projeto, entrei com esse pedido na Casa. Logo depois, o Governo do Estado entrou com o mesmo projeto. O meu projeto está anexado ao do Governo do Estado.

Então, illustre Deputado Miguel Martini, gostaria que fosse dirimida essa dúvida. Do contrário, terei sido induzido ao erro. Gostaria que V. Exa. nos ajudasse a compreender isso porque, senão, terei sido induzido ao erro, sim. Acredito que não, porque, conforme as informações técnicas que eu tinha, acreditei que havia necessidade desse projeto. Foi por isso que entrei com ele, já que, como Vereador durante 16 anos por aquela comunidade, empenhei-me desde o princípio e fui eu quem teve a idéia de que o terreno fosse doado. A grande celeuma aconteceu porque ali seria construído um depósito de presos, e nós - não apenas eu, mas a comunidade da Cidade Nova, do União e de toda a vizinhança - não concordávamos com isso, definitivamente.

Então são esses os esclarecimentos. A informação que eu tive por parte da UEMG e do Governo do Estado foi de que haveria necessidade de formalização do projeto. O Deputado Miguel Martini tem toda razão ao dizer que só isso não resolve. Resolve em parte. É um grande passo, é verdade, mas não é suficiente. A universidade precisa de recursos, e é nisso que estamos nos empenhando, por meio da Proposta de Emenda à Constituição nº 24, do Deputado Paulo Piau. Também, sem dúvida alguma, é por isso que estamos conversando com o Prof. Gérson Bosen a respeito desses recursos, que são necessários para a efetivação do campus da universidade.

Assim, reconheço publicamente, em primeiro lugar, o trabalho dos ilustres Deputados Miguel Martini e Osmânio Pereira e do ex-Governador. E não estou fazendo isso apenas agora. Já o fiz. Podem procurar aí e verão que, quando entrei com o projeto nesta Casa, eu disse que o Governador Eduardo Azeredo, sensibilizado com esse problema, foi à comunidade e doou o imóvel. Dei esse crédito a ele lá e aqui, como Deputado. Mesmo fazendo oposição ao seu Governo, fiz isso tranquilamente.

Outra coisa que eu quero dizer é que até admito isso e espero do ilustre Deputado Miguel Martini o mesmo relacionamento, uma vez que, até o presente momento, não tive com ele um diálogo mais áper. Entretanto, quero dizer que tive inúmeras oportunidades para fazer isso e gostaria que ele fizesse uma reflexão. Posso retirar todas as palavras que eu lhe disse e não tenho a menor dificuldade para fazê-lo. Tenho total humildade para isso. Retiro tudo o que eu disse, desde que, a partir de agora, ele abra mais o seu sorriso para mim e me trate com o carinho com que eu o trato. Muito obrigado.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Prosseguimento da discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.125. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Hely Tarquínio, que ainda dispõe de 4 minutos.

O Deputado Hely Tarquínio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos utilizar nossos 4 minutos para fazer as considerações finais sobre o veto que o Governador à proposta do PFL e do PSDB, em que se pedia um demonstrativo dos gastos nas Secretarias, no DER, nas Prefeituras, etc. Queremos dizer que, como líder do PSDB nesta Casa, estamos aqui para cumprir nossos deveres e direitos, muito mais os deveres, como fiscalizar as ações dos Poderes, mesmo o nosso. Mas o que nos propusemos a fazer foi dar transparência às ações do Governador. O Executivo agiu, desde o primeiro dia, interferindo, mandando, como se esta Casa fosse o fundo do quintal do Palácio da Liberdade. E isso persiste. Gostaria de conchamar a todos os Deputados para que nos unamos a fim de não sermos sensibilizados pelo mando do Governador, pelo mando do Executivo.

Estamos aqui para elaborar a LDO, para dar contornos à LDO e para, depois, darmos contornos ao orçamento, para que o povo de Minas Gerais, sem discriminação de região, possa estar agraciado no orçamento do Estado e que ele tenha, daqui para frente, uma cultura de fiscalização "pari passu", não apenas da Maioria da Casa, mas também da Minoria. E é nessa hora, Sr. Presidente, que gostaria que V. Exa. designasse um técnico para assistir a Minoria permanentemente durante a realização do orçamento. Isto é, na realização daquilo que está configurado como prioridade na LDO, e depois nas especificações das rubricas que podem ser verificadas nesta Casa, na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária primeiramente. Depois, para que todos os Deputados possam participar, não só no espaço da Maioria como no da Minoria, na materialização dos gastos que o Executivo vai efetuar, baseado fundamentalmente na verdade da lei de orçamento. Sabemos muito bem que, por muitos anos, não se vai conseguir uma peça orçamentária real. Vivemos ainda a inflação, apesar do Plano Real e de todos os esforços do Presidente, da equipe econômica e das pessoas que cuidam de finanças e de economia nos Estados.

Não se consegue fazer um orçamento verdadeiro, como se tem pregado nesta Casa. O orçamento participativo ainda é balela, porque, ao estimar as receitas, temos projeções, ainda muito movediças, que não condizem com a verdade. Mas, de qualquer forma, essas são as metas fundamentais, as prioridades, as generalidades. A Lei de Diretrizes Orçamentárias estabelece as metas e as prioridades. O orçamento estima as receitas para os gastos específicos nas diversas Secretarias e nas ações de Governo. Agora, temos a certeza de que vai haver um gasto excessivo na Secretaria da Casa Civil. Estamos atentos. Quero conchamar todos os companheiros para verificar, passo a passo, o orçamento, oferecendo à sociedade o demonstrativo que o Governador não quer, ou seja, a especificação dos gastos nos diversos setores do Governo.

Questões de Ordem

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, peço o encerramento da reunião por falta de "quorum". Muito obrigado.

O Deputado Alberto Pinto Coelho - Sr. Presidente, peço recomposição de "quorum".

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aauto) - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados, para recomposição do "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Gil Pereira) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente (Deputado Durval Ângelo) - Responderam à chamada 30 Deputados. Há, portanto, "quorum" para a continuação dos trabalhos. Para discutir o veto, com a palavra, o Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores, imprensa, a Casa está-se debruçando sobre uma matéria que para muitos é de menor importância, mas para outros é de importância vital. Para a imprensa, derrubar o veto seria um sentimento corporativista, em defesa da subvenção social. Mas queremos discutir, exatamente para deixar bem claro que é o contrário, que não tem nada a ver com a subvenção social da Assembléia Legislativa. Tanto é que abri mão da minha subvenção social, em junho do ano passado, e eu, Deputado Miguel Martini, sou contra a subvenção social distribuída pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, pelos Deputados. Sou contra; acho que essas subvenções até vieram, com o tempo, a enfraquecer o Poder Legislativo. E acho que, fazendo isso, o Governador - que, como dizem, faz tudo errado, mas acaba dando certo -, mais vez, está fazendo errado, mas é capaz de dar certo. Porque ele não está repassando a subvenção deste ano - e diz que não vai repassá-la -, e o fato de fazer isso vai acabar despertando, nos nobres pares desta Casa, no Poder Legislativo... aliás, diria até mesmo que vai acabar despertando o Poder Legislativo. Porque a prática sempre foi dar a subvenção social para os Deputados que, assim, aprovam o orçamento, sem uma discussão maior, dando, por exemplo, ao Poder Executivo, 10% de suplementação - o que dá, hoje, pelo orçamento apresentado, R\$1.400.000.000,00 -, para o Governo fazer o que quiser - remanejar, suplementar, fazer o que quiser. Assim, o Poder Executivo não precisa mais do Poder Legislativo, porque demos um cheque em branco, uma autorização para que ele faça o que quiser. A atitude correta do Poder Legislativo e de cada Deputado, em minha maneira de ver, seria outra. É no orçamento que ele não pede favores ao Poder Executivo, mas exige que o Poder Executivo destine...

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduato) - Deputado Miguel Martini, a Presidência solicita a V. Exa. que encaminhe a discussão de acordo com o projeto que está sendo discutido. V. Exa. está saindo completamente do assunto. Não estamos discutindo a questão orçamentária, mas a questão do veto, as subvenções.

O Deputado Miguel Martini - Como não, Presidente? A justificativa do Governador foi dizer que não vai admitir no orçamento que haja subvenção social para o ano que vem. Estou perfeitamente dentro do tema. Estou desenvolvendo o raciocínio de subvenção social, um raciocínio exatamente pertinente ao projeto. E estou dizendo que quem vota o orçamento é o Poder Legislativo. É o Poder Legislativo que diz ao Sr. Governador o que ele pode e o que não pode fazer. Não é o inverso.

Quando o Governador envia um projeto orçamentário para a Assembléia, ele está dizendo o que ele pensa que é melhor, mas quem define o que é melhor, inclusive se tem ou não subvenção, é o Poder Legislativo, não é o Poder Executivo coisíssima nenhuma. Cito até como exemplo o Rio Grande do Sul. O Governador daquele Estado, Olívio Dutra, elaborou a proposta do orçamento, por meio da discussão do orçamento participativo, e mandou-a para a Assembléia Legislativa. A Assembléia, tomando conhecimento daquele orçamento, assim se portou: agora vamos discuti-lo com a sociedade, para ver se de fato é isso que ela quer. Estão sendo realizadas audiências públicas em todo Estado do Rio Grande do Sul, para que agora, ouvindo a sociedade, o Poder Legislativo defina quais são as prioridades para o orçamento.

O que diz esse veto do Governador? E o que esta Casa exige, pois tenho certeza de que esse veto será derrotado? Volto a dizer: não tem nada a ver com subvenção social no Poder Legislativo, tem a ver com subvenção social no Poder Executivo. O que esta Casa quer? Quer que venha discriminado no orçamento para quem se pretende dar subvenção social, quanto será dado, para que esta Casa possa exercer o seu poder, a sua competência fiscalizadora. Como é que vamos fiscalizar se não há no orçamento a discriminação de para onde está previsto enviar o recurso de subvenção? Volto a dizer, não do Poder Legislativo, não tem nada a ver com o Poder Legislativo, tem a ver com as Secretarias do Trabalho, de Assuntos Municipais, da Casa Civil, vejamos os senhores, tem a ver com a Loteria, tem a ver com as Secretarias da Saúde e da Educação que tem uma fábula para indicar de subvenção social.

É lógico que esta Casa tem de ter o controle da execução orçamentária. Aliás, emenda de nossa autoria obriga que esse controle seja feito por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais - SIAF -, que estejam disponibilizadas para cada Deputado a arrecadação e a execução orçamentária.

É lógico que o Poder Legislativo tem de exigir que venha discriminado, especificado no orçamento onde se pretende aplicar o recurso, para que não fiquemos ao sabor da decisão política do Secretário ou do órgão do Estado de Minas Gerais.

Por isso, Sr. Presidente, estamos aqui para discutir que o Poder Legislativo, pela primeira vez na história do Estado de Minas Gerais e desta Assembléia, vai negar ao Governador Itamar Franco a capacidade de suplementar em 10%, para que tenhamos o controle efetivo da execução orçamentária.

Aliás, diga-se de passagem, o orçamento previsto para o ano que vem traz um erro grave de classificação: está-se denominando receita de capital o que na verdade deve ser classificado como receita corrente. Vamos corrigir isso.

O Governador está pedindo para suplementar em R\$1.400.000.000,00 - só para que os telespectadores entendam, significa dizer que ele pode botar uma "janelinha", pode fazer uma obra de 100 ou 200km de asfalto...

O Sr. Presidente (Deputado Durval Ângelo) - Sr. orador, conforme orientação anterior do Presidente, gostaríamos que V. Exa. se ativesse ao assunto em questão, que é verba de subvenção; caso contrário, seremos forçados a cortar o tempo de V. Exa.

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, V. Exa. sabe que para eu desenvolver o raciocínio do veto, tenho de falar do orçamento.

O Sr. Presidente - Esta Presidência não permitirá que saia do assunto. O Regimento é claro; V. Exa., como ninguém, o conhece. O assunto é o veto do Governador, a emenda que trata da prestação de contas de verba de subvenção.

O Deputado Miguel Martini - Não estamos discutindo o orçamento do Estado, que será discutido no momento propício. Permita-me, mas V. Exa. está interpretando de maneira equivocada. Como vou falar? Quero ler o veto que foi feito. Assim que achar esse veto, vou lê-lo, para que V. Exa. reflita melhor e perceba que está equivocado.

O Deputado Mauro Lobo (em aparte)* - Agradeço o aparte concedido pelo Deputado Miguel Martini. Quero lembrar que estamos discutindo um veto à Lei de Diretrizes Orçamentárias. Se se afirmar que a LDO não tem nada a ver com orçamento, não entendo mais nada. Quero fazer esse lembrete. Esse veto não está inserido no espaço, mas na Lei de Diretrizes Orçamentárias. Portanto, tem a ver diretamente com o orçamento.

O Deputado Miguel Martini - Obrigado, Deputado. Espero que o Sr. Presidente, Deputado Durval Ângelo, já tenha entendido. Se não posso falar sobre orçamento quando se discute um veto da LDO que diz respeito à discriminação no orçamento público das verbas que vão ser indicadas para subvenção social, vou falar de quê? Da incompetência do Governador Itamar Franco em governar o Estado de Minas Gerais? Vou falar da incompetência deste Governo de enviar um projeto de reforma administrativa para esta Casa? Não vou falar disso, Sr. Presidente. Vou falar do que diz respeito à matéria, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias. E o que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias? É uma lei que orienta a composição do orçamento público. É a lei que define se haverá tantos por cento de verba para isso, tantos por cento de verba para aquilo, que vai definir os limites orçamentários.

Não é possível que, para discutir a Lei de Diretrizes Orçamentárias - o próprio nome fala - não se possa falar de orçamento. Isso é distorcer a verdade. Vou continuar falando, porque estou absolutamente dentro do tempo. Pela primeira vez, esta Casa fez uma Lei de Diretrizes Orçamentárias menos pior que as outras. Pela primeira vez, começou a impor limites para a proposta orçamentária do Governo. E digo mais: a lei de responsabilidade fiscal, em tramitação no Congresso Nacional, que a UNALE discutiu na semana passada, em Curitiba, com todas as Assembléias, está dizendo que a proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias vai sofrer modificação. Então, o que a Lei de Diretrizes Orçamentárias está dizendo? Está dizendo o que é óbvio.

Está exigindo que o Poder Executivo, ao encaminhar a proposta a esta Casa, discrimine, descreva, ponha no relatório como vai, através das diversas secretarias e dos diversos órgãos, aplicar as verbas de subvenção social. Aliás, o jornal, há poucos dias, disse assim: "Por que o Governador está tão preocupado com as verbas da Assembléia Legislativa e não está preocupado com as verbas de subvenção social dadas pelo Poder Executivo?". Inclusive, ele faz lá um relatório discriminando quanto cada órgão vai indicar, quanto cada secretaria pode indicar e mostrando que não há nenhum controle. Olhem o que esse Governador "ético" - entre aspas - está dizendo: que não precisa prestar contas, de maneira indiscriminada, para esta Casa. O que o Poder Executivo, o que o Governador está querendo é que seus Secretários façam as políticas que quiserem com aquela verba de subvenção, que não respeitem nenhuma prioridade, porque, quando ele manda para esta Casa dizendo que vai aplicar subvenção em tal e em tal setor, em tal e em tal órgão, os Deputados, legítimos representantes do povo, vão discutir se aquela entidade, se aquele órgão, se aquele tema, se aquela destinação de verba é a mais conveniente ou não. Hoje não podemos fazer isso. Cedo um aparte, com muito prazer, ao Deputado Alencar da Silveira Júnior.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Deputado Miguel Martini, meu grande Presidente da UNALE, V. Exa. ainda tem 43 minutos. Estou sentindo aqui e comentando com outros companheiros que V. Exa. está indo e voltando no seu pronunciamento, lei de diretrizes, subvenção. Estou aqui para ajudar V. Exa., lembrando-lhe que esta Casa... O Governador pode falar que o Secretário vai gastar da maneira que quiser, que o Governo vai gastar da maneira que quiser. V. Exa. sabe perfeitamente que esta Casa está aqui para fiscalizar. Estamos aqui também para fiscalizar e não vamos aceitar isso. Então, todas essas propostas, esse telefone... Acho que o que está acontecendo hoje, Deputado Miguel, é o telefone sem fio, o famoso telefone sem fio: "Dizem que o Governador falou isso e isso". "Mas você ouviu o Governador falar?" "Não. Não ouvi o Governador falar." "Você tem certeza de que o Governador falou isso? Ele falou para você?" "Não, ele falou para um meu amigo, que um amigo de um amigo meu falou para outro."

Então, é dessa forma que as coisas estão acontecendo. Temos que entender, Deputado Miguel, que esta Casa estará atenta a todas as irregularidades que porventura houver neste Governo, como esteve atenta no Governo passado. Estaremos prontos para fiscalizar, prontos para olhar, porque, se for aprovada nesta Casa uma consulta e um pedido de visita de qualquer um dos Secretários, eles virão a esta Casa e estarão prestando esclarecimentos. Então, o que está acontecendo hoje é o famoso telefone sem fio. O Governador falou isso

aquilo, da mesma forma que o Deputado Amílcar Martins mostrou que o Arminio não falou o que a imprensa publicou.

Conversando com alguns companheiros de imprensa, ontem à noite, num jantar, e agora cedo, penso que esta Casa tem que começar a andar. V. Exa., como Presidente da UNALE, sabe perfeitamente o que vem acontecendo aqui. A responsabilidade de um Legislativo forte é, principalmente, de V. Exa., porque foi eleito com o meu voto, na maior instância - vamos colocar assim - do Legislativo Estadual. Foi eleito com o meu voto, e gostaria de pedir a V. Exa. que também, como Presidente da UNALE, fizesse esse pedido a todos os Deputados. Vamos começar a votar, está ficando ruim. Daqui a pouco, nobre Deputado Miguel Martini, o povo vai falar o seguinte: há quatro meses não se vota na Assembléia Legislativa. Para que deve haver Assembléia Legislativa? Ela não está fazendo falta nenhuma. Então, na hora em que cair na opinião pública que a Assembléia não vota há quatro meses, não vota há cinco meses, eles vão dizer que ela não faz falta nenhuma.

Infelizmente, o discurso que fazemos hoje é dirigido a uma população para a qual está faltando comida na mesa, segurança e transporte digno, e o que ela nos pergunta é: "Deputado, o que o senhor está fazendo? Coloque a coisa para andar. Vamos votar."

Faço um apelo a meu companheiro Miguel Martini: vamos mostrar que estamos nesta Casa para fiscalizar, para votar, para ser útil; assim, teremos uma Assembléia Legislativa que dá resultado, assim como tem dado resultado a TV Assembléia, que tivemos a idéia de criar e que, no dia 30 de novembro, completará mais um ano. Nessa oportunidade, mostraremos tudo o que foi feito desde sua implantação e vamos comemorar a grande audiência que ela hoje tem.

O Deputado Miguel Martini - Deputado Alencar da Silveira Júnior, V. Exa., como Deputado da base governista, não deveria dizer para a Oposição que nós devemos votar. Deveria, antes, ir a uma reunião de Líderes da bancada de apoio e dizer-lhes: "Deputados, vamos votar!" O que nós, da Oposição, queremos é discutir. A sociedade precisa ter um posicionamento exato daquilo que vai ser votado e daquilo que não vai ser votado.

Tenho certeza de que V. Exa. estava aqui, na semana passada, quando esta Casa, desde a manhã até às 11 horas da noite, discutiu muito e, no final, o trator do Governo passou sobre nós, como é normal.

Talvez a base governista esteja insatisfeita com o Governo, que, convenhamos, é ruinzinho demais até para a sua própria base. Tenho para mim que a base do Governo está dando apoio, alguns porque têm cargo e outros, com medo, porque ainda faltam três anos para acabar o mandato do Governador. Tenho a certeza de que, no próximo ano, a coisa será diferente.

A Oposição toda está aqui discutindo. Eu mesmo tenho uma hora para fazer uso da palavra, estou discutindo e vou fazê-lo enquanto tiver tempo regimental para isso. Os outros companheiros estão aguardando ansiosamente sua vez de também ocupar a tribuna. E para que queremos discutir? Queremos discutir a fim de que o Legislativo seja forte. Como Presidente da UNALE, que defende e fortalece o Legislativo, posso lhe assegurar que temos questões graves que impedem esse fortalecimento e que precisam ser resolvidas.

Os instrumentos de planejamento público são os meios pelos quais o Poder Legislativo vai se fortalecer. Temos que votar uma Lei de Diretrizes Orçamentárias que resguarde ao Poder Legislativo sua autonomia e sua competência. Isso ainda não acontece. O Poder Legislativo, na Lei de Diretrizes Orçamentárias, discute pouco e, às vezes, aprova o que o Governo quer.

Devemos votar, no orçamento público, que não devemos dar suplementação para o Poder Executivo, porque cada vez que precisar suplementar, que ele mande uma mensagem para esta Casa, e vamos discutir se ela convém ou não e vamos aprovar. Ai, estaremos resgatando o Poder Legislativo.

Estamos trabalhando no Congresso Nacional para ampliar nossa competência para legislar, porque hoje o Poder Legislativo, de modo geral, trabalha a partir da iniciativa do Poder Executivo. É que a Constituição de 1988 reduziu a iniciativa dos projetos, que são as legislações concorrentes, que é competência da Câmara Federal, ou é competência da Câmara Municipal, ou é competência do Poder Executivo.

A bancada federal da UNALE já está com uma emenda defendendo a ampliação dos poderes da nossa competência para legislar.

Queremos legislar. É o fortalecimento do Poder Legislativo o término da subvenção social na Casa, porque os Deputados terão necessidade de indicar verbas no orçamento, para defender o que é legítimo para as suas regiões.

Quando você coloca no orçamento o que quer para a sua região, nesse momento há o debate e o equilíbrio do próprio Estado de Minas Gerais, de cada região, na distribuição das verbas, de acordo com as prioridades estabelecidas. Na hora de discutir o Plano Plurianual de Ação Governamental é que o Poder Legislativo se fortalecerá; não é acolhendo uma proposta feita no gabinete do Secretário de um Plano Plurianual de Ação Governamental que não tem nada que ver com a realidade. Nesse momento, o Poder Legislativo vai discutir e exigir que no Plano Plurianual sejam contempladas as reais prioridades das regiões e do Estado de Minas Gerais.

É assim que o Poder Legislativo se fortalece. Votar a matéria não significa que se vai votar o que o Governador está querendo; pode ser que fiquemos aqui seis meses ou um ano discutindo um único projeto. O Poder Legislativo tem essa missão. Tem a missão de fazer audiências públicas, de consultar as bases, tem a missão de trazer os técnicos do Governo, de discutir amplamente cada matéria.

O papel da Oposição é fortalecer o Poder Legislativo. É a Oposição que fortalece o Legislativo, porque a base governista, de maneira geral, é fragilizada, porque, se é a base de apoio do Governo, vai sustentar as propostas que este envia a esta Casa. A sociedade é defendida pela Oposição. Então, fortalecer a Oposição é fortalecer o Poder Legislativo. Uma oposição que queira discutir, que queira obstruir, que queira usar os limites regimentais para defender as suas propostas e as suas idéias estará defendendo o Poder Legislativo.

Estamos voltando do Canadá, do Québec, onde há o parlamentarismo, quase ideal, porque não existe um modelo ideal. Lá as sessões não acontecem todos os dias, mas em prazos reduzidos. Na Alemanha e em diversos países é assim também. O trabalho do Poder Legislativo não se resume em votar matérias no Plenário - ele inclui isso, mas acontece também nas comissões, nas audiências públicas, nos seminários e nos fóruns técnicos.

Este Poder Legislativo - para resgatar uma verdade - pode não ter votado as matérias em tramitação aqui, mas tem sido rico nos seminários, nas conferências, discutindo, em todo o Estado de Minas Gerais, as propostas para o trabalho e para a educação e diversas questões de interesse da sociedade.

Não podemos aceitar, Deputado Alencar da Silveira Júnior, que alguém venha dizer que este Poder não está trabalhando só porque não tem votado matérias. V. Exa. sabe que votar aqui é simbólico, porque, quando as matérias chegam ao Plenário, já estão discutidas e trabalhadas anteriormente.

Como Presidente da UNALE e membro do Poder Legislativo do Estado de Minas Gerais, não aceito que digam que este Poder Legislativo não está trabalhando. Pelo contrário, talvez nunca tenha trabalhado tanto. Agora, votar as matérias é uma questão mínima. As matérias estão aí, e há discussão quanto a se devemos votá-las ou não.

O Governo manda a esta Casa uma reforma administrativa horrível, acabando com órgãos que deveriam ser fortalecidos e contradizendo o seu próprio discurso sobre o pacto federativo. Esta Casa vai votar? Qual é o papel da Oposição? Quem acha que não deve votar tem de obstruir. Muitas vezes o próprio Deputado da base do Governo percebe que um projeto é muito ruim e, como é forçado a votar aquilo, não comparece, porque se sente constrangido em votá-lo. Assim, não aceito essa pecha, não aceito que digam que o Poder Legislativo não está trabalhando. Está trabalhando, sim. Os Deputados estão trabalhando nas suas bases, nas comissões, nas CPIs. Nunca tantas CPIs deram tanto resultado positivo como têm dado aqui. Aliás, é uma das poucas Assembléias em que as CPIs apresentam tantos resultados.

Deputado Alencar da Silveira Júnior, V. Exa. há de convir comigo que uma análise precipitada é que leva a dizer que a Assembléia não está trabalhando. Pelo contrário, está trabalhando intensamente. É claro que precisamos melhorar bastante, e é exatamente essa discussão que queremos fazer com relação à Lei de Diretrizes Orçamentárias e ao orçamento público. Concedo aparte ao Deputado Hely Tarquínio e depois o concederei a V. Exa.

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte)* - Estou acompanhando atentamente a explanação e a discussão de V. Exa. em torno desse veto, mas abordando, de forma integrada e até pedagógica, a questão do orçamento de Minas Gerais, como deve ser, porque Minas precisa sair na frente em termos de orçamento. Estou preocupado sempre, Deputado Alencar da Silveira Júnior, com o seu espírito de trabalho ardoroso, permanente nesta Casa, sempre pregando que os Deputados precisam trabalhar. V. Exa. deve observar também o exemplo de vida de cada Deputado. Não é só a sua vida que é perfeita, não é só o seu palpite que é perfeito. V. Exa. está totalmente equivocado! Cada um tem os seus desdobramentos, além do trabalho como Deputado, que o fizeram chegar à Casa. Você tem o seu "lobby" no bicho para chegar até aqui. Tenho o meu "lobby" da medicina para chegar aqui dentro. Mas V. Exa. interfere pela segunda vez, com a preocupação em se votar afobadamente qualquer projeto que venha do Governo, porque V. Exa. é governista. Sempre foi da base moveidica de apoio aos Governos. Nós observamos isso. Era da base do Governo Azeredo e, imediatamente, tomou uma posição e veio para o lado do Governo Itamar Franco e quer colocar boca abaixo o projeto mais importante, no momento em que se quer criar a cultura da materialização do orçamento "pari passu". E justamente agora que, por um descuido da Procuradoria do Governo, equivocadamente se vetou uma coisa, o que está dando argumento à Oposição de mostrar que o Governador não quer transparência, não quer a cultura do orçamento, em que pese a ele ir para a França falar do Presidente da República. E ele tem um adepto como V. Exa., que quer contestar o trabalho nesta Casa, nas comissões temáticas, quando aqui não estão acontecendo reuniões, por obstrução. Mas a obstrução aqui é sadia, é a obstrução da contradição, porque a minoria tem de apontar os defeitos, as deformidades na elaboração da lei, as deformidades que ocorrem com a materialização do que o Governador tem de fazer com o orçamento. Todos sabem que, depois dos "anões do orçamento", inaugurou-se uma nova fase para a cultura técnica e política do orçamento.

E V. Exa. vem falar que a Comissão de Justiça não trabalha, que a Comissão de Fiscalização Financeira não trabalha, desabonando os seus colegas de forma antiética. Não podemos entender isso, Deputado Alencar da Silveira Júnior. V. Exa. me pechou de Deputado que não trabalha, e fiquei calado. Respondi dizendo que estávamos aprendendo cada vez mais a trabalhar aqui, com as leis constitucionais, para depois elaborar as leis ordinárias, entender as portarias e as leis infraconstitucionais. É isso que temos de fazer para usar esses instrumentos e os expedientes necessários para que o Poder Legislativo possa cumprir a sua precípua finalidade, que é a elaboração de leis. Muito mais importante é a fiscalização das leis eficientes, porque a nossa Constituição possui 299 artigos. E temos até muita motivação para sintetizar isso, e quero até aplaudir esta Casa, porque, com relação ao meio ambiente, já foi feita uma organização melhor, sintetizando tudo isso.

Então, há o lado técnico e o lado político da ação parlamentar. V. Exa. quer achar uma solução política imediatista para apoiar o Governo e conseguir levar benesses. Não estamos preocupados com benesses. Não quero Secretaria alguma desse Governo, como não quis quando fiz oposição ao Governo Hélio Garcia. Estou preocupado com o aperfeiçoamento dos trabalhos legislativos nesta Casa, para que possamos ter um orçamento verdadeiro. É difícil ter esse orçamento verdadeiro, é uma utopia, mas temos que caminhar para lá. Quem sabe a miragem não se torna realidade?

Quero parabenizar o Deputado Miguel Martini, que fez uma série de propostas de emenda à Constituição para que o Poder Legislativo pudesse fiscalizar o Executivo, de fato e de direito. Esta Casa já cedeu muitas propostas de emenda à Constituição, perdendo o poder de legislar. Temos que alertar sobre isso.

Ilustre Deputado Miguel Martini, ilustre Deputado Alencar da Silveira Júnior, a nossa interferência é para dar consistência a este Poder, para que ele não seja apenas um reflexo do Poder Executivo e possa, realmente, cooperar com inteligência, dentro de uma contradição razoável, em que possamos encontrar a verdadeira virtude...

O Sr. Presidente - Gostaria que o aparteador se mantivesse no tema que estamos discutindo, que é o veto do Governador. Se não o fizer, a Presidência, mesmo sendo chamada de autoritária, cortará a palavra do orador.

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte)* - Para terminar, vou dizer o seguinte: queremos a cultura do orçamento, queremos a cultura da LDO muito bem feita, como disse anteriormente, para que a Comissão de Fiscalização Financeira e os Deputados possam seguir o orçamento "pari passu" não sendo pechados de elementos preguiçosos, que não sabem representar a sociedade. Todos nós, aqui, temos trabalhado ardorosamente. Agora, não estamos aqui para aprovar uma lei de qualquer maneira, pela goela abaixo, para fazer bem ao Sr. Itamar Franco. Muito obrigado, Deputado Miguel Martini. Estou acompanhando atentamente a sua fala, que é pedagógica e nos ajuda muito.

O Deputado José Braga (em aparte)* - Deputado Miguel Martini, aparteio V. Exa. neste instante para contraditar o aparte feito pelo nosso colega Hely Tarquínio.

O Deputado Hely Tarquínio foi profundamente injusto com o Deputado Alencar da Silveira Júnior. Primeiro, porque o Deputado Alencar da Silveira Júnior, da minha bancada, não fez acusação daquele nível a Deputado algum nem a bancada alguma. Ele apenas, em meu entendimento, disse que essa obstrução inócua que fazem V. Exa. e as Bancadas do PSDB e do PFL pode suscitar na população a impressão de que a Casa não está trabalhando. Esse trabalho que fizemos aqui, devido a seu caráter inócua, não oferece resultados para o Legislativo, já que não há votação. O Deputado Hely Tarquínio não escutou ou não entendeu a fala do Deputado Alencar da Silveira Júnior.

Além disso, ele se referiu ao posicionamento do Deputado em relação ao seu apoio ao Governo. Quero dizer que esse apoio se dá em razão de uma posição de bancada. Não somos a primeira bancada que, após apoiar um determinado candidato que foi derrotado, passou a apoiar o vencedor. Também o Deputado Hely Tarquínio já passou por essa situação. Nem por isso alguém questionou o posicionamento dele. De forma que a posição do Deputado Alencar da Silveira Júnior é a posição da Bancada do PDT e tem que ser respeitada. Mesmo porque apoiar o Governador Itamar Franco, não obstante a polêmica que têm causado os seus posicionamentos, vale a pena, já que ele tem tido uma posição nacionalista, que coincide com o posicionamento e o ideário do PDT. Entendo que o posicionamento do Deputado Alencar da Silveira Júnior não é exatamente o que tem sido dito por V. Exas. Muito obrigado.

O Deputado Miguel Martini - Estou com a palavra e gostaria de ordenar os trabalhos enquanto estou dentro do meu tempo. Pensei que o Deputado José Braga fosse me apartear com relação ao tema que estou desenvolvendo, mas, na verdade, virou uma discussão paralela. Darei 2 minutos ao Deputado Hely Tarquínio e, logo após, darei 2 minutos ao Deputado Alencar da Silveira Júnior.

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte)* - Sr. Presidente, quero apenas dizer ao Deputado Alencar da Silveira Júnior que a toda ação corresponde uma reação. Há cerca de 15 dias ele me agrediu dizendo que eu estava impedindo o andamento dos trabalhos legislativos, até me tachando de preguiçoso. E eu respondi agora. Respeito muito V. Exa. e exijo respeito também. A Bancada do PDT não tem como achar ruim porque, naquele dia, ela não apresentou a minha posição nem a posição do Deputado Alencar da Silveira Júnior.

O Sr. Presidente - Os dois Deputados podem falar depois pelo art. 164. O aparte tem de acompanhar a questão principal que levou o orador à tribuna, que é o veto do Governador e as verbas de subvenção. Não será concedido aparte em que o aparteador se desvie do assunto. Se isso vier a ocorrer, serei forçado a desligar o microfone.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Gostaria de agradecer ao Deputado Miguel Martini. Mas gostaria de dizer que, quando estava colocando a minha posição de que esta Casa não estava trabalhando, o Deputado Hely Tarquínio não estava nem sabendo, porque não tinha nem um Deputado da Oposição aqui. Apenas V. Exa. ocupava a tribuna. Depois, chegou correndo o Deputado Hely Tarquínio, que não entendeu muito bem. E o Deputado coloca, no início da sua fala, que o "bicho" me trouxe a esta Casa e que a Associação Médica o trouxe. Gostaria de saber do Deputado Hely Tarquínio se ele conhece o Sr. Wilson, da cidade de Carmo do Paranaíba, que é eleitor de V. Exa. e o ajuda em toda as eleições? O Sr. Wilson é banqueiro de jogo do bicho. Não sou só eu. Todos os Deputados desta Casa têm voto de banqueiros e de cambistas de jogo do bicho. E temos que lutar pela sua legalização, ainda mais o Deputado Hely Tarquínio, que tem esse ilustre eleitor.

O Deputado Miguel Martini - Deputado Alencar da Silveira Júnior, V. Exa. já se manifestou. Apenas gostaria de lembrá-lo de que nem todos os Deputados têm como eleitores banqueiros do jogo do bicho. O Deputado Amílcar Martins também está dizendo que não tem.

Mas vamos voltar ao assunto que interessa, que é o veto do Sr. Governador. Queria ler o "caput" do art. 10, que teve a alínea "a" vetada: "Acompanharão a proposta orçamentária, além dos quadros exigidos pela legislação em vigor, o seguinte: 1º - quadros consolidados dos orçamentos das autarquias e das fundações, quadro consolidado do orçamento fiscal, demonstrativo dos recursos ..." Então, V. Exas. poderão perceber que a lógica é dar transparência. E o inciso XIII, que foi vetado, diz o seguinte: "Demonstrativos dos recursos a serem aplicados na concessão de subvenções sociais e de auxílio para despesa de capital, nos termos da Lei nº 4.320, distribuídos por unidades orçamentárias". Isso é o que foi votado; o que significa dizer: Secretarias de Assuntos Municipais, da Saúde, da Casa Civil, DER-MG, etc. Essas são as unidades orçamentárias. O que o Governador não está querendo é dar transparências às aplicações de subvenções sociais no Executivo. Não dependemos do Governador no que se refere às subvenções sociais. É preciso dizer ao Sr. Itamar Franco, que foi Senador da República, que cabe ao Poder Legislativo definir o que fará o Poder Executivo.

Então, não depende de o Governador dizer se vai haver ou não vai haver verba de subvenção social. Depende desta Casa definir se quer ou se não quer essa verba, depende de nós consignar uma lei. Há um princípio que diz que a pessoa ou o órgão privado fazem tudo aquilo que a lei não proíbe, mas o ente público só pode fazer aquilo que a lei autoriza, aquilo

que a lei define como possível de se realizar. Quem vota a lei para o Estado é o Poder Legislativo. E aí o Governador vai a público mentindo, iludindo, enganando, dizendo que vetou e que mandou uma mensagem dizendo que não quer conceder. Ele diz que não quer conceder a verba de subvenção social, mas já deu uma "lidinha" nesse orçamento e vi como há a concessão de verba de subvenção social para a Secretaria da Educação, para a Secretaria da Saúde, para a Casa Civil, para a Loteria, para a SETASCAD. Engraçado! Ele mandou uma mensagem dizendo que não ia dar a verba de subvenção social, mas tudo isso está no orçamento. Então, ele fala uma coisa e faz outra? Sabendo que ele já ia fazer isso, pusemos na LDO que queremos que os órgãos do Governo sejam as unidades orçamentárias, que onde houver verba de subvenção social que ele mande um quadro demonstrativo. É isso que estamos pedindo, um quadro demonstrativo dos recursos a serem aplicados na concessão de subvenções sociais e auxílio para despesas de capital distribuídos às unidades orçamentárias.

Olhe que coisa interessante: passa-se uma imagem ética, e faz-se um veto antiético. Ele somente desvia a atenção da imprensa para a subvenção social da Assembléia. Volto a dizer e a reafirmar: este Deputado Miguel Martini é contra, fui contra, fui o único Deputado que abriu mão das verbas de subvenção social no ano passado. Sou contra a verba de subvenção social ser indicada pela Assembléia Legislativa, mas sou favorável que as verbas do Executivo tenham um quadro demonstrativo, para que eu, como membro da Comissão de Fiscalização Financeira e como Deputado, que tem a função de fiscalizar, possa pegar o balancete enviado a esta Casa e saber para onde foram encaminhados esses recursos, como este ou aquele Secretário os aplicou.

Para onde foi encaminhado esse recurso? Como esse Secretário aplicou esse recurso? Se não me engano, o volume de subvenção social para a Secretaria da Educação é da ordem de R\$5.000.000,00 ou R\$8.000.000,00, viu, Deputado Hely Tarquínio? Não me lembro do número exato, mas muitos milhões serão indicados pelo Secretário da Educação. E o Governador não quer que se mande um quadro demonstrativo, como se milhões fossem qualquer coisinha. A Loteria Esportiva tem verbas de subvenção social. Imaginem, não vamos ter o quadro demonstrativo de como isso vai ser aplicado. E o que o Secretário da Casa Civil, que deve administrar esse recurso, vai fazer com ele?

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - A Casa Civil não tem nada a ver com a Loteria Esportiva, Deputado.

O Deputado Miguel Martini - V. Exa. acredita em Papai Noel?

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Acredito. V. Exa. tem que entender que a Loteria Esportiva é um órgão federal, administrado pela Caixa Econômica Federal. Como o Secretário da Casa Civil, do Governo Itamar Franco, pode mandar na Caixa Econômica Federal, na Loteria Esportiva?

O Deputado Miguel Martini - V. Exa. está confundindo as coisas, Deputado. A Casa Civil sempre definiu quem ia e quem não ia receber as verbas indicadas pela Loteria Esportiva, da mesma forma que as verbas da CEMIG foram para lá. Se V. Exa. acredita em Papai Noel, eu não acredito.

Queremos um quadro demonstrativo dessas verbas. Aí, tenho certeza de que esta Casa vai dar um grande exemplo, como já fez na reforma administrativa, não aceitando aquela proposta esdrúxula, ridícula que veio para esta Casa e não permitiu que, ao se criar a Secretaria do Turismo, se extinguisse a TURMINAS, como não vai permitir tantas outras aberrações que irão chegar aqui. E essa é mais uma delas.

Só para dar um exemplo aos senhores, recebi o comunicado de que uma pessoa do interior disse que o Deputado Miguel Martini, ao defender a derrubada desse veto, estava defendendo as subvenções sociais. Peguei uma cópia do inciso XIII do art. 10 e enviei para ele, dizendo: Mesmo sendo da Oposição, faça uma análise disso. Ele não respondeu nada, calou-se. Percebeu que era correto derrubar esse veto, um veto que foi feito equivocadamente, no afã do Governador de criar mais um factóide, de mostrar que tem uma imagem de ética, de seriedade, de moralidade. Mas isso não aconteceu, pelo menos nesse veto.

Basta que um Deputado faça uma emenda dizendo que haverá verba de subvenções sociais e que, se esta Casa aprovar, o Governador terá de executar. Aí V. Exas. irão dizer: "Mas ele executa se quiser, porque o orçamento é apenas autorizativo". Se acabarmos com a suplementação, ou seja, com a carta branca que temos dado a ele, se não dermos mais os 10% de suplementação, ele terá de enviar solicitação a esta Casa a cada necessidade de suplementação que tiver. Com isso, estaremos forçando este Governo a planejar, coisa que não é muito comum ele fazer, planejar para o Estado de Minas Gerais. E não faltam instrumentos de planejamento. Temos a lei de diretrizes orçamentárias, o plano plurianual, o orçamento e, mais do que isso - outros Estados não têm, e nós, sim -, temos o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social.

Temos, então, instrumentos. Não é possível que ainda, depois de tudo isso... Aliás, quero ressaltar que o Governo que fez essa coisa chamada "Construindo o Orçamento Participativo", que disse, talvez para agradar a um grupo de aliados, que ia fazer o orçamento participativo, vai discutir com a sociedade e manda o orçamento para cá, sem que nele esteja contemplado ou se dê margem para contemplar um centavo sequer do que foi definido nesse "Construindo o Orçamento Participativo".

Então, queremos saber onde está o discurso e onde está a prática. A prática é uma; o discurso é outro. O Secretário assumiu, conosco, o compromisso de incluir no orçamento participativo as verbas da Secretaria de Segurança Pública e os investimentos da CEMIG, da COPASA e da Secretaria de Obras Públicas, mas sequer informou a esta Casa o montante desses valores. De forma que a Oposição tem de estar aqui chamando a atenção, sim; a Oposição tem de estar aqui entrincheirada, discutindo e trazendo a verdade - que agora é vista através da câmara, que não é mais a verdade das matérias pagas pelo Executivo, pedindo pela imprensa. Não; agora a sociedade já está mais amadurecida, mais esclarecida, e quer realmente que haja transparência. É o que queremos. Concedo aparte ao Deputado Alencar da Silveira Júnior.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior (em aparte) - Obrigado. É apenas para pedir o apoio de V. Exa, que acabou de fazer uma colocação sobre o orçamento participativo. Estou apresentando a esta Casa um projeto pelo qual só se poderá iniciar a discussão de outro orçamento participativo - e, aí, entra a transparência que V. Exa. tem e quer -, depois que 100% das obras do anterior sejam concluídas, para que ele não caia no descrédito em que caíram as audiências públicas realizadas por esta Casa. Posso falar disso: a audiência pública caiu em descrédito. Então, gostaria, de antemão, de pedir o apoio de V. Exa.

O Deputado Miguel Martini - V. Exa. já tem esse apoio. Há até uma emenda à Constituição, de minha autoria, que diz que as audiências públicas devem ser subsídio para o plano plurianual e para o Plano Mineiro de Desenvolvimento. Isso porque as reivindicações são maiores do que a capacidade de execução; assim, ao longo de quatro anos, seria possível realizá-las. Quero dizer a V. Exa. que nem acho que isso seja o Poder... Quer dizer, o Poder Executivo faz como quiser. Defendo agora que a Assembléia Legislativa não entre mais na discussão do orçamento participativo, como sempre defendeu o Deputado Sebastião Costa. O Executivo faz do jeito que quiser. Quando chegar aqui... E os prazos serão reduzidos, pela lei de responsabilidade fiscal - até abril ou maio de cada ano, terá de ser enviado o plano plurianual, para ser votado até julho -, para que corrigamos uma distorção que existe hoje, quando votamos o orçamento sem conhecer o Plano Plurianual de Ação Governamental. Agora, isso vai se inverter. É um projeto para quatro anos, e vamos ver o que vamos executar nesse ano. Os prazos serão alterados... Então, o que deve fazer esta Casa, depois de receber o orçamento enviado pelo Governador? Se ele quer ou não ouvir a sociedade, é problema seu. A Assembléia Legislativa tem de ouvir e deve organizar suas audiências públicas, como está fazendo o Rio Grande do Sul. Não importa que discussão fez o Poder Executivo.

Então, que o Poder Legislativo organize a sociedade e com ela discuta as propostas do Governador. "O Governador está propondo isso; isso é melhor, ou vocês acham que deve mudar?" Aí, a sociedade irá opinar, por meio de seus representantes - das Câmaras Municipais, das associações de bairro, das associações de classe, enfim, de toda a sociedade organizada. Vamos discutir com todos.

Vamos discutir com os sindicatos, enfim, vamos discutir para que possamos identificar realmente qual é a prioridade que aquela comunidade ou que aquela região tem. Não devemos, necessariamente, seguir aquilo que o Secretário de Planejamento imagina. Esse é um papel que o Poder Legislativo deve ter, um papel independente do Poder Executivo.

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduato) - Com a palavra, para discutir o veto, o Deputado Sebastião Costa.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, demais integrantes da Mesa; Srs. Deputados, Sra. Deputada, senhores da imprensa, senhoras e senhores, Deputado Miguel Martini, durante os limitados 60 minutos que tenho aqui nesta tribuna, estou disposto a conceder a V. Exa. o aparte necessário para que possa concluir o seu raciocínio sobre tema de tamanha importância. Venho a esta tribuna, e digo, como diria em outras ocasiões, já disse e repito: às vezes, a Oposição é interpretada pela Situação como estando obstaculizando os trabalhos. Não. O instrumento que disciplina o funcionamento do parlamento, institui explicitamente que é facultado a quem quiser, à bancada que quiser, por um prazo limitado de reuniões, discutir o projeto de lei ou o veto que achar conveniente.

A Oposição está aqui consciente, e a Situação também tem consciência de que estaremos derrubando aqui o veto, que a rigor não incidiu sobre coisa nenhuma. Mas não poderíamos deixar de lembrar aqui que a lei que instituiu a subvenção é bastante antiga. Para se ter uma idéia, ela é datada de 17/3/64. Uma das últimas leis instituídas antes do golpe militar de 1964, ainda no Governo de João Goulart.

A lei que trata do assunto é a Lei nº 4.320, de 17/3/64, publicada no "Diário Oficial da União" de 23/3/64. Entre outros artigos e dispositivos legais, trata o § 3º do art. 1º desta mesma lei: "Consideram-se subvenções, para efeitos desta Lei, as transferências destinadas a cobrir despesas de custeio das entidades beneficiadas, distinguindo-se como:

I - subvenções sociais as que se destinam a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial ou cultural, sem fins lucrativos;

II - subvenções econômicas as que se destinem a empresas públicas ou privadas de caráter industrial, comercial, agrícola ou pastoril;

§ 4º - Classificam-se como investimentos as dotações para o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento de capital, ou empresas que sejam de caráter comercial ou financeiro.

§ 5º - Classificam-se como investimentos..." e assim sucessivamente."

Isso quer dizer que o Governador do Estado de Minas Gerais, quando foi Presidente da República, poderia, nessa oportunidade, se fosse sua vontade de fato, eliminá-la dos dispositivos legais, revogar esta lei ainda do Governo João Goulart.

Não o fez. Permitiu que continuasse. Apenas disciplinou a forma de liberação. Não temos razão para ficar buscando coisas do passado. Estou fazendo isso para mostrar que, quando ocupa um cargo, tem um comportamento; quando passa a ocupar outro cargo, tem outro comportamento. Quando foi Presidente da República, exerceu o mandato com essa lei em sua plenitude. Hoje, como Governador do Estado, para fazer um trampolim para buscar uma volta ao Palácio do Planalto, faz um tremendo alvoroço com o que não tem nada a ver com o assunto que está sendo tratado. Por isso estamos aqui, para esclarecer a opinião pública.

Não estamos aqui, como algum Deputado da Situação quis dizer, não querendo trabalhar. Estamos trabalhando. É no parlamento que se discutem as idéias. É aqui que nós, que ainda resguardamos um pouco daquela identidade política de respeitar resultado das urnas, estamos a cumprir nosso papel. Estamos aqui, como em outras ocasiões, novamente para dizer ao povo de Minas Gerais que o que se está discutindo não é se se é a favor ou contra subvenção social. O que se está esclarecendo é que se faz um discurso para a opinião pública, e, na prática, a ação é diferente. O que se discute é a dupla personalidade, ou seja, faço para a imprensa, para os conselhos e para entidades sociais um discurso e, na verdade, na prática, ajo de outra maneira. É isso que a Oposição está aqui mostrando. É isso que está criando uma certa dificuldade para a Situação, que começa a pensar que não queremos trabalhar, e estamos trabalhando. Estamos aqui esclarecendo que a Lei nº 4.320, de 17/3/64, poderia ter sido revogada por outra lei federal, por iniciativa de qualquer dos Presidentes da República, o que não foi feito. Não se discute aqui a instituição ou não de subvenção. Não se discute aqui se o PFL ou o PSDB são a favor ou contra subvenção. O que se discute aqui é o fato de que se opôs um veto a uma proposição que, na verdade, não falava sobre a Assembléia Legislativa fazer ou não liberação de subvenção social.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias, que disciplina as pretensões do Governo para o ano subsequente, veio para esta Casa. E, nessa lei, o Deputado Estadual, nosso companheiro, Líder do meu partido, juntamente com o Deputado Hely Tarquínio, Líder do PSDB nesta Casa, tiveram uma inspiração. O Governo do Estado está, de fato, alardeando pelos rincões de Minas Gerais e na imprensa nacional que não quer praticar subvenção social em seu Governo. Quando de sua posse, O Governador do Estado disse, nesta Casa, que era papel da Oposição denunciar possíveis falhas do Governo; que era papel da Oposição e do parlamento dar instrumentos ao Poder Executivo. Foi com esse espírito que o Deputado Sebastião Navarro Vieira e o Deputado Hely Tarquínio apresentaram uma emenda, para que houvesse transparência nas liberações das subvenções sociais no âmbito do Estado de Minas Gerais. Isso porque já era do nosso conhecimento que, em alguns órgãos da administração estadual, vinha-se liberando subvenção social, como em Conceição das Alagoas, fato noticiado pelo "Estado de Minas".

Não sei se o jornal teria se equivocado, mas acredito que não. Ele pode ter se equivocado até em algum algarismo, mas não na localidade e na natureza do convênio. O jornal "Estado de Minas" noticiou que Conceição das Alagoas teria sido contemplada, pela Loteria Mineira, com a importância de R\$250.000,00. Calculando uma população de mais ou menos 8 mil a 10 mil habitantes, o valor liberado causou uma certa preocupação até mesmo no Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Anderson Aduato. Quando comuniquei isso a ele, em uma reunião, ele disse que iria recomendar que se vissem o objetivo, a natureza e as razões desse convênio. Por essa razão - simultaneamente, como se sabe, o espírito humano é movido, muitas vezes, por aquela sensação do momento - os Deputados Sebastião Navarro Vieira e Hely Tarquínio houveram por bem apresentar uma emenda, para que houvesse transparência nas aplicações por parte da Loteria, da Secretaria da Saúde, da Secretaria da Educação e de outras Secretarias de Estado, até mesmo da Casa Civil. Quando foi apresentada essa emenda, ela mereceu do relator toda a atenção; o relator teve a maior atenção para com aquela emenda, considerando efetivamente que ela estaria dando instrumentos ao Poder Legislativo e até mesmo ao Poder Executivo. Quero, neste instante, fazer as minhas homenagens ao relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Mas, quando chegou ao âmbito do Poder Executivo, o Sr. Governador resolveu vetar aquela emenda, simplesmente porque ela fazia alusão ao termo "subvenção", dizendo que ela não seria mais praticada no âmbito do seu Governo. Mas o orçamento público do Estado que veio para a Assembléia traz novamente os mesmos termos, a mesma terminologia, as mesmas finalidades. Com isso, ficou caracterizado que, de fato, o Governo do Estado quer continuar praticando subvenção, como durante a vigência da lei federal nesse sentido, quando fora Presidente da República. Talvez ele quisesse, como homem público honrado que é, como todos nós somos, que houvesse transparência. Daí eu entender que o Governador pode até ter se equivocado, ter sido induzido a erro, quando vetou. Quando vem da Assembléia Legislativa, ele estaria com aquela preocupação: será que a Assembléia Legislativa vai fazer a liberação? A Assembléia não pode, mas o Poder Executivo pode. Eu perguntaria: se amanhã ou depois um dos parlamentares da base de apoio ao Governo se transformar em Secretário de Estado, lá ele continua sendo o mesmo homem que é aqui. No entanto, aqui não se pode fazer liberação; lá se permite fazer liberações. Então isso me faz crer que o Governador não está preocupado com a natureza, ele está preocupado com a terminologia e com o local da liberação.

Com isso, fica caracterizado que o que há é o objetivo claro, esvaziar o Poder Legislativo para que ele se sinta obrigado a ficar de pires na mão nas portas das secretarias, clamando pelas coisas menores, por coisas pequenas. Volto a repetir, jamais fui defensor ardoroso da existência ou não de subvenção social. Também não tive a hipocrisia de deixar de aplicá-las; pelo contrário, procurei fazê-lo com o maior rigor possível. Todavia, quero crer que o fato de a transparência ter sido proposta pelo parlamento criou, por parte do Executivo, que vai se portando neste Estado como um poder totalitário, uma reação difícil, impossível, o que acabou induzindo o Sr. Governador a vetar uma emenda que fere até os princípios de qualquer homem público, que é a figura da transparência.

Questões de Ordem

O Deputado Sebastião Costa - Antes de aprofundar essa questão da transparência, quero pedir ao Sr. Presidente, reservando o tempo que ainda me resta, que encerre de plano a reunião, uma vez que o número de parlamentares presentes não é compatível com o prosseguimento da reunião nem com a importância do tema aqui tratado.

O Deputado Paulo Pettersen - Solicito ao Presidente que faça a recomposição de "quorum", para dar ao orador a oportunidade de esgotar o assunto de que está tratando, tão importante para nós e para o povo mineiro.

O Sr. Presidente - É regimental. Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para a recomposição de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Rêmoló Aloise) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 28 Deputados. Portanto, há "quorum" para a continuação dos trabalhos. Continua com a palavra o Deputado Sebastião Costa.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, Srs. Deputados, reinício agradecendo ao Deputado Rogério Correia pela preocupação que teve em me alertar sobre o fato de que, durante o processo de recomposição de "quorum", meu tempo continua a correr.

Com a liberalidade de V. Exa., com o espírito democrático desta Casa, se houver necessidade no final, tenho certeza de que haverá tolerância, com a concessão de mais alguns

minutos para que haja a compensação desse tempo que se utilizou para a recomposição de "quorum".

Estava dizendo que hoje se faz um tremendo cavalo de batalha sobre o tema da liberação da subvenção social, não havendo preocupação com as conseqüências dos atos praticados por quem quer que seja. Dizia, no final da fala anterior, que quando um nosso colega é parlamentar, estaria tacitamente impedido de proceder a qualquer indicação, já que Deputado nunca liberou nada. Ele faz apenas a indicação, e a liberação se dá naturalmente, mediante convênio, com a devida cautela.

Quando, porém, o Deputado se transformar em Presidente da Loteria do Estado de Minas Gerais, ou Secretário de algumas das pastas, já pode fazer, porque lá estaria livre, na visão dos governantes, da prática de qualquer ato inconveniente. Isso eu recebo como afronta ao Poder Legislativo. Não isoladamente à Oposição. Sabemos que a Oposição tem seus mecanismos e vai utilizar a sua forma de fazer o seu trabalho, independente dessa ou daquela liberação.

Preocupa-nos o fato de que com essa iniciativa que estamos a discutir o que se fez foi impedir que haja transparência por parte do Poder Executivo nas suas respectivas liberações. Aí, sim, considero uma maneira de impedir o Legislativo de proceder às suas ações no âmbito da sua principal atribuição que é a de fiscalizar.

Vejo chegar ao microfone o Deputado Miguel Martini. Ele que teve sua fala interrompida no final, porque a Mesa não lhe concedeu sequer um pequeno prazo a mais para concluir seu raciocínio. Concedo-lhe o aparte, conforme prometi no início de minha fala.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Obrigado, Deputado Sebastião Costa. Quero deixar registrado que sempre foi uma prática de quem preside os trabalhos, seja na Mesa, no Plenário ou nas comissões, conceder 30 segundos ou 1 minuto a qualquer parlamentar que precisasse desse tempo para terminar sua exposição; o assunto foi tratado com excessivo rigor, pois não me deixaram concluir meu pensamento; não necessitava mais que 30 segundos ou 1 minuto. Isso não vai alterar o processo de obstrução.

Quero agradecer a V. Exa. a oportunidade de poder usar da palavra para me expressar em relação ao inciso XIII do art. 10, e também registrar o afã da base governista e até da Mesa em não querer que discutamos questões de orçamento, se estamos falando de um veto à Lei de Diretrizes Orçamentárias. É ilógico esse raciocínio. Ainda bem que a Mesa percebeu o seu equívoco e admitiu.

Já que o Governo disse que já não quer indicar verba de subvenção social, daí porque vetou esse art. 13, não querendo dar o quadro demonstrativo, tenho uma dica para os Srs. Deputados: que façamos todas as emendas retirando toda a verba de subvenção social que está nas secretarias. Os senhores não podem retirar verba para fazer a emenda de V. Exas., não podem retirar verba de uma obra iniciada, não podem retirar do serviço da dívida, não podem retirar do pessoal, não podem retirar da contrapartida dos financiamentos. Mas podem retirar da verba que está indicada para subvenção social. Dá um dinheirinho bom! Já que o Governador, em sua mensagem justificando o veto, disse que não quer mais subvenção social, não dever querer também no Executivo. Como ele vetou com esse discurso, poderíamos fazer isso.

Fica aqui uma sugestão, Deputado Sebastião Costa. Todos os Deputados ficam se perguntando onde se pode mexer, onde há recursos que podem ser alterados. Uma sugestão é essa, e olhem que a Secretaria de Educação tem um montante significativo de verba de subvenção. A Loteria Mineira tem uma quantidade significativa de verba de subvenção. A Secretaria de Esportes, Lazer e Turismo tem verba de subvenção. E a essas verbas pode ser dada nova destinação, e quem vai definir somos nós, Deputados.

E isso pode ser feito até mesmo para exigir por lei, já que não podemos exigir outra coerência, que o mesmo Governador que disse que resolveria o caso da PM, mas lavou as mãos e mandou para a Assembléia Legislativa resolver, faça isso. Quem sabe ele não é capaz de retirar as verbas de subvenção do Poder Executivo e também esteja delegando para a Assembléia Legislativa acabar com essa verba. Acabamos aqui! Vamos fazer emendas de estradas, de hospitais, de escolas, de saneamento básico, enfim, de uma série de obras, pois cada um de nós tem reivindicações das nossas regiões, e vamos aproveitar para retirar desses órgãos todos as verbas de subvenção. Assim, a Assembléia Legislativa, mais uma vez, estaria resolvendo um problema que o Governador prometeu resolver, mas não o fez.

Quanto a esse discurso do Governador de que não vai pagar verba de subvenção, ele não vai enquanto esta Casa quiser. No dia em que o Poder Legislativo acabar com a suplementação de 10%, que é uma excrescência, que é um absurdo, que é uma transferência de autonomia do Poder Legislativo para o Poder Executivo, ele vai pagar centavo por centavo das obras indicadas no orçamento público.

Esse debate já nos serve bastante, porque no próximo ano virão para cá o Plano Plurianual de Ação Governamental e o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, e será uma oportunidade que teremos de corrigir o vício desta Casa de sempre aprovar a proposta que o Governo mandar.

Queria agradecer-lhe esse aparte, Deputado Sebastião Costa, e dizer que V. Exa., em seu pronunciamento, está conseguindo mobilizar os parlamentares e mover o sentimento no sentido de derrubar esse veto, porque ele é contra a transparência. É preciso deixar claro que o veto do Governador é contra a transparência, ele está se negando a dar transparência aos atos do Poder Executivo, principalmente em relação à subvenção social do Executivo, não a do Legislativo. Esta quem define somos nós; é com a do Executivo que ele não quer fazer isso. Muito obrigado.

O Deputado Sebastião Costa - Agradeço ao Deputado Miguel Martini seu aparte esclarecedor, já que ele, de forma pedagógica, procurou mostrar o que representa a transparência. Transparência é tornar claro e visível aos olhos do verdadeiro titular dos recursos públicos, que é o povo de Minas Gerais, o demonstrativo dos gastos; transparência é permitir que um indivíduo de Conceição das Alagoas saiba se de fato a Loteria do Estado liberou R\$250.000,00 para a sua cidade e se esta realmente precisa desse dinheiro; transparência é permitir, como disse e repito, que um cidadão comum, assistindo a nossas atividades em sua casa ou buscando nas notas taquigráficas as afirmações de cada um de nós, possa saber o que acontece; transparência é permitir que o Governo pratique seus atos e que o verdadeiro mandatário dos recursos públicos, o povo, saiba a finalidade e o valor dos recursos liberados. Essa é a grande razão.

Quando começamos a discutir temas dessa natureza, vem-nos à mente discutir a origem do Estado, a sua importância, desde que iluminados franceses discutiam a figura do Estado. Começo a pensar: o que seria o Estado? O Estado, em sua plenitude, são três elementos: território, povo e governo independente. Nenhum desses três elementos pode se tornar totalitário, sob pena de se ferir o princípio da própria existência do Estado. O Estado verdadeiro é aquele em que o povo é respeitado, por meio dos seus representantes ou diretamente. E é o que queremos.

Queremos que haja uma verdadeira transparência nos atos do Poder Executivo. Está aqui a Lei de Diretrizes Orçamentárias do Estado de Minas Gerais. Ao seu art. 10 foi dirigida a emenda dos ilustres Líderes Sebastião Navarro Vieira e Hely Tarquínio. Esse artigo não seria modificado, apenas ampliado em sua eficácia. O que aconteceu? Porque a emenda partiu da Oposição no Poder Legislativo, o Governador a vetou, contrariando os princípios da administração pública, o princípio básico, que é tornar públicos e conhecidos, aos olhos do terceiro elemento do Estado, os valores liberados para esta ou aquela localidade pelo poder público.

Concedo aparte ao Deputado Hely Tarquínio. Ele, zeloso que é, foi um dos autores da emenda que nos traz a esta tribuna, com todo o entusiasmo, lamentando que seja apenas por 60 minutos. Com a palavra, o Deputado Hely Tarquínio.

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte)* - Agradeço, inicialmente, ao ilustre Deputado Sebastião Costa. Estou ouvindo atentamente a sua exposição, feita de maneira clara, didática e pedagógica, sobre o veto do Governador, sobre o que a Oposição propôs ao Governador. O que queremos - como já dissemos aqui por várias vezes - é que o demonstrativo de gastos do Executivo seja oferecido ao povo de Minas Gerais. E que façamos disso parte do nosso dia-a-dia, mostrando ao povo, sem demagogia, através da imprensa e dos órgãos de comunicação como um todo, mês a mês, o que o Governo faz e o que realizou do seu orçamento.

Alegaram, para confundir a população, que os Deputados querem subvenção social para as suas bases. Não. O que foi vetado não foi a subvenção social, mas o demonstrativo, ou seja, a transparência que o Deputado Sebastião Costa conceituou de várias formas diferentes, porque os gastos são feitos com dinheiro que vem da arrecadação das receitas e dos impostos, sobretudo, que pesam e oneram cada vez mais os cidadãos de Minas Gerais.

É por isso que uma oposição zelosa, como essa do Deputado Sebastião Costa, que está na tribuna tentando mostrar aos parlamentares e, sobretudo, aos telespectadores qual é a finalidade das subvenções - como isso aconteceu na Casa, como tem que acontecer no orçamento -, é muito importante. Estamos preocupados com o PPAG, que também depende de

um planejamento, mas depende principalmente de uma análise desta Casa, da Comissão de Fiscalização Financeira. É lá que temos que cumprir o nosso papel fiscalizador. Temos que cumprir também o nosso papel de planejador, porque o Governo faz o planejamento, juntamente com os seus técnicos, mas, aqui na Casa, temos a Comissão de Fiscalização e os técnicos, que também têm que fazer a sua análise e dar sugestões, juntamente com os seus técnicos, mas aqui na Casa temos a Comissão de Fiscalização e os técnicos, que também têm que fazer a sua análise e dar sugestões, juntamente com os Deputados. É a Comissão de Fiscalização, que é constituída de Deputados que atuam no ramo, que emprestam a sua consciência política ao lado dos ensinamentos técnicos da Casa, que faz o contorno da LDO, que são as emendas. Dessa forma poderemos agir de maneira justa, buscando o bem comum e a sobrevivência digna de todo cidadão.

Muitas vezes fazemos as coisas de maneira política; por quê? O mérito político é o mérito das políticas sociais compensatórias, que buscam a igualdade das oportunidades no gasto, estabelecendo as prioridades para a população mais pobre. São 853 municípios no Estado e, na maioria, de pequeno porte; muitas vezes até tecnicamente são difíceis de serem administrados. Então, compete ao Deputado da região orientar o orçamento, caracterizar no orçamento os benefícios e as subvenções para esses pequenos municípios que vêm, no momento, serem retiradas as patrolas que deveriam estar consertando os estragos das primeiras chuvas, ou diminuindo a poeira da seca no Nordeste de Minas, onde o gado está morrendo em grande quantidade. O Deputado que vai para suas bases está sabendo disso. E o Deputado precisa ir para as suas bases; ele não pode apenas ficar aqui votando, como muitos querem. Votar matéria, como disse o Deputado Miguel Martini, é importante, mas é preciso votar para que se faça cumprir. Vamos para nossas bases conhecer as necessidades do povo, conhecer as ocorrências intempestivas, que não estavam caracterizadas no orçamento. As vezes, precisamos de verbas suplementares para enfrentar as intempéries da meteorologia, que causam estragos na natureza e que causam estragos nos nossos projetos. O orçamento é permanente, a fiscalização do orçamento é permanente, tanto nas comissões quanto no Plenário.

Queria apartear o nobre Deputado Sebastião Costa, que fez uma exposição detalhada, como lhe é peculiar, para somar esforços com ele nessa análise, para que possamos conhecer as subvenções sociais do Governo na educação, na região, por exemplo, de Montes Claros, na região de Leopoldina e nas demais regiões.

Estaremos fazendo justiça, estabelecendo prioridades? Há um diálogo entre os Deputados para atender à população. A educação está de boa qualidade com esse dinheiro? Esse dinheiro foi suficiente? Esses gastos aconteceram mesmo? Quando aconteceram? Que dia foi feito o pagamento. Temos que acompanhar, "pari passu", as obras. Muitas vezes, há três, quatro liberações. Muitas vezes, tenho pedido ao Presidente desta Casa que libere um funcionário para a Maioria e outro para a Minoria, para que possamos acompanhar as etapas da realização de uma obra que vai receber dinheiro da subvenção social.

Sei que, por questões político-partidárias, essas verbas são liberadas sem muita prioridade. Alguns gastos acontecem, mas estamos aqui para fiscalizar. Essa é a nossa precípua finalidade. Temos também de fazer leis consistentes e aperfeiçoá-las. Não podemos apresentar propostas de emenda à Constituição todo momento pois esta já é uma verdadeira colcha de retalhos. A meu ver, já precisamos de uma outra constituinte. É com essa visão que queremos receber prêmios pela educação continuada da população de Minas Gerais, pelo maior número de matrículas. Queremos saber, por exemplo, qual o índice de analfabetismo naquela região que recebeu maior índice de subvenção. Não vou falar da saúde, que está um verdadeiro caos. Seria hora de verificar, em todas as regiões, se já se estabeleceu o programa de saúde da família, quais os consórcios que existem para atender as emergências cirúrgicas nas cidades-pólo, qual a atenção primária que se está dispensando à saúde, se as verbas da subvenção têm chegado; onde se gastou?

Há um grande problema em relação aos genéricos. Como é liberado para os municípios o dinheiro da saúde? Vinte e cinco por cento do gasto com remédio é responsabilidade do Estado; vinte e cinco por cento é de responsabilidade da Prefeitura, e 50% do Governo Federal. Esse dinheiro chegou aos municípios? Foi para isso que se definiu o gasto para cada município? O Governo do Estado está honrando esse compromisso, ou seja, com seus 25%? Essa é a nossa missão aqui. Tenho notado que o sistema de referência da saúde no Estado está um caos, quero dizer, no encaminhamento do doente. Ele é muito lento, tem um controle remoto que não funciona. E o sistema de contra-referência? Este praticamente não existe. Os profissionais da saúde do Estado de Minas Gerais estão ganhando muito pouco, não ganham a insalubridade, estão com os salários defasados.

Os profissionais de saúde trabalham com sobrecarga, trazendo prejuízos para a sua própria saúde. Então, estamos precisando repensar a saúde de Minas, ainda que seja dentro do padrão do SUS, mas com alternativas não só de grupos de pré-pagamentos, mas também com alternativas que o próprio Governo pode ressuscitar, sob forma de pressão sobre o Governo Federal, para que voltem as diferenças de apartamento e de procedimentos médicos. Se isso não for feito, o SUS vai mergulhar num caos irreversível. O Governo tem, ainda, de repensar o problema das estradas, que estão esburacadas com as primeiras chuvas, chuvas que praticamente são goteiras ainda. Há dinheiro para as estradas na subvenção social do Governo? Onde está o mapa de gastos previstos, ou que já foram feitos em algum lugar? Esse é o nosso questionamento. A habitação é outro problema. Tenho um projeto de lei, sancionado, mas nunca regulamentado, sobre habitação popular rural.

Nosso povo ainda está morando em casafus, em casebres, na zona rural. O Governo do Estado poderia, por meio de algum fundo, construir casas populares para os trabalhadores rurais. Há dinheiro na subvenção social para esse tipo de habitação? Vamos fazer um demonstrativo prevendo o gasto. Compete a esta Casa fiscalizar esse gasto, acompanhar todos os projetos, todos os gastos, gradativamente. Essa é a nossa função.

Com relação a todos os outros indicadores sociais, construímos a cidadania por meio da elaboração de uma LDO, de uma lei orçamentária, de um PPAG e de um PMDI compatíveis com a nossa realidade, diminuindo o máximo possível as falsas projeções numa inserção com o Governo Federal, até porque não podemos viver eternamente nesse confronto gerado pelo Governador. Temos de ser bombeiros e procurar apagar esse incêndio entre o Governo Federal e o Governo Estadual para que todas as nossas verbas de subvenções sejam definitivamente gastas de forma transparente, como disse o nosso ilustre Deputado Sebastião Costa, a quem agradeço e cumprimento pelo brilhantismo de sua exposição. Muito obrigado.

O Deputado Sebastião Costa - Eu é que agradeço a participação do Deputado Hely Tarquínio, que tem uma visão social abrangente, que conhece os problemas da população mais carente do Estado de Minas Gerais, como nós, que somos de origem modesta, do interior, também conhecemos as dificuldades, as implicações que a má distribuição de recursos públicos pode ocasionar.

A emenda que estamos defendendo, a derrubada do veto, é sintética, precisa. É bom que as pessoas que nos assistem de suas casas, sejam elas trabalhadores rurais, urbanos, professores, advogados, médicos, juizes, entendam o que estamos querendo. O que queremos com a Emenda nº 81 ao Projeto de Lei nº 343/99 é que seja acrescentado ao art. 10 o seguinte inciso:

"Art. 10 -

XIII - demonstrativo dos recursos a serem aplicados na concessão de subvenção e de auxílio para despesa de capital nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, distribuídos por Secretarias de Estado no âmbito do Poder Executivo e pela Assembléia Legislativa, nos termos de deliberação específica".

Ela vem subscrita pelos Deputados Sebastião Navarro Vieira e Hely Tarquínio. Vejam os telespectadores: a justificação da emenda é a seguinte: "É imperioso que se torne transparente de onde estão saindo e para onde estão indo as subvenções do Executivo. Caso haja subvenções do Legislativo, a elas se aplicará também o mesmo princípio".

Srs. Deputados, o que se quer não é intervir no Executivo, não é atrapalhar as ações do Executivo, é simplesmente permitir, dar instrumento, até mesmo ao governante, para que acompanhe, nos detalhes, as liberações de recursos públicos oriundos do Governo do Estado de Minas Gerais. É isso o que queremos, é isso o que a Oposição deseja.

Acredito até mesmo que, se possível, deveria haver um plebiscito, para que a opinião pública de Minas Gerais pudesse se manifestar, para dizer se concorda ou não com o que se libera no Poder Executivo. Talvez, se possível, seria muito interessante permitir que o cidadão que mora naquela rua sem calçamento ou até sem rede de esgoto soubesse quanto e para onde foram destinados os recursos públicos. É isso o que estamos a defender aqui; essa é a razão de nossa demora nesta tribuna. Não temos outra finalidade, como querem dizer alguns. Pelo contrário, o que queremos é que haja transparência e que continue a vigorar a Lei Federal nº 4.320, do Governo João Goulart. Vejam os senhores quantos Presidentes tivemos depois disso, e ninguém ousou revogar essa lei. Isso porque havia sensibilidade por parte dos Presidentes da República, que a julgavam importante. Tanto assim que ninguém ousou revogá-la, até o próprio Presidente Itamar Franco, hoje Governador de Minas Gerais. Com isso, estamos convencidos de que estamos buscando a transparência, o que é um ato claro de interesse do verdadeiro titular do dinheiro público, que é o povo.

Sr. Presidente, gostaria de desenvolver o conceito de Estado, os elementos que instituem e compõem o Estado, a razão da existência do Estado e a importância da Lei nº 4.320, que está em vigência desde 1964, desde o Governo João Goulart, e que ninguém, até hoje, ousou revogar. Então, se pudesse falar até às 13 horas, poderia não só fazer a leitura integral dessa lei, mas também tecer alguns comentários sobre aqueles que tiveram a inspiração de elaborá-la como um instrumento eficaz que, ao longo de décadas, vem propiciando a

relação entre os Poderes e as instituições.

Mas, para surpresa nossa - da Oposição e do parlamento quase como um todo -, lamento ter de fazer um comentário, embora não seja da minha índole: o ilustre relator designado para apresentar parecer sobre o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.125, após tecer alguns comentários, diz que opina pela manutenção do veto.

Concedo aparte ao ilustre Deputado Dinis Pinheiro, cuja intervenção, tenho certeza, irá contribuir, e muito, para nosso raciocínio, nesta tarde. Sei que o Deputado é uma pessoa que se atém aos prazos regimentais e tenho certeza de que usará uns 2 minutos, permitindo que eu ainda tenha 4 minutos, já que agora o relógio trabalha contra nós. Com a palavra, o ilustre Deputado Dinis Pinheiro, por quem temos muito respeito.

O Deputado Dinis Pinheiro (em aparte) * - Deputado Sebastião Costa, a exposição de V. Exa. não me surpreende, e, tenho certeza, não surpreende esta augusta Casa. Todos já conhecemos seu elevado raciocínio, sua capacidade política, seu saber e sua visão peculiar de grande homem público. E já observei que seu posicionamento está encantando esta Casa e dando-nos a oportunidade de fazer uma análise mais minuciosa dessa questão do veto. É acho que seria muito oportuno que o senhor solicitasse ao próximo orador inscrito, Deputado Carlos Pimenta, que lhe desse a oportunidade de continuar essa exposição, ou melhor, essa palestra, até às 13 horas, para melhores esclarecimentos a toda a Casa.

Tenho certeza de que seria de grande valia a continuidade desse pronunciamento que está nos dando a oportunidade de esclarecer muitas coisas que esta Casa e que nossos pares não conheciam.

Parabéns pelo brilhante pronunciamento. Tenho certeza de que o Deputado Carlos Pimenta será generoso, benevolente, e atenderá um pedido do senhor.

O Deputado Sebastião Costa - Agradeço a intervenção do Deputado Dinis Pinheiro. Faz parte da personalidade do homem público antever os fatos. Eu antevia que a intervenção do Deputado Dinis Pinheiro viria contribuir, de forma decisiva, para a conclusão do nosso raciocínio. Ele, como homem público que é, sabe perfeitamente que a transparência nos atos da administração pública é salutar, é um princípio básico para ultrapassar os obstáculos e as adversidades. Tenho certeza de que esta Casa, quando estiver votando esse veto, terá consciência cívica do que estamos fazendo e afirmando.

Estou vendo aqui o ilustre líder do PMDB, o Deputado Antônio Andrade. Tenho certeza de que algum assessor induziu o Sr. Governador a esse equívoco, porque esse é um instrumento favorável ao governante, é o elemento a mais de que ele passa a dispor para fiscalizar o bom funcionamento e a eficaz distribuição dos recursos públicos no âmbito do Estado de Minas Gerais.

Quero dizer também ao ilustre Deputado Dinis Pinheiro que tenho certeza de que quando o Deputado Carlos Pimenta estiver aqui para fazer o seu pronunciamento ele será generoso comigo, concedendo-me o aparte necessário para que eu possa me alongar um pouco mais, procurando trazer algum fato a mais, pois 60 minutos apenas é muito pouco para se fazer tudo.

A relevância do significado do que é transparência, transparecer, tornar público, do conhecimento de todos, esse, sim, é o objetivo, o princípio básico que norteou a apresentação dessa emenda.

Quero aproveitar a oportunidade para fazer aqui uma homenagem ao relator dessa lei, um dos mais ilustres Deputados desta Casa. Mesmo sendo ele pessoa aliada, leal ao Governo, acolheu a emenda, porque ele também se inspira nos princípios básicos da administração pública.

Entre esses princípios está o da transparência, que permite que aquele que mora numa rua sem calçamento ou sem iluminação pública, sem esgoto ou na zona rural, nas mais modestas moradias, saiba o quanto e para onde foram liberados os recursos públicos nas esferas estadual, federal e municipal.

Por essa razão é que estamos aqui, não fazendo oposição por oposição, não fazendo obstrução, mas sim esclarecendo. Vejam os senhores, a emenda que li há poucos instantes simplesmente propõe o demonstrativo dos recursos a serem aplicados na concessão de subvenção social ou de auxílio para despesa de capital, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17/3/64, a que me referi.

São essas as considerações que me trouxeram a esta tribuna. Por ocasião do encaminhamento de votação, talvez seja possível voltar aqui para fazer alusão sobre mais alguns fatos, lembrando sempre que o que se busca, o que se deseja, é o princípio básico da transparência. Isso, sim, é o que estamos buscando e vamos sempre buscar.

Sabemos que não se vetou a subvenção social, que está contida nessa lei federal que não foi revogada por nenhum Presidente.

O que se vetou foi a forma de fiscalizar o que seria liberado. Por isso estamos aqui. Muito obrigado pela atenção. Como disse o Deputado Dinis Pinheiro, espero pela oportunidade de voltar para prestar mais alguns esclarecimentos ao povo de Minas Gerais.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir o veto, o Deputado Antônio Carlos Andrada.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero discutir o veto à Proposição de Lei nº 14.125.

Questão de Ordem

O Deputado Paulo Pettersen - Sr. Presidente, solicito seja feita a chamada para recomposição do número regimental.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para recomposição de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Paulo Pettersen) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 29 Deputados. Há, portanto, "quorum" para a continuação dos trabalhos. Com a palavra, para continuar a discutir o veto, o Deputado Antônio Carlos Andrada.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, Srs. Deputados, prezada assistência. Estamos aqui para, acompanhando os oradores que nos antecederam, trazer a nossa posição contrária ao veto parcial oposto à Proposição de Lei nº 14.125, pelo Governador Itamar Franco, que anula dispositivo aprovado por esta Casa, determinando que toda subvenção social concedida pelo Poder Executivo seja distribuída de maneira transparente. Estamos aqui desejando que haja transparência, e o veto a impede. Queremos que as coisas sejam claras, e o veto impede que o sejam. Na verdade, o Governador usa um discurso, diz que é contra a subvenção, chega a dizer que é contra a subvenção da Assembléia. Porém, age diferente e a mantém no Poder que ele comanda, recusando-se a mostrar como irá usar essa subvenção. Enfim, fala uma coisa e faz outra, completamente diferente.

Todavia, antes de entrarmos na discussão específica da questão da subvenção, Sr. Presidente, pensamos que seria importante fazer aqui algumas considerações preliminares sobre o papel do Estado no mundo atual, para entendermos como a subvenção se encaixa nesse cenário.

Não podemos simplesmente discutir a subvenção, pois trata-se de uma questão que interessa a muitos setores e na realidade há muita desinformação em relação à matéria, até mesmo

por parte de pessoas que lidam com o assunto.

O que é o poder público ou o Estado, em si? Temos que ter clara essa concepção. Rousseau, no tempo do Iluminismo, já dizia da necessidade de a sociedade formular um contrato social. A sociedade sem esse contrato é selvagem, não tem regras, não tem princípios. É uma sociedade que está solta. Todos têm completa liberdade, mas nada a garante. O contrato social modifica esse estado de coisas: organiza o Estado, impõe regras à sociedade, restringe a liberdade total do indivíduo, mas lhe confere uma liberdade garantida. A liberdade fica limitada e garantida. A outra liberdade é ilimitada, mas ninguém a garante: é a lei da selva, do mais forte, que impõe sua força sobre o mais fraco.

No Estado organizado, todos têm o mesmo direito, e o Estado faz o papel de mediador. O que é isso? O Estado existe para organizar, e quem o gere? Naturalmente, são os agentes políticos, são aqueles escolhidos para gerir o Estado. Eles é que vão administrar o Estado. Esse conjunto de normas, que está inserido na Constituição Federal, organiza o Estado, estabelecendo a maneira como a sociedade vai viver e os seus princípios morais e éticos. Mas alguém tem que representar a sociedade, falar em seu nome, praticar o que está previsto no contrato.

Diante disso é que surgiu a teoria dos três Poderes. Segundo Montesquieu, o Estado tem que se organizar, levando em conta três aspectos, que são o Poder Executivo, o Poder Legislativo e o Poder Judiciário. O Executivo seria a parte do Estado que vai administrar o dia-a-dia do Estado, vai executar os atos; o Legislativo vai representar o interesse do povo, vai autorizar o Executivo a fazer as coisas em nome do povo, e o Judiciário vai julgar os desentendimentos e vai interpretar as regras e as leis, quando não houver consenso na sua aplicação.

Montesquieu dividiu o Estado, então, em três Poderes, para que, representando o interesse público, eles possam gerir o Estado.

O Deputado Sebastião Costa (em aparte) - Tenho certeza de que não estou interrompendo seu raciocínio, mesmo porque, como poucas pessoas, V. Exa. é um dos maiores conhecedores das nuances existentes entre os Poderes.

Quero apenas cumprimentá-lo pela definição que está dando ao papel do Estado, inspirando-se nos sábios franceses, que deram um belo exemplo de como se elabora um contrato, de como se prepara uma sociedade, de como se devem estabelecer as regras de convivência. Por isso, tenho certeza, o pronunciamento de V. Exa. não só vai firmar, ainda mais, nossas convicções sobre a derrubada desse veto, como também vai deixar claro para a sociedade mineira que o que desejamos é a transparência nas ações entre os Poderes.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Faço minhas as palavras do Deputado Sebastião Costa; aproveito a oportunidade para lembrar àqueles que dizem que o povo de Minas Gerais quer que os Deputados trabalhem, que nós estamos trabalhando.

O que queremos é que Minas tenha um orçamento real, e não fictício.

Queremos que determinada cidade, que tenha o direito de construir uma escola que esteja no orçamento, receba essa verba para construir a escola. Não queremos repetir as coisas que acontecem por este Brasil, onde prometem, escreve-se, mas não cumprem.

É bom lembrar, aos nobres Deputados, que não temos nada pessoal contra o Governador. Fazemos oposição a alguns atos administrativos para que Minas possa caminhar. Esse é o papel do legislador.

Portanto, não poderia deixá-lo terminar sem pedir esse aparte. Educadamente, o senhor me permite, para colocar esse posicionamento que considero racional. Não considero racional balançar a cabeça para tudo que chega a esta Casa.

Por exemplo, o 13º salário em 24 meses. Não podemos aceitar. Nós, a maioria desta Casa, que já passou por dificuldades, já foi assalariada, sabe muito bem como se conta com um dinheirinho extra que vai entrar, como o 13º salário. De repente, somos apanhados de surpresa, porque ele será dividido em 24 meses. Isso quer dizer que você já projetou esse dinheiro no orçamento doméstico e não tem como cumprir os compromissos.

Lamentavelmente, isso aconteceu, e nós, que somos tachados de oposição - não ao Governador, mas a atos administrativos -, não podemos aceitar que isso continue acontecendo. Queremos que a nossa PM continue nas ruas de Belo Horizonte e de Minas Gerais, e que não se tire 2.500 homens das ruas para ficarem acampados às margens da represa de Furnas, fazendo o quê?

Não podemos concordar com isso. Por isso, deixo, mais uma vez, ratificadas as minhas palavras de que estamos empenhados para que o Governo de Minas faça o melhor governo que Minas já teve, porque nós somos passageiros, mas o nosso Estado é eterno.

Portanto, Sr. Deputado, agradeço e parabeno-o por sua conduta nesta Casa, em sua primeira legislatura, que nos mostra que teremos um futuro brilhante com o Deputado que é da nossa região.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Agradeço o aparte de V. Exa. Quero dizer que compartilho do seu pensamento e que V. Exa. também é um exemplo de vontade de servir e de trabalhar que esta Casa tem demonstrado pela atuação de diversos parlamentares.

Continuando nossa linha de raciocínio, em que dizíamos que o Estado está dividido em três Poderes, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, a conclusão lógica a que chegamos é de que o Estado não é só o Executivo. O Estado é o conjunto dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Cabe ao Executivo o papel de arrecadar, em nome do Estado, os impostos. O dinheiro arrecadado não é do Executivo, o dinheiro é do Estado, e cabe a ele, com os recursos, manter os serviços públicos, tanto do próprio Executivo como da Assembléia Legislativa e, igualmente, do Judiciário.

Assim, quando o Governador repassa dinheiro para Assembléia Legislativa, para o Ministério Público, para o Judiciário, não está fazendo favor nenhum; está apenas cumprindo o seu papel constitucional, como Chefe do Poder Executivo. Não depende de sua vontade. Cabe a ele a missão de arrecadar bem os tributos e, uma vez arrecadados, é obrigado a repassá-los de acordo com o que consta no orçamento. Orçamento é lei e não dá direito ao Governador de repassar somente o que quer, quando quiser e no dia que desejar, como se o Executivo fosse o Estado. O Executivo é apenas um dos Poderes do Estado. Esse é o nosso entendimento.

Questão de Ordem

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, verificando a total falta de "quorum" no Plenário, solicito o encerramento desta reunião.

Encerramento

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de "quorum" para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, bem como para a extraordinária também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

Presidência dos Deputados Anderson Aauto e José Braga

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata; discurso do Deputado João Leite; retificação da ata; aprovação da ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): Palavras do Sr. Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 19/99; discursos dos Deputados João Leite, Rogério Correia, Hely Tarquínio, Elbe Brandão, Mauro Lobo; questões de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; existência de número regimental para votação; discurso da Deputada Maria Tereza Lara e do Deputado Sebastião Costa; aprovação - Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 339/99; aprovação - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 262/99; requerimento do Deputado Sebastião Costa; deferimento; discursos dos Deputados Sebastião Costa e Miguel Martini; questão de ordem; discursos dos Deputados Miguel Martini, Carlos Pimenta, Márcio Cunha, João Leite, Maria Tereza Lara, Hely Tarquínio, Maria José Haueisen, Antônio Roberto e Mauro Lobo; votação do projeto, salvo emendas; aprovação; votação da Emenda nº 1; aprovação; votação da Emenda nº 2; aprovação - Questão de ordem - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aauto - José Braga - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arlen Santiago - Benê Guedes - Carlos Pimenta - César de Mesquita - Chico Rafael - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Eduardo Brandão - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Elmo Braz - Ermano Batista - Fábio Avelar - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ivo José - João Leite - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Haueisen - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmoló Alose - Rogério Correia - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aauto) - Às 20h11min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Márcio Cunha, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior.

O Deputado João Leite - Para discutir, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado João Leite, para discutir a ata.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, durante a leitura da ata, feita pelo 2º-Secretário "ad hoc", Deputado Márcio Cunha, foi dito que eu havia encerrado o meu encaminhamento do projeto. No entanto, no meu entendimento, eu ainda teria tempo para encaminhar essa votação. É justamente isso que gostaria de discutir com relação à ata, Sr. Presidente. Parece-me que ainda disponho de tempo para encaminhar o projeto.

O Sr. Presidente - V. Exa. calcula que ainda tinha quantos minutos para terminar o tempo?

O Deputado João Leite - Penso que ainda tinha de 3 a 4 minutos, não me recordo exatamente, mas ainda me restava algum tempo para o encaminhamento da votação.

O Sr. Presidente - O prazo total de V. Exa. era de apenas 5 minutos, porque o projeto está em regime de urgência. Mas a Presidência não vê nenhum problema em voltar a palavra a V. Exa. e dar-lhe novamente os 5 minutos, no momento oportuno, para que V. Exa. possa terminar o seu raciocínio.

O Deputado João Leite - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita ao Sr. Secretário que faça a retificação da ata.

O Sr. Secretário - Assim o farei, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Não havendo mais retificações a serem feitas, dou a ata por aprovada.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao plenário que faz retirar da pauta desta reunião os Projetos de Lei nºs 181, 197e 209/99, bem como o Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.125, em virtude da sua apreciação na reunião ordinária realizada hoje, à tarde.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Prosseguimento da votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 19/99, da Bancada do PT, que dispõe sobre a renegociação do acordo da dívida do Estado de Minas Gerais, autorizado pelas Leis nºs 12.422, de 1996 e 12.731, de 1997. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto, e a Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação. Com a palavra, para encaminhar, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputada Elbe Brandão, público presente nas galerias, imprensa, telespectadores, gostaríamos de encaminhar a votação desse projeto da Bancada do PT que dispõe sobre a renegociação do acordo da dívida do Estado, que foi autorizado pelas Leis nºs 12.422, de 1996 e 12.731, de 1997.

O projeto prevê autorização para o Poder Executivo renegociar o Acordo nº 4/98, firmado entre o Estado e a União: "A renegociação de que trata essa lei se sujeitará aos seguintes princípios: garantia do pacto federativo, preservando-se a autonomia do Estado; não-redução dos recursos destinados às áreas sociais; garantia do repasse pela União dos recursos constitucionalmente previstos; garantia da prestação de serviços públicos universais e de boa qualidade. Art. 3º - Os recursos para o pagamento da dívida não poderão ultrapassar 3% do total da receita líquida corrente. Art. 4º - O contrato proveniente da renegociação deverá ser aprovado pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial as Leis nºs 12.731, de 30/12/97, e 12.422, de 27/12/96, excetuando-se o seu art. 16".

Esse projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Justiça e da Comissão de Fiscalização Financeira. O Deputado Márcio Cunha, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira, foi o relator dessa matéria e fez uma longa análise desse projeto de lei.

Ele trata justamente das dificuldades que o Estado tem em quitar os juros e atender àquilo que foi acordado anteriormente pelo Governo do Estado com a União. O projeto vem agora, e é claro que essa proposta merecerá nosso apoio. Esperamos que essa renegociação seja conseguida nos termos propostos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Com a palavra, o Deputado Rogério Correia, para fazer o encaminhamento.

O Deputado Rogério Correia - Sr. Presidente, colegas Deputados, Deputada Maria Tereza Lara, gostaria de votar favoravelmente à aprovação desse projeto de autoria da Bancada do PT. Como disse o Deputado João Leite, o projeto visa à permissão para que o Governo do Estado possa renegociar o acordo da dívida que foi feita com o Governo Federal, resultado das Leis nºs 2.422 e 12.731. Julgamos que o acordo feito para pagamento da dívida foi desvantajoso para Minas Gerais e inviabiliza muito o investimento do Estado no setor social.

Para se ter uma idéia, o Estado, no ano que vem, com o acordo feito pelo Governo passado, precisaria dispor de 13% de sua receita do orçamento para pagamento da dívida. Portanto, é um valor muito alto, como alto também é, em nosso entendimento, o valor dos juros negociados para pagamento da dívida. Trata-se de uma dívida grande, e o Estado não pode ser penalizado. Ao ver esse acordo, o Estado decretou a moratória visando iniciar um processo de renegociação da dívida.

Como sabemos, esse processo de renegociação encontra-se em curso. O Secretário da Fazenda, Dr. Trópia Reis, tem buscado discutir com o Governo os parâmetros da renegociação da dívida. Um deles é a impossibilidade de o Estado arcar com pagamento de 13% do seu orçamento, o que debilita em demasia o Estado para intervir em questões sociais relevantes, como educação, saúde, assentamento de famílias, projetos sociais, como a bolsa-escola. Enfim, já há um processo em curso de negociação da dívida.

Não conseguir cumprir o acordo feito não foi e não é apenas um problema do atual Governo. No Governo passado já se mostrou impossível o cumprimento, porque o próprio acordo previa um crescimento para o Estado que não ocorreu. Pelo contrário, o PIB, assim como tudo no Brasil, não foi alcançado nesse crescimento e o Estado não consegue arcar com o pagamento. O próprio acordo pressupunha o crescimento do PIB de Minas. Isso impõe a necessidade de renegociação dessa dívida.

O Senador José de Alencar apresentou projeto no Senado Federal, que será apreciado, portanto, pelo Congresso Nacional, propondo também a renegociação da dívida com a União, buscando, fundamentalmente, reduzir o percentual com que Minas Gerais deveria arcar do seu orçamento com o pagamento de dívida. Como já disse, esse projeto, que vem em boa hora e tem tido a adesão e o apoio de muitos, também se encontra em tramitação no Senado. A imprensa tem veiculado que existe um esforço para que seja feita a renegociação dessa dívida.

Inicialmente, estabelecemos alguns parâmetros que nós, da Bancada do PT, julgávamos mais corretos para essa renegociação, que são a garantia do pacto federativo, preservando a autonomia do Estado, a não-redução de recursos destinados às áreas sociais, a garantia de repasse, pela União, de recursos constitucionalmente previstos, e também recursos para que não se ultrapassasse 3% do total da receita líquida corrente. O projeto do Senador estabelece esse índice em torno de 5%.

Solicitamos a aprovação do projeto em 1º turno, para que seja analisado em 2º turno e, se necessário, que receba emendas. Mas, ao mesmo tempo que se discute a renegociação dessa dívida em Brasília, é necessário que a Assembléia Legislativa também autorize o Governo do Estado, com base em alguns parâmetros. É claro que, obtendo esse processo de renegociação, novamente a Assembléia Legislativa deveria tratar do assunto com o projeto de lei enviado pelo próprio Governo do Estado. Mas é essencial que existam parâmetros estabelecidos pela Assembléia Legislativa, que assim toma a iniciativa de propor a renegociação, discutindo e denunciando o acordo feito no passado como um acordo impagável para o Estado de Minas Gerais.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Hely Tarquínio, para encaminhar.

O Deputado Hely Tarquínio * - Sr. Presidente, Srs. Deputados, voltamos à tribuna para discutir o projeto da Bancada do PT, que dispõe sobre a renegociação do acordo da dívida do Estado, autorizado pelas Leis nºs 12.422, de 1996, e 12.731, de 1997.

Gostaria de tecer algumas considerações. Como uma Federação, o Brasil tem regras preestabelecidas no caso da renegociação. A União abriu uma chance de renegociação com todos os Estados que tinham dívidas com a União, que avaliza toda essa dívida, no caso de dívida internacional. Nesse caso, acho que o projeto do PT veio em boa hora, como disse o ilustre Deputado Rogério Correia. Mas, analisando a proposta, achamos que é um projeto totalmente inócuo, porque, quando se faz a renegociação da dívida, como está acontecendo agora, os técnicos do Governo já estão em entendimento com o Governo Federal, que já tem critérios estabelecidos em uma lei que não abriu exceção. E há um contrato que já abre uma janela de renegociação com qualquer Estado que queira "re-renegociar" a dívida.

Neste caso, não sabemos se é assim, mas, pelo menos, quando foi renegociada a dívida, existia esse contrato. Agora, o que sabemos é que os Governadores estão se reunindo frequentemente com o Presidente da República, desde fevereiro, tratando de vários assuntos relacionados aos Estados federados, tentando fazer um encontro de contas dos Estados, tentando, também, acertar a previdência da União e a de cada Estado, orientando a previdência, fazendo a renegociação da dívida dos municípios, pois a maioria deve ao INSS.

Também é necessário acertar esse problema da Lei Kandir, compensar o Fundo de Estabilização. Acho que todos esses parâmetros, todos esses setores estão sendo acertados com a maioria dos Estados. Só o Governador de Minas Gerais não compareceu, tem sido a bandeira de resistência contra a renegociação, porque essa dívida será renegociada com todos os Estados, mas com parâmetros iguais.

Minas Gerais tem de entender que democracia é igualdade de oportunidades. E as oportunidades de encontro com os técnicos da União estão surgindo, inclusive com determinados Estados estudando a Lei Kandir e determinados Estados estudando o Fundo de Estabilização Fiscal.

Em tese, o PSDB não apóia essa lei do PT. Eu, pelo menos, como Líder do PSDB, particularmente não a apóio, tenho a impressão de que a bancada também não. O PT está pedindo aqui, por exemplo, apenas o comprometimento de 3%, sendo que já está estabelecido, para este ano de 1999, 13% do comprometimento da receita líquida corrente.

Temos alguns dados aqui. Os juros eram de 6% para os Estados que saldaram 10% da dívida à vista. Para os que saldaram 20% da dívida, quando o Estado fez a negociação, o restante seria pago com juros de 6%; para os que saldaram 10% da dívida, o restante seria pago com juros de 7,5% ao ano. O PT está fazendo reduções drásticas, como disse o Deputado Rogério Correia.

O Senador José Alencar está com um projeto de lei que prevê um comprometimento de 5% da arrecadação da receita líquida do Estado. Vejo muitas propostas nesse sentido, talvez essa do Senador até passe. Quem sabe, depois, o Congresso possa aprová-la, e o Presidente da República sancioná-la, tendo o encaminhamento normal.

Agora, apresentar um projeto de lei para renegociar uma dívida que já está na fase de encontro de contas... O jornal "O Tempo", de hoje, traz um roteiro do que está sendo discutido na renegociação da dívida mineira. São vários dados. Prosseguiria, mas, percebendo que meu tempo está esgotado, agradeço.

O Sr. Presidente - Com a palavra, a Deputada Elbe Brandão, para encaminhar.

A Deputada Elbe Brandão * - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Deputados, senhoras e senhores, lembrando o que é negociar e renegociar - quando pensamos e discutimos uma questão conceitual, buscando algo que seja bom para as partes -, pensando nisso, gostaria de ter o aval do Deputado Arlen Santiago, pois tive a honra de ser Secretária Executiva da nossa Associação Microrregional - AMAMS. Sempre pensando no nosso Norte, num trabalho que fazemos com competência.

Temos absoluta convicção de que, na nossa época, na época de outros representantes políticos da nossa região, fomos guardiões dos equipamentos do Estado que consertaram as estradas vicinais de nossos municípios, resolvendo o problema do transporte nessas estradas. Peço a esta Casa a interferência da Presidência, dos colegas, da Liderança de Governo, para que não procedam a essa crueldade que o DER está tentando fazer, que é recolher o maquinário das associações microrregionais. Acho que isso independe de nossa postura de Oposição ou Situação, de apoio ao Governo. Independente da circunstância, que fale mais alto nosso dever nesta Casa, que é representar o povo, representar nossas Prefeituras. Recebi do nosso Presidente atual, o Prefeito Ronaldo Mota Dias, que, em nome dos 93 municípios que compõem hoje a Área Mineira da SUDENE, hoje agregada pelo vale do Jequitinhonha, o apoio e a palavra de que lutaria para que o Governo reveja sua posição, de modo que o Estado não tire mais de nossos municípios. Espero que o Deputado Arlen Santiago se pronuncie a respeito do trabalho que a Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE desenvolve em parceria com nossos Prefeitos, aliando-se também a essa luta do Ronaldo, à luta da nossa região e de toda Minas Gerais. Muito obrigada.

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduato) - Com a palavra, para encaminhamento, o Deputado Mauro Lobo.

O Deputado Mauro Lobo* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, espectadores das galerias, este projeto apresentado pelo Deputado Rogério Correia foi objeto de ampla discussão na Comissão de Fiscalização Financeira, da qual o autor participa. Foi apresentado pela Bancada do PT e representa a preocupação com o nível de endividamento do Estado e com sua incapacidade de cumprir as cláusulas do contrato vigente. A Bancada do PT apresentou esse projeto, limitando a 3% do total da receita líquida corrente o que poderia ser comprometido pelo pagamento das obrigações do Estado; entendemos que o fez mais como uma ação política, buscando sensibilizar a sociedade mineira, coisa que o Senador José Alencar já vinha fazendo, ao propor também o limite de gastos, de comprometimento da receita líquida do Estado para solver os seus compromissos com a União.

Acho que é um passo significativo, mesmo considerando que a negociação com a União já previa, no caso do não-cumprimento de determinados parâmetros colocados no projeto, que fosse permitida uma renegociação desses contratos.

É claro que, para a renegociação desse contrato, é importante formar uma massa crítica. Vejo esse projeto com o objetivo de provocar mais discussão e levantar para o povo mineiro a necessidade dessa renegociação.

Questões de Ordem

O Deputado Mauro Lobo - Solicito o encerramento da reunião por falta de número regimental.

O Deputado Olinto Godinho - Sr. Presidente, solicito a V. Exa. que proceda à recomposição de "quorum".

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que faça a chamada dos Deputados para a recomposição de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Doutor Viana) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 39 Deputados. Temos, portanto, "quorum" para a votação da matéria constante na pauta. Para encaminhar a votação, com a palavra, a Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente, colegas Deputados, estou aqui para fazer um encaminhamento favorável ao Projeto de Lei nº 19/99, do PT. É um projeto extremamente importante para o momento que estamos vivendo. Basta dizer que, nos jornais de hoje, podemos perceber o representante da Secretaria da Fazenda tentando renegociar a dívida do Estado com o Governo Federal. Sabemos que o acordo assinado tinha um pressuposto, ou seja, o crescimento da economia do Estado, mas aconteceu o contrário, pois tivemos recessão, desemprego, queda de arrecadação, diminuição de ICMS, concentração de recursos do Governo Federal, Estados e municípios extremamente prejudicados, o pacto federativo sendo rompido e a Constituição de 1988 sendo desrespeitada. Os Estados e municípios ficaram endividados. A dívida tornou-se impagável, de acordo com o contrato de refinanciamento feito na época.

Na comissão que estudou o endividamento do Estado, da qual fomos relatora, foi aprovado por unanimidade o relatório definindo que o Estado teria que renegociar o pagamento dessa dívida de acordo com critérios que pudessem atendê-lo. Somos mineiros, sobretudo. Antes de sermos brasileiros, somos mineiros. Temos de defender o nosso povo. O Governo Federal estava segurando mensalmente cerca de R\$70.000.000,00 do nosso Estado. Enquanto isso, a área social ficava, extremamente prejudicada. Sabemos que esses recursos, na sua grande maioria, são empregados no pagamento da dívida externa, que é totalmente imoral, já foi paga muitas vezes e tem prejudicado o Estado. Como mineiros e representantes desse povo, homens e mulheres comprometidos com o povo, fomos eleitos para representar este Estado, temos de defender que tenha condições e critérios na negociação, de acordo com sua arrecadação.

Não é possível que possa o Estado pagar 12,5% da receita líquida. O Senador José Alencar, como disse o companheiro Rogério Correia, Líder da nossa bancada, está defendendo 5%, e o nosso projeto propõe 3% da receita líquida para o pagamento mensal dessa dívida.

Temos de unir esforços. Esse projeto vem fortalecer politicamente os nossos governantes, não só o Executivo, mas também a Assembléia Legislativa, enfim, todos aqueles que representam Minas Gerais. O projeto tem o objetivo de fortalecer politicamente o Estado de Minas Gerais nas suas decisões, a fim de que tenha condições para negociar com o Governo Federal. Foi dito pelo colega que nos antecedeu que essa dívida tem de ser igual para todos os Estados. Ora, o pagamento e a negociação, para haver justiça, tem de ser de acordo com as condições de cada Estado, inclusive o acerto de contas. Se o Governo Federal deve para Minas Gerais recursos empregados pelo Estado nas rodovias federais e nas aposentadorias de funcionários - que, durante toda a vida, pagaram o INSS, mas se aposentaram pelo Estado -, tais despesas devem ser ressarcidas ao Estado, e esse processo deve ser considerado como um encontro de contas.

Portanto, queremos fazer um apelo a fim de que possamos nos unir, num esforço suprapartidário, Situação e Oposição, porque o que prevalece é o interesse do povo mineiro. Não podemos deixar que divergências entre nós prejudiquem o Estado e o povo. Portanto, fazemos um apelo para que possamos aprovar esse projeto. E mais ainda: aprovar as propostas de renegociação sugeridas pelo Governo do Estado de Minas Gerais por meio do Secretário da Fazenda, com o apoio dos Deputados e Senadores mineiros, sobretudo o Senador José Alencar. Então, esse tem de ser o compromisso de mineiros e mineiras.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Sebastião Costa, para encaminhar a votação.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, senhores componentes da Mesa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores e senhoras, a nossa presença na tribuna tem o objetivo de fazer duas considerações distintas. A primeira diz respeito ao nosso entendimento de que esse projeto vem propor o que defendíamos desde o início do conflito da tão decantada moratória, ou seja, em nenhum momento, o PFL, nesta Casa, teve outra posição senão a de que houvesse entendimento, rediscutíssemos bases de acordo que pudessem realizar-se entre as possibilidades do Governo Estadual e as possibilidades de aceitação do Governo Federal. Não tínhamos outra intenção.

Fomos interpretados, algumas vezes, como sendo contrários aos interesses do Estado, o que não era verdade, como estamos demonstrando agora. O nosso objetivo era o de que os Governos manifestassem a vontade de renegociar a dívida. Longe de querer dizer que o acordo poderia ou deixaria de ser cumprido. Não era isso. Queríamos que houvesse entendimento.

Felizmente, nos últimos dias, o noticiário tem mostrado que já houve esforço de ambas as partes, a fim de que seja encontrado um denominador comum, que possibilite ao Estado de Minas Gerais ter liberdade de ação e permitindo à União manter os seus compromissos internos e externos. Portanto, não temos nada contrário a esse projeto, no primeiro aspecto.

Quanto ao segundo aspecto, estamos autorizando o Governador a fazer aquilo que as urnas já lhe autorizaram, ou seja, negociar em nome do Estado. Estamos autorizando o Governo do Estado a repactuar os seus compromissos com a União ou da sua dívida externa, se assim entender. Estamos aqui para dizer que, se o Governador quisesse, já estaria autorizado, independentemente, da intenção da Bancada do PT, com a qual concordamos.

A nossa dúvida é a seguinte: como ficaria a autonomia do Poder Executivo se tem autorização das próprias urnas? Por outro lado, se se dispuser a sancionar a lei, estaria também suprimindo o vício de iniciativa, porque, com a sua sanção, estaria automaticamente reconhecido que a iniciativa da Assembléia Legislativa não feriu a sua autonomia.

Ao concluir, gostaríamos de nos reportar ao início deste ano: em nenhum momento, tivemos dúvida - e nunca tivemos posição contrária -, sempre entendemos que deveria haver oportunidade de um encontro de contas. Chegamos a defender isso em um requerimento que formulamos para que o Congresso regulamentasse dispositivo constitucional que tratasse da reposição financeira aos Estados e municípios que absorvessem servidores federais. Fizemos tudo isso no início do ano e agora, para a nossa alegria, estamos tendo a oportunidade de, mais uma vez, ratificar aquilo que, desde o início deste mandato, defendemos em todas as nossas intervenções. Era o que tínhamos a dizer e lembrar que estaremos votando favoravelmente ao projeto da Bancada do PT.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 339/99, do Deputado Dimas Rodrigues, que institui no Estado o Dia da Santa Casa de Misericórdia. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina por sua aprovação. Em votação, o projeto. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. A Comissão de Redação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 262/99, do Deputado Márcio Cunha, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto, com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou por sua aprovação, com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição da Emenda nº 2. Vem à mesa requerimento do Deputado Sebastião Costa, solicitando, nos termos regimentais, a votação destacada da Emenda nº 2. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Sebastião Costa.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente e Srs. Deputados, voltamos à tribuna para lembrar que votaremos favoravelmente a esse projeto. Mesmo porque havia uma predisposição nossa, no final do ano passado, de votar favoravelmente ao projeto do Governador Eduardo Azeredo, que doava alguns imóveis à UEMG, inclusive este. Portanto, queremos louvar a iniciativa do Deputado Márcio Cunha, uma vez que está materializando agora uma vontade, um desejo de todos nós no final do ano passado, mas que, infelizmente, por um processo de obstrução naquela oportunidade, não foi possível materializar.

A emenda de nossa autoria e da qual pedimos destaque, temos certeza, é vista com simpatia por todos. Talvez no momento de seu exame pela Comissão, por se tratar de uma emenda de um Deputado que hoje se encontra na Oposição, tenha sido vista como grande bicho-de-sete-cabeças, como se diz na zona rural, onde nascemos. A emenda não quer modificar nada, quer apenas dizer que o Estado entregue um imóvel a si mesmo; então, por que obrigar a UEMG a construir com recursos próprios? Em nossa emenda, queremos que se suprima a expressão "com obrigação de recursos próprios da UEMG", porque não dispõe de recursos para isso. Todos sabemos que vive em grandes dificuldades e que o seu orçamento está cada vez menor, mesmo agora, sendo a UNIMONTES contemplada para o ano que vem, e ela não. Por isso, apresentamos essa emenda com o seguinte teor: "Dê-se ao § 1º do art. 1º do Projeto de Lei nº 262/99 a seguinte redação: 'O imóvel de que trata o inciso I deste artigo destina-se exclusivamente à construção e ao funcionamento do "campi" universitário da UEMG em Belo Horizonte, devendo a sua implantação ser iniciada no prazo de cinco anos após a lavratura da escritura de doação, sob pena de reversão ao patrimônio do Estado' ".

Estamos preocupados, porque, se o Estado está doando para si mesmo, achamos que seria estranho impor condições. Por essa razão, pedimos destaque, para que o Plenário da Casa pudesse apreciar separadamente a emenda que não obteve sucesso na Comissão. Mas, temos a certeza de que, se o ilustre relator da Comissão pudesse reexaminar hoje a matéria, com o espírito desarmado e com a consciência de que a emenda tenha sido de minha autoria, não modificaria o espírito do projeto. Pelo contrário, estaria com o objetivo tão-somente de aprimorá-lo. Por essa razão, não queremos nos exceder. Vamos votar favoravelmente e pedimos a todos que assim votem, uma vez que não se modifica a estrutura do projeto de lei.

O Sr. Presidente - Para encaminhamento de votação, com a palavra, o Deputado Miguel Martini.

Questão de Ordem

O Deputado Miguel Martini - Sr. Presidente, vou encaminhar a votação, mas antes vou suscitar uma questão de ordem. O art. 157 não diz que se tem de inscrever no livro de próprio punho. Isso significa que a inscrição pode ser feita através da assessoria da Mesa. Se o legislador quisesse que fosse de próprio punho teria colocado isso no Regimento Interno. O Regimento Interno estabelece que deve ser pessoalmente. Isso significa que não pode ser pela assessoria, mas pode ser feito pelo Deputado. Estava aqui embaixo e solicitei à assessoria para me inscrever e foi-me negada a palavra. Quero fazer esse registro e formalizarei a questão de ordem para que oportunamente V. Exa. me responda que não é de próprio punho, é apenas estando presente e solicitando.

O Sr. Presidente - A Presidência solicita ao Deputado que formalize a questão de ordem.

O Deputado Miguel Martini - Encaminhando a matéria para a qual me inscrevi, quero dizer que concordamos com o projeto do Deputado Márcio Cunha. Já procurei verificar, e a Constituição prevê que, mesmo sendo uma doação do Estado para uma autarquia, deve ser através de projeto de lei. Mas concordo plenamente com a emenda do Deputado Sebastião Costa, para que se torne justo. E digo mais. Existem recursos do BNDES dos quais o Estado de Minas Gerais já poderia ter lançado mão. Já poderia ter iniciado a construção do "campus" universitário no Bairro União, na região da Cidade Nova.

Esse projeto já poderia estar bem adiantado se o próprio PMDB, partido do Deputado Márcio Cunha, não tivesse, ao final do ano passado, obstruído a votação e nos impedido de votar esse projeto de iniciativa do Governador Eduardo Azeredo.

Nosso encaminhamento é que votemos o projeto em que o Estado doa o terreno à Universidade do Estado de Minas Gerais. Fazemos uma ressalva. Se mantivermos a emenda apresentada pelo Deputado Sebastião Costa, estaremos conseguindo uma vitória de Pirro: vamos ganhar, mas não vamos levar. Afirmamos que o imóvel que será doado à Universidade do Estado de Minas Gerais jamais será utilizado para a construção do "campus" universitário, porque jamais a Universidade do Estado de Minas Gerais, principalmente com um governo ruim como esse do PMDB de Itamar Franco, construir um "campus" universitário num terreno doado pelo Estado de Minas Gerais. É fundamental - e aí defendemos e pedimos aos nobres pares desta Casa - que votem a favor da emenda do Deputado Sebastião Costa, porque existe recurso no BNDES para a construção do "campus" universitário. A PUC de Minas Gerais já conseguiu esse recurso e já iniciou a obra. Se o PMDB, no final do ano passado, tivesse tido a sensibilidade de aprovar esse projeto, essas obras já estariam em andamento e a população de Belo Horizonte, de modo especial, e de toda Minas Gerais já poderia estar sendo beneficiada com a construção desse "campus" universitário. Volto a dizer. Se aprovarmos apenas a doação dizendo que a UEMG terá de construir com seus recursos, é melhor votar contrariamente, porque jamais será construído. Será um engodo, uma mentira, um engano em que estaremos envolvendo a comunidade de Belo Horizonte. Daí por que pedimos aos nobres pares desta Casa que aprovem a doação do terreno do Estado para a UEMG, mas que aprovemos também a emenda apresentada pelo Deputado Sebastião Costa, porque não vai depender do recurso do Governo do Estado de Minas Gerais, vai depender da decisão política, da vontade política do Governo do Estado de Minas Gerais de se habilitar aos recursos do BNDES que já estão destinados para a construção do campus universitário. Tenho certeza de que os nobres pares desta Casa, entendendo a situação, aprovarão esse projeto e a emenda do Deputado Sebastião Costa. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhamento de votação, o Deputado Carlos Pimenta.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos encaminhar favoravelmente à aprovação do projeto de lei do Deputado Márcio Cunha com a emenda do Deputado Sebastião Costa.

Estou tomando 1 minuto nesta tribuna para fazer um convite relacionado com a UEMG. Está em discussão na Casa o Projeto de Emenda à Constituição nº 24/99, que prevê a destinação de 1% do orçamento do Estado para a UEMG e a UNIMONTES. Amanhã, dia 28, estaremos promovendo um amplo debate, com todas as unidades da UEMG, aqui na Assembléia Legislativa. Reitero o convite aos Srs. Deputados para participar desse debate. Dia 11 de novembro será em Montes Claros, com os corpos docente e discente da UNIMONTES. Ao lado desse projeto, a Assembléia toma a liberdade e assegura a responsabilidade de priorizar o ensino superior. Fica meu convite aos Srs. Deputados, aos alunos da UEMG de Belo Horizonte e à imprensa para participarem dessa audiência pública com os alunos e com os professores da UEMG na discussão da proposta de financiamento do ensino superior de nosso Estado. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Com a palavra, o Deputado Márcio Cunha, para encaminhar a votação.

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, hoje, pela manhã, o Deputado Miguel Martini trazia sua dúvida em relação à questão da necessidade ou não de aprovarmos esse projeto.

Na oportunidade, fiz a defesa da necessidade da aprovação lembrando que, acompanhando esse projeto, estava o projeto do Governador do Estado. Depois, minha assessoria refrescou a minha memória para que me lembrasse de que, realmente, houve aquilo relatado pelo ilustre Deputado Miguel Martini. Na época, infelizmente, ainda não era Deputado. Mas houveram aqueles episódios que relatou, e o projeto não foi aprovado.

Outra informação importantíssima é dizer que, para a obtenção dos recursos do BNDES, é condição "sine qua non" que seja dado em garantia o terreno da Universidade Estadual, por isso é importante que esse terreno seja da Universidade Estadual. Para tanto, é importante que essa doação seja praticada de forma transparente, inequívoca, e é importante aprovarmos o projeto.

Quanto à iniciativa do ilustre Deputado Sebastião Costa, apresentando uma emenda a esse projeto, com uma justa preocupação, a nossa Comissão, por meio do Deputado Rogério Correia, com uma preocupação no mesmo sentido, propugnou pelo não-acolhimento dessa emenda.

Hoje, sem dúvida alguma, este parlamento deu passos significativos em termos de entendimento. O nosso Líder do Governo, e a nossa base de Governo entraram em acordo com o Deputado Sebastião Costa e vamos aprovar a sua emenda que, sem dúvida, enriquecerá e muito o nosso projeto. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Para encaminhar a votação, com a palavra, o Deputado João Leite.

O Deputado João Leite* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, queremos encaminhar favoravelmente e já tínhamos essa posição na legislatura passada. Queríamos aprovar a doação desse imóvel na Cidade Nova para a instalação de uma unidade da UEMG, mas enfrentamos uma obstrução violenta no final da legislatura, o que impediu que já tivéssemos esse processo em andamento, com a possibilidade da busca dessa linha de crédito do BNDES para a construção dessa unidade da UEMG. A obstrução enfrentada por nós, que apoiávamos a aprovação desse projeto, impediu, portanto, que uma matéria tão importante como essa fosse aprovada.

É interessante o fato de que na legislatura passada o PMDB impediu que votássemos esse projeto, e agora é o próprio PMDB que o desarquiva para que seja votado.

Vamos manter a coerência, votaremos favoravelmente, mas é fundamental que sejam resguardadas algumas coisas. A UEMG não dispõe de recursos para a construção dessa unidade, mas o Estado poderá lançar mão dessa linha de crédito do BNDES. Por isso, é fundamental que os Deputados votem favoravelmente à emenda do Deputado Sebastião Costa a fim de que, efetivamente, vejamos disponibilizada para a população esta unidade da UEMG.

Sr. Presidente, queremos encaminhar favoravelmente. No ano passado pretendíamos votar favoravelmente também, e aquela obstrução impediu a votação, fazendo com que esse projeto fosse arquivado, assim como ocorreu com outras áreas que o Estado pretendia passar para a UEMG. Agora apoiaremos o PMDB na intenção de conceder esse terreno, que já poderia estar com essa Universidade desde o ano passado. Houve uma obstrução muito firme, competente, democrática e forte do PMDB que impediu a votação desse projeto no ano passado. Agora, por coerência, votaremos favoravelmente à concessão desse terreno para a construção dessa unidade da UEMG na Cidade Nova. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Para encaminhar a votação, com a palavra, a Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente, quero apenas fazer um encaminhamento favorável a esse projeto, cumprimentando o ilustre Deputado Márcio Cunha. Temos discutido com outros Deputados, com a nossa Bancada do PT, a questão da UEMG, que é gravíssima. Há interesse do Secretário da Educação em estar realmente acompanhando esse processo. Há um interesse maior ainda dos próprios alunos, da equipe de professores, de funcionários e das diretorias pela absorção dos "campi" do interior. Tudo que é para o fortalecimento da UEMG temos que apoiar. O nosso voto é favorável a esse projeto.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Hely Tarquínio.

O Deputado Hely Tarquínio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, com relação a esse projeto, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel à Universidade do Estado de Minas Gerais, louvamos a atitude do Deputado Márcio Cunha. Mas gostaríamos de lembrar que esse é um projeto que foi ressuscitado este ano, porque o Governador Eduardo Azeredo o apresentou nesta Casa, e foi intensamente obstruído pela Oposição, pelo PMDB, inclusive de forma ferrenha também pelo PT.

Agora, vemos o reverso da moeda: dizem que é um projeto que fortalece a UEMG, vai dar força aos estudantes da UEMG. Vejam bem o que é Situação e Oposição. É por isso que não podemos atirar pedras facilmente. As coisas invertem, tudo é mutável, tudo é estado de alma, estado de consciência. Temos que entender essa troca de posição. É como o curso de um rio, uma hora está contornando, outra hora está na corredeira. A vida tem dessas coisas.

Gostaríamos, também, Deputado Márcio Cunha, de louvar sua iniciativa junto com os Deputados do PSDB. Gostaríamos de fazer coro com a emenda do Deputado Sebastião Costa, que, em boa hora, lembrou os vícios que acontecem em doação de imóvel. Geralmente há uma cláusula que estabelece que tem que ser construído aquilo que se propõe num prazo de três a cinco anos, no caso o "campus" universitário da UEMG. Uma universidade que não tem dinheiro, é precária, cobra mensalidade dos alunos, será que o Governo teria recursos para construir o "campus", embora V. Exa. diga que é condição "sine qua non" para que o BNDES possa fornecer os recursos para edificar o "campus" universitário?

Isso é incerto, então a emenda do Deputado Sebastião Costa vem em hora oportuna lembrando-nos e liberando o tempo acima de cinco anos, sem defini-lo. Oportunamente, com os recursos que a administração do Estado possa ter de sobra no orçamento, poderá construir o "campus" universitário.

Então, vamos encaminhar favoravelmente para construir o "campus" universitário. Vamos encaminhar favoravelmente ao Deputado Márcio Cunha, do PMDB, e não vamos fazer como a Oposição, não reconhecendo que o projeto do Governador também era oportuno. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, a Deputada Maria José Haueisen.

A Deputada Maria José Haueisen - Sr. Presidente, Srs. Deputados, vamos votar favoravelmente também. Quero dizer ao Deputado Hely Tarquínio que mudamos de opinião. Só não muda de opinião quem está morto ou fossilizado.

Nós, nessas discussões e nesse tempo, descobrimos que vale a pena mudar de idéia, e vamos votar corretamente, porque poderíamos ter cometido um erro. Lembrando o ditado popular: "Errar é humano, preservar no erro é diabólico". Somos humanos, erramos, mas agora vamos votar favoravelmente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Antônio Roberto.

O Deputado Antônio Roberto - Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero encaminhar favoravelmente. Muito se falou sobre a oportunidade do projeto e a obstrução que o PMDB e o PT fizeram na época.

Há uma diferença muito grande. Ninguém abordou o problema devidamente. Na época, tínhamos o Governador Eduardo Azeredo, hoje temos o Governador Itamar Franco, e há uma grande diferença. Na época, fazia-se de conta que se administrava. Hoje temos um grande estadista, um homem que pensa em Minas Gerais e leva as coisas mais a sério. Não temos nenhum menino disposto a obedecer às ordens de Fernando Henrique Cardoso; temos um homem que assume a postura de grande estadista.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Mauro Lobo.

O Deputado Mauro Lobo* - Tivemos a oportunidade de ouvir vários companheiros sobre esse projeto de lei, e há consenso com relação à sua aprovação.

Defendemos a aprovação da emenda do Deputado Sebastião Costa segundo a visão de dar condição de continuidade e desenvolvimento da UEMG.

Fui Secretário de Ciência e Tecnologia e, na época, a UEMG era vinculada à Secretaria. Vimos a luta para que ela saísse do papel. Ela conseguiu isso, não só com o esforço do Reitor Aluísio Pimenta, mas também com o próprio estímulo e a aprovação de diversas ações por parte do Governador Eduardo Azeredo.

Com relação a determinados posicionamentos, comparando o Governo passado com o Governo atual, diria que o tempo fará justiça ao Eduardo Azeredo. Porém, desconhecer a sua obra ou querer diminuí-la é não ter condições de apresentar algo mais relevante do que o que foi feito há quatro anos.

Temos que, realmente, dar um tempo para fazer uma avaliação equilibrada, justa e com menos paixão. Aí, vamos ver que Minas Gerais teve, em Eduardo Azeredo, um estadista, um sujeito avançado no seu tempo e que se preocupou demais com a paz social.

Hoje, espantam-me os Deputados votados em pequenos municípios. Se esses municípios conseguiram ter novo ICMS e viabilizar novas obras, isso se deveu ao projeto inovador deste País, que foi o maior projeto de redistribuição de renda. Não reconhecer isso é ser cego, míope, injusto ou mesquinho. Cada um coloque a carapuça que lhe convier.

Voltando ao assunto, a UEMG, esse projeto, reapresentado pelo colega Márcio Cunha, também terá o nosso apoio, porque defendemos, nesta Casa e fora daqui, a nossa universidade. Ela tem de crescer e ser, enfim, uma posição avançada do Estado em termos de ensino superior. O Estado foi muito beneficiado com as universidades federais. Talvez, por isso mesmo, tenha se descuidado da universidade estadual.

Temos a UNIMONTES em franca ascensão, ampliando seus cursos. Precisamos que possa atuar num espaço geográfico muito maior, atendendo à reivindicação dos jovens, que buscam um ensino de qualidade, compatível com a renda de sua família. Nesse aspecto, a UEMG tem de se fazer presente. O Governo não pode deixar a nossa universidade se apenar, sem dar resposta a essas demandas. Portanto, a minha posição é a mesma dos vários colegas que me antecederam: apoiar o projeto e a emenda.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto, salvo emendas. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1, que recebeu parecer pela aprovação. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Em votação, a Emenda nº 2, destacada, que recebeu parecer pela rejeição. Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 262/99 com as Emendas nºs 1 e 2. A Comissão de Fiscalização Financeira.

Questão de Ordem

O Deputado Antônio Andrade - Sr. Presidente, verificando, de plano, a inexistência de "quorum", já que saíram muitos Deputados, solicito o encerramento da reunião.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a inexistência de "quorum" para o prosseguimento dos trabalhos e encerra a reunião, convocando os Deputados para as extraordinárias de amanhã, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária da mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 45ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 28/10/99

Presidência dos Deputados Anderson Aduato e Durval Ângelo

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - Questão de ordem - 2ª Parte (Ordem do Dia): Palavras do Sr. Presidente (2) - Requerimento do Deputado Durval Ângelo; aprovação; verificação de votação; inexistência de "quorum" para votação; anulação da votação - Questões de ordem; existência de número regimental para discussão; prejudicialidade dos requerimentos dos Deputados Durval Ângelo, Hely Tarquínio e Paulo Piau - Questões de ordem - Discussão de Proposições: Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 578/99; discursos dos Deputados Gil Pereira, Rêmoló Aloise e Sebastião Costa; questão de ordem; existência de "quorum" para a continuação dos trabalhos; discurso do Deputado Sebastião Costa; questões de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; discurso do Deputado Sebastião Costa; questão de ordem; existência de "quorum" para a continuação dos trabalhos; discurso do Deputado Hely Tarquínio; questão de ordem; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; discursos dos Deputados Hely Tarquínio e Antônio Carlos Andrada; questões de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; discursos dos Deputados Hely Tarquínio e Antônio Carlos Andrada; prorrogação da reunião; questões de ordem; chamada para recomposição de "quorum"; existência de número regimental para a continuação dos trabalhos; discursos dos Deputados Marcelo Gonçalves, Mauro Lobo e Paulo Piau - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aduato - José Braga - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira - Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Agostinho Silveira - Ailton Vilela - Alberto Bejani - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Arlen Santiago - Bené Guedes - Carlos Pimenta - César de Mesquita - Chico Rafael - Cristiano Canêdo - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Viana - Edson Rezende - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Elmo Braz - Ermano Batista - Fábio Avelar - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivo José - João Batista de Oliveira - João Leite - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Luiz Menezes - Marcelo Gonçalves - Márcio Cunha - Márcio Kangussu - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Mauro Lobo - Miguel Martini - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Rogério Correia - Ronaldo Canabrava - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduato) - Às 9h10min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Glycon Terra Pinto, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Questão de Ordem

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, gostaria de saber por que alguns projetos que estavam na pauta de ontem não constam na pauta de hoje. Gostaria de uma explicação da Presidência a respeito do que aconteceu com os seguintes projetos, que não se encontram na pauta de hoje: Projeto de Resolução nº 433/99 e Projetos de Lei nºs 405 e 510/99.

O Sr. Presidente - A Presidência, respondendo à questão de ordem formulada pelo Deputado Paulo Piau, esclarece que o Capítulo II do Regimento Interno trata das atribuições do Presidente e dos Vice-Presidentes da Assembléia Legislativa. Diz o art. 82, inciso VII: "Compete ao Presidente, além de outras atribuições, organizar e anunciar a ordem do dia, podendo ouvir as Lideranças". Como é de competência da Presidência organizar a pauta, como é feito todos os dias, a de hoje foi feita dessa forma. A Presidência colocou na pauta os projetos que ela entendia deveriam constar na pauta dos trabalhos de hoje.

2ª Parte (Ordem do Dia)

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião o Projeto de Lei nº 19/99, em virtude de sua apreciação na reunião extraordinária realizada ontem, à noite.

Palavras do Sr. Presidente

A Presidência informa aos Deputados que serão convocadas reuniões extraordinárias na sexta-feira, no sábado e no domingo.

O Sr. Presidente - Vem à Mesa requerimento do Deputado Durval Ângelo, em que, na forma regimental, solicita não seja admitida alteração na ordem do dia, apreciando-se as proposições na seqüência em que se encontram na pauta. Em votação, o requerimento. Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Deputado Paulo Piau - Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita aos Deputados que ocupem seus lugares.

- Procede-se à votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 19 Deputados; nenhum Deputado votou "não" ou "em branco", o que perfaz o total de 19 Deputados. Não há "quorum" para votação, motivo pelo qual a Presidência a torna sem efeito.

Questões de Ordem

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, o senhor pode ver que não temos "quorum" para a continuação dos trabalhos. Portanto, pedimos o encerramento, de plano, da reunião.

Antes, porém, gostaria de deixar a nossa nota de repúdio a uma ação que não víamos nesta Casa há muito tempo. Trata-se do requerimento do Deputado Durval Ângelo, que consideramos uma verdadeira excrescência. Acho que esta Casa deveria ter um pouquinho de altruísmo, permitindo aos Deputados ter liberdade, de acordo com o Regimento Interno. Essa manobra pode até ser legal, mas não é moral, segundo o comportamento e a liberdade que cada Deputado deve ter, de colocar uma matéria à frente ou atrás, respeitando a decisão do Plenário. Então, fica o nosso repúdio a essa ação, que não é democrática. É uma ação ditatorial, e ficamos tristes por verificar que coisas dessa natureza acontecem neste parlamento.

O Deputado Durval Ângelo - Com todo o respeito ao nobre Deputado Paulo Piau, acho que está cometendo um excesso que o leva a dizer uma inverdade. Primeiro, a manutenção da pauta é uma ação democrática, sim. Entendemos que a Presidência, ao definir a ordem dos projetos na pauta, leva em conta procedimentos regimentais que S. Exa. bem conhece. São incluídos num primeiro momento os projetos que, de alguma forma, estejam na faixa constitucional. Num segundo momento, são incluídos os projetos em votação e, num terceiro, projetos em discussão. Essa é a ordem obrigatória, estabelecida constitucionalmente. E não estamos garantindo apenas o cumprimento regimental, mas o da Lei Maior.

Quanto à segunda questão, referente aos projetos que se encaixam nesses itens, quero dizer que a sua ordem é estabelecida pelo próprio Presidente. Compreendemos que essa ordem já é suficiente e atende ao Plenário. E, mais do que isso, o PFL não pode falar do PT nem que ele seja ditatorial ou antidemocrático. O PFL foi o partido que defendeu, juntamente com a ARENA - que, de alguma forma, foi sua origem -, a ditadura militar cruel, que matou e torturou tantas pessoas neste País. Então, o PFL não pode dar lição de democracia a ninguém. Além disso, V. Exa. considera ditatorial esse procedimento, mas acho que deveria ter, pelo menos, um mínimo de coerência. V. Exa. mesmo e o seu partido votaram requerimentos como esse inúmeras, dezenas, centenas de vezes, nos últimos quatro anos. E nós, com a mesma postura, encaminhávamos requerimentos da tribuna. V. Exa. poderia ter encaminhado esse requerimento e poderia ter feito como o PT fazia: encaminhava, sabendo que era uma norma regimental, e nunca usou esse tipo de argumento que V. Exa. usa agora.

Então, não podemos ser acusados de incoerentes, situação em que V. Exa. incorre. O requerimento é correto. É pela manutenção da ordem da pauta. Se o Plenário entender que essa é a ordem correta, ele é soberano. Ou V. Exa. também discorda da soberania do Plenário, discorda que é a maioria que tem que deliberar? Por isso, não aceitamos essa crítica, apesar de respeitar muito o parlamentar. É um parlamentar que trabalha, é atuante, traz uma grande contribuição para o processo democrático, para o processo de discussão. Mas discordo totalmente da intervenção de V. Exa.

O Deputado Rêmolo Aloise - Sr. Presidente, pediria a V. Exa. recomposição de "quorum", uma vez que o Deputado Paulo Piau pediu o encerramento da reunião.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica a chegada de mais 12 Deputados ao Plenário. Não temos "quorum" para votação, mas o temos para a continuação dos trabalhos. Ficam, portanto, prejudicados em função de não termos número para sua votação, requerimentos do Deputado Durval Ângelo, em que solicita não seja admitida alteração na ordem do dia,

para que sejam apreciadas as proposições na seqüência em que se encontram na pauta; do Deputado Hely Tarquínio, em que solicita a inversão de pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Resolução nº 578/99 seja apreciado em último lugar; e do Deputado Paulo Piau, em que solicita, na forma regimental, o adiamento da discussão do Projeto de Resolução nº 578/99.

Questões de Ordem

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, antes de fazer uso da prerrogativa que me é conferida pelo art. 164, gostaria de indagar da Presidência qual dos três requerimentos entrou em primeiro lugar, o do Deputado Durval Ângelo, o do Deputado Paulo Piau ou o do Deputado Hely Tarquínio?

O Sr. Presidente - O primeiro requerimento foi o do Deputado Durval Ângelo.

O Deputado Sebastião Costa - A informação que tive é que o do Deputado Paulo Piau teria sido apresentado ontem.

O Sr. Presidente - Ontem, às 5 horas da tarde. E, por felicidade da Mesa, exatamente porque um dos requerimentos foi apresentado por um de seus membros, o do Deputado Durval Ângelo foi protocolado ontem à tarde. Temos, inclusive, o protocolo. O do Deputado Paulo Piau foi apresentado, mas não consta em protocolo. Ele foi apresentado ontem à noite.

O Deputado Sebastião Costa - Entendo que o único requerimento que está prejudicado é o do Deputado Durval Ângelo, porque já estávamos em processo de votação. O do Deputado Hely Tarquínio não chegou sequer a ser lido pelo Plenário; portanto, entendo que ele não estaria prejudicado.

Quanto à referência feita pelo Deputado Durval Ângelo ao meu partido, faz-se crer que isso é o retrato da história contemporânea. Ele critica os feitos do passado e diz que meu partido teria contribuído para isso, mas pratica os mesmos atos no presente. Se erramos, tivemos a humildade de reconhecer esses erros. Servir de inspiração para outros errarem no presente seria o que o Deputado Paulo Piau acabou de dizer aqui.

O Deputado Hely Tarquínio - Gostaria, Sr. Presidente, que V. Exa. confirmasse, pois o meu requerimento, na ordem cronológica em que foi anunciado cada requerimento, seria votado após a recomposição de "quorum", quer dizer, haveria "quorum" para votá-lo. O requerimento do Deputado Durval Ângelo foi feito anteriormente.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Plenário que a questão dos requerimentos é causa vencida.

O Deputado Hely Tarquínio - Solicito a V. Exa., se possível, que inverta a ordem da discussão.

O Sr. Presidente - A inversão deve ser discutida antes de entrarmos no processo de encaminhamento do projeto.

Discussão de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 578/99, da Mesa da Assembléia. Com a palavra, para discuti-lo, o relator, Deputado Gil Pereira.

O Deputado Gil Pereira* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, meus senhores e minhas senhoras, o nosso relatório sobre o projeto de resolução em questão dispõe sobre a estrutura da Secretaria da Assembléia e dá outras providências.

- Lê a fundamentação e a conclusão do Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 578/99 e o Substitutivo nº 1 a esse projeto, publicados na edição de 26/10/99.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Rêmoló Aloise.

O Deputado Rêmoló Aloise* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, venho a esta tribuna hoje para relembrar aos nossos nobres Deputados que, em 1º de fevereiro, houve uma eleição da Mesa nesta Casa. Nós, Deputados, elegemos os membros que hoje respondem por esta Casa.

Dentro desse projeto, vejo com muita clareza, que essa resolução, de iniciativa do nobre Presidente Anderson Adatao, em parceria com seus colegas de Mesa, quis dar um perfil diferente à estrutura desta Casa.

O Deputado Ermano Batista e eu fomos candidatos, não participando na chapa oficial, e fomos derrotados. No entanto, entendemos que a Mesa tem o dever de conduzir os trabalhos nesta Casa. Se houveram por bem achar que a estrutura deveria ser mudada, nós, Deputados podemos aceitar ou não.

Nesse momento, em que as coisas estão sendo discutidas, vejo com muita clareza e com muita propriedade o ponto de vista que o Deputado Paulo Piau deu neste Plenário, achando que levar para a direção desta Casa alguém do recrutamento amplo seria uma quebra da estrutura desta Casa.

Nobre Deputado Paulo Piau, como membro de outras Mesas e como 1º-Secretário desta Casa, tenho de lhe confessar que, nos dois anos em que fiquei na 1ª-Secretaria, percebi que a nossa Casa é presidencialista. Queira ou não queira, a direção dos trabalhos repousa nas mãos do Presidente. Nessa resolução, vejo uma vontade do Presidente da Casa e dos membros da Mesa de tomar novas diretrizes. Sendo assim, desta tribuna, entro na parte política que a Mesa está conduzindo.

Quando ao mérito, acho que é questão que tem de ser definida pela Mesa. E há um fato muito interessante nessa resolução, que não é definitiva nem permanente, é provisória. Já se passaram nove meses de trabalho nesta Casa e hoje, pela primeira vez, essa resolução está entrando em pauta neste Plenário. Entendo que houve várias e várias discussões, várias e várias maneiras de pensar, que se discutiu se apresentaria ou não esse projeto de resolução.

Deixo bem claro, Presidente Anderson Adatao, que V. Exa. achou por bem dar outra direção a esta Casa. Entendi que aquilo que era do passado não satisfaz esta Mesa. Não entro no mérito dos motivos, porque não os conheço. Acho que esse projeto de resolução é uma maneira de dar ao Presidente autonomia maior de ter ao seu lado alguém em quem confia, assim como outros Presidentes que aqui estiveram escolheram seus Diretores-Gerais. É competência da Mesa desta Casa nomear o Secretário-Geral da Mesa e o Diretor-Geral. Se a Mesa entendeu que deveria haver mudança, essa responsabilidade passa a ser da Mesa. Ao determinar o prazo de início e de fim do mandato do novo Diretor-Geral, esse projeto deixa claro que essa é uma questão política que nós, membros desta Casa, devemos acatar, respeitando a decisão da Mesa, porque foram eleitos pelos nossos votos. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Sebastião Costa.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, demais integrantes da Mesa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores jornalistas, senhores funcionários da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, senhoras e senhores, em que pese a nossa concordância com o sistema presidencialista de governo que o Deputado Rêmoló Aloise abordou, achamos que todos os problemas que o Brasil e os países de regime presidencialista têm hoje não advêm do sistema, mas de outros fatores. Por isso, pensamos que o sistema presidencialista não é negativo em nenhum local, em nenhum órgão, em nenhuma situação. Antes de discutir, queremos fazer um esclarecimento: hoje assistimos aqui a um acontecimento interessante. Se pudessemos simbolizar, diríamos que é como alguém que, num país onde há a pena de morte, seja condenado antes do nascimento. Foi o caso dos requerimentos dos Deputados Hely Tarquínio e Paulo Piau, que propunham tão-somente a inversão da pauta. O do Deputado Durval Ângelo estava em sentido contrário, solicitava a não-inversão da pauta. Daí o nosso protesto. Porém, entendemos que é assim mesmo. O PFL e o PSDB, por uma ato de força, no início deste mandato, receberam uma imposição que contrariou o procedimento

histórico da Casa e foram alijados da Mesa da Assembléia. Daí a razão e o porquê da nossa preocupação com o fato de, às vezes, termos que discutir questões que não precisaríamos discutir. Bastava que essas duas bancadas estivessem representadas na Mesa da Assembléia para que cada parlamentar pudesse, previamente, ter conhecimento do que disporia aquela ou esta resolução. Então esse processo de alijamento que tivemos e a que fomos submetidos no princípio deste mandato fica registrado nos anais da Assembléia e na consciência cívica do povo de Minas.

Dois partidos com base parlamentar, com representação parlamentar na Casa, não puderam sequer ter nenhum de seus parlamentares integrando a Mesa da Assembléia. O pior é que era praxe na Casa que a maior bancada sempre se fizesse representar com um ou mais cargos na Mesa. Compreendemos que houve uma redução dos cargos, mas é inadmissível que, naquele instante em que o PSDB era a maior bancada da Assembléia, não fosse permitido a ele sequer que um dos seus integrantes pertencesse à Mesa.

Isso, às vezes, provoca, por parte de parlamentares do PFL, e até do próprio Líder do PSDB, determinadas reações que podem parecer estranhas à Mesa e à direção dos trabalhos, mas não é esse o objetivo.

Hoje, por exemplo, quando levantamos, inicialmente, a questão de ordem para ordenar os trabalhos e, depois, para fazer uso das prerrogativas do art. 164, perguntávamos ao Sr. Presidente: "Sr. Presidente, o requerimento que foi lido e submetido a votação, com "quorum" insuficiente para votá-lo, foi apenas o do Deputado Durval Ângelo." O entendimento da assessoria da Presidência e de V. Exa. foi no sentido contrário ao dos requerimentos dos Deputados Hely Tarquínio e Paulo Piau, os quais estavam também fadados ao fracasso, em função do número reduzido de parlamentares naquele momento. Vale ressaltar, para a opinião pública de Minas, que a reunião estava recém-iniciada, e que apenas 19 parlamentares manifestaram o seu voto. Com isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, os dois requerimentos morreram antes de nascer. É como se alguém estivesse por nascer e fosse condenado à pena de morte, antes mesmo de conhecer a luz. Assim ocorreu com os requerimentos dos Deputados Hely Tarquínio e Paulo Piau.

Aproveito este preâmbulo para lamentar esse episódio. Não queremos com isso dizer que ele mudaria o cerne da questão, nem era esse o objetivo. Entendemos, perfeitamente, como prerrogativa da Mesa da Assembléia o seu compromisso e a sua responsabilidade com a instituição. Ninguém nega isso. Todavia, é preciso lembrar que, quando se tem uma inquietação como aquela que tivemos, é exatamente porque ela é oriunda de alguns meses, quando para todos nós, que fazemos parte hoje da Oposição, a única voz e vez que ainda temos é a prerrogativa regimental de discutir e de encaminhar votação. As outras nos são negadas, como se usassem um rolo compressor ou por meio de requerimentos que suprimem essa liberdade de expressão que à Oposição ainda é reservada.

Vimos, então, à tribuna, para, nesta fase inicial, dizer que lamentamos profundamente o fato de o requerimento do Deputado Hely Tarquínio não ter tido a oportunidade de ser apreciado pelo Plenário. Se bem que, com a maioria dos Deputados de Situação em Plenário, dificilmente os requerimentos dos companheiros Hely Tarquínio e Paulo Piau lograriam êxito. Mas nosso objetivo não era outro senão o de, com a inversão de pauta, permitirmos o reencontro das Lideranças com a Mesa, que são os grandes pilares desta da Casa: aqueles que têm a responsabilidade legal de nos representar dentro e fora daqui.

O objetivo dos Deputados Hely Tarquínio e Paulo Piau - um, Líder do PSDB, e o outro, Vice-Líder do meu partido - talvez tenha sido interpretado como mero artifício para postergar o andamento do projeto de resolução ora em pauta. Mas longe disso. O objetivo era tão-somente permitir que a inversão de pauta propiciasse o andamento dos outros projetos e, assim, após o encontro das Lideranças com a Mesa, se pudesse chegar a um denominador comum que respeitasse as prerrogativas de quem dirige e, naturalmente, as prerrogativas dos liderados. É bem verdade que quem dirige tem atribuições, mas não podemos sufocar a voz dos liderados.

Fazemos parte do parlamento e, assim sendo, temos o dever de discutir qualquer projeto de lei ou de resolução que verse sobre o interesse da Casa, do povo de Minas Gerais e do Estado, como um todo.

Questão de Ordem

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, podemos todos verificar que o número de Deputados em Plenário não é suficiente para o prosseguimento da discussão do projeto de resolução em pauta. Apelo para o bom-senso que sempre norteou as atitudes de V. Exa. nesta Assembléia, solicito que encerre, de plano, a reunião, podendo nós, na parte da tarde, já com o processo de discussão iniciado, dar seqüência a assunto de tamanha importância para a Casa.

O Sr. Presidente - A Presidência verifica, de plano, a existência de número regimental para a continuação dos trabalhos. Continua com a palavra o Deputado Sebastião Costa.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, sendo esta a determinação de V. Exa., passamos a discutir o Projeto de Resolução nº 578/99.

Nossa formação jurídica é modesta, mas conhecemos o limite das atribuições de cada pessoa e de cada instituição. Entendemos que a iniciativa é legítima, pois vem da Mesa da Casa. Portanto, o aspecto da legitimidade não discutimos. Preferimos ler para os senhores os termos em que ela está proposta, bem como o substitutivo apresentado pelo Deputado e ilustre relator, que também integra a Mesa Diretora dos trabalhos da Assembléia Legislativa.

- Lê o Projeto de Resolução nº 578/99, que foi publicado na edição de 1º/10/99.

Ainda queremos fazer a leitura do parecer do relator e tecer alguns comentários sobre a questão conceitual, como deve funcionar, por que não deve funcionar, se a Casa tem ou não pessoas competentes - a meu ver, tem. São questões que desejamos desenvolver.

Essa resolução está datada de agosto e entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos até 15 de fevereiro de 2001, quando voltarão a vigorar as normas e os cargos competentes por ela alterados, e revoga disposições em contrário.

Questões de Ordem

O Deputado Sebastião Costa - Antes de conceder a palavra ao Deputado Paulo Piau, solicito que o Deputado faça a sua intervenção com o Plenário mais compacto, de preferência às 14h30min ou às 15 horas, e que a Presidência encerre, de plano, a reunião, uma vez que não há "quorum" para sua continuação.

O Deputado Marcelo Gonçalves - Solicito recomposição de "quorum", Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados, para recomposição de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Gil Pereira) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 25 Deputados, que, somados aos 14 que se encontram em comissões, perfazem o total de 39 Deputados. Portanto, há "quorum" para o prosseguimento da reunião. Continua com a palavra o Deputado Sebastião Costa.

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, esperamos que V. Exa. nos conceda alguns minutos a mais para compensar esse tempo entre a chamada dos Deputados e o retorno da palavra a mim.

Concedo aparte ao Deputado João Leite.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Nobre Deputado Sebastião Costa, gostaria de reconhecer a importância da presença de V. Exa. nesta tribuna, discutindo um projeto tão importante para a Assembléia Legislativa. Estamos do mesmo lado nessa questão, e reconheço a experiência do Deputado Sebastião Costa, não apenas como parlamentar, mas também como chefe do Poder Executivo de sua cidade. As notícias que tenho são as de que V. Exa. foi um Prefeito que valorizou sobremaneira o servidor público do seu município. A presença de V. Exa. nesta tribuna reafirma um compromisso histórico, o compromisso com o serviço público. Eu também já exerci um cargo no Executivo - fui Secretário Municipal de Belo Horizonte - e tive a oportunidade de valorizar o servidor público. Tive a oportunidade de dar ao servidor acesso àqueles cargos que eram até de recrutamento amplo, mas reconhecíamos naqueles servidores de carreira a competência, a lisura e o amor ao serviço público para exercerem o cargo. Procuramos valorizar essa competência, o entusiasmo daqueles servidores que às vezes aguardam durante anos uma oportunidade.

Tive ocasião, enquanto Secretário, de dar essa oportunidade a servidores, que puderam ascender na carreira do serviço público. Gostaria de dizer a V. Exa. que a experiência foi excelente. Tive oportunidade de trabalhar com servidores competentes e de confiança. Servidores públicos ocuparam, por exemplo, o cargo de Diretor Financeiro, cargo de estrita confiança, e o desempenharam muito bem. Tive, então, a oportunidade de elogiar essas pessoas, que vestiram a camisa do cargo com grande entusiasmo. Estamos do mesmo lado nessa questão, ou seja, deve ser respeitado o quadro de servidores da Assembléia Legislativa, deve ser dada aos servidores a oportunidade de ascensão, deve ser fortalecido esse ânimo que há por parte dos servidores. Tenho especial reconhecimento a esses servidores da Assembléia Legislativa, que fazem o seu trabalho com competência, com entusiasmo. Estamos juntos nessa questão, estaremos juntos na votação final desse projeto. É fundamental que reconheçamos o nosso papel no parlamento. Temos o nosso papel definido, com os cargos dos nossos gabinetes, mas penso que deve ser respeitada a carreira na Assembléia. Esses cargos têm que ser destinados a esses servidores que estão há anos aqui. Nós, que passaremos, deveremos respeitar esta instituição, que não me pertence nem a V. Exa., mas ao povo de Minas. Esperamos que haja continuidade, pois ela não pertence a mim nem ao Deputado Sebastião Costa, mas ao povo do nosso Estado. Entendemos que, se valorizarmos esses servidores, se respeitarmos a ascensão deles, enfim, se respeitarmos esses limites, estaremos respeitando o povo de Minas Gerais. Estarei acompanhando o pronunciamento que V. Exa. está fazendo esta manhã. Estou rigorosamente ao lado de V. Exa. Muito obrigado.

O Deputado Sebastião Costa - Agradecemos a intervenção do Deputado João Leite, que, de forma clara e transparente, sintetiza nossa conclusão. Parece até que tínhamos combinado, mas isso não ocorreu. Esse é o sentimento reinante entre os que integram a maioria das bancadas da Assembléia Legislativa. É natural que qualquer pessoa que ingresse num cargo público, por mais simples que ele seja, saiba perfeitamente que a concorrência para obter qualquer promoção é sempre grande e difícil. A medida que se intercepta esse procedimento, a possibilidade que era reduzida passa a não existir. E o fato de não existir aniquila a inspiração de quem trabalha, de quem faz do trabalho quase um sacerdócio. O servidor público abdica de tudo. Ele se dedica com exclusividade ao seu trabalho. Ele está, muitas vezes, impedido de exercer outras atribuições, até por uma questão de jornada de trabalho. Ele passa a ter um único horizonte na vida profissional, que é a promoção no serviço em que está. Daí entendermos perfeitamente as preocupações do Deputado João Leite. Fazemos nossas as suas palavras.

Queremos, prosseguindo, fazer a leitura da peça seguinte de um relatório e do parecer que o relator trouxe para conhecimento de todos.

Entendemos que essa parte inicial do relatório é, de fato, de iniciativa da Mesa. A fundamentação diz que a proposição em exame versa sobre matéria relativa à estrutura da Secretaria da Assembléia Legislativa. Sabemos e achamos que é assim mesmo. (- Lê:)

"O projeto procura deixar bem claro que os serviços administrativos da Assembléia são executados por sua Secretaria. Essa providência, ainda que aparentemente redundante, faz-se necessária, uma vez que algumas deliberações recentes - como as nºs 1.284, 1.415, 1.506, entre outras - podem induzir ao erro de se considerar a estrutura da Secretaria da Assembléia como sendo correspondente à estrutura da Escola do Legislativo, que, nos termos do art. 3º da proposição em exame, nada mais é do que uma das unidades que integram a administração da Casa.

Na estrutura administrativa do Estado moderno, devem conviver, lado a lado, componentes políticos e funções administrativas. É inerente à democracia a alternância no poder e o controle do povo - por via de regra, por meio dos seus representantes - sobre a máquina estatal. Esse fato, que, por um lado, permite o julgamento periódico dos governantes, por outro lado, pode gerar graves problemas na continuidade de projetos que precisam necessariamente de tempo para que possam dar frutos. Assim, o surgimento de uma burocracia estável, subordinada ao elemento político, é fundamental para o êxito das iniciativas governamentais e para a estabilidade do próprio sistema político."

Gostaríamos de dizer que pudemos perceber, na leitura inicial da resolução, que ela está com os seus dias contados. Daí entendermos que esse parágrafo é contraditório. Ele sinaliza para uma direção, e, em seguida, dá um parecer favorável sobre uma resolução que estipula prazos para funcionamento.

Vamos desenvolver o nosso raciocínio daqui a pouco, depois da intervenção do Deputado Hely Tarquínio, a quem concedemos a palavra, para que possa fazer a sua avaliação, sempre tão precisa, moderada e consciente.

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte) - Deputado Sebastião Costa, estou ouvindo atentamente a sua exposição sobre o projeto de resolução da Mesa que versa sobre a transformação do cargo de Secretário-Geral da Mesa. Também fazemos coro com os Deputados João Leite e Sebastião Costa.

Esse servidor, trabalhando, à medida que o tempo passa, na seara da Assembléia Legislativa - que é o Poder de representação do povo, de fato e de direito -, começa a incorporar o cenário dos Poderes - especificamente do Legislativo - e passa a representar, realmente, o ser, o ente Poder Legislativo. Assim, na divisão dos Poderes, lembrando o espírito de Montesquieu, ele desempenha um papel muito importante: o de dar suporte e esclarecer aos Deputados os melindres do Poder Legislativo em suas diversas áreas.

Por esse e por outros motivos, ele desenvolve uma carreira em que há uma hierarquia, passa por testes, nos quais tem de desempenhar funções e se esforçar para desenvolvê-las. Então, toda essa história da dedicação e do esforço, às vezes concentrado, em prol do Poder Legislativo - que, em última instância, é em prol do povo de Minas Gerais -, é reconhecida pela maioria desta Casa. E vem esse projeto, transformando o cargo de Secretário-Geral, com um espírito pluripotencial, com um espírito de revisor-geral da Casa.

Acreditamos que, diante disso, deve-se fazer uma análise do próprio Poder. Houve uma transição de Presidência, e, quando uma Mesa é substituída por outra, é claro que ocorrem mudanças. Mas existem certos aspectos em que há mais dificuldade para mudanças, porque estão embasados em direitos adquiridos, oficiais, legais.

Entendemos, também, que a proposta do projeto de resolução, às vezes, deixa transparecer uma confiança maior em uma pessoa - que poderia ser a menina dos olhos de quem está no topo da pirâmide -, para supervisionar, como se estivesse, de cima da montanha, tendo conhecimento de tudo e de todos e fornecendo subsídios a quem determina, a quem manda. Então, entendemos, hierarquicamente, a filosofia dessa transformação do cargo. Por outro lado, se a confiança fosse na estrutura, no Poder, fosse oficial, talvez essa proposta não fosse feita.

Assim, cáimos em um estado de ambivalência ao julgar uma proposta desse tipo. É claro que todos nós balançamos entre aquilo que é certo, que pensamos ser certo, e aquilo que pode não estar certo. Mas, nesse estado de certeza que é a dúvida, sem divagar, ainda somos a favor do Poder estruturado ao longo do tempo, da memória da Casa, de uma coisa que se fez tijolo a tijolo, implantada com o esforço de muitos e os recursos intelectuais e materiais do Poder Legislativo e se firmou em uma estrutura. Mas, de repente, vai haver uma ruptura dessa jurisdição - pois, hoje, a burocracia da Assembléia já é um corpo fechado; é corporativista, sim, mas por direito adquirido e direito legal.

Sem querer ser juiz, faço coro com a proposta do ilustre Deputado Sebastião Costa, ficando ao lado do oficial, porque esse ato pode ser oficioso. Porém, como o Poder tem condição, por meio de um projeto de resolução, de mudar, acreditamos que a proposta está recheada da certeza de que as mudanças são necessárias e esse supersecretário terá uma missão árdua, cheia de conflitos, na tentativa de buscar a solução desses problemas. Acreditamos que possivelmente será indicado alguém que tenha condições de exercer, na plenitude das suas funções, o poder para resolver as mazelas, para aperfeiçoar o trabalho da Mesa Diretora.

Mas vai ficar também marcada uma divisão entre os funcionários de recrutamento amplo e o servidor de recrutamento limitado. Não adianta querermos ser hipócritas, isso vai acontecer. E as conseqüências, vamos absorvê-las como Poder, porque, quanto a isso, não existe partido. A conseqüência da votação será ou para um lado ou para o outro. Podemos fazer uma opção pela ruptura ou pela não-ruptura. A palavra "ruptura" é forte, mas é uma mudança que realmente poderá acontecer. Então, vão ficar as mazelas, quem sabe isso traga mais deficiências a este Poder, o que seria prejudicial. Gostaríamos de reafirmar que a nossa posição é de acordo com a maioria da Bancada do PSDB e do PFL.

Portanto, Deputado Sebastião Costa, faço coro com V. Exa., entendo o posicionamento da maioria das Bancadas do PFL e do PSDB e vamos prosseguir na discussão, para que dela

nasça luz e todos possam perceber e, talvez, vislumbrar, a partir da aprovação ou não, os resultados que não poderemos prever.

Portanto, queria apenas cumprimentá-lo pelo pronunciamento que está fazendo, pela exposição brilhante e pedagógica que V. Exa. está proporcionando a todos nós. Muito obrigado.

O Deputado Sebastião Costa - Agradecemos as palavras do Deputado Hely Tarquínio, o seu estímulo, a sua preocupação. Tínhamos predisposição de também fazer a leitura do substitutivo apresentado pelo relator ao projeto de resolução a que nos referimos, para que todos os Deputados tomem conhecimento dele. Todavia, estamos falando para um "quorum" não tão representativo em número, em virtude de estarmos nos valendo do "quorum" das comissões.

Nas comissões, não sabemos se é possível os parlamentares assistirem à TV Assembléia, já que estamos discutindo um projeto de resolução. O "quorum" está sendo computado com a presença dos Deputados em reuniões de comissão, e eles não estão tendo oportunidade, quem sabe, de apartear, mostrar, conscientizar a mim e a tantos que aqui estão que o projeto de resolução é uma inovação para o serviço público, engrandece a vida dos funcionários públicos, acrescenta entusiasmo a quem se dedicou a vida toda como servidor público. Eles estão nas comissões, mas, nem por isso, podemos deixar de cumprir nosso dever cívico.

Iriamos fazer a leitura do substitutivo. Desistimos de fazê-la para ampliar, sob o aspecto filosófico, o que os Deputados João Leite e Hely Tarquínio acabam de trazer a este Plenário, mostrando que o servidor público aspira à promoção. Não é por vaidade, não é por querer suplantar ou se transformar em mandatário de alguém. O servidor público, como ser humano, quer, também, ter, no seu ambiente de trabalho, perspectiva de ocupar cargos mais expressivos e relevantes. É natural que os servidores efetivos da Assembléia Legislativa, que, no passado, enfrentaram as duras tarefas de um concurso público, enfrentaram desgaste emocional para se submeter a exames e lograram aprovação, têm qualificação, têm conhecimento, têm as prerrogativas para o cargo, ao vê-lo vago, aspirem a ocupá-lo. Isso não é ambição, não é pretensão desmedida, é natural. É um desejo que o ser humano tem. Qualquer ser humano tem pretensões. Temos certeza de que, esse aspecto, essa filosofia, o projeto de resolução, embora, disse e repito, tenha legitimidade, porque emana de quem tem poder para deliberar, justifica que qualquer Mesa se preocupe em ter pessoas de sua confiança. Mas queremos crer que, num quadro amplo como o de funcionários da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, seja possível que alguém mereça confiança da atual Mesa Diretora.

Estamos aqui para discutir e usar da prerrogativa dos 60 minutos mais 5 ou 10, que, temos certeza, o Presidente irá nos conceder, até mesmo por causa daquele tempo entre a verificação e o retorno da palavra a este orador. Estamos com esse tempo todo não para persuadir os senhores parlamentares, mas para dar a cada um e a todos um pouco mais de tempo para permitir que façam um exame tranqüilo de consciência.

Como bem disse o Deputado João Leite, já passamos por um cargo executivo. Como nós, alguns outros colegas, como os Deputados Wanderley Ávila, Antônio Roberto, Ambrósio Pinto, Luiz Menezes, Toninho Andrade e tantos outros. Vivemos a experiência, a inquietação e a intranqüidade que vive o funcionário público. Sua esperança consiste, tão-somente, em que, um dia, vagando o cargo, por mérito próprio, por conhecimento, possa chegar àquele cargo mais expressivo. Quais são os horizontes do funcionário público efetivo, a não ser a promoção do serviço a que já dedicou 1/3, 2/3 e, às vezes, 80% ou 90% de sua vida profissional? Ai está o cerne da questão.

É necessário buscar solução nesse sentido para permitir que o funcionário efetivo da Casa possa, a exemplo do que se vinha fazendo já em uma cultura de muitos anos, ocupar cargos públicos no serviço ao qual se dedicou e tem ajudado a construir. Ai, sim, vem a desmotivação. Aprovando-se um projeto de resolução dessa natureza, ocorre desmotivação, desânimo. Ai queremos exigir do servidor público trabalho, dedicação, empenho. Como podemos mover a sensibilidade de alguém que já não tem horizonte na carreira profissional? Como podemos exigir trabalho e aperfeiçoamento de quem quer que seja? Aperfeiçoar-se para quê, se já chegou ao topo? Ai, sim, a verdadeira oxigenação do serviço público passa, necessariamente, pela valorização do quadro efetivo.

Estamos aqui para fazer um apelo aos senhores parlamentares, usando dos 60 minutos, mais uns 4, 5 ou 10, que, por liberalidade da Mesa, eu possa ter, para permitir que o processo de reflexão possa prosseguir por mais algumas horas, sem que haja uma deliberação atabalhoada...

Lamentamos, Deputado Alencar da Silveira, nosso tempo está terminando. Se tivéssemos um pouco mais de liberalidade, temos a certeza de que a manifestação de V. Exa. seria uma grande contribuição, principalmente porque V. Exa. integra um partido que valoriza o servidor público, defende os interesses do servidor público, manifesta-se favorável ao servidor público. Temos a certeza de que V. Exa. daria uma grande contribuição. Porém, os segundos que me restam não me permitem fazer isso. Em outra oportunidade, gostaríamos muito de ouvir V. Exa. Talvez durante a sua passagem por esta tribuna, mostrando as vantagens do projeto de resolução, quem sabe, consiga nos sensibilizar. Por hora, lamentamos não poder atendê-lo.

Queremos concluir dizendo que temos a certeza de que a Mesa da Assembléia vai nos dar um pouquinho mais de tempo, para que possamos prosseguir. Se não for possível, voltaremos em outras intervenções para mostrar - temos a certeza de que ela vai nos conceder um pouco mais de tempo... Mas, se não for possível, queremos concluir, fazendo um apelo. Essa discussão não tem simplesmente o objetivo de persuadir alguém - quem me dera ter capacidade de persuadir ilustres parlamentares -, mas conscientizá-los de que o servidor público precisa e merece o nosso respeito, e o respeito se dá de forma material, quando se lhe resguarda o direito à promoção. É isso o que estamos buscando.

Questão de Ordem

O Deputado Sebastião Costa - Sr. Presidente, antes de passar a palavra ao outro orador, pediria a V. Exa. que encerrasse de plano a reunião, uma vez que já estamos aqui sem "quorum", contando com o das comissões. Por isso, solicito a V. Exa. que encerre a reunião.

O Sr. Presidente - Temos 20 Deputados nas comissões. A Presidência verifica a presença de 10 Deputados em Plenário. Há, portanto, "quorum" para a continuação dos trabalhos. Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Hely Tarquínio.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, pessoas presentes nas galerias, membros da imprensa, estamos aqui, na tribuna, para discutir o Parecer para o 1º turno do Projeto de Resolução nº 578/99, da Mesa da Assembléia. O projeto em questão dispõe sobre a estrutura da Secretaria da Assembléia e dá outras providências. Foi apresentado o Substitutivo nº 1 ao projeto original. Ele dispõe sobre a organização administrativa da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado e dá outras providências. Vamos tentar fazer alguma coisa didática em cima do que está escrito, para poder fazer uma análise. Tenho 1 hora, e dá tempo.

- Lê os arts. 1º a 4º do Projeto de Resolução nº 578/99, que foi publicado na edição de 1º/10/99, e os arts. 5º a 9º do Substitutivo nº 1 ao referido projeto de resolução, publicado em 26/10/99.

Vou ler de novo o art. 4º porque ele é o mais importante no substitutivo. Traduzindo: o cargo de Secretário-Geral da Mesa, que era de recrutamento limitado, está excluído, e não foi colocado outro funcionário de recrutamento limitado no seu lugar. Fica transformado, a partir de agora, num cargo de recrutamento amplo para exercer funções múltiplas.

Fiz uma leitura bastante pausada, para que pudéssemos nos orientar com relação à modificação que está sendo feita. Na verdade, é a mudança de apenas uma pessoa na estrutura do funcionalismo da Assembléia Legislativa. Mas, como os senhores parlamentares podem verificar, essa proposta traz, no lugar do cargo de Secretário-Geral da Mesa, uma transformação, com a demissão de um funcionário de carreira, do recrutamento limitado, uma pessoa que certamente passou no teste, na prova, que obedeceu aos critérios para ser inserir na estrutura da Assembléia Legislativa, que apresentou as suas credenciais. Certamente, teria que se fazer um histórico, se fosse possível, da atividade dessa pessoa que exerceu por tantos anos o cargo de Secretário-Geral da Mesa.

É um trabalho bastante definido aqui. Como Secretário-Geral, participando de reuniões da Mesa da Assembléia e conhecendo todos os detalhes de seu funcionamento ao longo dos anos; conhecendo o Poder Legislativo e a burocracia da Casa; passando por outros cargos, antes de chegar a Secretário. Certamente ele subiu os degraus da sua profissão com dedicação e esforço e foi reconhecido em um cargo de comando da pirâmide organizacional da Assembléia. Pois bem, esse cargo é conseguido com todo merecimento e tem uma história que o recomenda. Ele chegou ali por méritos próprios e não de forma vertical, mas percorrendo caminhos tortuosos, com dificuldade, por meios que não podem ser contestados, que podem ser comprovados. Esses meios não deixam margem alguma de dúvida acerca da competência dessa pessoa para exercer o cargo. E o funcionário somou a tudo isso o tempo e fez por merecer, ao final de sua carreira, esse cargo. Todos nós, da Assembléia, reconhecemos essa hierarquia, esse poder burocrático que existe aqui, que é um poder adquirido pelo mérito e que não deixa dúvidas.

Pois bem, esse cargo, que faz parte da própria memória da instituição - não me refiro a pessoas, mas ao cargo -, que é de recrutamento limitado, que está dentro de uma jurisdição corporativa, por via dessa proposição está sendo transformado, adquirindo poderes pluripotenciais. Essa proposta provoca uma ruptura na análise mais simples de qualquer pessoa que se somar ao poder burocrático. A burocracia é muito importante para a Casa, porque estabelece um paralelo com a atividade do Deputado. É a própria estrutura da Casa que dá condições ao Deputado de se inserir nos trabalhos. Ele vem aqui pelo mérito dos votos, para exercer a sua atividade de agente político, e tem que ficar conhecendo muitas vertentes deste Poder.

Quando a gente chega aqui, tem a impressão de estar em uma universidade livre do povo. Essa universidade é composta por pessoas sábias, que têm o seu lugar na própria estrutura da Casa, dentro da sua hierarquia. Esse lugar foi conseguido, comprovadamente, por mérito. Essa universidade nos fornece conhecimentos a partir da participação nas comissões temáticas. Nessas comissões temos todo um assessoramento jurídico, político e também ficamos conhecendo a parte administrativa, se nos interessarmos por isso. A grande verdade é que quando entramos aqui pela primeira vez nos confundimos até nos corredores. Eu, que sou do interior, senti-me perdido. Aos poucos, começamos, com os seguros, a receber orientação de como transitar na Assembléia. Existe, em primeiro lugar, o mapa físico da Assembléia, depois o mapa administrativo e depois o próprio mapa da intimidade do Poder Legislativo. E, para conhecer a atividade de agente político, que é o caso do Deputado, de representante do povo, temos o respaldo desses professores. Fazemos uma homenagem à assessoria da Casa, à assessoria da Mesa, à assessoria jurídica, a todas as unidades administrativas. Essa estrutura impar vem da Alemanha, inspirada no parlamento de Weber, segundo o qual o Poder Legislativo só pode ser forte se souber se estruturar na sua composição orgânico-administrativa. Ai, sim, o Deputado, com os conhecimentos que adquire dedicando-se às comissões temáticas, principalmente, que sempre foram a preocupação de todos os Presidentes desta Casa, passa a ter segurança para representar o povo.

Aceitamos que o recrutamento amplo constitua uma iniciação para o recrutamento limitado, mas já vislumbrando os critérios oficiais, legais, para se chegar à categoria do recrutamento limitado, que é uma jurisdição fechada na Casa. Mas, devido à convivência de pelo menos quatro anos, temos uma relação fraterna com os nossos funcionários.

Concedo um aparte ao Deputado Sebastião Costa.

O Deputado Sebastião Costa (em aparte) - Nobre Deputado, temos a certeza de que V. Exa., criterioso que é, marcado nesta Casa e na vida profissional como um pessoa moderada e, como poucas, com conhecimento da sensibilidade humana, cujo raciocínio, todas as vezes que se pronuncia, conseguimos compreender com facilidade, ao examinar esse projeto de resolução, ao se aprofundar no estudo de seus dispositivos para tecer os comentários que ora faz dessa tribuna, com muito brilhantismo, deve estar pensando: como reagiria o ser humano que vê, a partir de agora, os seus horizontes limitados? Temos a certeza de que V. Exa., ao desenvolver o seu raciocínio, com a consciência de sempre, valorizando os funcionários efetivos da Casa, pode estar pensando também: por que recrutamento amplo apenas para esse cargo? Será que os nossos funcionários de gabinete, que também são de recrutamento amplo, poderiam concorrer? Estamos colocando essas questões para lembrar que a impessoalidade contribui, e muito, quando se coloca um projeto de lei caracterizado pelo princípio da impessoalidade.

Todavia, entendemos também que V. Exa. se preocupa com a valorização do servidor, com os critérios de justiça, ou seja, com quem, ao longo de um tempo, pela própria avaliação da carreira, chegou a um estágio depois do qual é capaz de ocupar um cargo seguinte. Isso está preocupando, levando-o a essa tribuna por 60 minutos, num discurso convincente, conclusivo, pedagógico, capaz de nos mostrar que o ser humano, para ser valorizado e demonstrar o seu valor, precisa ter horizontes na vida. É isso que cada servidor público busca quando ingressa na carreira, apesar de saber que será injustiçado, que será mal interpretado, que será tachado de pessoa privilegiada na sociedade. E, quando vê suas perspectivas frustradas, fica desanimado, desmotivado.

V. Exa., que conhece psicologia como poucos, sabe perfeitamente que, caso esse projeto seja aprovado, necessário se fará um processo de conscientização dos servidores efetivos da Casa e até mesmo dos servidores de recrutamento amplo, que vão começar a nos perguntar: nós temos possibilidades? Quais são as nossas possibilidades?

Sabemos que um projeto, quando não guarda o princípio da impessoalidade, naturalmente traz essas inquietações. Por isso queremos cumprimentar V. Exa. pelo seu pronunciamento, pela maneira como vem colocando essa questão, ou seja, visivelmente dentro da personalidade de homem moderado, consciente, que coloca o local onde está o seu mandato acima de qualquer divergência político-partidária. V. Exa. tem demonstrado isso. Conhecedor da personalidade humana, ninguém melhor que o Deputado Hely Tarquínio para comentar do que a sensibilidade humana é capaz quando vê suas esperanças frustradas. Parabéns pelo seu pronunciamento. Temos a certeza de que não só pelos conhecimentos que tem, mas, sobretudo, pela conduta equilibrada, pela forma de ser, estará dando ao parlamento mineiro uma grande contribuição, por meio desse projeto de resolução e de tantos outros que teremos pela frente. Muito obrigado. Parabéns pelo seu pronunciamento. Minas Gerais saberá entender a "performance" adotada por V. Exa.

O Deputado Hely Tarquínio - Muito obrigado, ilustre Deputado Sebastião Costa, pelas suas reflexões e pela sua fala em relação a minha pessoa. Isso me estimula a cumprir o meu mandato com transparência, com compromisso. Da mesma forma, quero reconhecer em V. Exa. todas as qualidades inerentes a sua pessoa, o seu trabalho nesta Casa, o seu brilhantismo, além de ser um dos grandes expoentes do PFL, da nossa Assembléia, do nosso Estado. Agradeço sua intervenção.

Prosseguindo no meu raciocínio, gostaria de falar sobre essa universidade livre do povo, que é a estrutura orgânica e funcional da Assembléia. Gostaria que os Deputados se unissem para beber dessa sabedoria, pois o que trazemos aqui, ou seja, o mérito político das coisas e todo o subsídio para elaborar leis, vai desaguar na estrutura desta Casa. Como eu disse, é um ambiente de fraternidade, e há uma interação de trabalho, num cenário bastante agradável, polêmico, questionado pelo povo às vezes, mas também compreendido. Tenho certeza de que todos os Deputados se sentem bem com a estrutura que temos. Há de se louvar as pessoas que por aqui passaram, que procuraram engrandecer este Poder, bem como o nosso Presidente atual, que tem feito tudo para provocar transformações. Entendemos isso, sim.

Acho que é de iniciativa do homem transformar alguma coisa para melhor. Pode até não dar certo, mas, paradoxalmente, quero reafirmar a minha fé nessas estruturas de recrutamento amplo e de recrutamento limitado. Entendemos que o recrutamento amplo seria uma iniciação.

Sr. Presidente, gostaria até de dar uma sugestão, porque não há uma emenda, não há nada. Gostaria que se resguardassem pelo menos 6, 8, 10, 15, 20 cargos por ano, no próprio biênio ou quadriênio da administração da Mesa, para se fazer um concurso interno. Em 2, 4 anos, sempre se aposentam 10, 15 ou 20 funcionários. Não tenho estatísticas, estou pensando filosoficamente. Por ser o concurso público mais demorado, essa seria uma forma de premiar aqueles funcionários de recrutamento amplo que poderão ter lugar no recrutamento limitado. É lógico que isso deve ter de passar por um projeto de resolução. Não sei muito bem se isso é da competência do Executivo. É uma forma de premiar esses funcionários, para que tenham um mecanismo extra dentro dessa convivência, desde que tenham permanecido pelo menos quatro anos no recrutamento amplo.

Nesse cenário de fraternidade, deveríamos despertar aqui, no nosso trabalho, a igualdade de oportunidades aos funcionários de recrutamento amplo, para que possam inserir-se no recrutamento limitado sem que houvesse um concurso genérico.

À medida que discutimos, vamos percebendo a realidade dos fatos. Gostaríamos que esses funcionários gozassem dessa liberdade. Quer dizer, aí estaremos na Revolução Francesa: fraternidade, igualdade de oportunidades e a liberdade para se locomover aqui dentro sem que haja divisão entre o recrutamento amplo e o recrutamento limitado.

Depois de uma votação dessa, pergunto: se foi derrotada a proposta do recrutamento limitado. Temos de ser bem claros. A verdade é que ficam algumas seqüelas, algumas preocupações. Isso pode machucar, por exemplo, o espírito de idealismo. Um exemplo é a figura de Jano - que já mencionei para outros cargos -, que são duas faces pregadas de costas uma na outra, onde se tem o passado, o presente cheio de lutas, de dúvida, de disposição, de força, de união, olhando para o futuro.

A burocracia oficial deste Poder começa a preocupar-se quando vê o projeto de resolução sendo discutido aqui: o que será do futuro? Ela luta para circunscrever e segurar o poder burocrático dentro das suas atribuições sem que haja ingerência sobre esse poder. Geralmente, são pessoas de conhecimento ilibado, pessoas notáveis quanto à sua atuação, que poderão ser chamadas em qualquer situação para responder pelas suas atribuições não só no Estado de Minas Gerais, mas também em qualquer outro Estado. Até porque esta Assembléia é exemplo, é paradigma para as outras Assembléias do País. Ai é que o funcionário tem de ser valorizado. Essa é a nossa preocupação. Mas entendemos, também, que no momento de formação, alguma coisa tem de ser contestada. A única mágoa que tenho é que o nosso Governador não deixou a Oposição participar da Mesa.

A proporcionalidade, a participação eclética e plural e tudo o que se diz a esse respeito ainda não existem nesta Mesa, porque o PSDB e o PFL não participam. Então, a votação fica difícil.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, parece-nos que não há "quorum" e, aproveitando a oportunidade, gostaríamos de solicitar o encerramento de plano da reunião.

O Sr. Presidente - A Presidência informa a V. Exa. que temos 20 Deputados nas comissões e 8 Deputados em Plenário. Há, portanto, "quorum" para o prosseguimento dos trabalhos. Continua com a palavra o Deputado Hely Tarquínio.

O Deputado Hely Tarquínio - Agradeço a deferência de V. Exa. por cumprir o Regimento Interno e nos explicar, numericamente, a existência de "quorum".

Pois bem, dentro desse espírito de liberdade e democracia que vivemos na Assembléia e nessa atmosfera bastante agradável, gostaria de fazer outra comparação. Quando analisamos esse lado da figura de Jano - a que já me referi -, do passado, do presente e do futuro, vemos que, assim que ocorrer a votação, se for vitoriosa a proposta que está no projeto de resolução, a pessoa que vai exercer o cargo, transformado, com poderes pluripotenciais, vai participar e percorrer toda a estrutura orgânica da Assembléia, todos os setores, e tomar conhecimento de tudo. Terá alguma dificuldade, no mínimo, durante um ano, porque será considerado um intruso dentro da estrutura, a não ser que seja sacado do recrutamento amplo da própria Assembléia. Temos essa preocupação, mas, se assim não for, ou melhor, se assim não fosse, respeitáramos a decisão do Plenário, que é soberano.

As conseqüências dessa transformação poderão ser positivas ou negativas, mas não poderão ser julgadas agora. Há um embate subterrâneo, não podemos negar.

Concedo aparte ao Deputado Miguel Martini.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Obrigado pelo aparte. Em primeiro lugar, Deputado Hely Tarquínio, gostaria de destacar a liderança de V. Exa., reconhecida por todos nós, e a defesa que V. Exa. faz. Essas questões realmente precisam ser bastante discutidas e debatidas. Que os nobres pares nesta Casa, os parlamentares, tomem seus posicionamentos a partir de determinadas preocupações e até orientados por certos princípios!

Sabemos que a Assembléia Legislativa é uma Casa política por excelência. E uma Casa política tem necessidade de seu corpo técnico. Então, é fundamental para a estabilidade de qualquer instituição que haja a estabilidade do corpo técnico. Por outro lado, é fundamental que a classe política sinta essa segurança nos seus técnicos, porque nós, parlamentares, passamos. De quatro em quatro anos há uma renovação, ao passo que o corpo técnico é permanente, e os concursados, obviamente, têm estabilidade.

Coloco aqui algumas inquietações que me vêm e cito o próprio exemplo da UNALE, entidade que, com muita honra, muito orgulho, eu presido. Temos uma preocupação no processo sucessório da UNALE. O mandato é muito restrito, muito limitado, temos um mandato de um ano só. Eu fui reeleito, mas acabamos até com a possibilidade de reeleição. O Presidente, por maior atenção que tenha, tem uma série de atribuições na sua Casa Legislativa. Por ter essas atribuições na sua Casa Legislativa, nas suas regiões, ele fica muito dependente do próprio corpo técnico da entidade.

Queremos dar estabilidade para o corpo técnico da entidade, mas, por outro lado, queremos nos cercar de segurança para que o político tenha o comando das ações, porque é assim que tem de ser. Daí estarmos criando o instituto de eleger o Vice-Presidente, porque ele participa plenamente da administração da entidade. Ao sair, o Presidente faz parte do Conselho Consultivo e, de modo geral, assume uma diretoria para continuar fazendo a transição, para que outro possa assumir.

Quais são os perigos que temos aqui, na Assembléia? Se criarmos um cargo de indicação do Presidente, como seria o processo de eleição da Mesa? Até a última eleição, sentimos que a influência do Poder Executivo é muito elevada. Podemos correr o risco de que esse cargo seja de indicação do Governador. Não formalmente, mas informalmente, como já sabemos. É um risco, um perigo, teríamos uma ingerência a mais.

Daí porque temos de pensar em um outro aspecto: que o Presidente do Poder Legislativo tenha todas as atribuições de um Deputado, mais a atenção redobrada em administrar a própria Casa. Acho que seria discutível, sim, a possibilidade de que o Presidente tivesse, resguardadas essas preocupações que temos com o processo - não sei se será por meio da eleição da Mesa, se por meio de votação no Plenário - uma pessoa de confiança, que fosse seu auxiliar, a cabeça que pensaria junto com ele nas decisões que a Presidência tem de tomar.

Não basta simplesmente dizer se se é contra ou a favor. Temos de levantar quais são os perigos, quais são os riscos, mesmo porque achamos que o Poder é algo que tem de ser cuidado. Precisamos da estabilidade da instituição, mas precisamos também da garantia de que não haja domínio por informações de nenhuma parte. Esse equilíbrio é o grande desafio, e estamos diante dele. Vejo que este é um momento em que precisamos fazer uma profunda discussão e, aí sim, acercar-nos de segurança para que o Poder não fique fragilizado, além do que já está.

Minha preocupação é a da defesa, primeiro, de que a Casa Legislativa é uma Casa política, cujo comando tem de ser absolutamente político. Segundo, o corpo técnico da Casa tem de ter segurança para se manter a estabilidade do Poder e a garantia de que o Poder possa desenvolver uma política de longo prazo, porque tenho medo das políticas de curto prazo como são praticadas, de um modo geral no País, em todas as administrações. Nosso desafio é chegar a esse ponto de equilíbrio. Acho que teremos sabedoria suficiente para alcançá-lo. Devemos ter cuidados, ao mesmo tempo em que precisamos dos avanços. Muito obrigado.

O Deputado Hely Tarquínio - Agradeço a intervenção do ilustre Deputado. Entendi perfeitamente a síntese feita por ele. Às vezes, sou mais genérico. Minha preocupação é a de esclarecer dúvidas. Entendo que esta Casa precisa ter segurança. Faria as perguntas que V. Exa. fez. Quais as vantagens e quais as desvantagens? O Presidente precisa tomar suas decisões políticas. Muitas vezes, mesmo contestado, tem que partir para produzir um mergulho propalado.

Agora estou querendo chegar objetivamente, Deputado Miguel Martini. Até agradeço pela proposição de mais objetividade. Primeiro, estávamos levantando os valores da Casa para, finalmente, chegarmos a essa decisão e entender que a posição do Presidente é política e que, por mais que seja democrático, ele tem seu espaço de autonomia como maior líder e maior dirigente do Poder. Também entendemos, perfeitamente, que o poder burocrático não é maior do que o poder político da Casa. O poder burocrático é a segurança da Casa, que V. Exa. traduziu, rapidamente, com sua inteligência em viés, trazendo esclarecimento para todos nós.

Agradeço sua exposição, que talvez até enriqueça minha fala, porque eu estava um pouco evasivo. Permaneço, ainda, em um estado de ambivalência, voltando, novamente, à evasão. Não sei se sou romântico, se demoro a tomar posição. Então, sempre balanço entre o que é certo e o que é errado, até porque o ser humano é imperfeito. E nunca gosto de ser o dono da verdade. Prefiro ver o resultado para, depois, avaliar as vantagens e as desvantagens. Lógico que tomo posição na hora certa. Se assim não fosse, eu não seria Deputado. Mas louvo a posição da Mesa, na figura do Presidente, que quer produzir transformações. Mas, nas transformações, como qualquer pessoa, pelo meu espírito humano, não gosto de machucar ninguém. Assim, vejo, com meu coeficiente pessoal, quando se faz uma proposta de um projeto de lei ou de qualquer atividade. Primeiro carinho, ternura, mas, se for preciso, revolução. Essa é minha proposta. Mesmo que tenhamos que contestar e provar que a pessoa está errada. Mas a boa política é nunca provar que a pessoa está errada. Caso contrário, teremos um inimigo para toda a vida. De qualquer forma, não estamos aqui para isso.

Estamos discutindo um projeto de lei. Acho que o Presidente até foi oportuno, quer produzir transformações, mas, por outro lado, estamos aqui para defender esse poder burocrático da Casa, não no sentido superlativo, mas no sentido de que servem à Casa com o maior denodo, com a maior dedicação e com a maior competência. Então, ficamos naquela balança filosófica. Será o Estado instintivo de Rousseau ou será o Estado racional de Voltaire? Sempre com o uso maior da razão, com menos emoção. Essa é a minha proposta. Adoto aqui também o binômio da iniciativa do Presidente ou da Mesa, que seria, com razão, chegar a seu objetivo de produzir transformações na Casa sem promover rupturas das próprias pessoas que compõem as estruturas orgânicas. Esse projeto trouxe preocupação e dúvida.

Por isso, estamos aqui na tribuna fazendo reflexões dúbias. Na verdade, a certeza que temos é sempre a dúvida, quando raciocinamos muito, a não ser que exista muita fé para acreditar na metafísica de forma absoluta. Estou sendo evasivo novamente, mas quero chegar à análise do projeto de resolução.

Questões de Ordem

O Deputado Hely Tarquínio - Gostaria, Sr. Presidente, novamente, devido à inquietação dos senhores parlamentares que não permanecem aqui, de solicitar o encerramento de plano,

porque só temos dez Deputados em comissão.

O Sr. Presidente - A Presidência informa ao Plenário que há 17 Deputados nas comissões e 12 Deputados em Plenário. Há, portanto, "quorum" para a continuação dos nossos trabalhos.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, acabamos de contar agora. Só existem dez Deputados nas comissões. Se existem assinaturas no papel, os Deputados não constam nas comissões. Portanto, pediria à assessoria que conferisse.

O Sr. Presidente - A Presidência, respondendo à questão de ordem feita pelo Deputado Paulo Piau, diz a ele que a Presidência se preocupa muito nestes momentos, que entende o clima que está vivendo a Casa, o nível de interesse que esse projeto suscita. Então, jamais iria dar uma informação que não fosse verdadeira ao Plenário. V. Exa. pode ter a certeza de que a Presidência não faz isso. V. Exa. se esqueceu, se equivocou e não foram contados os Deputados que estão no teatro em uma reunião conjunta de comissões, em que há outros sete Deputados. Continua com a palavra o Deputado Hely Tarquínio.

O Deputado Hely Tarquínio - Pois bem, voltando ao raciocínio anterior, buscando um histórico com relação à fala do Deputado Miguel Martini, fizemos todo um histórico que percorre um funcionário, um servidor do recrutamento limitado. Por outro lado, como disse o Deputado Miguel Martini, há um binômio, um equilíbrio entre o aspecto político e o aspecto administrativo. Quanto ao aspecto político, um Deputado sabe, e todos nós sabemos, quanta luta, quanta dificuldade, a partir da hora em que você coloca o seu nome em uma eleição até selvagem, em certa hora. Conseguimos chegar aqui com muito mérito. Aqui não há nenhum Deputado que tenha promovido um atalho para chegar a esta Casa. Percorreu caminhos difíceis e de morro acima. Lógico, quando ele aqui chega, quer também ter as suas decisões políticas, e também quando chega, com mil dificuldades, à Mesa. Todos nós sabemos a sabedoria, a espreteza de cada um, para compor a tão desejada Mesa. E o Presidente acaba tendo o seu espaço.

Temos que reconhecer que o Presidente, para ser o comandante do Poder, precisa, muitas vezes, tomar decisões antipáticas. Não estou fazendo apologia do Presidente Anderson Adauto. Estou fazendo a apologia de todos os Presidentes e da atividade dos Deputados, e isso porque concordo com o Deputado Miguel Martini que a posição política supera a burocracia. A política está no topo da pirâmide.

Acolhemos a proposta do projeto de resolução e vamos definir nossa posição. Já, sem dúvida, pesamos os dois lados e valorizamos igualmente o recrutamento amplo e o recrutamento limitado. Gostaríamos que houvesse um vaso comunicante de poder burocrático entre os dois, mas, mesmo assim, vamos encaminhar a discussão favoravelmente ao projeto em que o poder não se abre e que valoriza, cada vez mais, o funcionário da Casa. Admitimos, no entanto, uma revisão na estrutura.

Ao longo do tempo a estrutura traz vícios, e é por isso que têm que ser aplicados os mecanismos de avaliação permanente, os mecanismos de produtividade, de otimização do trabalho no setor administrativo e no setor de assessoria aos políticos.

A Casa já foi, sim, vítima de muitos vícios ao longo do tempo, e disso posso dar testemunho. Não tenham dúvidas de que existem "igrejinhas" neste Poder. Não estamos lavando roupa suja fora de casa. A sociedade tem que saber que este Poder precisa deixar de ter o cacique de um lado e os índios do outro. Já militei muito do lado do índio e sei o que estou falando. Ao fazer essa análise, é salutar a proposta da Mesa, mas ainda acredito no mais tradicional, que é a estrutura do poder burocrático: o funcionário oficial, concursado, de carreira.

Estou definindo as coisas admitindo as duas posições, mas, no momento de votar, votarei na forma como o poder já funciona, admitindo que revisões devem ser feitas de modo a evitar vícios ao longo do tempo. O poder é atraente, facilita e é discriminatório quando se perpetua, embora saibamos que têm acontecido eleições, de dois em dois anos, para a Mesa Diretora. Já passando para o nono ano de trabalho nesta Casa, sei que o poder tem vícios.

Assim sendo, louvo as duas facções, mas o PSDB e o PFL, na maioria de seus membros, encaminham favoravelmente à proposta do substitutivo. Volto a fazer algumas considerações sobre o que representa o Poder Legislativo, essa estrutura que aí está, para o povo de Minas Gerais.

Durante as últimas administrações, houve uma abertura do Poder Legislativo no Brasil, com a Constituição de 1988.

Encerro, então, meu pronunciamento, louvando este Poder como sendo aquele que representa o povo de Minas Gerais e agradecendo a tolerância de V. Exa.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Antônio Carlos Andrada.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Projeto de Resolução nº 578/99, que dispõe sobre a futura secretaria e dá outras providências, é um projeto que vem sendo objeto de análises um tanto quanto apaixonadas por alguns setores, por algumas áreas da Casa e mesmo por setores parlamentares.

Gostaria, neste encaminhamento, nesta discussão, de fazer uma análise não emocional e não apaixonada, que norteie a posição de muitos. Gostaria de fazer uma análise técnica, de demonstrar uma visão técnica dentro de princípios que reputamos importantes e válidos para o bom funcionamento e a existência desta Casa.

O projeto visa, dentro de uma série de composições e algumas mudanças, transformar o cargo de Secretário-Geral da Mesa, de recrutamento restrito, ou seja, privativo de um funcionário de carreira, em um cargo que possa ser ocupado por pessoa não pertencente ao quadro da Casa, vale dizer, um cargo de recrutamento amplo. Na verdade, esse é o grande objetivo do projeto.

Todas as outras providências, todos os outros dispositivos do projeto, são contornos acessórios que tentam embasar, que tentam dar forma a essa posição.

Aí vem a grande discussão, vem a grande linha: deve a Casa destinar esse cargo para alguém que não pertença ao corpo da Casa? Isso será bom? Será ruim? Esse é o grande debate.

No entendimento da Mesa, que encaminhou o projeto, entende-se que a abertura desse cargo para alguém de fora da Casa seja uma providência boa, mas muitos acham que não.

Ontem, na Comissão de Constituição e Justiça, ocorreu uma audiência pública, em que funcionários da ativa, representantes de funcionários, aposentados e parlamentares tiveram a oportunidade, de maneira mais detida, especializada e com mais prazo, de se aprofundar nos termos desse projeto.

Considero que o saldo foi positivo. Se, por um lado, a Mesa entende que precisa ter maior abertura e liberdade para indicar o Secretário-Geral da Mesa, de modo que esse funcionário passe a ser um homem de inteira confiança da Presidência, por outro, pensamos que, além da confiança da Presidência, ele deverá ter também a confiança da Casa como instituição.

Na Comissão de Constituição e Justiça tive a oportunidade de dizer algumas coisas que gostaria de repetir aqui. Na verdade, o Poder Legislativo tem algumas vertentes. Tem a vertente eminentemente política, representada pelos Deputados que, quando chegam, têm ampla liberdade para nomear os seus assessores em seus gabinetes. Todos os assessores dos Deputados são de recrutamento amplo. Todos eles são de livre nomeação dos Deputados, que têm plena liberdade de montar seu corpo de assessoria e assistência. Portanto, é a parte política desta Casa, que reflete o trabalho do parlamentar, tanto dentro da Assembléia como fora dela. Esse trabalho está garantido com essa abertura. E vou revelar um dado curioso. A Casa tem 1.500 cargos de recrutamento amplo, para atender à atividade política dos parlamentares.

Paralelamente a esse trabalho político dos parlamentares, existe o trabalho institucional, permanente, que é inerente à Casa, que exige especialização e conhecimento, mas, sobretudo, vivência, experiência e conhecimento. E isso só se adquire com o tempo. Sem esse corpo técnico permanente, esta Casa perde qualidade. Ela perde a sua importância, porque perde eficácia, perde competência. É preciso que haja um corpo técnico do mais alto nível para embasar as ações dos Deputados. É preciso que haja um corpo técnico realmente eficiente e

com conhecimento para poder dar embasamento à atividade política do parlamentar. É preciso que haja um corpo técnico que conheça o passado longínquo, o passado médio e o passado recente da instituição.

A história, muitas vezes, se repete em episódios, que são sucessivos, mas semelhantes. E só o funcionário de carreira, concursado e aprovado, porque tirou nota boa na prova, porque é bom e competente, encarna a história da Casa, pois ele é permanente. Os parlamentares passam, a assessoria política do parlamentar passa. Aquilo que é circunstancial e momentâneo passa, mas aquilo que é permanente tem que continuar sendo, porque é a própria instituição que é permanente. A Assembléia é um Poder do Estado, é o Poder Legislativo. E esse Poder precisa ter esse elo contínuo para fazer a ligação entre aquilo que chega e aquilo que sai. Não podemos sofrer descontinuidade nesse processo.

É preciso preservar esse aspecto relativo aos funcionários de carreira, efetivos, concursados. É preciso dar valor a esse corpo. Falou-se aí que a Casa estaria vivendo em função desses servidores. Desculpem-me a expressão, mas isso é uma grande bobagem. São servidores que obedecem ordens de seus chefes, ordens emitidas pela Mesa, ordens emitidas pelos parlamentares, que não são donos de nada. Apenas têm a estabilidade dada pelo concurso, pelo cargo efetivo que ocupam. Não precisam estar sujeitos a pressões políticas e partidárias e podem ter uma isenção maior na sua atitude, podem ser mais técnicos, mais independentes, mas sempre dentro da determinação estipulada por esse ou por aquele parlamentar, por essa ou por aquela Mesa ou por uma eventual maioria nesta Casa. Mas jamais deixarão de ser técnicos independentes, jamais deixarão de ser os depositários da história desta Casa. Existem funcionários aqui com 25, 30 anos de casa, que conhecem este parlamento muito melhor que nós, que estamos chegando agora. E temos muito a aprender com eles, inclusive nos alertando sobre iniciativas, sobre episódios e acontecimentos muito semelhantes ao que estamos vivendo, para que não corramos o risco de repetir erros que já foram cometidos no passado. Podemos aproveitar essa experiência passada, e mesmo aperfeiçoá-la, para que possamos ter um presente melhor e encaminhar melhor as questões.

É preciso discutir essa questão de princípio, de se valorizar o corpo técnico da Casa. E o corpo técnico da Casa é o corpo de carreira. E agora o que se quer é praticamente tirar esse cargo da carreira e passá-lo para um corpo eminentemente político.

Essa questão é muito grave porque esse cargo, assim como o cargo de Diretor-Geral da Casa, apresenta-se no topo da carreira. Seria o mesmo que escolher algum de nós, um cidadão civil, que nunca entrou em um quartel, e nomeá-lo general, para comandar uma tropa formada de coronéis, de majores, de capitães, que têm 20, 15 ou 18 anos de experiência militar. Como esse general poderá comandar bem a tropa, se não tem a formação necessária, se não tem a vivência, se não tem a prática? É o que vai acontecer com o cargo de Secretário-Geral da Mesa. Naturalmente, será um cargo de confiança do Presidente e será nomeado, em princípio, pelo prazo referente ao mandato do Presidente, que é de dois anos. Quando esse cidadão assumir o cargo, dentro dessa complexidade enorme que é esta Assembléia - complexidade administrativa, econômica, financeira, social, política e de relação entre os Poderes -, até aprender, conhecer, adquirir experiência e segurança para exercer em sua plenitude suas funções, o seu tempo já terá acabado e ele estará demitido.

Achamos que isso é muito grave, e que isso irá refletir negativamente na qualidade dos serviços da Casa. E refletindo negativamente no corpo técnico e administrativo da Casa, conseqüentemente, a Assembléia irá perder espaço e importância e não conseguirá exercer, em sua plenitude, as prerrogativas inerentes à sua atuação. Por quê? Porque não tem quem preencha esse espaço.

E é bobagem achar que o parlamentar sozinho consegue isso. O parlamentar assume a postura, levanta a bandeira, assume a luta e compra a briga. Mas, se não tiver respaldo técnico e apoio administrativo, não consegue nem andar dentro da Assembléia. É preciso que a Casa dê valor a tudo isso. Acho esse projeto muito temerário, porque quebra o princípio da hierarquia, da carreira, da formação, da história, daquilo que é perene, para transportar esse cargo para um campo que é de dúvidas, de incertezas, de pressões políticas que muitas vezes não refletem a necessidade da Casa, ou até funcionam contra ela. Mas, graças a Deus, esses momentos passam, e aquilo que é permanente acaba se sobrepondo para dar o contorno que esta Casa tem.

Minas Gerais tem a Assembléia Legislativa mais bem estruturada do País. Digo isso com toda a tranquilidade, porque constantemente esta Casa recebe representantes de Assembléias de diversos Estados, inclusive dos grandes como São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, que aqui procuram embasamentos e parâmetros para se organizarem lá. Minas dá exemplo no Legislativo. Se esta Casa tem um corpo técnico tão valioso, tão eficiente, que se impõe no Brasil inteiro, para que mudar? Para que quebrar esse princípio, tirando um general de carreira para colocar um civil? Não consigo entender. Não dá para entender.

Se a Mesa acha que é preciso ter um maior controle administrativo da Casa, não será quebrando esse princípio, enfraquecendo aquilo que é perene, que irá alcançar seu objetivo. Existem na administração pública dezenas de formas de controle administrativo, financeiro e das ações públicas. Assessorias podem ser contratadas, podem-se criar cargos de controle interno ou ter empresas fazendo auditorias permanentes. Então, existem outras formas para alcançar esse controle que a Mesa alega precisar. Esse controle pode existir sem quebrar ou enfraquecer o corpo técnico permanente da Casa.

E esse projeto, no meu entendimento, representa a negação desse trabalho belo que é feito pela Casa e pelos seus assessores. Queremos encaminhar contrariamente ao projeto. Ele pode, momentaneamente, atender a uma necessidade da Casa, que poderia ser resolvida de outras formas, mas entendemos que o projeto não atende aos interesses da Casa. O Secretário-Geral da Mesa não deve ser um cargo privativo do Presidente. É cargo da Mesa, que representa o Plenário. É um cargo inerente à instituição, que interessa a todos nós. Esta Casa já tem um perfil excessivamente presidencialista. O Presidente da Casa - não estou falando do atual Presidente, mas da função do Presidente - já tem força demais, ele já decide demais. Ele tem uma força e um poder que assustam. O cargo de Secretário-Geral da Mesa se transformar num cargo de confiança do Presidente representa presidencialismo demais. É exagero. Entendemos que isso não demonstra transparência. A transparência está no modelo atual, em que o ocupante do cargo tem que ser um servidor de carreira. Caso não se mostre responsável e eficiente, comprometerá sua atuação como servidor desta Casa e também perante seus pares, ao contrário daquele que, eventualmente, como quer a Mesa, possa assumir essa função, o qual, depois de dois anos, mesmo tendo um péssimo desempenho, simplesmente irá embora, virando as costas para a Casa. Ele não tem compromisso com a instituição, não tem compromisso com o passado, com o presente nem com o futuro. Ele irá agir como quiser e depois a própria instituição e os próprios parlamentares não terão como cobrar.

Queremos ratificar a nossa posição contrária.

Questões de Ordem

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Sr. Presidente, verifico a total ausência de "quorum". Conforme informação da assessoria da Minoria, encontram-se apenas 11 parlamentares nas comissões. Solicito o encerramento, de plano, da reunião.

O Deputado Marcelo Gonçalves - Sr. Presidente, solicito recomposição de "quorum".

O Sr. Presidente (Deputado Durval Ângelo) - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados, para recomposição de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Agostinho Silveira) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente - Responderam à chamada 23 Deputados. Encontram-se nas comissões 9 Deputados. Há, portanto, "quorum" para a continuação dos nossos trabalhos. Com a palavra, o Deputado Antônio Carlos Andrada.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Obrigado, Sr. Presidente. Dentro do nosso raciocínio, a respeito do corpo técnico e da parte política provisória de recrutamento amplo, gostaria de destacar um fato que irá enriquecer, ainda mais, o que estamos dizendo.

Na verdade, o projeto quer transformar o cargo de Secretário-Geral da Mesa da Assembléia em Secretário Especial de Planejamento e Controle.

No art. 5º, diz-se que ao Secretário Especial de Planejamento e Controle compete assessorar a Mesa na direção e acompanhamento da gestão institucional e administrativa da Assembléia, o que vem reforçar o que já disse: como um indivíduo, um cidadão que não conhece a Casa e que nunca passou por ela poderá comandar uma instituição como esta, que se pauta pela continuidade dos processos, responsáveis pela sua própria história, vivência e conhecimento?

Os servidores de carreira, volto a dizer, são os depositários dessa história e só eles têm essa visão de continuidade. Essa pessoa, após assumir o cargo, demorará, no mínimo, um ano para entender bem esta Casa; no ano seguinte é que começará realmente a administrar. Não terá condições de controlar, de fazer projetos e de planejar coisa alguma. Ninguém planeja o que não conhece, nem o que não vivenciou. Acho muito arriscado entregar tal planejamento a um indivíduo que não conhece a Casa. E acho também que o projeto peca inclusive nesse exagerado poder que se pretende dar a esse novo cargo.

E mais: a Constituição Federal diz que a fixação de salários, de vencimentos para cargos tem de se dar por meio de lei, e esse é um projeto de resolução. Aí, poderiam argumentar que estamos transformando o cargo. Não; não estamos transformando o cargo. Isso aqui é um subterfúgio, porque o cargo é o conjunto de funções inerentes a ele. Isso é que é um cargo: a vaga e suas atribuições. Quando se muda o conjunto de atribuições, na verdade está-se extinguindo o cargo e criando-se um novo. Aí, não houve transformação, não; isso é jeitinho, e um jeitinho muito mal dado. Aqui, como foi mudado o conjunto de atribuições, que eram inerentes à Secretaria-Geral, e estão sendo criadas outras atribuições, mudando-se inclusive a nomenclatura do cargo, não se pode dizer que houve transformação. O que houve foi a extinção de um e criação de outro. Nesse caso, deve haver um projeto de lei para se fixar o salário desse novo cargo. E aqui isso não está previsto. Portanto, em nossa visão, essa resolução é também inconstitucional; esbarra nessa questão jurídica, legal. Isso vem reforçar ainda mais nossa posição contrária ao projeto. Já tenho até conhecimento de que diversos setores da Casa irão reagir a isso e poderão inclusive recorrer aos tribunais, para fazer valer o princípio da constitucionalidade.

Então, da maneira como está sendo encaminhado, o projeto, ao invés de ser uma solução, acabará virando um grande embrulho, uma grande confusão, que irá colocar em xeque a atribuição de um cargo muito importante na Casa. E o cidadão que for nomeado terá dificuldades, porque faltará segurança jurídica em suas ações. A qualquer momento, a justiça poderá considerar o cargo nulo, inexistente, e aí, por conseqüência, os questionamentos recairão também sobre todos os atos por ele praticados.

O outro item que gostaríamos de citar com relação ao projeto trata de um fato curioso. Ontem, como eu disse, a Comissão de Justiça se reuniu, para discutir, em audiência pública, esse projeto. Foi realizada, a meu requerimento, uma reunião para isso. Anteriormente, o Deputado Sebastião Costa havia apresentado um requerimento, em que pedia que esse projeto apresentado pela Mesa passasse pela Comissão de Justiça, para uma análise mais técnica e jurídica. Mas a Presidência não acatou seu requerimento, dizendo que o Regimento dava poder à Mesa para apresentar o projeto de resolução, sem necessidade de que ele passasse em outras comissões. Com base no Regimento, o Sr. Presidente, então, indeferiu o pedido de que o projeto fosse analisado pela Comissão de Justiça. Juridicamente, concordamos com o Presidente: realmente, o Regimento dá à Mesa o poder de impedir que o projeto vá para as outras comissões. Mas não concordamos com a maneira do encaminhamento e com a postura política da Mesa.

Por se tratar de um projeto tão polêmico, que altera profundamente a estrutura administrativa da Casa, e levando-se em conta o princípio do fortalecimento do corpo técnico, não seria demais que essa matéria passasse pela Comissão de Justiça. Seria até salutar, para uma análise mais rigorosa, técnica e jurídica, que possibilitasse um levantamento das inconstitucionalidades, das imperfeições, a fim de que o projeto, pelo menos, passasse pelo mérito e tivesse uma formatação mais bem elaborada, corrigindo vícios. Mas a Presidência optou por não encaminhá-lo à Comissão de Justiça.

Recorrendo ao Regimento, apresentamos, na Comissão de Justiça, um requerimento para que a Comissão se reunisse para discutir e debater o projeto, levantar essas questões e trazer subsídios e sugestões à Mesa. Isso foi feito na manhã de ontem. Houve uma ampla discussão, ficamos mais de 2 horas debatendo essa questão, inclusive, com a presença de servidores.

Como todos sabem, temos, na Casa, um jornalzinho diário, interno, o "Informe Assembléia", editado pelo serviço de comunicação, que traz um resumo de todas as atividades realizadas e enfoca o que se passou em todas as comissões, o que serve, inclusive, para orientar o próprio parlamentar, pois é impossível estarmos presentes nas 14 comissões permanentes e também nas comissões provisórias ou especiais, que se reúnem diariamente. Esse informe é importante porque traz o resumo do que aconteceu não só nas comissões, mas também no Plenário.

O curioso, porém, é que o jornal de hoje simplesmente ignorou a Comissão de Justiça. Deu notícia de tudo, até do que não é assunto da Assembléia, mas deixou de falar da audiência pública promovida pela Comissão de Justiça, que debateu o projeto da Mesa. Achamos isso muito estranho. Será que não havia jornalista disponível para dar cobertura à Comissão ou será que houve orientação para que o setor encarregado de organizar esse informativo ficasse calado e não falasse sobre o assunto? Se isso ocorreu, foi censura, e, se isso está ocorrendo na Casa, é muito grave.

As prerrogativas do parlamento exigem, sobretudo, o direito à voz, à opinião, seja a favor, seja contra quem quer que seja. É justamente por isso que consta na Constituição Federal um artigo que dá imunidade parlamentar ao Deputado. Muitos acham que ela existe para acobertar erros do parlamentar. Não. Cabe ao parlamento, quando o Deputado erra, quando pratica crime, como ocorreu recentemente, em Brasília, quando um parlamentar foi cassado, extirpar, cortar esse indivíduo que está utilizando mal o instituto da imunidade parlamentar.

A imunidade parlamentar existe justamente para que o parlamentar possa levantar a voz contra os poderosos, o próprio Governo, os órgãos policiais, aqueles que porventura cometem abuso, aqueles que detêm a força. A imunidade é para que o parlamentar possa exercer, na plenitude, o seu mandato, investigando, apurando, denunciando, falando o que pensa.

Segundo parece, nesta Casa, estamos vivendo o império da censura. Estamos voltando ao regime militar. É inadmissível, não concordo com isso, Sr. Presidente. É um absurdo que isso ocorra nesta Assembléia, neste Brasil, que vivencia um momento democrático rico, às vésperas do ano 2000. Não é possível vermos a Mesa censurando a imprensa aqui dentro. É preciso denunciar contra esse fato. Por isso fica o meu brado de denúncia, o meu grito de discordância.

Com relação ao projeto, especificamente, já coloquei de uma maneira técnica meu pensamento a respeito, mas não consigo abafar a emoção ao falar dessa questão da imprensa, justamente a imprensa, que tem de ser livre e democrática. Foi uma luta de anos e anos para se chegar a essa conquista, e, aqui dentro, vemos o órgão informativo da Casa, que orienta a Casa, os parlamentares, os servidores, ser assim censurado, castrado na sua independência, na sua lisura e na sua seriedade.

A partir de agora, se for para continuar dessa maneira, seria melhor denominar o jornal de "Informe da Presidência", "Informe da Mesa" ou "Informe do Secretário", mas não "Assembléia Informa", pois não está retratando o que acontece na Casa, mas apenas o que a Mesa ou o que o Presidente quer. Aí não é possível.

Vamos fazer um requerimento para apurar o que está acontecendo. Sou leitor assíduo do "Assembléia Informa". E, todas as vezes que vivenciar censuras e atos como esse, viremos protestar com veemência, porque somos a favor da liberdade total da imprensa.

Concedo aparte ao Deputado Sebastião Costa.

O Deputado Sebastião Costa (em aparte) - Deputado Antônio Carlos, nesta oportunidade, queremos cumprimentar V. Exa. pelo pronunciamento e lamentar que o fato que V. Exa. está denunciando da tribuna esteja acontecendo. Isso dificulta o entendimento, porque, a essa altura, todos nós temos dúvidas sobre qual será o comportamento dos próximos atos.

Queremos fazer coro com o que V. Exa. disse e repudiar: se houve censura, fica o nosso protesto público. Nós sabemos respeitar e somos constantemente acusados de pertencer a um partido político cuja origem é conservadora. Quando se modificou a estrutura aparente da direção da Assembléia, assistimos a atos mais arbitrários do que os praticados até pelo Ato Institucional nº 5, da Revolução de 1964. Por isso queremos cumprimentar V. Exa. Se tal coisa aconteceu, é preciso apurar, porque isso fere a liberdade de imprensa e o direito do cidadão de saber o que se passa na Casa do povo. V. Exa. está de parabéns por seu pronunciamento. Nessa questão, associamo-nos ao requerimento de V. Exa., porque não podemos compartilhar desse comportamento. Os senhores da imprensa merecem, da nossa parte, todo o respeito para desenvolver seu trabalho livre e consciente, de forma a colocar a sociedade a par do que se passa no interior dos Poderes. Portanto, parabéns, Deputado Antônio Carlos Andrada, pelo brilhantismo de suas observações.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Agradecemos o aparte de V. Exa. e concedemos o aparte ao Deputado Mauro Lobo.

O Deputado Mauro Lobo (em aparte)* - Estava ouvindo sua explanação e sua indignação com a censura do "Assembléia Informa". Acho inadmissível que tal fato ocorra. Tenho convicção de que foi alheio à vontade do Presidente, que não se sujeitaria à ação tão degradante de impedir que fosse divulgada uma reunião que tratasse do Projeto de Resolução nº

578. Não concebo que haja conhecimento prévio do Presidente sobre tal assunto. É importante que se investigue, porque pode ser que tenhamos um bando de áulicos que, em vez de cumprir - e bem - seu dever, pensa que, agindo dessa forma, pode agradar ao chefe. Só podemos apoiar seu questionamento e sua proposta de que se investigue tal fato. Temos que continuar nos batendo pelo fortalecimento desta instituição.

Quanto a V. Exa. defender imunidade parlamentar, é porque precisamos de liberdade de ação. Muita gente aí fora tem medo da liberdade, tem medo de expor suas idéias e seus pensamentos. Mas, nesta Casa, não podemos ter medo, porque não estaremos apenas traindo a nós mesmos, mas também a todos os que acreditaram em nós e em nós depositaram sua confiança. Acho que esse é o caminho: do questionamento, do levantamento, com altivez. Mas sem ofensa, como temos visto essa Oposição se pautar. Ela tem agido com o respeito, com a dignidade que aqueles menores, lá fora, esperam de nós. Eles esperam que nós sejamos Deputados para ter a coragem de denunciar, expor o que está errado, trazer as nossas propostas, e, não, de usufruir das benesses do poder ou das benesses da imunidade. Acho, então, que esse é o caminho. Quero, mais uma vez, parabenizar V. Exa. pela colocação corajosa e de defesa, antes de mais nada, desta instituição.

O Sr. Presidente - Deputado Antônio Carlos Andrada, como a questão de V. Exa. foi dirigida à Mesa, gostaria de fazer um rápido comentário. V. Exa. tem razão, se houve, realmente, censura. É um fato gravíssimo. É um fato que fragiliza o Poder como um todo. Têm razão os dois aparteadores, Deputados Sebastião Costa e Mauro Lobo. Eu não tenho, no momento, elementos para responder à questão de V. Exa. Como V. Exa. já adiantou que entrará com um pedido de esclarecimento - e acho que essa é medida correta para ser dirigida à Mesa -, gostaria de afirmar mais: esse posicionamento, no requerimento de V. Exa., deveria ser assinado por todos os Líderes.

Este Deputado já assume o compromisso de assinar com V. Exa. o pedido de esclarecimento. Se tivermos qualquer tipo de veto nos canais de comunicação do Poder Legislativo, o que dirá da sociedade? Acho que é uma denúncia grave, esse debate foi feito pela via correta, solicitação que uma comissão discutisse e fizesse uma audiência pública a respeito do tema. Ele deveria estar na TV da Assembléia. Acho que V. Exa. deveria solicitar também as fitas da TV Assembléia, para ver se, no noticiário, à noite, em que, obrigatoriamente, todas as comissões devem ser citadas...

Quanto à questão do espaço de uma determinada comissão, acho que alguém pode arguir que isso é um critério jornalístico, mas isso deveria estar presente. E mais do que isso: se houver responsáveis entre os funcionários, que haja punição. Acho que esse é um ato, uma atitude para a qual não podemos, em hipótese nenhuma, ter nenhum tipo de transigência em relação a ela. Se houver um responsável, tem que haver punição. É uma questão gravíssima, porque isso, a meu ver, caracteriza uma atitude, se assim o foi, deliberada, autoritária, antidemocrática, que nos faz, realmente, concordar com o Deputado Sebastião Costa.

Há alguma coisa a esconder nesse projeto? Nós mesmos manifestamos posições contrárias a ele. A Mesa Diretora o discutiu à exaustão. Eu mesmo conversei várias vezes com o Deputado Paulo Piau, conseguimos dar um formato diferenciado ao projeto, segundo a compreensão da Bancada do PT, um formato que atende, não coloca em risco, de alguma forma, o princípio que queremos para este Poder, competente, segundo o profissionalismo em que achamos que deve caminhar o serviço público. Há um cargo que já estaria vago, havia uma discussão da Mesa sobre não ocupá-lo, numa nova visão de estrutura, esse cargo não seria necessário para a estrutura pensada pela Mesa. Havia também uma discussão da Bancada do PT de colocar até um prazo, que seria, realmente, para atender a uma necessidade atual do Presidente. Compreendemos que seria uma necessidade correta, que o Presidente queria sentir segurança até para estar fazendo uma transição. Entendemos que a não-presença do prazo no cargo empobrece um pouco, mas, em hipótese nenhuma, concordamos em votá-lo no formato em que está. Está claro que tem que ser um cargo de assessor. O assessor deve vir expresso não só na função, mas também na questão da denominação do cargo, como assessor, mas achamos que nada disso justifica nenhum tipo de censura, de veto ao projeto, se, porventura, isso ocorrer.

Sou solidário com V. Exa. e me ofereço para assinar o requerimento, que, aliás, deveria ser assinado por todos os Deputados, ou, pelo menos, pelos Líderes desta Casa. É gravíssima essa denúncia.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Agradeço a intervenção do Presidente e parabenizo-o pela postura. Muito nos tranqüiliza saber que V. Exa., Vice-Presidente da Casa e Presidente desta sessão, pensa dessa forma. Diante de um fato tão negativo como o que denuncio, suas palavras nos trazem conforto.

Agradeço também, pelas lúcidas intervenções, aos Deputados Sebastião Costa e Mauro Lobo, que nos apóiam neste momento em que trazemos a público a grave denúncia de uma possível censura nos informes internos da Casa. Concedo aparte ao Deputado Paulo Piau.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Deputado Antônio Carlos Andrada, manifesto minha alegria de vê-lo fazendo uma defesa extremamente importante, ontem, durante a reunião da Comissão de Justiça, em que foi aprovado um requerimento da autoria de V. Exa. solicitando o debate de uma proposta que visa mudar os interesses, os rumos, o comportamento desta Casa. Portanto, trata-se de matéria da mais alta importância. Afinal, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais é uma referência para o Brasil. Todas as Assembléias do País vêm a Belo Horizonte para conhecer esta Casa e copiar tudo o que ela faz de bom. A mudança de algo que está dando certo nos deixa preocupados.

Parabenizo também o Deputado Durval Ângelo por sua colocação e reforço uma interrogação que fez com muita sabedoria: o que está por trás de todo esse processo? Alterou-se a ordem dos trabalhos nesta Casa, retiraram-se projetos de pauta, o Presidente está fazendo um esforço sobre-humano para alterar o regime presidencialista e para colocar o projeto em votação. Qual a urgência disso?

Ontem perguntamos ao Deputado Antônio Júlio: qual é o verdadeiro objetivo de mudar esse processo que está na Casa? A única razão para mudança é o interesse público. O povo de Minas Gerais tem que saber por que estamos fazendo alteração significativa nesta Casa em termos de comportamentos administrativos e operacionais e o que isso significará em sua vida. E, em ordem de prioridade, qual é o interesse dos Deputados e do corpo funcional da Casa nesse projeto?

Ficam, então, reforçadas essas duas perguntas feitas pelo Deputado Durval Ângelo. Como diz um ditado muito repetido na roça, por baixo desse anjo tem carvão. O que estamos querendo é saber se tem carvão ou não e que a Mesa deixe claro o que está acontecendo, para que possamos votar alguma coisa conscientes de que isso está sendo bom para o parlamento e para o povo.

Lamento também essa falha do nosso "Assembléia Informa". Acompanhamos muito bem o duro regime ditatorial e vários parlamentares ligados a partidos que, aliás, hoje dão sustentação ao Governo sofreram muito. Meu pai foi Presidente do PMDB em Patos de Minas, na época dura de 1971 a 1982. Sei quanto aquele velho sofreu para combater o regime que estava instalado. Tenho história dentro de casa, e, evidentemente, a imprensa, àquela época, não tinha vez.

Que fique aqui registrada minha angústia de fazer parte de um parlamento que restringe a imprensa. Isso é lamentável, porque, sem informações, vamos nos perder por completo; na verdade, já estamos meio perdidos.

A imprensa não é só desta Casa. A imprensa presta hoje uma colaboração muito grande, sobretudo nas ações que dizem respeito à corrupção, que ainda continua sendo, inegavelmente, a maior ferida que há neste País.

Ainda somos o 45º lugar no "ranking" da corrupção - de trás para a frente, não é do início para o final. Estamos mal. Se não fosse a imprensa para relatar tudo que acontece na vida nacional, denunciando, não teríamos várias CPIs, várias exclusões de Deputados do cenário da vida pública.

Fica aí a pergunta: o que está por trás desse interesse louco do Presidente ou da Mesa, com um projeto dessa natureza? Quero parabenizar V. Exa. e faço questão de assinar o requerimento para buscarmos esse esclarecimento. Muito obrigado.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - A intervenção de V. Exa. contribui para enriquecer o debate. Agradeço o seu apoio e a sua manifestação.

Sr. Presidente, vou encerrar as minhas palavras. Uma das grandes alegações com relação ao projeto de resolução é que a atual Mesa, o atual Presidente se vê na condição de gestor e de Presidente em transição; precisaria dessa abertura para trazer alguém de fora visando fortalecer ou dar condição para que ele consiga fazer essa transição.

Discordo radicalmente dessa posição. Primeiro, porque não vejo transição alguma. Há transição quando se sai de um regime autoritário para um regime democrático. É preciso atravessar uma transição; há um meio-termo, e é necessário adaptar as instituições.

A Assembléia Legislativa de Minas não viveu ruptura alguma. A Assembléia de Minas de hoje é a mesma de ontem ou de três anos atrás. O regime é o mesmo, não mudou nada, não se alterou nada. Que transição é essa que não enxergo? Não houve transição nenhuma. Pode ter havido mudança de estilo, mudança de visão. Cada Presidente, cada Mesa tem a sua visão. Se for assim, a cada dois anos teremos uma transição, porque teremos um Presidente novo, teremos uma Mesa nova. A cada dois anos estaremos mudando cargo para cá, cargo para lá, para atender ao bel-prazer das Mesas que serão eleitas. Isso colocará em xeque, de forma muito insegura, o corpo técnico, que precisa de tranquilidade e estabilidade para trabalhar.

Não concordo com essa transição. Ela não existe, é uma invenção. O que existe é um programa de metas e de ações da Mesa que é diferente do programa da Mesa anterior. Com certeza a próxima Mesa terá também uma visão diferente. Se cada Mesa quiser mudar toda a Assembléia Legislativa, toda a estrutura da Casa para atender a sua vontade, nunca teremos um corpo permanente, teremos um corpo constantemente em mutação.

O corpo técnico permanente existe justamente para isso, para resistir, no bom sentido, a essas mudanças, que ocorrem, muitas vezes, para atender a problemas localizados, eventuais e circunstanciais, que nada têm a ver com a instituição no tempo, com a instituição na sua função. O corpo técnico dá forma, dá vida, dá permanência e dá perenidade. Essa transição não existe, é uma grande invenção para tentar justificar o injustificável. Até agora estamos debatendo o projeto, estamos mostrando o que achamos, trazendo opiniões, argumentos, como fizemos ontem na Comissão de Justiça, mas não encontramos do lado daqueles que defendem o projeto nenhum argumento palpável, nenhum argumento sólido, nenhum argumento jurídico para sustentar o que está sendo feito. É sempre a conversa de que o Presidente precisa de uma pessoa de confiança e de que está vivendo um momento de transição. Não é possível que na Casa, com milhares de funcionários, ele não encontrará uma pessoa de confiança.

Lembro bem: essa pessoa não tem que ser única e exclusivamente de confiança do Presidente. Esta Casa é um colegiado; sendo assim, ela terá de ser de confiança do Presidente, da Mesa e do Plenário também. Nós, sabendo que esse cargo é de recrutamento restrito, interno, temos mais tranquilidade de saber que a escolha vai recair sobre uma pessoa que vive entre nós, que conhecemos. Se conhecemos, temos mais confiança. Não se vai confiar no que não se conhece. A chance de dar certo é muito maior se a pessoa escolhida compõe o corpo técnico de funcionários da Casa do que se fosse recrutada de fora, porque não sabemos a sua origem, a sua experiência, os seus conhecimentos, as suas motivações ou a sua formação técnica e profissional.

Quero terminar dizendo que não concordo com o argumento de transição, porque essa transição não existe. Se for assim, esta Casa viverá permanentemente em transição, porque de dois em dois anos a Mesa muda. Concedo aparte ao Deputado Mauro Lobo.

O Deputado Mauro Lobo (em aparte)* - Quero apenas dar uma informação adicional sobre sua colocação sobre a censura. Queria dizer que também na Internet não consta nada sobre a reunião. Eu pedi que se verificasse isso, e, lamentavelmente, não encontramos nada. É apenas para complementar a informação.

O Deputado Antônio Carlos Andrada - Vejam, o jornal escrito é completamente omissivo. O sistema da Internet também não menciona. Não vou afirmar isso com relação à TV Assembléia, mas parece que também não falou nada. Há realmente um grande cerco. É muita coincidência, no mesmo dia, todos os órgãos da Casa simplesmente silenciaram, se calaram com relação a um episódio tão importante para a Casa.

E quero dizer mais: nós, da Oposição, aceitamos perder, somos minoria. Perdemos a eleição e aqui, no Plenário, somos minoria. Mas vamos defender as nossas idéias. Vamos ganhar algumas votações, porque conseguiremos o apoio de parte da Bancada do Governo, como aconteceu na votação de ontem. Em outras votações, talvez na maioria delas, vamos perder, mas jamais abriremos mão de ter o espaço democrático, institucional, para colocar aqui as nossas idéias. Perderemos muitas vezes, sim, mas o nosso objetivo não é apenas o resultado. Sabemos que ele não depende de nós, mas a nossa opinião, a nossa consciência não pode estar cerceada pela ação daqueles que detêm o poder aqui dentro. Vamos reagir com toda veemência com relação a isso. Queremos ter o direito de expor as nossas idéias, os nossos pensamentos, porque temos certeza também de que perderemos no voto, mas teremos a sociedade ao nosso lado. A sociedade precisa conhecer a nossa opinião, e só terá condições de fazê-lo se a censura aqui dentro acabar e não prosperar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Nos termos do art. 21 do Regimento Interno, a Presidência prorroga a reunião por 50 minutos, a partir das 13h10min.

Questões de Ordem

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, inicialmente, queria fazer um elogio à direção dos trabalhos, que aceitou a recomposição de "quorum" da última vez. Temos a informação, agora, de que só há oito Deputados fora do Plenário. Portanto, não há "quorum" para discussão. Peço o encerramento, de plano, da reunião.

O Deputado Marcelo Gonçalves - Recomposição de "quorum", Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à chamada dos Deputados para recomposição de "quorum".

O Sr. Secretário (Deputado Marcelo Gonçalves) - (- Faz a chamada.)

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Adauto) - Responderam à chamada 24 Deputados, que, somados aos 8 que se encontram em comissões, perfazem o total de 32 Deputados. Há "quorum" para o prosseguimento da reunião. Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Marcelo Gonçalves.

O Deputado Marcelo Gonçalves - Sr. Presidente, estamos aqui para discutir o Projeto de Resolução nº 578/99. O nosso partido, o PDT, não vê grandes problemas, já que o Presidente foi escolhido pela grande maioria desta Casa, e o nosso regime é presidencialista. O projeto é da Mesa, e não vemos motivos para a celeuma que se criou entre os Deputados.

Concordamos com o Deputado Antônio Carlos Andrada com relação ao "Assembléia Informa". Mas entendemos que esse projeto não trará transtornos em relação ao encaminhamento da Mesa ou aos funcionários desta Casa. Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Mauro Lobo.

O Deputado Mauro Lobo* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, na discussão do Projeto de Resolução nº 578/99, gostaríamos de externar nossa preocupação com o precedente que se abre nesta Casa, com criação do cargo superior de Secretário Especial de Planejamento e Controle, cargo de real importância e abrangência, definido como de recrutamento amplo. Temos ouvido argumentos de vários companheiros, dizendo que a estrutura da Mesa é presidencialista. Por isso, há necessidade de o Presidente ter ao seu lado um assessor de sua extrema confiança. Acho que é um argumento falho, inerente ao regime presidencialista. O motivo da nossa preocupação é esse precedente nesta Casa, que se tem esmerado na formação de seu pessoal.

Somos reconhecidos em todo o País como uma Assembléia bem estruturada, que tem um corpo de funcionários excelente. Alega-se a necessidade de haver um cargo de extrema confiança. Já passei pelo Executivo, inclusive comandando secretarias de Estado, onde havia cargos de recrutamento amplo, mas pude desempenhar meu trabalho utilizando funcionários efetivos. Na maioria das instituições, a maioria das pessoas são de confiança ou têm a responsabilidade funcional do seu cargo. Não aceito esse argumento de que é preciso buscar lá fora a pessoa de confiança. Temos diversos cargos de confiança nesta Casa. Não acredito que, no decorrer destes anos, esta Casa, no andamento de seus trabalhos institucionais, tenha sido prejudicada pelos seus funcionários graduados. Não é isso que vai valorizar o Poder Legislativo, não é isso que vai definir o reconhecimento interno e externo deste Poder, mas a sua ação de autonomia e independência. Não são cargos como esses que vão fazer essa transformação. Questiono essa necessidade de buscar lá fora uma pessoa de confiança para um cargo de recrutamento amplo. Não há nada de pessoal contra o Presidente. Estou fazendo essas observações num nível eminentemente institucional.

Sabemos que existem várias instituições em que a rigidez para a indicação dos cargos de confiança é muito maior do que a que temos aqui. Obviamente, são instituições com características diferentes, mas elas existem em todos os lugares.

Temos algumas secretarias de Estado, principalmente na Secretaria da Segurança, em que os cargos de chefia só podem ser preenchidos pelo pessoal da própria corporação. Nem vamos falar das instituições militares. O próprio Governador não tem autonomia para escolher o Comandante de confiança, a não ser entre aqueles da própria corporação.

Dizer que a Casa não teria elementos para essa finalidade não nos convence. Vamos quebrar uma tradição nesta Casa. Não vejo esta Casa com aquele ranço corporativista. Mesmo que houvesse, acho que a Mesa teria competência para atenuar a sua ação. E, se não o faz, é porque não quer.

Srs. Deputados; para a memória do próprio trabalho é importante que haja continuidade, mas não aquela continuidade de perpetuação. Vimos nesta Casa uma Diretoria-Geral com uma gestão de 16 anos. Embora não defenda isso, não tenho nada contra. Pelo contrário, tenho admiração pelo ex-Diretor-Geral; apenas sou contra a gestão de 16 anos. Mas não podemos caminhar por outro lado: perpetuação x gestão de curto prazo. Acho que são duas situações que não vão servir bem ao Poder Legislativo.

Eram as observações que tinha que fazer. Gostaria de dizer que preferia que fosse mantida a tradição que prestigia os funcionários da Casa, estimulando-os e demonstrando que eles são dignos da nossa confiança. Muito obrigado.

O Sr. Presidente (Deputado Durval Ângelo) - Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Paulo Piau.

O Deputado Paulo Piau - Sr. Presidente, Srs. Deputados; ocupo esta tribuna para dizer que ao longo da discussão desse projeto tenho presenciado uma preocupação dos amigos, dos colegas, dos companheiros e Deputados, com relação à minha postura nesta Casa e à postura do Presidente, Deputado Anderson Adatao, analisando as situações ligadas à nossa base eleitoral.

Queria esclarecer aos companheiros Deputados que as coisas de Uberaba devem ficar em Uberaba, e as coisas da Assembléia devem ser tratadas na Assembléia. Gostaria de dizer que nem o meu caráter, nem o caráter de V. Exa. permitiriam trazer questões menores para este parlamento, que trata das questões maiores do Estado. Queria deixar isso claro, porque é essa a minha conduta, é esse o meu comportamento. Sou hoje um Deputado da Oposição e tento fazê-la da melhor maneira possível, procurando acertar sempre.

Evidentemente, isso contraria os interesses do Presidente desta Casa, Deputado da Situação, de apoio ao Governo. Mas cada um com sua posição e convicção. Portanto, nada de interesses menores sobrepujando os interesses maiores. Gostaria de deixar isso muito bem claro, pois, até agora, esse tem sido meu comportamento aqui, como será até o final da gestão.

Com relação ao projeto em análise, gostaria de falar bastante sobre ele. Em primeiro lugar, estamos discutindo um princípio, e acho que princípio não se discute; princípio é algo que defendemos. E ocupo a esta tribuna para defender o princípio do recrutamento limitado para ocupar os cargos de Secretário-Geral da Mesa e Diretor-Geral. E defendemos esse princípio porque, ao longo dos mais de 50 anos de história desta Casa, ela construiu um setor administrativo e técnico e um corpo de assessoria extremamente competente e eficiente. Os Deputados que nos antecederam tiveram a sabedoria e a clarividência de colocar esse critério: que, para ocupar esses dois cargos - Secretaria-Geral da Mesa e Diretoria-Geral -, a pessoa tivesse alguma experiência com esta Casa.

Na reunião de ontem, da Comissão de Constituição e Justiça, exatamente para discutir esse projeto, ouvi uma comparação feita pelo Deputado Antônio Carlos Andrada, que achei extremamente oportuna. Disse ele que discutíamos como se estivéssemos discutindo o Exército brasileiro: para se chegar a Coronel, há que se passar por todas as instâncias. Mas estávamos designando, para ser militar, uma pessoa que nunca havia participado do serviço militar nem acompanhado a carreira militar. Achei muito interessante essa comparação, pois, a partir do momento em que colocarmos o recrutamento amplo para ocupar um desses dois cargos, estaremos, sim, trazendo o Coronel, o General, para comandar uma tropa. Acontece que esse indivíduo não passou por treinamento, não tem a cultura da Casa e, evidentemente, não tem nenhum poder ou capacidade de comando nesta Casa.

E, se esta Casa, hoje, é referência para o Brasil inteiro, uma Casa onde todas as Casas Legislativas do País vêm buscar experiência - a experiência bem-sucedida da nossa Assembléia Legislativa -, isso se deve ao esforço de todos os Deputados e do corpo permanente desta Casa. Foi isso que fez com que chegássemos, poderíamos dizer, a essa glória.

Portanto, achamos que o Projeto de Resolução nº 578 é extremamente temerário e, por que não dizer, até corajoso, porque para cá traz essa pessoa alienígena, que não conhece a Casa. Sabemos muito bem que, hoje, há pessoas mergulhadas nesta Casa, que já detêm o conhecimento de seu funcionamento e que não fazem parte da Casa.

Mas abre-se um precedente. Na minha maneira de pensar, esse projeto deveria ser exaustivamente discutido, porque estamos mudando um princípio, um comportamento. Evidentemente, não temos dúvidas a respeito do presente, mas os Presidentes que virão posteriormente - pois ninguém sabe quem irá ocupar esse cargo - também terão o mesmo direito de indicar uma pessoa que tenha simplesmente o compromisso político com o Presidente para comandar técnica e administrativamente uma Casa tão complexa como é a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Os critérios colocados, como o de 12 anos de Casa para ocupar esse cargo, acho que trazem segurança, tranquilidade, compromisso com a Casa. Não apenas um compromisso político com a Presidência, já que esta Casa é presidencialista, e o Presidente, evidentemente, manda nos destinos desta Casa.

Sabemos muito bem que o ser humano é vulnerável. Onde existe ser humano no mundo, a corrupção está presente. Isso não é uma coisa brasileira, é uma coisa universal, uns são mais, outros são menos vulneráveis, mas o ser humano é vulnerável.

Essa sabedoria, que existiu no passado, de colocar esse critério de 12 anos, é para dar essa tranquilidade, não aos Deputados, não ao corpo permanente desta Casa, mas ao povo mineiro, de que as coisas aqui são tratadas com a devida seriedade.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira (em aparte)* - Deputado Paulo Piau, quero me solidarizar com V. Exa. pelo discurso que profere. Ouvindo atentamente as suas palavras, eu as entendo como uma homenagem ao corpo permanente da Casa. Quero associar-me a V. Exa. nesta homenagem que se presta a esse corpo permanente da Assembléia Legislativa. Os funcionários efetivos, que constituem essa inteligência da Casa e aqui ingressaram por concurso público, engrandecem e honram essa nossa Assembléia Legislativa e, de fato, são os depositários da cultura da Assembléia Legislativa de Minas, que tem sido exemplo para as outras Assembléias do Brasil.

Eu, para não nominar a todos, gostaria aqui de fazer referência a homens da dignidade, da competência de Dr. Adônis, que foi Diretor-Geral; de Antônio Geraldo, que assessora a Mesa e está aí presente, são valores intelectuais, morais, valores de dignidade que sempre honraram e enriqueceram a Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

Vejo no discurso de V. Exa. uma homenagem a esse corpo permanente da Casa e me solidarizo com V. Exa. nessa homenagem que presta.

O Deputado Paulo Piau - Obrigado, Deputado Sebastião Navarro Vieira, nosso Líder. Tentando também esclarecer a respeito desse projeto, não podemos concordar com o princípio de se colocar uma pessoa que seja leiga no processo dos trabalhos desta Assembléia Legislativa. Portanto, queremos colocar aqui que somos totalmente contra o princípio do recrutamento amplo para esses cargos.

Esta Casa tem uma outra característica muito importante, e temos presenciado, ao longo de sua história, alguns comportamentos. Eu disse antontem em um debate - sei que as pessoas não me compreenderam - que a democracia brasileira está apenas engatinhando. Aliás, acho que só temos 10 anos de democracia neste País, porque, no restante dos 500 anos, fomos colônia, vivemos o período imperial e uma república tida como república dos coronéis, com regime centralizado, com imprensa proibida, limitada. Portanto, considero que apenas de 1989 para cá passamos a assistir à evolução do processo democrático neste País, com a eleição do Presidente Collor. O próprio povo que o elegeu o tirou da Presidência da República. Isso é atitude democrática. Democracia é o poder na mão do povo. Temos que construir essa democracia. É responsabilidade de todos, é responsabilidade

nossa, deste parlamento, continuar ajudando a construir a democracia brasileira.

Há três legislaturas, houve, nesta Casa, uma renovação de quase 70% no quadro de Deputados. Anteriormente, eu dizia isso num debate. Alguém argumentou que seria ótimo para a democracia. Eu disse que renovação é superimportante, mas não com essa intensidade de 70%.

Existe um trabalho desta Casa que mostra muito bem as ações do parlamento mineiro, com produtividade, palavra muito importante. Não basta fazer uma série de seminários e de audiências públicas se não tiramos conclusões desses trabalhos. Sei que a Presidência foi alertada sobre essa síndrome de eventos. A produtividade da Casa com os Deputados que trabalham foi um fator muito importante para a redução da renovação dos quadros a cada eleição. Não digo isso porque queremos ficar nesta Casa durante uma, duas, três, quatro ou cinco legislaturas. Não é isso. Isso é uma missão. Cada um fica aqui o tempo que for necessário, de acordo com a vontade popular. Acredito que uma renovação em torno de 1/3 é ideal. Significa que, em média, cada Deputado tem a chance de ficar neste parlamento por três legislaturas, o que considero um tempo mais que suficiente. Apenas 10% dos parlamentares desta Casa ficaram além de três legislaturas. Defendo que isso é importante para a consolidação da democracia, para a consolidação do parlamento, porque, se renovarmos mais de 2/3, sempre haverá Deputados principiantes nesta Casa, o que não acho bom para ela.

A democracia brasileira está apenas engatinhando. Se verificarmos nas democracias mais evoluídas que a nossa, perceberemos que, como fruto do trabalho, como fruto não do clientelismo ou de subvenção social, mas da relação com os eleitores, renova-se bem menos que 1/3. O eleitor americano e o eleitor europeu participam democraticamente, cobram. Não estão lá para cobrar ambulância, não estão lá para cobrar cesta básica, não estão lá para cobrar remédios ou festa de aniversário de 15 anos. Estão lá para cobrar dos seus representantes aquilo que verdadeiramente devem fazer, que é fiscalizar o Executivo, criar as leis que vão reger o comportamento da sociedade e com ela conversar.

Fechando meu raciocínio, acho que esta Casa tem trabalhado muito bem. E uma das razões de o índice de renovação desta Casa ter sofrido redução foi exatamente o trabalho que esta Casa prestou aos Deputados ao longo de sua história. Deputado que trabalha nesta Casa tem, na verdade, toda a cobertura do corpo técnico e da assessoria.

Eu dizia ontem que até fazemos passar projetos inconstitucionais. Os telespectadores que estão nos ouvindo, às vezes, podem ter dificuldade em compreender isso, mas a assessoria, ao analisar um projeto, muitas vezes não acha como torná-lo constitucional, legal, jurídico. Nós, às vezes, forçamos o Consultor para que ele abra mão não dos seus princípios, mas da sua recomendação técnica, para que um projeto tramite nesta Casa, mesmo que ele seja derrotado neste Plenário, mesmo que ele seja vetado pelo Governador. Às vezes, a matéria é de tamanha importância para a sociedade que simplesmente a discussão dele, mesmo sem a aprovação, é importante. Até isso conseguimos da assessoria desta Casa. Portanto, acho que tudo aquilo que precisamos - e quero dar aqui o meu testemunho ao corpo permanente e à assessoria desta Casa...

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte) - Estamos ouvindo atentamente a sua explanação, a sua fundamentação sobre a posição definida que V. Exa. demonstra. Fazemos coro com ela. Gostaríamos de reafirmar também, como V. Exa., o reconhecimento que nós, Deputados que já renovamos mandatos nesta Casa, temos que, sempre e em todas as oportunidades, expressar-nos realmente sobre o valor da assessoria, dos funcionários de recrutamento limitado e - por que não? - dos funcionários de recrutamento amplo, que são indicações nossas, dos nossos gabinetes; e, sobretudo, pela atuação desse corpo de funcionários que fazem o verdadeiro poder burocrático desta Casa, a influência que eles têm na renovação dos nossos mandatos. É um reconhecimento lógico, ele não se renovou só pela participação do Deputado. O Deputado teve o seu esforço, teve o seu caminho difícil de percorrer para chegar aqui pela primeira vez, mas, logo, a renovação se torna difícil, devido a circunstâncias da própria militância do Deputado, que é, ultimamente, muito questionada, principalmente de 1988 para cá. De 1989 para cá passamos a ficar sob a orientação da nova Constituição, quando o Deputado é cobrado nas suas bases. É uma Constituição que promete tudo, que é paternalista. Em todos os setores, o Estado assume o papel de resolver o problema do cidadão, e o povo, por meio da mídia, fica esperando essa proteção dos seus agentes políticos, no caso, nós, os Deputados. Esta Casa coloca a nossa disposição os seus funcionários, toda a sua sabedoria, a sua disponibilidade, para que possamos usá-las como instrumento da gestão de agente público. Nas diversas comissões temáticas, aprendemos a conhecer a saúde, de fato. Como trazemos os nossos subsídios para cá, da nossa militância na nossa base, trazemos tudo aquilo que o povo reclama, para que possamos transformá-lo em normas de convivência, em leis ordinárias, obedecendo à Constituição e, muitas vezes, até extrapolando. Aqui aprendemos também a noção do jurídico e tudo isso não só nas comissões temáticas, de Saúde, de Constituição e Justiça, de Fiscalização Financeira, aprendemos, sim, todo esse universo da coexistência, da existência e da convivência entre as pessoas, do ponto de vista técnico, com a assessoria desta Casa, que tem que ser resguardada, que tem que ser circunscrita e que tem que merecer o seu valor, por meio do nosso reconhecimento.

Portanto, Deputado Paulo Piau, faça coro com suas palavras e gostaria de cumprimentá-lo pela brilhante exposição e pela sua posição firme, cumprindo o seu desiderato de autêntico Deputado por Uberaba. Muito obrigado.

O Deputado Anderson Aduato (em aparte) - Em primeiro lugar, quero dizer que, na condição de Presidente, talvez eu tenha, mais que qualquer outro Deputado, estreito convívio com o corpo técnico da Casa. Comungo com o ponto de vista de V. Exa. porque, a cada dia que passa, percebo a excelência da Casa. A qualificação técnica, a dedicação, o empenho e o idealismo dos funcionários são inegáveis.

Gostaria, no entanto, de explicar que nós, os três Deputados da Mesa que apresentamos o projeto, não estamos querendo, de forma alguma, desmontar o processo existente.

Nossa permanência na Presidência já vai para nove meses. A coisa foi bem pensada.

No momento em que viabilizei minha candidatura à Presidência, fui chamado por um grupo de pessoas, em nome da Casa, para conversar. Disse-lhes que não era minha intenção fazer o desmonte da Casa. Continuo respeitando o princípio de ela ser dirigida por um Diretor-Geral de recrutamento limitado.

Aproveito a oportunidade do aparte que V. Exa. me concede para explicar ao corpo de funcionários - que é merecedor de explicação - e aos Deputados, que, de forma soberana, vão votar o projeto, que as reuniões da Mesa e o dia-a-dia do Presidente sobrecarregam o seu tempo. Chego cedo e nunca saio daqui antes das 9, 10, 11 horas ou meia-noite. Já fiquei até depois de meia-noite. É muito difícil equilibrar as coisas: de um lado, temos que manter nossa linha de atuação parlamentar, cuidar de nossas bases, não deixar de lado as pessoas que confiaram em nós e nos trouxeram para cá, continuar prestando serviço a elas e dar-lhes satisfação dos nossos atos, e, por outro lado, carregar nos ombros a responsabilidade de dirigir uma Casa que, apesar de ter todas as qualidades que V. Exa. cita, é também complexa.

Nas reuniões da Mesa, que acontecem uma vez por semana, muitas vezes o Presidente não tem condição - isso é normal, pois procurei me inteirar com ex-Presidentes - de acompanhar o que é feito, em termos de definições, a serem oficializadas pela Mesa. Além do mais, a Mesa não tem condição de acompanhar a execução das decisões tomadas.

Entendo que a Casa, como Poder que é, tem que ter suas defesas, mas gostaria que os Deputados que estão presentes folheassem o "Diário do Legislativo" e analisassem as Decisões da Mesa. Verão que uma primeira resolução leva a uma segunda, a qual, por sua vez, leva a uma terceira, e, em seqüência, a uma quarta, a uma quinta.

O que idealizei hoje, na condição de eleito pela maioria da Casa, foi que deveríamos ter alguém com a lógica dos Deputados - isso é importante e, sobretudo, legítimo - que possa acompanhar a feitura de todo e qualquer documento que chegue para a Mesa assinar ou sobre ele decidir, e que, depois da decisão tomada, assessorasse essa mesma Mesa para que as definições tomadas pela Mesa estejam sendo executadas rigorosamente de acordo com a proposição analisada e aprovada.

Em nossa avaliação - e voltando atrás, sem querer entrar em detalhes dos 16 anos em que a Casa foi dirigida por uma só pessoa -, baseado numa realidade que conhecemos em nossos municípios, muitas vezes uma administração de 8 anos consegue ter alguns problemas; com 12, os problemas são maiores. Raramente, um grupo de pessoas, de lideranças, consegue permanecer, pela vontade popular, numa cidade por mais de 12 anos. Raramente consegue.

Enfrentei uma situação um pouco diferente daquela em que outros ex-Presidentes assumiram, pelo menos nos 12 anos que eu tinha, até então, de mandato na Casa. Percebi que a condição em que fui eleito foi especial. Achei que era conveniente fazer isso. Não existe desmonte. O respeito é o mesmo, ou talvez mais.

Mas acho que, da mesma forma que existe um corpo de funcionários, uma elite de funcionários correta, competente, que desenvolve o trabalho, não vejo nenhum problema da Mesa, que não tem tempo, e confesso que não tenho tempo de fazer o acompanhamento... Mas, se confesso que não tenho tempo de fazer o acompanhamento tenho a coragem de colocar alguém da minha estreita confiança e que pensa com a mesma lógica que eu, para fazer esse acompanhamento.

Estou com a consciência absolutamente tranqüila e, a cada argumentação que vejo ou escuto, tranqüilizo-me ainda mais. Quero agradecer o aparte de V. Exa. e gostaria de reiterar a confiança e o meu reconhecimento ao corpo técnico da Casa.

Espero que a Casa entenda e compreenda que esta Mesa confessa que não tem tempo de acompanhar os atos dos funcionários da Casa, que trazem papéis para serem assinados pela Presidência ou pela Mesa. Confessa, mas, ao mesmo tempo que confessa, tem a coragem de trazer uma solução. Espero que os futuros Presidentes possam ter a mesma visão e fazer a mesma coisa. Fazendo isso, não terei dúvidas de que a Casa poderá continuar nesta harmonia e neste equilíbrio que sempre teve com relação ao corpo técnico e aos Deputados. Todos somos extremamente importantes, tanto os funcionários como os Deputados.

Avaliei o momento em que cheguei e fiz mudanças, porque achei que alguns consideravam que o comando da Casa não era dos Deputados. Com isso, quis restabelecer de forma absolutamente clara a razão maior deste parlamento, que são aqueles que não prestam um concurso apenas na vida, mas prestam concurso de quatro em quatro anos e passam pela vontade popular, para ter a condição de se sentar nesta cadeira e dignificar o parlamento. Muito obrigado.

O Deputado Paulo Piau - Agradeço o aparte do Presidente Anderson Adauto. Gostaria de fazer um comentário sobre as palavras do Deputado Hely Tarquínio. Realmente o esforço do Deputado é o ponto principal. Deputado que não trabalha a sua base não tem nenhuma chance de uma reeleição futura.

Quando me referi ao trabalho da Assembléia Legislativa, não quis responsabilizar a assessoria por isso. Mas é um fator importante que isso seja medido por meio de trabalhos publicados por esta Casa.

Um documento que foi lançado em 1998 mostra claramente que o esforço que se empreende nesta Casa tem reflexo na sociedade e que isso lhe rende votos. Mas o esforço do Deputado é, evidentemente, o ponto mais importante, e, se assim não fosse, estaria tudo invertido.

Acho que já existe uma demanda tanto por parte da Casa quanto por parte dos ouvintes de um esclarecimento a respeito desse projeto de resolução. Ele foi apresentado num primeiro momento, retirado, novamente colocado da forma original, e depois foi apresentado um substitutivo, que é a versão que está sendo discutida neste momento e sobre a qual eu gostaria de tecer alguns comentários. No final do meu pronunciamento, farei algumas considerações sobre o que o Presidente Anderson Adauto disse. (- Lê:)

"Dispõe sobre a organização administrativa da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e dá outras providências."

Antes de entrar no corpo do texto, concedo a palavra ao Deputado Sebastião Costa, para que o meu raciocínio não seja interrompido.

O Deputado Sebastião Costa (em aparte) - Agradecemos a liberalidade de V. Exa.; prometemos ser breves. Sabemos que o tempo de que o Deputado dispõe está muito reduzido e que os seus esclarecimentos são muito importantes. V. Exa., Deputado Paulo Piau, que já vem marcando esta Assembléia como um parlamentar atuante e trabalhador, hoje externa uma vez mais o seu espírito de justiça, quando, de público, reconhece a competência, a eficiência e a dedicação que o corpo técnico da Casa tem demonstrado. E esse espírito que norteia o corpo técnico se estende também aos funcionários de recrutamento amplo de todos os gabinetes. Nós, que, às vezes, visitamos alguns gabinetes, vemos com que presteza os funcionários dos gabinetes assimilam a orientação que vem da equipe técnica. Tem razão V. Exa. em ficar preocupado, porque a ausência dessa sintonia pode trazer prejuízo para o bom funcionamento do Poder Legislativo.

Fica aqui, uma vez mais, registrada a nossa admiração pelo seu trabalho e pelo seu espírito público incontestável, agora, mais ainda, quando externa, também, além dos seus conhecimentos e eficiência, o seu senso de justiça, de reconhecer em quem se dedica, em quem trabalha o seu verdadeiro valor. Parabéns pelo seu pronunciamento!

O Deputado Paulo Piau - Não vou ler o substitutivo, porque os Deputados já têm conhecimento do seu conteúdo. Mas gostaria de me ater a um item, o art. 5º, que nos deixa bastante preocupados. Estamos discutindo o princípio e já dissemos que somos contra o princípio do recrutamento amplo. Mas o art. 5º do substitutivo apresentado pela Mesa diz o seguinte: "Compete ao Secretário Especial" - que é o cargo que está sendo criado - "de Planejamento e Controle assessorar a Mesa na direção e no acompanhamento da gestão institucional e administrativa da Assembléia Legislativa".

Existe uma preocupação enorme, porque é uma pessoa leiga que vem a este parlamento cuidar de todos os nossos interesses, sem a cultura da Casa, e acho que ficaríamos vulneráveis à orientação de uma pessoa com esse perfil.

Portanto, além de um princípio, essa é uma preocupação que temos que discutir.

Pois não, Deputado Adelino de Carvalho.

O Deputado Adelino de Carvalho (em aparte) - Neste aparte, Deputado Paulo Piau, quero dizer que admiro V. Exa. pela sua humildade, desprendimento e pelo grande político que é. Acompanho seu trabalho em Uberaba e estou diante de um paradoxo, porque sei do espírito de V. Exa., que é um político democrático e reformador. No entanto, de repente, V. Exa. manifesta-se contra a reforma que está sendo feita nesta Casa, com coragem e audácia, pelo Deputado Anderson Adauto. Essa reforma vai marcar época na Assembléia Legislativa. Quero dizer que, mesmo não estando presente, sei que esta Casa Legislativa tinha vícios, através dos técnicos que imperavam aqui. Todos nós sabemos disso. Deputados antigos comentam isso.

Mas o que o Deputado Anderson Adauto e a Mesa querem é que esta Casa seja verdadeira e eminentemente política, que atenda os Deputados, que acompanhe os seus projetos e que a parte técnica, que é muito competente - e temos que tirar o chapéu para esses técnicos -, não seja evidenciada em detrimento da parte política, uma vez que a Casa é eminentemente política. Acredito que, a partir desse projeto da Mesa, esse cargo passará a ser político e que, assim, passará a acompanhar o raciocínio da Mesa, da Presidência. Esse trabalho faz parte da reforma estrutural que o Deputado Anderson Adauto está imprimindo nesta Casa. Todo mundo sabe disso.

Mesmo não sendo atendido como gostaria muitas vezes, vejo que a Presidência desta Casa tem sido de uma transparência muito grande e tem procurado atender os Deputados, e, mais do que isso, como amigo de muitos anos do Deputado Anderson Adauto, às vezes me sinto prejudicado quando ele não pode me atender. Mas, agora, não existe "igrejinha" aqui, como havia na Presidência passada. Deputados antigos, como V. Exa., bem sabem que havia um grupo de privilegiados na Casa no mandato da Presidência passada. V. Exa. bem sabe também que o próprio Deputado Anderson Adauto foi massacrado aqui porque era de Oposição no mandato da Mesa anterior.

Assim, com todas as dificuldades, acredito que estamos vivendo um clima democrático. A Casa está sendo reformada e estamos começando a levantar a cabeça e a ver que, como Deputados, nós é que temos que comandar esta Casa. Por essa razão, justifica-se o projeto da Mesa.

O Deputado Paulo Piau - Obrigado, Deputado Adelino de Carvalho. Evidentemente, estamos discutindo princípios, e eu respeito o ponto de vista de V. Exa. Acho que democracia é exatamente isso: cada um tem uma idéia, cada um tem uma opinião. Mas quero dizer que jamais defenderíamos nomes em um processo de um grupo permanente e de um grupo experiente desta Casa. Nós não defendemos nomes, mas um grupo que tem a experiência, a convivência e o comando competente da Assembléia.

Entretanto, V. Exa. refere-se a pessoas que estiveram no comando da Casa há bastante tempo. Através de depoimentos de outros Deputados sabemos que a dirigiram com muita competência.

Mas, evidentemente, cada Presidente que entra pode escolher o seu Diretor e o seu Secretário-Geral da maneira que lhe convier, dentro do quadro de recrutamento restrito, obedecendo o critério dos 12 anos da Casa. É uma questão de princípio. Respeito o que V. Exa. comentou, mas reservo-me o direito de defender o meu princípio, porque, em qualquer corporação bem-sucedida do mundo, ao longo do tempo, as coisas não são feitas à mercê da vontade de cada Presidente ou Diretor que entre na corporação. As corporações bem-sucedidas do mundo sempre tiveram as cabeças pensantes de uma maneira mais permanente. E, quando definimos essas cabeças de acordo com a vontade de cada um, de cada

Mesa que entra, pode ter a certeza V. Exa. de que a cada dois anos teremos filosofias de trabalho diferentes. É essa a nossa preocupação. E estamos assistindo isso hoje, Deputado Adelino de Carvalho, porque um dos três pilares básicos desta Casa é exatamente conversar com a sociedade. Temos que conversar de maneira produtiva. Já disse no início da minha fala que a cada evento que se faz nesta Casa precisamos de um objetivo, precisamos de uma conclusão. Caso contrário, esta Casa vira simplesmente uma casa de eventos. E esta é uma Casa para onde trazemos a sociedade para discutir os problemas que estão afetos a ela e para encontrar, juntamente com essa mesma sociedade e com os Deputados, solução para os problemas. Hoje temos uma Casa eficiente, mas improdutivo. Evidentemente, isso já é fruto da própria mudança do comportamento desta Casa. Tenham a certeza disso. A mudança tem que ser feita, sim, mas para melhor. Sou daqueles que querem mudar este País, quero fazer todo esforço para mudar a consciência das pessoas, fazer com que cada um se torne mais participativo a cada dia, mais cidadão. Talvez assim possamos mudar essa máxima do País que, na verdade, foi forjada pelo Estado. Por princípio, o Estado forjou a Nação brasileira. Por isso somos tão dependentes e gostamos da tutela. O povo brasileiro gosta até da ditadura, porque alguém está decidindo por ele. Queremos ajudar o País a inverter isso, para que a sociedade brasileira possa discutir, criticar e ter subsídios para que possamos, de fato, construir o Estado e até o regime de Governo que queremos. Portanto, Deputado Adelino de Carvalho, não me coloco ao lado das pessoas que querem a estagnação ou que são tradicionais por ser ou manter o "status quo". Queremos mudanças, sim, mas para melhor.

E quanto ao projeto, poderemos até chegar à conclusão de que ele é bom. Quero estar convencido disso, mas preciso de tempo. Preciso de uma discussão muito mais profunda para chegarmos à conclusão de que essa mudança valerá a pena. E olhe que esta Casa tem mudado. Temos hoje mais de 1.600 cargos de recrutamento amplo. Anteriormente, há poucos anos, cada servidor de gabinete era de recrutamento restrito, era do corpo funcional da Casa, era concursado ou não. Isso estava virando uma grande bola de neve. Foi uma medida acertada das Mesas anteriores abrir esse leque.

Hoje, no gabinete, podemos ter até 19 servidores contratados da maneira como convier, pessoas da nossa estreita confiança. Essa foi uma abertura muito importante. Aqui só existem oito cargos de recrutamento amplo, no sentido de designação desta Casa, portanto há esse desequilíbrio. Está, inclusive, ilegal, porque existe na Constituição maior que, em cada instituição pública, tem que haver um equilíbrio entre os cargos de recrutamento amplo e restrito. O concurso público é a forma mais democrática, a forma mais transparente que existe para que possamos preencher os cargos do poder público, com relação a esse serviço que cada cidadão pode prestar aos outros cidadãos. Esta Casa está desequilibrada. A Mesa anterior teve muita coragem ao fazer essa abertura, o que nos atendeu, porque não precisamos ter, em nossos gabinetes, pessoas que não condizem com nossa filosofia de trabalho. Agora, quanto a essa base estrutural da Assembléia, quero ser convencido de que temos que abrir mão desse princípio do recrutamento amplo ou limitado, para que possamos agir com mais segurança, na certeza de que isso, na verdade, condiz com o interesse público.

Sr. Presidente, meu tempo está limitado, e eu gostaria, na parte da tarde, de concluir, porque ainda existem dois assuntos importantes dentro dessa matéria; então, pediria que V. Exa. me desse pelo menos a metade do tempo que me resta para que eu possa concluir meu pensamento na parte da tarde.

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduato) - A Presidência informa a V. Exa. que ainda lhe restam 11 minutos.

Encerramento

O Sr. Presidente - Esgotado o prazo destinado a esta reunião, a Presidência a encerra, convocando os Deputados para a ordinária a seguir, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada, e para a extraordinária, também de hoje, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA VOTADA

MATÉRIA VOTADA NA 90ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 9/11/99

Foram aprovadas as seguintes proposições:

Em redação final: os Projetos de Lei nºs 361/99, do Governador do Estado; 16/99, dos Deputados Rogério Correia e Maria José Haueisen; 28/99, da Deputada Maria José Haueisen; 130/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; e 339/99, do Deputado Dimas Rodrigues.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 91ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 10/11/99

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Requerimento nº 434/99, da Comissão Especial do Cólera no Jequitinhonha, solicitando à Diretoria Regional de Saúde de Pedra Azul o envio a esta Comissão de relatório sobre as atividades realizadas por aquele órgão no combate ao cólera. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Requerimento nº 435/99, da Comissão Especial do Cólera no Jequitinhonha, em que solicita ao Comandante da Polícia Militar de Pedra Azul o envio a esta Comissão de relatório das atividades realizadas por aquele destacamento no combate ao cólera. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 440/99, da Comissão de Educação, solicitando informações ao Secretário de Estado da Fazenda sobre o cronograma de liberação dos recursos de que trata o art. 212 da Constituição Estadual. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 444/99, da Deputada Maria José Hauelsen, em que pede informações ao Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e ao Presidente da TURMINAS sobre as possibilidades de inclusão dos municípios do Vale do Mucuri no Programa de Desenvolvimento do Turismo. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 541/99, do Deputado Eduardo Hermeto, em que solicita informações ao Secretário de Estado da Fazenda sobre o resultado obtido com a implementação da Lei nº 13.243, de 23/6/99, referente à concessão de anistia parcial de multas e juros aos contribuintes em débito com o Estado, tendo em vista o término do prazo para a habilitação ao benefício. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.170, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Varginha o imóvel que especifica. A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Rêmoló Aloise solicitou o prazo regimental para emitir parecer.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 433/99, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 1997. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Antônio Andrade opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 4/99, do Deputado Marcelo Gonçalves, que altera a composição da Região Metropolitana de Belo Horizonte, de que tratam os arts. 7º e 21 da Lei Complementar nº 26, de 14/1/93. A Comissão de Assuntos Municipais opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Foram recebidas as Emendas nºs 1 a 4.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 11/99, do Deputado Mauro Lobo, que acrescenta parágrafo ao art. 152 da Lei nº 869, de 5/7/52, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 85/99, do Deputado Hely Tarquínio, que autoriza o Poder Executivo a transferir a entidades civis sem fins lucrativos a gestão de unidades públicas de saúde e dá outras providências. As Comissões de Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira perderam prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 229/99, do Deputado Alberto Bejani, que altera dispositivos da Lei nº 12.040, de 28/12/95. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 257/99, do Deputado Eduardo Hermeto, que acrescenta dispositivos à Lei nº 11.393, de 6/1/94, que cria o Fundo de Incentivo à Industrialização. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 284/99, do Deputado Hely Tarquínio, que dispõe sobre a cobrança de emolumentos das entidades de assistência social. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 373/99, do Deputado João Leite, que dispõe sobre o livre acesso de autoridades aos estabelecimentos policiais e carcerários. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Direitos Humanos e de Administração Pública opinam por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 410/99, do Governador do Estado, que cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes - FUNTRANS. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1, 2 e 3, que apresenta. A Comissão de Transporte opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça, e 4, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 418/99, do Tribunal de Justiça, que altera o Plano de Carreira dos Servidores Efetivos do Poder Judiciário e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 6, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 4 e 6, da Comissão de Justiça; 7 a 10, que apresenta; e pela rejeição da Emenda nº 5, apresentada pela Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 3 e 6, da Comissão de Justiça; 10, da Comissão de Administração Pública; 11 e 12, que apresenta; 1, da Comissão de Justiça; 7, da Comissão de Administração Pública, na forma das subemendas que receberam o nº 1, que apresenta; e pela rejeição das Emendas nºs 2, 4, 5, 8 e 9.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 424/99, da Procuradoria-Geral de Justiça, que altera o Plano de Carreira do Servidor Efetivo do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, apresentadas pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 448/99, do Governador do Estado, que revoga as Leis nºs 12.459, de 13/1/97, e 12.763, de 14/1/98, que dispõem sobre a continuidade de percepção da remuneração do cargo de provimento em comissão de Diretor de escola estadual. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Educação opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, na forma da Subemenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 449/99, do Governador do Estado, que revoga o art. 9º da Lei nº 11.050, de 19/1/93, modificado pelo art. 28 da Lei nº 11.406, de 26/1/94, que dispõe sobre verba honorária atribuída aos membros dos conselhos curadores de órgãos colegiados equivalentes. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração opina por sua aprovação. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 479/99, do Deputado Alberto Bejani, que autoriza o Governador do Estado a conceder a servidor público inativo o direito à percepção de proventos com base no vencimento correspondente à jornada de quarenta horas semanais. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça, na forma da Subemenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu prazo para emitir parecer.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 204/99, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, que dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental da Bacia Hidrográfica do Rio Machado e dá outras providências. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 21ª reunião ordinária da comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, a realizar-se às 10 horas do dia 10/11/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 173/99, do Deputado Edson Rezende; 572/99, do Deputado Chico Rafael.

Requerimentos nºs 833/99, da Deputada Maria Olívia; 837 e 838/99, da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia; 841/99, do Deputado João Pinto Ribeiro; 849/99, do Deputado Bené Guedes; 854/99, da Deputada Maria Olívia; 860/99, do Deputado João Batista de Oliveira; 862 e 863/99, da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 25ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 9h30min do dia 11/11/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 529/99, do Deputado Ailton Vilela.

Em turno único: Projeto de Lei nº 427/99, do Deputado Ronaldo Canabrava.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos nºs 852/99, do Deputado Doutor Viana; e 858/99, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Finalidade: discutir o Projeto de Lei nº 46/99, do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que institui o Conselho Estadual de Saneamento Básico e dá outras providências.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 10/11/99, destinada à apreciação do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.170, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Varginha o imóvel que especifica; do Projeto de Resolução nº 433/99, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 1997; dos Projetos de Lei Complementar nºs 4/99, do Deputado Marcelo Gonçalves, que altera a composição da Região Metropolitana de Belo Horizonte, de que tratam os arts. 7º e 21 da Lei Complementar nº 26, de 14/1/93; e 11/99, do Deputado Mauro Lobo, que acrescenta parágrafo ao art. 152 da Lei nº 869, de 5/7/52, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado; e dos Projetos de Lei nºs 85/99, do Deputado Hely Tarquínio, que autoriza o Poder Executivo a transferir a entidades civis sem fins lucrativos a gestão de unidades públicas de saúde e dá outras providências; 229/99, do Deputado Alberto Bejani, que altera dispositivos da Lei nº 12.040, de 28/12/95; 257/99, do Deputado Eduardo Hermeto, que acrescenta dispositivos à Lei nº 11.393, de 6/1/94, que cria o Fundo de Incentivo à Industrialização; 284/99, do Deputado Hely Tarquínio, que dispõe sobre cobrança de emolumentos das entidades de assistência social; 373/99, do Deputado João Leite, que dispõe sobre o livre acesso de autoridades aos estabelecimentos policiais e carcerários; 410/99, do Governador do Estado, que cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento de Transportes; 418/99, do Tribunal de Justiça, que altera o Plano de Carreira dos servidores efetivos do Poder Judiciário e dá outras providências; 424/99, da Procuradoria-Geral de Justiça, que altera o plano de carreira do servidor efetivo do Ministério Público do Estado e dá outras providências; 448/99, do Governador do Estado, que revoga as Leis nºs 12.459, de 13/1/97 e 12.763, de 14/1/98; 449/99, do Governador do Estado, que revoga o art. 9º da Lei nº 11.050, de 19/1/93, modificado pelo art. 28 da Lei nº 11.406, de 26/1/94, que dispõe sobre verba honorária atribuída aos membros dos conselhos curadores de órgãos colegiados equivalentes; 479/99, do Deputado Alberto Bejani, que autoriza o Governador do Estado a conceder a servidor público inativo o direito à percepção de proventos com base no vencimento correspondente à jornada de quarenta horas semanais; e 204/99, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira, que dispõe sobre a criação da área de proteção ambiental da bacia hidrográfica do rio Machado e dá outras providências; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 9 de novembro de 1999.

Anderson Aduino, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Andrade, Elaine Matozinhos, Bené Guedes e Mauri Torres, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/11/99, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se obterem esclarecimentos sobre o reajuste de 30% que incidiu sobre o preço do álcool combustível. Convidados: Srs. Adhemar Berlfein, Vice-Presidente Executivo do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes - SINDICOM; Luiz

Custódio Cotta Martins, Presidente do Sindicato da Indústria da Fabricação do Alcool no Estado de Minas Gerais; Edson João Tonini, Presidente da Associação dos Fornecedores de Cana da Região de Iturama - ASSORAMA-; Luiz Cláudio Saraiva de Vasconcelos, Presidente da Associação dos Plantadores de Cana de Minas Gerais; João Carlos de Figueiredo Ferraz, Presidente da Bolsa Brasileira de Alcool e Vice-Presidente do Conselho de Administração da Brasil Alcool S.A.; Vilson Luiz da Silva, Diretor-Presidente da FETAEMG -; Paulo Miranda Soares, Presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo do Estado de Minas Gerais - MINASPETRO-; José Pilon, Presidente da União da Agroindústria Canaveira de São Paulo - ÚNICA-; Stael Christian Riani, Inspectora Regional da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça; e David Zylbersztajn, Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo - ANP-.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 1999.

João Paulo, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para a Indicação de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Júlio, Carlos Pimenta, Irani Barbosa e Álvaro Antônio, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/11/99, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se proceder à arguição pública do Sr. Eduardo Carone Costa, indicado para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, e, se possível, apreciar o parecer do relator.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 1999.

Sebastião Navarro Vieira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Mauro Lobo, Eduardo Hermeto, Miguel Martini, Olinto Godinho, Rogério Correia e Rêmoló Aloise, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 11/11/99, às 19 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de se debater, com convidados, o Projeto de Lei nº 51/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que cria o Código de Defesa do Contribuinte do Estado.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 1999.

Márcio Cunha, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial da Mercedes-Benz

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Wanderley Ávila, Luiz Fernando Faria, Bené Guedes e Rogério Correia, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 12/11/99, às 14 horas, na Câmara Municipal de Juiz de Fora, com a finalidade de se debater o impacto social da implantação da Mercedes-Benz em Juiz de Fora. Convidados: Prefeitos, Presidentes de Câmaras Municipais, representantes de sindicatos, entidades e associações da Zona da Mata.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 1999.

Antônio Carlos Andrada, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 173/99

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

O Projeto de Lei nº 173/99, de iniciativa do Deputado Edson Rezende, visa a declarar de utilidade pública o Ho Shin SulTae Kwon-Do Clube, com sede no Município de Barbacena.

Examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, esta concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Vem agora o projeto a esta Comissão para deliberação conclusiva, de acordo com o que preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A entidade mencionada tem o propósito de promover o aperfeiçoamento humano através da prática esportiva do taekwon-do, uma modalidade de desporto reconhecida mundialmente, que proporciona ao ser humano o conhecimento de suas potencialidades interiores, a autoconfiança e a capacidade de concentração e reflexão. Promove e participa de campanhas de esclarecimento sobre os problemas sociais existentes, entre eles a violência, sempre com o objetivo de minimizá-los e obter resultados que conscientizem os cidadãos de suas responsabilidades ante o futuro que se almeja alcançar.

Pela importância do trabalho desenvolvido, entendemos ser meritório declarar de utilidade pública a referida entidade.

Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 173/99 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 1999.

Antônio Carlos Andrada, relator.

PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 572/99

Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia

Relatório

O Projeto de Lei nº 572/99, do Deputado Chico Rafael, visa a declarar de utilidade pública o Circo Criação de Criança, com sede no Município de São Tomé das Letras.

Examinado preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, esta concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Vem agora o projeto a esta Comissão para deliberação conclusiva, de acordo com o que preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A referida entidade é um espaço artístico e cultural que tem por finalidade proporcionar a crianças e adolescentes a difusão do civismo e da cultura - jogos, brincadeiras, "shows", cursos, palestras, vídeos e festivais -, buscando o desenvolvimento, a socialização e a psicomotricidade dos menores a que dá assistência. Em virtude de tais iniciativas, é justo que ela seja declarada de utilidade pública.

Conclusão

Pelas razões registradas, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 572/99 com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 9 de novembro de 1999.

José Milton, relator.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

84ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 21/10/99

O Deputado Márcio Cunha - Sr. Presidente, Sr. Secretário, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, gostaria de, em meu nome e em nome de diversos Deputados desta Casa, cumprimentar, especialmente, os membros da Comissão de Educação e também o Deputado Rogério Correia, membro da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que conduziram, com tanto êxito, o Seminário Legislativo Construindo a Política de Educação Pública em Minas Gerais. A discussão, hoje, sobre o norte da educação pública no Estado é um dever imperioso desta Casa e do Governo. O processo educacional público brasileiro, há muito tempo, vem necessitando de uma reciclagem e de uma reflexão para que possamos colocá-lo na linha de frente, como uma prioridade.

Nesse sentido, esta Casa tem se esmerado. Por isso, como ex-integrante da Comissão de Educação da Câmara Municipal de Belo Horizonte - presidindo-a por diversas vezes - e como ex-professor, gostaria de cumprimentar nossos colegas pela realização desse seminário. Embora não tenhamos tido a oportunidade de acompanhá-lo pessoalmente, durante todo o tempo, nossa assessoria o acompanhou na íntegra, não só trazendo subsídios para o nosso gabinete - para que possamos, por meio da nossa atuação, compactuar com todos os compromissos feitos -, mas também, quem sabe, para legislar sobre alguma matéria relacionada à questão educacional.

Outro assunto que me traz a esta tribuna, Sr. Presidente, é a votação que fizemos ontem com relação à criação da Secretaria Estadual de Turismo. Este parlamento deu uma resposta altiva e objetiva ao Poder Executivo. O Governador Itamar Franco, ainda em campanha, assumiu com o "trade" turístico do nosso Estado que efetivaria a Secretaria Estadual de Turismo, que encaminharia a esta Casa o projeto de criação da Secretaria. O Sr. Governador cumpriu o seu compromisso, enviando-nos esse importante projeto. Gostaria de cumprimentar todos os parlamentares que, direta ou indiretamente, debruçaram-se sobre esse assunto, homenageando de forma especial a Presidente da Comissão de Turismo desta Casa, Deputada Elbe Brandão, que exerceu um papel fundamental não só para o equacionamento final do projeto, com a criação da Secretaria, mas também pela não-extinção da TURMINAS. Como dissemos ontem aos parlamentares, desde a chegada do projeto a esta Casa posicionei-me contra a extinção da TURMINAS. Aliás, durante uma audiência com o Governador Itamar Franco - antes de S. Exa. enviar para esta Casa o projeto -, sugeri que, se ele, por acaso, retrocedesse na intenção de criar a Secretaria Estadual de Turismo, fizesse como fizemos na Prefeitura de Belo Horizonte, ou seja, não criamos a Secretaria Municipal de Turismo, mas redimensionamos a BELOTUR, que é a empresa municipal de turismo. Seria uma empresa não só para executar, mas, também, para formular; seria a mola propulsora do turismo na nossa Capital. Essa foi a sugestão que fizemos ao Sr. Governador. Para certa surpresa nossa, ao enviar o projeto, o Governador também propôs a extinção da TURMINAS. Felizmente, o Governo atendeu aos reclames desta Casa e concordou conosco, isto é, que a extinção da TURMINAS não seria a melhor forma. Assim, Sr. Presidente, está confirmada a empresa estadual de turismo, a TURMINAS, que prestou e prestará relevantes serviços ao Estado.

Sr. Presidente, quero, neste momento, fazer publicamente um esclarecimento à ilustre Deputada Elbe Brandão, que, com toda intimidade e respeito procurou-me, recentemente, porque em declarações que fiz, disse que o PRODETUR era um engodo. Quero retificar o que disse, porque eu estava um pouco equivocados, mas não tão equivocados assim. Procurei informar-me sobre o assunto, e, na verdade, o Governo passado prestou serviços com relação a isso, mas diria que foi moroso e incompetente por não haver conseguido equacionar tal questão, esperando que o atual Governo retifique e o faça.

Quero, diante da Deputada Elbe Brandão, retificar o que disse e reconhecer o esforço, não só do Governo passado, mas o da ilustre Deputada e de outros Deputados que se debruçaram sobre esse assunto. Mas, evidentemente, como Oposição no passado e Governo hoje, não posso deixar de dizer que faltou serenidade no processo, para que não tivéssemos o problema que estamos encarando hoje. Efetivamente, por falta de prazo, estamos convivendo com atraso com relação à questão do PRODETUR.

A Deputada Elbe Brandão (em aparte)* - Gostaria de deixar bem claro o empenho e a parceria de V. Exa. em todo o projeto e essa estrutura forte que não eu, não só a Comissão, mas o parlamento aprovou e espero seja sancionado na íntegra pelo Governador do Estado de Minas Gerais, Itamar Franco, para que o turismo tenha um rumo correto e sólido como merece.

Agradeço a V. Exa. pela retificação com relação ao PRODETUR. Existem prazos, o Governo Eduardo Azeredo começou, fez aprovação no Senado, fizemos um plano diretor, e agora, com muita competência, o Secretário Manoel Costa está dando continuidade a ele, e continuaremos lutando, não no papel de oposição, mas no papel de representante da minha região norte mineira e de toda a Minas Gerais. Muito obrigado.

O Deputado Márcio Cunha - Agradeço à ilustre Deputada Elbe Brandão pela sua gentileza e pela forma respeitosa com que V. Exa. tem conduzido não só a nossa Comissão de

Turismo, mas também o relacionamento entre nós, mesmo divergindo em uma questão ou outra, a respeito do Governo e de Minas Gerais.

Sr. Presidente, outra questão me traz à tribuna. Fiz questão de trazer esse assunto após esta Casa ter votado todos os projetos. São críticas que tenho visto, com uma certa justificativa, por parte dos diversos setores da imprensa, mas é importante também pôr os pingos nos is.

Um dos fatos que mais me impressionou neste início de legislatura - percebam que fui Vereador durante 16 anos em Belo Horizonte, e confesso-lhes que a vereança em Belo Horizonte é extremamente difícil, demanda tempo, dedicação, um trabalho grandioso, porque, nas últimas décadas, estatisticamente, é um dos municípios brasileiros que mais cresceu. E com isso cresceram também os seus macrop problemas, que fazem dela uma cidade extremamente difícil de ser administrada. Aqui estão ex-colegas meus, como os Deputados João Batista de Oliveira, Rogério Correia, Amílcar Martins, João Paulo, Elaine Matozinhos e tantos outros, que sabem muito bem da dificuldade que é exercer o mandato de Vereador em Belo Horizonte.

Mas, dizia que o que mais me tem impressionado nesta Assembléia Legislativa é a quantidade de trabalho que esta Casa tem feito e realizado, a quantidade de comissões de que participamos e o trabalho parlamentar de todos os Deputados.

Sinceramente, encantei-me com esse trabalho da Assembléia. Todos sabem que foi com a última Constituição que nós, parlamentares, quer em nível municipal, estadual ou federal, resgatamos o dever cívico maior de legislar e efetivamente poder fiscalizar e fazer as leis. Sem dúvida, foi com a última Constituição e as leis orgânicas das Câmaras Municipais que resgatamos essas prerrogativas.

Quero render a minha homenagem ao Sr. Presidente e a cada um dos Deputados que, nas suas comissões, têm dignificado o trabalho desta Assembléia Legislativa. Infelizmente, parte da grande imprensa não constata isso. Não revela o nosso trabalho nas comissões, diligenciando e representando a Assembléia Legislativa.

Hoje mesmo estaremos representando a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária na cidade de Patos de Minas. Faremos lá uma audiência pública sobre um projeto do ilustre companheiro Deputado Sebastião Navarro Vieira, que cria o código de contribuintes no Estado de Minas Gerais. Vejam a importância desse projeto. Estaremos lá representando a Assembléia, juntamente com outros Deputados, como Hely Tarquínio. Amanhã, estaremos em Araçuaí, acompanhando Deputados, especialmente os daquela região - tenho a certeza de que o xará, Deputado Márcio Kangussu, estará presente -, e tantos outros companheiros, ajudando o Governo do Estado, o Executivo, na proposta do Orçamento Participativo. Isso é só para dizer algumas das ações que estamos realizando nos últimos dias, e que faremos daqui para a frente. Portanto, considero importante termos esse espaço aqui para mostrar o que a Assembléia está fazendo, o que cada um dos Deputados está fazendo.

É evidente, Sr. Presidente, que as divergências políticas existem e sempre existirão. E é importante que assim seja. Quando cheguei aqui, brincava com alguns Deputados com quem tenho maior intimidade, dizendo: Olha, você é a nossa esperança. Espero que faça o papel de oposição, porque você vai estar vigilante para com as ações que estaremos praticando aqui, bem como com aquelas que o Governo Estadual praticará. O trabalho da Oposição é notório. O trabalho de protelar, algumas vezes, é, sem dúvida alguma, uma prerrogativa regimental que a Oposição tem e um respeito que este parlamento deve ter para com os Deputados. Portanto, quero, mais uma vez, homenagear V. Exas., porque, realmente, algo que me impressionou neste início de legislatura é como a Assembléia pode fazer muito pelo Estado de Minas Gerais e como cada um de V. Exas. se tem comportado e tem trabalhado, dignificando os votos que o trouxe a esta Casa. Parabéns a cada um dos companheiros da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais! Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão da oradora.

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, Deputado Anderson Aduato; Sras. Deputadas, Srs. Deputados, amigos da imprensa, a minha participação na tribuna deste Plenário no dia de hoje é, para, em primeiro lugar, saber a verdade. Vários comentários surgiram ontem à noite, na hora da votação, em relação à entrevista dada aos órgãos de comunicação deste Estado pelo Exmo. Sr. Governador, Dr. Itamar Franco. Chegou ao nosso conhecimento que o Sr. Governador teria dito que não precisaria de Deputados para governar Minas Gerais, que teria condições de governar de outras maneiras, sem a presença nem participação do Legislativo ou dos Deputados.

A verdade é que nós, que estamos na vida pública - não há muitos anos, aprendendo mais do que ensinando -, gostamos de saber da realidade dos fatos. Não gostamos de julgar as pessoas antes de saber o que realmente aconteceu. Por isso, dispus-me a buscar a fita da gravação da TV Globo e da TV Minas, para que fosse exibida em Plenário, para que os Deputados, os senhores amigos da imprensa e todos nós possamos ter condições de julgar, ou mesmo - quem sabe? - desculpar-nos em relação ao pronunciamento do Exmo. Sr. Governador - que hoje está licenciado - feito ontem à noite à imprensa de Minas Gerais. A repercussão foi muita, e quero deixar bem claro que a minha condição de oposição é aos atos administrativos, é ao Governo do Estado de Minas Gerais. Não tenho absolutamente nada pessoal com o cidadão Itamar Franco. Tenho algumas críticas a algumas ações já mostradas pelo atual Governo. Por isso tenho a coragem, a decência de andar na cidade onde foi Prefeito, assim como eu, na cidade onde está registrado, na cidade onde muitos anos morou com sua mãe, a saudosa D. Itália; a cidade de Juiz de Fora. Por isso, Sr. Presidente, pediria a permissão a V. Exa. e à Mesa para que exibisse, para todos nós, a entrevista, na íntegra, do Sr. Governador Itamar Franco, veiculada na TV Minas e também na TV Globo.

- Procede-se à exibição de vídeo.

O Deputado Alberto Bejani - Sr. Presidente, Srs. Deputados, acabamos de ver a entrevista de S. Exa. o Governador do Estado, Dr. Itamar Franco. Mesmo sendo oposição administrativa ou a alguns atos administrativos, ainda bem que não tomei nenhuma atitude antes que visse na íntegra a entrevista do Governador. É muito importante termos a responsabilidade, mesmo sendo da Oposição, de não julgar antes de conhecer a matéria.

Com referência ao episódio que diz respeito à votação de ontem, o recado foi muito mais para o chamado bloco da Situação do que para o da Oposição. Na verdade, o que está estampado nos jornais de hoje, onde o próprio Vice-Governador, que hoje está como Governador do Estado, Dr. Newton Cardoso, é que bastou um puxão-de-orelhas para que os Deputados votassem a matéria.

A mim não serviu o recado, porque minha posição continuou sendo a mesma: a de não permitir que a Secretaria da Segurança inventasse essa história de construção emergencial para fazer cadeias, obras com preço superior a R\$2.000.000,00 sem licitação. Isso afronta a própria lei que foi sancionada pelo Dr. Itamar Franco, quando Presidente da República, Lei nº 8.666, que estabelecia que era necessário fazer licitações, e o próprio Governo, de que S. Exa. é o comandante, aceita que o Secretário traga a esta Casa e seja aprovada - o pior é isso - emenda onde se extingue a licitação para construir, reformar e ampliar cadeias no Estado.

Mas, Sr. Presidente, o assunto principal é que chegou ao nosso conhecimento que o Governador teria dito: "Não preciso de Deputado para governar". Não posso mentir para mim, mesmo sendo Oposição. Não foi isso que vi nem ouvi na entrevista. Ouvi o Sr. Governador manifestar-se a respeito da matéria ontem aqui votada e também sobre o orçamento do Estado. Disse até - ouvi, e os senhores também - que é muito importante que haja respeito do Executivo para com o Legislativo.

Não vim à tribuna para defender o Governo, mas para defender a verdade. Portanto, para aqueles que chegaram a esta Casa ontem trazendo-nos a notícia mentirosa de que os Deputados não valeriam nada para o Governo do Estado, eis a resposta, em cores e ao vivo, do próprio Governador.

Parabenizo S. Exa. o Governador do Estado por ter tido respeito por esta Casa, o que, para mim, não é novidade. Embora não concorde com algumas ações políticas, não posso negar, em momento algum, que se trata de um homem que tem uma vida pública - ninguém duvida - com uma estrela iluminada.

Não são as minhas palavras, Sr. Presidente, que efetuarão a minha aproximação e me farão virar um boneco para balançar a cabeça para tudo que for feito pelo Governo do Estado.

Apenas pretendo sair daqui com a consciência tranqüila e com a certeza de que cumpri o meu dever e não cometi nenhuma injustiça nem fui irresponsável nesta Casa, que tanto admiro e em que hei de honrar o meu mandato até o final. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhores da imprensa, telespectadores da TV Assembléia, meus senhores e minhas senhoras,

amanhecemos, nesta quinta-feira, boquiabertos com as agressões sofridas pela democracia em Belo Horizonte, agressões essas que assustaram até mesmo a imprensa, cujos jornais, em suas edições, estampam, em grandes manchetes, a indignação que deve ser de todos os cidadãos de bem e amantes da democracia.

O jornal "Estado de Minas", por exemplo, fiel aos princípios que norteiam a verdadeira imprensa, estampa em manchete:

"Câmara de BH legisla na marra". E completa: "Casa reedita emendas "frankenstein" para aprovar temas polêmicos de interesse do Executivo".

Gostaria de ler para os caros colegas alguns trechos dessa brilhante reportagem feita por esse grande jornal "Estado de Minas". (- Lê:) "Foram aprovados na Câmara, de uma hora para outra, cerca de quatro projetos que tramitavam há bastante tempo naquela Casa. Um deles é sobre os "perueiros". Aqui fala em retrans: "sem que os perueiros soubessem, emenda proibindo o serviço é referendada em tempo recorde na Câmara Municipal".

Outras manchetes em retrans: "A participação da Prefeitura de Belo Horizonte no metrô definida em texto enxertado"; "Texto de projeto passa a concessão de água para o município".

No meio da reportagem, consta o seguinte parágrafo: "O empréstimo de R\$150.000.000,00 nem se fala. Há 2 anos, o projeto tramitava pela Casa, até ser rejeitado na terça-feira, e ressuscitar gloriosamente, ontem, em forma de uma emenda "frankenstein".

No caso da concessão da COPASA, por exemplo, o Executivo encaminha à Câmara Municipal, no mês de agosto, três projetos de lei, reformulando e mudando toda a concepção da prestação do serviço de saneamento, em Belo Horizonte. Num desses projetos, cria a política municipal de saneamento e, em outros, cria uma superintendência de água e esgoto. Esses projetos, até então, vinham sendo discutidos de maneira fechada, sem uma maior participação de todos os segmentos envolvidos, como a própria COPASA, como os demais Prefeitos da região metropolitana, sem nenhuma participação dos Prefeitos e Vereadores do interior do Estado; enfim, um projeto sendo discutido de uma maneira não muito transparente. Foi quando tivemos a oportunidade de abrir o debate a toda a sociedade, e esta Casa aprovou um requerimento, de minha autoria, possibilitando a realização de um grande debate público onde procuramos escutar todas as pessoas envolvidas. Naquela oportunidade, tivemos a participação de diversos segmentos da sociedade, de entidades de classe, da COPASA, da Prefeitura Municipal, tendo ficado patente, por todas as pessoas envolvidas, que aquele processo não vinha sendo discutido de uma maneira transparente, democrática. Quando tivemos a oportunidade de abrir esse debate, fomos surpreendidos por uma manobra espúria do Executivo Municipal de Belo Horizonte, quando, através de uma negociata, consegue aprovar numa tarde um projeto dessa envergadura, que é uma renovação de concessão da COPASA em Belo Horizonte, onde estão envolvidos não só o Município de Belo Horizonte, mas todos os municípios da região metropolitana e até mesmo os do interior do Estado. Tivemos, aqui, em debate público, uma denúncia do Presidente da AMBEL dizendo que o assunto deveria ser discutido no âmbito daquela entidade, e não de uma maneira fechada e particular entre o Governo do Estado e o Prefeito de Belo Horizonte.

É como se sepultássemos a nossa história política, desconhecêssemos as atividades ativistas e exemplos que nos legaram homens como Milton Campos, Benedito Valadares, Juscelino Kubitschek, José Maria de Alkimim, entre outros expoentes da democracia.

Justamente um governo que se autodetermina social, utiliza-se de subterfúgios, expedientes espúrios e métodos ditatoriais, para fazer prevalecer seus interesses, retirando do debate com a sociedade os assuntos que deveriam ser discutidos democraticamente e, democraticamente, votados.

Como já havia feito, há duas semanas, quando, através de emendas "frankenstein", deu aumento para seus auxiliares diretos, em detrimento dos demais servidores e conseguiu autorização para terceirizar a SLU. Ontem, o Dr. Célio de Castro conseguiu impedir, definitivamente, os "perueiros" de trabalhar, conseguiu autorização para endividar ainda mais a PBH, através da tomada de empréstimo de R\$150.000.000,00, conseguiu a autorização para se associar ao Metrô e rompeu com a COPASA, passando por cima de todos os princípios de convivência, transferindo para a SUDECAP os serviços de água e esgoto da Capital.

Indignado, tanto quanto a imprensa e os cidadãos de bem, reiteramos dessa tribuna, de onde, por nossa iniciativa, partiu o primeiro brado contra a municipalização da COPASA, a reafirmação de que iremos até as últimas consequências contra as ações adotadas pelo Prefeito, contrárias aos interesses da população de Belo Horizonte, porque a COPASA tem a aprovação da população. Conforme verificado em recente pesquisa realizada em Belo Horizonte, a COPASA tem um índice de aceitação da ordem de 86%.

Diante da agressão à democracia, ontem, na Câmara Municipal, atos premeditados engehadados pelo Prefeito Célio de Castro, que, assumindo o papel de "general do mal", reuniu líderes partidários que, em troca de favores, acabaram prestando um grande desserviço à democracia e aos interesses maiores da população de Belo Horizonte e de Minas Gerais.

Ao evidenciar, desta tribuna, o meu veemente protesto contra a forma de agir do Prefeito Célio de Castro, quero fazer minhas as palavras publicadas hoje pelo grande jornal "Estado de Minas": "A prática confirma que o Prefeito Célio de Castro desistiu, ao menos por enquanto, de utilizar as vias mais democráticas de aprovação de projetos de interesse do Executivo".

O Deputado Amílcar Martins (em aparte) - Meu caro Deputado Fábio Avelar, quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento, pela justeza, pela coragem e pelo acerto da denúncia que V. Exa. faz. É preciso que todos os homens de bem, que gostam de Belo Horizonte, que amam Belo Horizonte, que vivem nesta cidade, que têm compromisso com a população de Belo Horizonte, compartilhem com V. Exa. dessa denúncia, de todo o descabimento que acontece hoje na Prefeitura de Belo Horizonte, que, ao longo de mais de três anos, não fez nada em defesa dos interesses legítimos da nossa população. Um homem que foi eleito com o slogan de "Dr. BH", que deixou a situação da saúde pública em Belo Horizonte chegar a um nível intolerável e inacreditável, enfim, um homem que agora mostra sua verdadeira face, numa grande parceria, numa parceria sincera e de identidade com o Governador Itamar Franco, mostrando também as suas garras de um homem antidemocrático, mostrando que não tem vocação para conviver com a democracia e que quer impor sua vontade, por intermédio de qualquer instrumento de que possa dispor, como a imposição do aumento de salário de seu Secretário, num momento de dificuldade do funcionalismo. Todos os outros gestos desse Prefeito mostram aquilo que já dizia há alguns anos: é apenas um projeto político pessoal. Ele, que, de braços dados com o Governador Itamar Franco e com Newton Cardoso, já foi, talvez, o principal responsável pela sua vitória nas eleições de 1996, foi seu principal operador e financiador, e todos sabem disso. Agora, enfim, cai definitivamente qualquer prurido de democrata, assumindo, de forma aberta e escancarada, os seus propósitos e métodos de agir.

Quero cumprimentar V. Exa. e dizer que a Bancada do PSDB, na Câmara Municipal, sobretudo por intermédio do Vereador José Lincoln Magalhães, tem tido a honradez, a hombridade e a coragem de fazer essa denúncia. É preciso que também os Deputados desta Assembléia façam o mesmo, porque trabalhamos em Belo Horizonte, que é a cidade de todos os mineiros, a Capital de Minas, é o ponto de convergência de todos os mineiros e também temos muito a ver com o que está acontecendo na vida política e administrativa de Belo Horizonte. É por isso que vamos, nas eleições do ano que vem, dar a resposta que o Prefeito Célio de Castro merece, derrotando-o nas urnas, com o voto da população, esse homem que traiu os compromissos que firmou ao longo de sua campanha.

Tenho certeza de que, através de uma grande costura política, vai ser possível derrotar e afastar, definitivamente, da vida de Belo Horizonte esse homem que nada fez em benefício da nossa cidade. Meus parabéns, Deputado.

O Deputado Fábio Avelar - Agradeço o aparte, Deputado Amílcar Martins, e o apoio de sua bancada, o PSDB, nessa luta.

Faço um apelo a todos os Deputados e, principalmente, ao Líder do Governo, Deputado Alberto Pinto Coelho, que tem mostrado coerência nesta Casa: que leve, em nome da nossa bancada e da Assembléia Legislativa, um apelo ao Governador do Estado, para que lute pela preservação da COPASA-MG, faça por ela o que tem feito tão bravamente em defesa de Furnas e da CEMIG. Não temos dúvida alguma de que a titularidade dos serviços de saneamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte não é competência dos municípios, mas do Estado de Minas Gerais.

Portanto, fazemos esse apelo: que o Governador lute pela sobrevivência da COPASA-MG. Fazendo isso, estará defendendo o interesse da grande maioria dos municípios menores do nosso Estado, que não têm condições de suprir, por si sós, esse serviço tão importante para a população. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Irani Barbosa* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, as palavras do Governador Itamar Franco com relação às denúncias que fizemos, através da imprensa, e dos

requerimentos em que pedimos o comparecimento do Diretor-Geral do DER-MG, do Secretários de Transportes e Obras Públicas e da Fazenda suscitaram algumas dúvidas a respeito de provas de corrupção e tudo o mais.

Gostaria de saber como entende um Governador do Estado uma caixinha que passa por três governos, sem definição para onde vai o dinheiro. A forma de arrecadar, sabemos; mas como é gasto e a prestação de contas, não. Essa caixinha somente é comandada pelo Secretário de Estado, pelo Diretor-Geral e pelos Diretores do DER-MG. É muito estranho que tudo aquilo que acontece dentro do DER-MG seja sempre colocado como se alguém estivesse jogando pedras sem provas. Vamos começar a levantar uma série de coisas. Espero que o Governador Itamar Franco, com a sua determinação, possa acabar com a corrupção, possa ter elementos para combatê-la.

Estamos encaminhando uma denúncia à Procuradoria-Geral da República, porque é de uma gravidade ímpar. Quando falo de corrupção de caixinha do DER-MG, não abordei uma das questões mais importantes, porque estamos começando a formulá-la agora. Ela vai produzir uma rede muito grande de "cano" ao INSS, patrocinada pelo DER-MG. Vou explicar como. Estou fazendo um requerimento ao Antônio Erdes Bortolleti e ao Secretário de Transportes e Obras Públicas, Dr. Maurício Guedes, solicitando alguns esclarecimentos: quais concessões de transporte coletivo intermunicipal e da região metropolitana foram transferidas, nos últimos 20 anos, pelo DER-MG? Estou solicitando os documentos de todas as concessões que foram transferidas de uma empresa para outra, nos últimos 20 anos. Não pretendo provar nada, pois as provas já estão lá. Recentemente, fiz parte do Conselho de Transporte do DER-MG e enchi o órgão de requerimentos sobre essas empresas transferidas, com fraude para o País, o Estado e o cidadão. A última empresa de transportes transferida foi a Grevi Prado, que, praticamente, faliu, na região metropolitana, com um débito de quase R\$4.000.000,00 no INSS. A concessão dessa empresa foi transferida para uma empresa de Pedro Leopoldo, cujo nome inteiro desconheço, sei apenas que é UNIR, com a conivência do DER-MG, ou seja, a concessão foi transferida de uma empresa para outra, e a empresa à beira da falência já está falida, sem nenhum bem para garantir o ressarcimento do INSS. Antes dessa, todas as empresas que foram transferindo suas concessões deram o "cano" no INSS.

Estou juntando uma farta documentação, que apresentarei à Casa no dia em que o Secretário de Transportes e o Diretor-Geral do DER-MG aqui estiverem. Essa documentação será dirigida à Procuradoria-Geral da República, à Polícia Federal, ao Ministério Público e à Promotoria de Defesa do Patrimônio Público, pois esse é um dos fatos mais graves que já ocorreram no País. É uma verdadeira quadrilha de "cano" ao erário público, com o patrocínio exclusivo do DER-MG. E isto não é característica desse ou daquele Diretor, do Governo Itamar Franco ou Eduardo Azeredo ou Hélio Garcia, mas de todos os Governos, que patrocinaram essa bandalheira no Estado de Minas Gerais. O transporte coletivo faz a bandalheira que quer na região metropolitana, recolhendo quase 40% dos horários de transporte, enquanto o povo vai sendo massacrado.

Já fiz essa denúncia uma vez: isso ocorre com a conivência, com a cumplicidade do Governo, pois não estamos vendo nas ruas polícia para prender bandidos, mas vemos, por todos os lados, polícia para prender os "perueiros", protegendo os empresários de transportes. As peruas são a única alternativa decente encontrada pela população para poder fugir desse massacre que é o transporte coletivo da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Sendo assim, estou trazendo denúncias claras e vivas, como já fiz.

Falaram que havia feito colocações a respeito dos médicos, que estariam assinando boletas falsas, etc.; recentemente, o "Estado de Minas" publicou várias denúncias a respeito. Esperam passar muito tempo, para depois publicar tudo o que falei, que tem comprovação e é verdade. Estou enviando essa documentação para a Procuradoria-Geral da República e para todos os lados. Estou, também, mandando uma pasta especial para cada Deputado e uma especial para o Governador Itamar Franco, a qual quero entregar em mãos. O meu interesse não é dizer que, em seu Governo, há corrupção, mas que ela pare, pois ele já disse que, em seu Governo, não haverá corrupção. Compreenderei todas as dificuldades que ele, assim como os outros Governos, teve para evitar esse procedimento, mas vamos subir a esta tribuna, a cada dia, para trazer as novidades, pois esperamos estar contribuindo para poder sanar os problemas do Governo, dando-lhe condições de governabilidade, mesmo que o Governador Itamar Franco considere que estou querendo denegrir seu Governo, "lavando roupa suja", etc. Estarei trazendo e mostrando o que tenho para mostrar. Nunca fugi da minha responsabilidade.

Além disso, gostaria de pedir ao Governador Itamar Franco, quando se referisse aos Deputados que se vendem ou fazem troca de cargo, que mencionasse apenas 76 Deputados, pois o Deputado Irani Barbosa nunca bateu em sua porta para pedir absolutamente nada.

Nunca ofereci troca por coisa alguma do Governo dele. Então, quando quiser denegrir a imagem de Deputados, falando que há vendilhões, que se vendem, Deputados que façam o que quiserem, pode ter a certeza de que sempre fiz o que quis, não devo absolutamente nada ao Dr. Itamar Franco, ao seu Governo ou a qualquer Governo que seja. Sempre fui independente, estou com 49 anos de idade, estou no meu quinto mandato, pretendo continuar independente, contra tudo e contra todos. Não me submeto absolutamente a ninguém. Aprendi que, para se ter o nariz em pé, é preciso ter independência e competência. Quero continuar dessa mesma forma, livre, liberto e soberano, mas mostrando toda a bandalheira de que muita gente participa, fica encoberta, e ninguém tem coragem de denunciar. Quero que isso seja encerrado no Governo Itamar Franco, pois disse que tem condições de fazer com que toda a corrupção termine no Governo dele. Vamos mostrar. Podem ter a certeza disso. Não disse, em momento algum, que participa dessa corrupção, mas vou mostrar que, no Governo dele, há bandalheira, como em qualquer outro.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Deputado Anderson Aduato; Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores, imprensa; gostaria de iniciar a minha fala fazendo a leitura de algumas correspondências, dirigidas pela Secretaria de Administração e pelo DER-MG à Prefeitura de Verdelandia e a algumas associações microrregionais. Início fazendo a leitura da correspondência encaminhada ao Prefeito Municipal de Verdelandia, Sr. José de Souza Gomes. (- Lê:)

"Sr. Prefeito:

Considerando que até a presente data não foi devolvido a esta Secretaria o veículo placa GMG-5292, cedido a essa Prefeitura, comunico a V. Exa. que, nesta data, está sendo enviado expediente à Procuradoria-Geral do Estado e à Procuradoria-Geral da Justiça para adoção das medidas jurídico-administrativas que o caso requer.

Atenciosamente,

Prof. Sávio Souza Cruz, Secretário de Estado."

Pode parecer uma correspondência normal, corriqueira, mas trata-se da cessão de um veículo àquela Prefeitura há, mais ou menos, três anos. Foi cedido um Fiat, ano 1986, que saiu de Belo Horizonte em cima da carroceria de um caminhão. O Prefeito desceu esse carro diretamente em uma oficina mecânica, sendo feito serviço completo de motor, lanternagem e troca dos quatro pneus. Enfim, o carro foi totalmente reformado. A Prefeitura, segundo nota em seu poder, gastou, naquela época, mais de R\$2.800,00. O carro não valia nada, e a Prefeitura gastou aquela quantia para colocá-lo em funcionamento. Esse veículo está sendo usado no programa de educação do município, em face de um acordo feito entre a Prefeitura e o Estado, para a municipalização da escola.

Hoje, o Secretário Sávio Souza Cruz está tomando medida jurídica policial para buscar o veículo. Certamente, o Prefeito também deve tomar alguma medida jurídica, assegurando a permanência do veículo, que pertence muito mais ao município do que ao Estado, porque, naquela época, se o carro valia determinada quantia, a Prefeitura gastou duas vezes mais para colocá-lo em funcionamento. Posteriormente, comentarei mais a respeito dessa correspondência.

Tenho mais duas correspondências do DER-MG; uma é encaminhada à Associação dos Municípios da Microrregião da Área Mineira da SUDENE - AMAMS. A outra é dirigida à Associação dos Municípios da Microrregião do Alto Jequitinhonha - AMAJE. As duas correspondências são assinadas pelo Diretor-Geral do DER-MG, Dr. Antônio Erdes Bortolleti.

Sr. Presidente, vou ler só uma delas, porque ambas tratam do mesmo assunto. (- Lê:)

"Em razão do encerramento do prazo de vigência, em 16/9/99, do Convênio nº APC-7.06.05/94, entre o DER-MG, a AMAMS e a AMAJE, informamos que nossa Coordenadoria Regional fará imediato recolhimento dos equipamentos cedidos a essa Associação: uma camionete, uma retroscavadora, quatro motoniveladoras e um trator de esteira.

Cordialmente,

Engº Antônio Erdes Bortoletti."

Acho que deve estar acontecendo um lamentável engano, porque essas Associações - e já foi denunciada uma outra associação microrregional - têm prestado grandes serviços aos municípios. Conheço a AMAMS, a AMAJE, são associações que atuam em regiões extremamente pobres. São milhares e milhares de quilômetros de estradas vicinais, estradas municipais que são atendidas por esse maquinário das Associações.

O Prefeito Ronaldo Mota Dias, Presidente da AMAMS, confessava-me, ainda há pouco, que, somente nessa frota, ele gastou, recentemente, mais de R\$30.000,00, recursos cedidos pelos municípios, através do desconto de 0,5% do ICMS e do FPM, para manter a frota funcionando. E vem o DER-MG solicitar o imediato recolhimento desse maquinário.

Entendo, Sr. Presidente, que uma atitude dessa natureza tem que partir para uma ampla discussão, um amplo diálogo com as Prefeituras. Não é possível que uma correspondência como esta venha a afetar, como está afetando sobremaneira, a vida desses municípios. Estou profundamente incrédulo, magoado, chateado com essa correspondência, porque entendo que o DER-MG sozinho, mesmo com esse maquinário, não vai poder continuar dando assistência.

Aqui temos Deputados de todas as regiões, e acho que isso acontece não só no Norte de Minas e na região do Jequitinhonha, mas deve acontecer, sim, nas regiões ricas de Minas - Triângulo, Sul e na região de Juiz de Fora.

Entendo que o respeito entre o Estado e os municípios deve prevalecer. Essas microrregiões não estão com o maquinário para colocar de amostra. Esse maquinário trabalha diurnamente, de segunda a segunda, fazendo com que as estradas sejam patroladas, cascalhadas, as crianças possam, segundo o programa do próprio Governo do Estado e das escolas, por meio do projeto de nucleação, ir e vir. Não é possível que essas máquinas sejam recolhidas da forma como está sendo proposto.

Quem faz o Estado andar são os municípios. E nenhum município hoje tem condição de comprar um caminhão, uma motoniveladora ou, simplesmente, um trator de esteira. Mal conseguem pagar suas folhas de pagamento e o combustível dessas máquinas. Mal conseguem manter o serviço de saúde pública e a educação. Todas as Prefeituras estão no vermelho, à exceção de dois ou três municípios privilegiados. Os 853 municípios de Minas Gerais estão passando por verdadeiras dificuldades.

É grande o número de municípios em que o funcionalismo está com o pagamento atrasado. Priorizam o setor social, e o que sobra não dá para o custeio. Então, o anjo da guarda desses municípios tem sido essas associações. Desconheço uma denúncia de que qualquer dessas associações esteja usando mal essas máquinas. Todas elas prestam grande serviço. Pediria à Presidência e aos Deputados que façamos um apelo ao DER. O Dr. Antônio Bortoletti, que esteve aqui, é uma pessoa extremamente preparada, é o homem certo no lugar certo. Devemos ir a ele, e, através de ofício, chamá-lo para vir aqui, a fim de que possamos dialogar. Acredito que tenha havido algum equívoco.

Com relação à questão do nosso colega Sávio Souza Cruz, que é Deputado, homem que tem vasta experiência parlamentar, que foi Vereador de Belo Horizonte e presidiu a Câmara Municipal, penso que está fazendo uma verdadeira caça às bruxas, numa atitude política até mesmo irresponsável. Deveria sentar-se numa cadeira dessas antes de ocupar a cadeira de Secretário de Estado. Deveria receber os Prefeitos, saber o que está acontecendo, mas nem esquentou a cadeira. Tomou posse num dia à noite e no outro, de manhã, já estava na Secretaria de Administração. Não tem contato com as Prefeituras, não sabe o que acontece no Estado. Pediria ao Dr. Sávio, ao ex-Vereador, ao Deputado Estadual, que viesse aqui, que abrisse o seu gabinete, que abrisse as suas portas aos Prefeitos deste Estado, para sentir o clamor, o volume enorme de reivindicações das Prefeituras, e, não, recolhesse veículo que serve para a educação de um pequeno município às margens do rio Verde Grande, no Norte de Minas, que tem 6 ou 7 mil habitantes, 0,6 de FTN, que recebe, no total, pouco mais de R\$100.000,00 para transformar aquele município, e que agora vai ter recolhido esse carro, um Fiat 1986, que só não está caindo aos pedaços porque o Prefeito o consentou. Talvez vá lá a Polícia Militar buscar esse Fiat. Isso é um absurdo! Não é esse o relacionamento que queremos com S. Exa., o Sr. Governador do Estado. O Sr. Governador tem de entender que, acima de qualquer fato, existe o diálogo. Acredito que ele não saiba o que está acontecendo, nem mesmo pelo vídeo ele tomou conhecimento. Muito do que acontece no Governo não podemos creditar ao Governador Itamar Franco. Creio que ele está por fora do que está acontecendo.

O Deputado Chico Rafael (em aparte) - Estou ouvindo atentamente as observações de V. Exa., com quem faço coro, a respeito das máquinas que estão à disposição das associações microrregionais. Estava ainda há pouco no meu gabinete com uma comissão de Prefeitos do Sul de Minas, que manifestavam, justamente, essa preocupação com relação ao plano do DER de retirar as máquinas que estão a serviço das associações microrregionais. Acredito que o DER terá alternativas. Acredito que a diretoria do DER é sensível a essa questão e sabe que se retirar essas máquinas das associações microrregionais os pequenos municípios irão sofrer muito e, quiçá, ficar sem estradas, porque a maioria dos municípios do interior tem 100% das suas estradas de terra batida, então essas máquinas fazem um grande serviço. Se nós, Deputados Estaduais, fizermos um trabalho junto à diretoria do DER, certamente conseguiremos mudar essa situação.

Com relação às observações que V. Exa. fez a respeito do Deputado Sávio Souza Cruz, que hoje ocupa a Secretaria de Administração e Recursos Humanos, não possuo aqui nenhuma procuração para fazer a sua defesa, mas é um homem que pertence ao nosso partido, e acredito que nos fornecerá elementos suficientes para, pelo menos, sustentar em Plenário as suas decisões com relação ao que V. Exa. está se referindo.

O Deputado Márcio Kangussu (em aparte)* - O Deputado Carlos Pimenta, como sempre, levanta um problema do mais alto interesse dos municípios. Principalmente nós, que representamos as regiões mais carentes, sabemos quando essas decisões arbitrárias afetam diretamente os municípios.

Tenho uma informação, Srs. Deputados, de que ontem em Brasília esteve reunida a Associação Mineira dos Municípios com os Presidentes das associações microrregionais, vários Deputados desta Casa também já fizeram a denúncia, e parece que o Governo está recuando e não vai mais retirar as máquinas. Se houver a concretização dessa ação, haverá todo o prejuízo que o Deputado Chico Rafael, acaba de relatar. Há mais ou menos 90 dias, quando houve denúncias relacionadas às atitudes arbitrárias, autoritárias, ditatoriais do Secretário Sávio Souza Cruz, o Deputado Chico Rafael disse que iria procurar maiores informações. Parece que nem mesmo para o seu partido, o mesmo do Deputado Chico Rafael, o Secretário Sávio Souza Cruz dá satisfação.

E outra informação mais grave: ele, conversando com um parlamentar colega nosso que fez uma intervenção para que deixasse um carro em uma cidade do vale do Jequitinhonha, quis saber primeiro se não estava falando em meu nome, porque, se fosse um pedido meu, não seria atendido. Isso mostra claramente a discriminação, a forma autoritária, a perseguição com que esse senhor, investido da condição de Secretário, está tomando atitudes aqui em Minas Gerais. É o que o senhor acabou de dizer, o Governador Itamar Franco não sabe os auxiliares que tem.

O Deputado Carlos Pimenta - Só para terminar, Sr. Presidente, quero deixar registrado primeiro essa denúncia de atitudes absolutamente antidemocráticas, absolutamente contra nossas Prefeituras, e também o meu apelo. Se eu não puder fazer tal convite ao Sr. Sávio, gostaria que o Deputado Chico Rafael o fizesse em meu nome porque, dessa forma, talvez, o Sr. Sávio Souza Cruz possa se dar conta do que está fazendo, da atitude arbitrária que está tendo, da atitude até mesmo antidemocrática com os municípios mineiro. Muito obrigado.

*- Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, quero inverter o processo. Não vou discutir o parecer de inconstitucionalidade do projeto do Pastor George, mas sim cumprimentá-lo pela feliz iniciativa e pelo trabalho que teve em elaborar um projeto de extrema importância para o funcionalismo do Estado. Trata-se de projeto que dispõe sobre política estadual de preparação do servidor público para se aposentar. O Deputado Pastor Jorge deixa claro, através desse projeto, que o servidor público próximo ou perto de aposentar necessita mais do que nunca do suporte do empregador, que no caso é o Estado. Inclusive, preparando programas de saúde própria do servidor, para que este possa sair do serviço indo para a sua vida particular, depois de ter prestado grande trabalho ao nosso Estado, e tenha pelo menos condições físicas, psíquicas e totais de poder ingressar nesse mundo longe de seu trabalho e de tudo o que estava acostumado a fazer.

Estranhamente, a Comissão de Justiça dá o parecer pela inconstitucionalidade. O que há de inconstitucional em o Estado preparar um projeto dessa natureza, a exemplo do que acontece em outros Estados brasileiros? Nesses, não é inconstitucional, mas, em Minas, é.

Não sou advogado, sou médico. Não tenho nenhuma vivência jurídica, mas não é preciso ser doutor em justiça para analisar e aplaudir esse projeto. Com a devida vênia aos doutores

Consultores desta Casa, com todo o respeito que tenho ao corpo jurídico da Assembléia Legislativa, que é um dos mais competentes que conheço, esse parecer não pode nem deve ter o carimbo de "inconstitucionalidade". É necessário que este Plenário, que é soberano, possa fazer justiça, possa dar oportunidade de o projeto retornar para uma ampla discussão.

O servidor público, depois de uma certa idade, não tem nenhuma prerrogativa. Qualquer trabalhador, depois dos 45 anos, é considerado velho. Não pode entrar, por exemplo, no programa de casa própria, apesar de a expectativa de vida dele ser de mais 20, 25 anos. As pessoas da terceira idade, neste Estado, não têm direito a programas especiais, a atendimento especializado.

Enfim, não se reconhece o esforço que esse trabalhador fez durante toda a sua vida, e, agora, a Casa quer cometer mais essa arbitrariedade, essa agressão, essa violência contra ele.

Parabéns, Pastor George. O senhor, como homem público, pai de família, pessoa extremamente ligada ao ser humano, pastor de uma igreja respeitada, senti a necessidade de preparar esse projeto, e o fez com muito carinho. Não vai ser esse parecer que vai jogar por terra as suas pretensões, todo o seu trabalho.

Peço aos colegas que derrotemos esse parecer, porque, aí, sim, estaremos fazendo justiça, devolvendo ao trabalhador do Estado de Minas Gerais as prerrogativas mínimas de dignidade, para que possa, ao fim da sua caminhada, saber que não está desamparado, que vai ter assistência física, de saúde, psicológica, e que, de cabeça erguida, possa dizer que cumpriu o seu papel e ajudou a construir o Estado de Minas Gerais.

O Deputado Pastor George (em aparte) - Quero parabenizar V. Exa. pela lucidez. É bom saber que esta Casa, realmente, tem homens com perfil público da envergadura de V. Exa.

Por esse projeto, estamos cuidando de nós mesmos, porque o futuro do Brasil é o futuro de pessoas idosas. O Brasil caminha para ser um país idoso. E o projeto que está em vista tende a resguardar esse futuro.

Quero, com o pronunciamento de V. Exa., encorajar-me para essa luta para que esse projeto seja aprovado. Que os nobres pares realmente se empenhem para que possamos contribuir um pouco para o futuro do País. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Só para concluir, gostaria de ler apenas cinco itens que fundamentam todo o projeto, formam o seu corpo. (- Lê:)

"Fica a cargo da Secretaria de Estado de Recursos Humanos e Administração promover cursos de preparação ao servidor público ao se aposentar, dentro das diretrizes da política estadual:

I - preparação psicológica através de programas e treinamento sobre terapias ocupacionais ministradas por psicólogos."

O que tem de inconstitucional nisso? (- Lê:)

"II - orientações, através de aulas sobre cuidados com a saúde, a alimentação, os exercícios físicos, manter qualidade de vida, entre outros, ministradas por médicos." É inconstitucional? (- Lê:)

"III - orientações referentes a ordem física, esportes e outros tratamentos afins, ministrados por fisioterapeutas." É inconstitucional? (- Lê:)

"IV - durante a vigência do curso, incentivar a transmissão de informações do servidor público aos servidores mais jovens, como meio de garantir a continuidade e a identidade cultural."

É a garantia do Estado de continuar, independentemente de quem venha a governar, a participar da formulação, do acompanhamento e dá avaliação do curso previsto nessa lei.

Eis a resposta ao parecer dado. Com todo o respeito que tenho aos juristas desta Casa, fico com o bom-senso, fico com o projeto de V. Exa., fico com o servidor deste Estado.

O Deputado Marco Régis - Sr. Presidente, Srs. Deputados, lamentavelmente, queremos ocupar esta tribuna para tratar de assunto idêntico ao aqui manifestado, ontem, pelo Líder do PFL, Deputado Sebastião Navarro Vieira, e hoje, pelo Líder da Minoria, Deputado Carlos Pimenta, que foi aparteado pelo meu companheiro do PPS, Vice-Líder, Deputado Márcio Kangussu.

O assunto é deveras desagradável, e temos a certeza de que, muitas vezes, o nosso debate vespertino da Assembléia pode estar sendo acompanhado por S. Exa. o Secretário de Estado Henrique Hargreaves. Queremos fazer um apelo, em nome desta Casa Legislativa, porque nós pretendemos valorizar esse Governo, apoiá-lo, defendê-lo, e, particularmente, eu o tenho feito, em nome da defesa de Minas Gerais e do Brasil, da posição nacionalista encampada pelo Governador Itamar Franco. Nesse sentido, assumimos a defesa do seu Governo, nesse confronto, que deve ser levado até o fim, com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, na defesa das teses nacionalistas por ele abraçadas, principalmente no caso de Furnas. Assim sendo, agora que constituímos uma bancada, temos de conviver e respeitar a opinião dos colegas, mas nossa posição, já manifestada em visita a S. Exa. o Secretário da Casa Civil, Dr. Henrique Hargreaves, é a de que o PPS adotar uma posição de defesa dos interesses de Minas Gerais.

Temos a certeza de que, neste momento, estamos sintonizados com as posições do Governador Itamar Franco. Por isso mesmo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, aqueles que nos ouvem pela TV Assembléia, possivelmente até nosso Secretário Henrique Hargreaves, achamos lamentável que setores do Governo possam estar se desgastando naquilo que aqui foi denunciado pelo Líder do PFL, Sebastião Navarro Vieira Filho, e pelo Líder da Minoria, Deputado Carlos Pimenta, que é o recolhimento de equipamentos das Associações Microrregionais de Prefeitos. Recebemos aqui, ontem, com data de 19/10/99, da Associação dos Municípios da Microrregião da Baixa Mogiana, assinado pelo Sr. Secretário Executivo, Ranulfo Pereira, um ofício pedindo nosso apoio e intercessão junto ao DER. Quero crer, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o Departamento de Estradas de Rodagem não seja um subgoverno, que faça parte de um todo governamental; que o DER não possa estar sendo utilizado como outra facção política desse Governo; que o DER esteja unido ao atual Governo e que, nessa sintonia, possa dar satisfações ao Sr. Governador, aos demais Secretários, ao próprio Vice-Governador; que o DER comete um deslize imperdoável e com isso causa desgaste ao Governo, ao enviar correspondências às associações microrregionais de Prefeitos, no caso comunicando o encerramento do prazo de vigência de convênio com a Associação dos Municípios da Microrregião da Baixa Mogiana - AMOG -, em 20/9/99, com sede na cidade de Guaxupé, região essa da qual sou o único Deputado com domicílio eleitoral, mas região da qual faz parte também o velho companheiro e amigo, Deputado Rêmolo Aloise, que é da cidade de São Sebastião do Paraíso, mas tem bases eleitorais dentro da AMOG. Tenho a certeza de que o Deputado Rêmolo Aloise também pode ter sido informado a respeito desses acontecimentos.

Voltamos a repetir que esse deslize é o de que, vencido um convênio de cessão de máquinas para municípios - e isso está ocorrendo em todo o Estado -, veículos e máquinas fabricados em 1981, 1984, que é a média dos veículos que trato nesse documento, portanto, com mais de 15 anos de cessão e de uso por associações microrregionais, venha, inabilmente, o DER, comunicar que o convênio está vencido e que vai fazer o recolhimento imediato.

Sem dúvida, uma ameaça desnecessária e despropositado, que perturba e desgasta o Governo do Dr. Itamar Franco, enquanto membros deste Governo, em funções estratégicas e em cargos de confiança, como o Diretor-Geral do DER, Dr. Antônio Erdes Bortoletti, assinam documentos desse tipo, que vão funcionar em todo o Estado como uma ameaça do DER sobre as já debilitadas Prefeituras.

Não vejo sentido em dizer que essa maquinaria vai ser recolhida. Seria mais sensato e plausível, por parte do DER e, por consequência, por parte do atual Governo, comunicar às associações microrregionais de Prefeituras que o convênio está expirado e que ficam convocados os Prefeitos e Presidentes de associações microrregionais para vir a Belo Horizonte tratar do assunto. Isso seria menos contundente e ameaçador, mais político, sensato e plausível, Sr. Presidente. Aqui, a ameaça poderia ser feita veladamente, contundentemente aos Prefeitos, se assim fosse desejado. Dessa outra maneira, é muito explícito, e não sei se é uma maneira autoritária de se governar.

Na verdade, não vejo o porquê de dizer que vai se recolher, de imediato, uma caminhonete Fiat 86, essas tão definidas caminhonetes da Fiat, que não resistem a cinco anos de uso, já com 15 anos de uso; a retroscavadeira Case 1981.

Apresento o ofício que nos foi enviado pelo Secretário Executivo da Associação dos Municípios da Microrregião da Baixa Mogiana - AMOG -, com sede, repito, em Guaxupé, Sul de Minas. Em 1988, diz o ofício, a patrulha cedida à AMOG, pelo DER, trabalhou 5.024 horas. Até setembro deste ano, 4.610 horas. Alguns podem dizer que essas máquinas podem trabalhar 8 mil ou 10 mil horas. Refutamos, porque esses equipamentos têm mais de 15 anos de uso. Por conseguinte, são equipamentos que se estragam e necessitam de oficina freqüentemente. Por isso, cai o rendimento na prestação de horas de serviço. Fomos Prefeito da cidade de Muzambinho, município da região da AMOG. Por muitas vezes, em nosso mandato, contratamos a patrol da AMOG para auxiliar as nossas próprias na conservação e abertura de estradas do nosso município.

Esses equipamentos cedidos a nós, Prefeitos, estragavam-se e voltavam para a sede da associação, que fazia os reparos necessários.

Digo o que consta no ofício do Sr. Ranulfo: "Devemos ressaltar ainda que o Estado repassou os equipamentos, mas toda a manutenção é feita com recursos da Associação, e, no período de janeiro a setembro de 1999, a AMOG gastou R\$45.122,86 em peças de reposição e serviços mecânicos".

Portanto, não vejo o porquê de uma manifestação truculenta por parte do DER, pedindo, através de um ofício, sem a devida delicadeza, o cumprimento do convênio expirado e a ameaça do recolhimento imediato dos equipamentos. Como disse, poderia ser mais fácil convidar o Presidente da Associação para vir aqui. Falo também por ele, Prefeito de Areado, Dr. Pedro Francisco da Silva, competente e profícuo, no momento ocupando a Presidência da AMOG. Anteontem, ele, através de seu Secretário Executivo, fez, por telefone, esse apelo, que foi oficializado por fax.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira (em aparte)* - Agradeço muito, Deputado Marco Régis, a oportunidade que me dá de inserir-me em seu discurso, para cumprimentá-lo pela posição que agora toma. Já tenho falado, diversas vezes, com V. Exa., que não há condições de apoiar o Governo Itamar Franco, considerando-se suas medidas autoritárias e a maneira ditatorial e fascista de governar. Agora, ele ainda diz que não precisa da Assembléia Legislativa e que governa sem este Poder, ou seja, ele vem humilhando e achincalhando os Deputados e o Poder Legislativo. Deputado Marco Régis, devido à maneira de ser desse Governo e ao modo como ele vem procedendo com o recolhimento das máquinas das associações microrregionais para o DER, fica evidente que o Governador quer humilhar os Deputados. As associações estão prestando serviços aos municípios. O DER não tem máquinas, ou melhor, suas máquinas estão sucateadas, enquanto as das associações estão funcionando. O que o Governador quer? Ele quer que os Deputados da base do Governo vão bater às portas da Casa Civil, para pedir ao Secretário Henrique Hargreaves que lhes consiga uma máquina, a fim de prestar um serviço, máquina essa que lhes foi tomada. Ele quer a troca, pois não tem o que dar. Ele quer tirar o que está funcionando, para trazer para cá, centralizando a administração, a fim de obrigar o Deputado a pedir-lhe favores, ficando devendo-lhe obrigações, para, depois, pagar-lhe com seus votos favoráveis aqui na Assembléia.

Já tinha alertado V. Exa. que o apoio incondicional é perigoso. Um dia, tivemos uma discussão, e V. Exa., concordando comigo, retirou do requerimento de homenagem ao Governador do Estado, que fazia, a palavra "incondicional", pois não há como se dar apoio incondicional a um governo que extingue uma Secretaria de Assuntos Municipais, cria uma Assessoria Internacional e recolhe as máquinas que estão trabalhando para os municípios, a fim de trazer para o DER, que não está fazendo nada. Cumprimento V. Exa. Pior cego é aquele que não quer ver. V. Exa. está abrindo os olhos e vendo que tem que se combater essas medidas demagógicas, tomadas pelo Governo, inconseqüentes e contrárias aos interesses do Estado de Minas Gerais.

O Deputado Marco Régis - Gostaria de agradecer o aparte do digno Deputado Sebastião Navarro Vieira. Gostaria, também, de dizer-lhe, Deputado Sebastião Navarro Vieira, que V. Exa. adentrou o Plenário depois que já havia iniciado minhas palavras, e, certamente, o seu brilhantismo retórico não pode induzir-me a cometer o pecado de concordar com toda posição externada por V. Exa. Concordo que, no caso do maquinário, estamos sintonizados na mesma crítica ao DER, mas não estou sintonizado com V. Exa. no que se refere à crítica ao Governo. Já fiz os reparos necessários aqui, lembrando que o DER é um segmento do Governo, e esperamos que o Sr. Secretário Hargreaves possa tomar as medidas junto a esse órgão para se inteirar do que se passa. Mas, dizia, antes de V. Exa. chegar, que dou um apoio formal incondicional a este Governo, desde o seu início, já que levantou bandeiras nacionalistas e medidas ante Fernando Henrique Cardoso. Nesse aspecto, estou inarredavelmente ao lado do Governador. Isso não significa, certamente, Deputado Sebastião Navarro Vieira, que, agora, nós - como uma bancada recém-constituída na Casa, o PPS, com três novos Deputados no partido, totalizando cinco Deputados - não precisemos concluir melhor o nosso posicionamento, à medida que os acontecimentos avancem. Entretanto, no momento, a crítica ao DER é uma crítica isolada que fazemos ao Governo. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, não era minha intenção discutir esse veto. Sou autor, juntamente com o Deputado Hely Tarquínio, da emenda à LDO, emenda que propusemos quando identificamos que a LDO que o Governador enviou a esta Casa previa subvenções sociais. Entretanto, desde sua campanha política, o Governador vem apregoando aos quatro ventos que no seu Governo não haveria subvenções sociais.

O que diz a nossa emenda? Que se houver subvenção social, o Governo fica obrigado a ser transparente e publicar as subvenções que destina no Poder Executivo, e não no Legislativo. Mas o Governador vetou e convocou a imprensa, anunciando que havia vetado uma proposta dos Deputados, através de uma emenda na LDO, restabelecendo as subvenções dos Deputados. Não é isso. A emenda não diz isso. O Governo já reconheceu. Já ouvi declarações do próprio Secretário Henrique Hargreaves, nesse sentido. A Liderança do Governo já reconheceu. A Presidência da Assembléia Legislativa já reconheceu que o Governador anunciou à imprensa, de forma enganosa, que vetava as subvenções de Deputados. Ele vetou a obrigação de ser transparente. Essa emenda não deveria nem existir, porque é obrigação precípua do poder público ser transparente nas suas ações, mas o Governador tem a ousadia de vetar uma emenda dessa natureza que o obriga a ser transparente.

O Presidente da Assembléia, Deputado Anderson Aduato, em defesa deste Poder, colocando a realidade daquilo que havíamos proposto na emenda vetada pelo Poder Executivo, identificou que o Governador vinha distribuindo subvenções usando artifícios, através de recursos da Loteria do Estado.

O Presidente da Assembléia expôs que mais de R\$40.000.000,00 este ano já haviam sido distribuídos na forma de subvenção. O Deputado Toninho Andrada identificou, na proposta de orçamento que já está na Casa, R\$134.000.000,00 previstos no orçamento enviado para cá pelo Poder Executivo para serem distribuídos na forma de subvenção social pelo Poder Executivo. O que essa emenda exige? Que seja transparente. O Governador tem a prerrogativa de destinar subvenções. Não teria de interferir neste Poder, de dizer que não aceita que a Assembléia Legislativa tenha, no seu orçamento, verba destinada a subvenções indicadas pelos Deputados porque o nosso Poder é independente. No Executivo, ele tem. Ele gere o Executivo. Ele pode definir se vai dar subvenções, para quem e de que forma. Ele vai dar subvenções. O que queremos com essa emenda é que as subvenções dadas pelo Executivo sejam publicadas, que sejam dadas de forma transparente. O que me causa estranheza é um Deputado desta Casa, o Deputado Gil Pereira, indicado relator em Plenário, dar parecer contrário, mantendo o veto, querendo abdicar de uma função que é precípua do Poder Legislativo, de fiscalizar os atos do Executivo. O Deputado Gil Pereira apresenta um relatório dizendo que o Governo do Estado, quando destina recursos a terceiros, esses recursos podem ser destinados de forma escondida, camuflada, dentro de um subterfúgio. É obrigação precípua do Poder Legislativo fiscalizar o Executivo. O Executivo tem a obrigação de ser transparente nos seus atos. Por isso, conclamo esta Casa, dentro da altivez do Poder Legislativo, dentro do respeito pelas normas democráticas, que rejeitemos esse veto e repudieemos esse parecer assustador do Deputado Gil Pereira. Causa-me profunda estranheza que o Deputado Gil Pereira abdique do direito de fiscalizar e entenda que o Governo do Estado não tenha a obrigação de ser transparente no dinheiro que aplica.

O Deputado Chico Rafael (em aparte) - Ilustre Deputado Sebastião Navarro, a princípio, sem me aprofundar na questão, entendia que a emenda apresentada por V. Exa. naquela oportunidade vinha restabelecer as verbas de subvenção nesta Casa. Como já fiz pronunciamento nesta Casa, minha posição é contrária à verba de subvenção distribuída pela Assembléia. Em um primeiro momento, estava eu pensando em manter o veto, mas, da forma como vem sendo colocada e da forma como estamos estudando e verificando essa questão, entendo que V. Exa. tem razão no seu posicionamento. Acho que o Estado tem toda a liberdade de subvencionar entidades que ele entenda que devam ser subvencionadas. Mas é natural que a Assembléia Legislativa saiba quais são as instituições, quais são as entidades que estão recebendo essas verbas de subvenção. Por essa razão, confesso a V. Exa. que nós, Deputados do PSB, vamos amadurecer essa questão e, quiçá, votar junto com V. Exa. nessa questão. Muito obrigado.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira* - Agradeço e louvo a posição honrada, digna e firme do Deputado Chico Rafael. Só para ilustrar, Sr. Deputado, discutindo esse respeito, um membro da imprensa disse-me que viu, em Ipatinga, o Governador do Estado destinar uma verba de R\$20.000,00 para um sindicato. Sindicato não pode receber subvenção. Talvez seja para usar de manobras dessa natureza, como dar dinheiro para sindicato - que não pode receber subvenção social -, que o Governador do Estado não queira a publicidade das subvenções que destina. Mas é obrigação dele ser transparente e obrigação nossa fiscalizar a transparência. Por isso, conto com a dignidade de cada um dos representantes do povo mineiro com assento nesta Casa para que rejeitemos esse parecer do Deputado Gil Pereira. Não entendo como um Deputado pode elaborar um parecer dessa natureza, com esse feito. Que rejeitemos o veto proposto pelo Governador.

O Deputado João Leite (em aparte)* - Desculpe-me de interrompê-lo, Deputado Sebastião Navarro Vieira, mas estou acompanhando o pronunciamento de V. Exa. e tenho o mesmo sentimento de V. Exa. ao ouvir o parecer do Deputado Gil Pereira. É lamentável que um Deputado abra mão de algo que é inerente à nossa função - fiscalizar e ter a oportunidade de ter os demonstrativos de como o Executivo vem utilizando os recursos. O relator pretende que se mantenha o veto do Governador.

Como podemos abrir mão de algo que a Constituição e a democracia nos deu, como representantes do povo: fiscalizar. Não é possível. Deputado Sebastião Navarro, estou mais preocupado ainda, e esse é um momento fundamental para discutir esse veto parcial. V. Exa. já traz uma informação para nós. Qual? O Governo já colocou no orçamento que veio R\$134.000.000,00 de subvenção social para serem utilizados. O relator pretende que os Deputados abram mão de saber onde serão utilizados esses recursos do orçamento. Além disso, outros pontos devem ser discutidos pela Casa como a suplementação. O Governo pretende ter uma suplementação de 10%, o que representa mais de R\$1.000.000.000,00 que o Governo pretende usar, já que estamos dando um cheque em branco.

Considero esse momento rico, porque o Deputado Sebastião Navarro Vieira, experiente, com mandatos de Deputado Estadual e Federal, Prefeito de Poços de Caldas, homem acostumado ao Executivo e ao parlamento, discute essa matéria tão importante para nós. Vamos ter tempo e vou acompanhar o levantamento que V. Exa. fez, especialmente em relação ao orçamento, que teremos mais tempo para discutir. Mas, com relação ao veto, é impossível que o aceitemos.

Já estamos acompanhando a utilização das verbas de subvenção pelo Executivo, e, pelo que sabemos, hoje foi tema do editorial do jornal "Estado de Minas", de que a Loteria Mineira está destinando subvenção social sem nenhum planejamento nem consulta aos conselhos. Não sabemos quais critérios estão sendo usados para liberar esses recursos. Como podemos abrir mão de conhecer esses critérios? Não estamos conseguindo saber onde estão sendo utilizados os recursos de subvenção da Loteria Mineira. Representamos o povo de Minas Gerais e temos que dizer a ele onde estão sendo gastos esse dinheiro de subvenção da Loteria Mineira que está sendo colocado em várias entidades e Prefeituras. Qual critério tem sido seguido? Qual a Prefeitura pode receber? Qual entidade pode receber? É a entidade que atende às crianças e aos adolescentes? Qual é a Prefeitura? É uma Prefeitura de uma região do Estado que no momento está vivendo os tormentos da seca, como o vale do Jequitinhonha e o Norte de Minas? Quais são os critérios para liberação dos recursos de subvenção social da Secretaria de Educação? O que está acontecendo? Não sabemos nada. E, mesmo assim, pretende o Governador do Estado, com esse veto parcial, retirar algo que é inerente à função do Deputado: fiscalizar, ter diante de si o demonstrativo dos gastos do Governo. Como disse o Deputado Sebastião Navarro, são R\$134.000.000,00 cuja destinação o Governador não quer que os Deputados saibam. Ora, é impossível aceitar isso.

Deputado Sebastião Navarro, quero elogiar V. Exa. e a maneira como vem tratando esse assunto da tribuna, concordar e apoiar. Também quero ter a oportunidade de discutir esse assunto, de demonstrar para os colegas Deputados a importância de podermos derrubar esse veto na Assembléia Legislativa, em nome da nossa autonomia, da nossa independência e em respeito ao trabalho que deve desempenhar um Deputado, representante do povo de Minas Gerais.

Por isso, parabéns, Deputado Sebastião Navarro, pelo seu pronunciamento, que estou acompanhando. Especialmente, quero conhecer esses dados que V. Exa. já está trazendo para nós neste Plenário. Muito obrigado pelo aparte.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira* - Agradeço sobremaneira o importante aparte do Deputado João Leite, que enriquece nosso pronunciamento e traz mais subsídios à deliberação dos nossos nobres pares.

O Deputado Djalma Diniz (em aparte)* - Gostaria de lhe pedir que lesse a emenda, porque, assim como o Deputado Chico Rafael tinha dúvidas, muitas pessoas também têm.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira* - É a única emenda vetada.

Deputado Djalma Diniz, o inciso XIII do art. 10, o qual foi aprovado por unanimidade nesta Casa, inclusive com o voto de V. Exa., e foi razão de emenda de minha autoria, diz o seguinte. (- Lê:)

"Demonstrativo dos recursos a serem aplicados na concessão de subvenção social e de auxílio para despesa de capital, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, distribuídos por unidades orçamentárias.

Parágrafo único - Para os fins do exposto no inciso V deste artigo, considerem-se programas de saúde aqueles a serem implementados com dotações orçamentárias consignadas aos órgãos e às entidades do Sistema Único de Saúde - SUS".

É isso que foi vetado pelo Governo. Não estamos tratando do orçamento da Assembléia Legislativa, mas do orçamento do Executivo, da Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano 2000. E estamos exigindo que, junto com as transferências de recursos, que são as subvenções, sejam enviados demonstrativos dos recursos a serem aplicados na concessão dessas subvenções e sejam claras, transparentes, publicadas as concessões cedidas no orçamento.

Agora, gostaria de expor aos ilustres Deputados que a LDO - projeto que analisamos, razão que me fez apresentar emenda -, em seu art. 14, diz o seguinte. (- Lê:)

"É vedada a destinação de subvenção econômica a empresa que programar cobertura de despesa de investimento com recursos próprios, quando seu custeio for de responsabilidade, no todo ou em parte, do Tesouro Estadual. Excetua-se no disposto desse artigo os recursos provenientes de convênio que tenham como objetivo específico a cobertura de despesa de investimento".

Depois, no art. 21, a proposta da LDO já dizia o seguinte. (- Lê:)

"É vedada a celebração de convênio com órgão ou entidade em situação irregular constante na tabela de credores do Sistema Integrado da Administração Financeira do Estado de Minas Gerais - SIAFI.

Parágrafo único - As caixas escolares das redes públicas municipal e estadual de ensino estão dispensadas do cumprimento do disposto na Lei nº 12.925, de 30 de junho de 1998, que trata de subvenções sociais".

O Deputado Djalma Diniz (em aparte)* - O que me estranha, Deputado Sebastião Navarro Vieira, é que, quando tanto se fala em transparência, e acredito que o Governador Itamar Franco seja um homem transparente e sério, ele vete uma emenda dessa ordem, que é exatamente para que o Poder Executivo nos informe o destino dessas subvenções. As subvenções distribuídas por esta Casa eram transparentes, pois se davam informações do seu destino e eram publicadas no "Minas Gerais". Acredito que não exista um recurso que seja mais fiscalizado e transparente do que a subvenção dada à Assembléia.

O Governador do Estado dispõe de R\$132.000.000,00 para subvencionar a quem quiser, sem dar nenhuma satisfação a esta Assembléia. Creio que vai repensar o assunto. Esta Casa não pode ceder às pressões do Executivo. Chamo a atenção dos companheiros para que derrubemos esse veto e creio que o Governador não se importará, já que deseja transparência. Muito obrigado.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira* - Agradeço o aparte do Deputado Djalma Diniz e não concordo com o fato de que o Governador queira transparência, porque, caso o quisesse, não teria vetado o artigo. Pior do que vetar o artigo foi a declaração mentirosa, convocando a imprensa para anunciar que estava vetando a intenção dos Deputados de restabelecer formas de destinar subvenções às suas bases, quando o que vetou foi a obrigatoriedade da transparência.

Mas o que me causa estranheza - e acabei de citar os artigos da LDO que se referem à subvenção social no orçamento - é que foram levantados pelo Deputado Antônio Carlos Andrada, na proposta orçamentária que aqui se encontra para ser analisada, R\$134.000.000,00 embutidos, para serem destinados em forma de subvenção. E o Deputado Gil Pereira vem dizer, no seu relatório: "Nas razões alegadas para o veto, argumenta-se que o dispositivo é desnecessário ser transparente, uma vez que o Poder Executivo não pretende incluir,

no orçamento para 2000, a subvenção, não havendo, portanto, razão para estabelecer a obrigatoriedade de ser transparente".

Se não há subvenção, não há necessidade de publicar, mas, se, por acaso, houver, tem que ser publicada. E o Deputado Gil Pereira entende que é desnecessária a obrigatoriedade de ser transparente. Que infeliz foi o Deputado Gil Pereira nesse relatório! Sempre o tive na melhor conta, mas vejo que o patrulhamento exercido pela Secretaria da Casa Civil, que coloca aqui pessoas anotando e vigiando a ação de cada Deputado, pela TV Assembléia, a posição de cada um dos que constituem a base do Governo, gera relatórios dessa natureza, o que não engrandece, Deputado Gil Pereira, humilha e avilta esta Casa como um Poder independente.

O Deputado Bené Guedes (em aparte) - Prezado Deputado Sebastião Navarro Vieira, quero pedir desculpas por interrompê-lo, porque o assunto de que quero tratar não se refere àquele tratado por V. Exa. Quero dizer que estão visitando nossa Casa dois Deputados do Estado de Santa Catarina, Jaime Mantelli, do meu partido, PDT, e Milton Sander, a quem quero dar as boas-vindas e dizer que é motivo de muita honra e alegria recebê-los na Assembléia de Minas.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira* - Incorporo as palavras de V. Exa. ao pronunciamento que faço e me como a V. Exa. nas boas-vindas aos ilustres colegas de Santa Catarina, que honram o parlamento mineiro com sua visita.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Agradeço a compreensão do Deputado, meu Líder, Sebastião Navarro Vieira. Gostaria de elogiar V. Exa. por esse cuidado que foi percebido na análise da LDO, para buscar a coisa mais importante que esta Casa tem, que é exatamente fiscalizar as ações do Executivo. Portanto, acho que V. Exa. cumpre religiosamente a nobre missão de Deputado. V. Exa. já tem muita experiência na Câmara Federal, é um parlamentar que deixou um excelente trabalho em Brasília e agora, como Deputado do PFL, vem engrandecer esta Casa.

Quero dizer que, às vezes, os mineiros que nos assistem ficam sem compreender nossa posição, mas é importante que, como Deputados da Oposição, tenhamos, às vezes, que obstruir, discutir, encaminhar as votações, exatamente com o espírito de que esta Casa seja verdadeiramente transparente. Com a TV Assembléia, o cidadão mineiro também está do outro lado, fazendo seu julgamento e sua análise. Nesse projeto, o veto do Governador à emenda de V. Exa., deixo a pergunta para meus pares e para os mineiros que nos assistem: foi um erro do Governo colocar esse veto a essa emenda ou foi má-fé? Ou foi um, ou foi outro, e o Governo terá que assumir uma dessas duas condições. Se foi um erro, evidentemente vamos derrubar esse veto, porque é da mais alta importância para a transparência do poder público. Se foi má-fé do Governo, evidentemente temos que derrubar o veto pela mesma forma, porque não é um veto à subvenção, como foi anunciado, mas uma proposta que visa dar transparência a todo projeto de subvenção concedido pelo Executivo. Como bem disse esse número trazido por V. Exa., R\$134.000.000,00, constantes no orçamento, que serão repassados, fico me perguntando se essa aplicação é a melhor.

Se for feita para beneficiar a ação social, levando em consideração a criança, o adolescente, o idoso, o deficiente físico, evidentemente temos de aplaudir. Seja uma ação por via do Executivo, seja do Legislativo, a sociedade precisa dessa assistência social. Mas isso não está claro para nós. Precisamos saber, exatamente, em que vai ser feita essa aplicação.

Se a aplicação não for nesse sentido, for feita uma indicação para sindicato, isso é proibido por lei. Vimos o Governo dar subvenção, através da Loteria Mineira, para sindicato de trabalhadores, transgredindo a própria legislação. Penso: não será melhor investir esses recursos na nossa universidade, que está numa condição precária? Quantos Estados já instituíram a sua universidade, a exemplo de São Paulo, Santa Catarina - temos aqui dois grandes Deputados do Paraná - e Rio de Janeiro? Minas Gerais, como segunda economia do País, não deu conta, até hoje, de implementar a sua universidade. Queremos que seja gratuita, no momento em que o Estado tiver condições financeiras para tal. Deixo essa questão para a reflexão dos nossos ouvintes.

Não seria melhor gastar esses R\$134.000.000,00, que é muito dinheiro, Deputado Sebastião Navarro Vieira, para a nossa pesquisa agropecuária, de uma maneira geral, científica e tecnológica, já que o Governo está repassando menos de 20% do devido à pesquisa para a FAPEMIG? Quem leu a "Veja" dessa semana viu os cinco Prêmios Nobel da Paz, que estão relacionados com cientistas que não são americanos. Mas estão atualmente em uma universidade ou já passaram por uma. Portanto, aquele país tem sucesso não é por acaso, investe nas cabeças e nos cérebros.

E vemos Minas Gerais deixando alguns trabalhos perdidos na FAPEMIG, deixando os nossos bolsistas numa situação difícil, sem recebimento, porque, simplesmente, o Estado não repassa o que é constitucional e legal. Isso é um absurdo. Qualquer indivíduo, hoje, que não cumprir com as suas obrigações financeiras, vai para o SPC, terá seu nome no SERASA. Mas o Governo não é obrigado a cumprir a lei. A lei que transfere os recursos para a FAPEMIG diz que 1% das receitas correntes deverão ir para aquele órgão. E nem 1/5 desses recursos estão sendo transferidos para a FAPEMIG.

Fica um apelo: vamos corrigir o Brasil. Não podemos pensar que o Brasil deve ser corrigido pelo outro. Tem de ser corrigido por nós, por cada cidadão, começando, principalmente, pelos Governos Municipais, Estaduais e Federal. Portanto, fica a minha solidariedade. Vamos trabalhar para derrubar esse veto, porque é extremamente importante, para que esta Casa e o povo de Minas Gerais saibam em que os recursos do Estado estão sendo aplicados. Caberá ao povo julgar se estão sendo bem ou mal aplicados.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira* - Agradeço o importante aparte do Deputado Paulo Piau.

Segundo o que nos disse o Deputado Paulo Piau, observo que foi um engano do Governo ou má-fé. Desde o veto, tinha certeza, convicção absoluta de que era engano do Governo, porque não podia um Governador que já foi Presidente da República e teve um apoio tão expressivo dos mineiros querer iludir, tapear e mentir para o povo mineiro, vetando uma coisa, e anunciando outra. Tive certeza de que estava sendo mal orientado por sua assessoria, que interpretou mal. Mas, quando vejo o relatório do Deputado Gil Pereira, fiel e leal ao Governo, membro da Mesa - sabemos todos da influência e pressão que exercitou o Governador do Estado para eleger a nossa Mesa Diretora - tenho certeza de que o Governo não agiu por engano.

Sr. Presidente, ainda disponho de quase meia hora, mas tenho um compromisso na cidade de Patos de Minas e já deveria estar no aeroporto. Não podia, entretanto, deixar passar em branco a leitura desse relatório, sem manifestar o meu repúdio e a minha posição. Gostaria de solicitar a V. Exa., Sr. Presidente, que eservasse o meu tempo, para continuar, em outro dia, a discussão desse relatório.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Adelino de Carvalho Lino, matrícula 9649-0, no período de 22/9/99 a 23/9/99.

Mesa da Assembléia, 4 de novembro de 1999.

Anderson Aduato, Presidente.

Ato da Presidência

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Álvaro Antônio Teixeira Dias, matrícula 2792-8, no período de 26/10/99 a 29/10/99.

Mesa da Assembléia, 8 de novembro de 1999.

Anderson Adatao, Presidente.

TOMADA DE PREÇOS Nº 12/99

Data de julgamento da habilitação: 9/11/99. Objeto: aquisição de diversos papéis. Licitantes habilitadas: Pelkote Indústria e Comércio de Papéis Ltda., Artefatos de Papel Lucri Ltda., RV Comércio e Representações Ltda., Comércio e Indústria Multiformas Ltda., Xerox Comércio e Indústria Ltda., Sopol Distribuidora de Papéis Ltda., Coppeg Comércio de Papéis Ltda. e Rilisa Trading S.A. Licitantes inabilitadas: SPP Agaprint Ltda. Industrial e Comercial Exportadora e Encapa Comércio de Papéis Ltda.

Belo Horizonte, 9 de novembro de 1999.

Claudette Ferreira, Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: ABC - Táxi Aéreo S.A. Objeto: prestação de serviços de manutenção de aeronave. Objeto deste aditamento: ampliação do objeto. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: a partir da assinatura.

TERMO DE ADITAMENTO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: UNIMED Belo Horizonte Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. Objeto: prestação de serviços médico-hospitalares aos servidores e seus dependentes. Objeto deste aditamento: quarta prorrogação, com alteração de preço. Vigência: doze meses. Dotação orçamentária: 3.1.3.2.

ERRATA

RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 9/11/99, pág. 30, col. 2, onde se lê:

"Convite nº 74/99", leia-se:

"Convite nº 43/99".